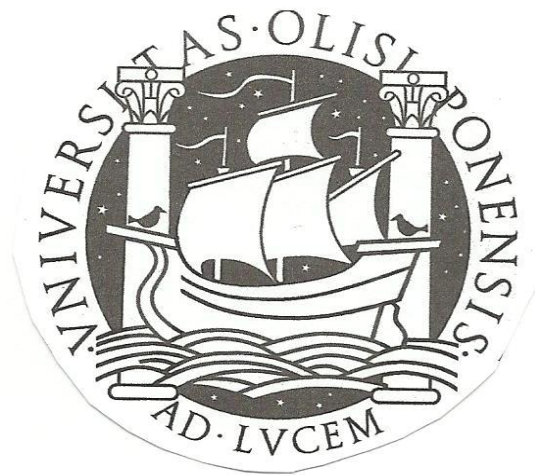


Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



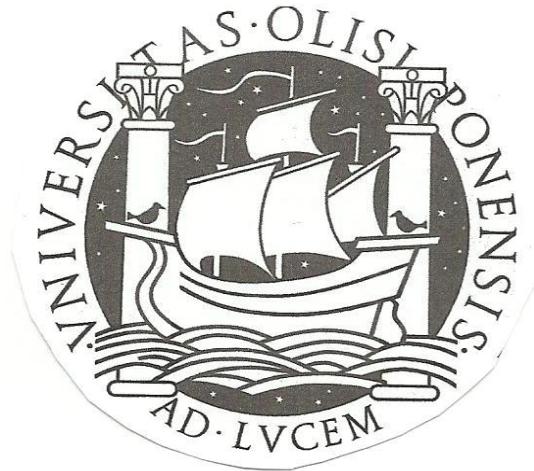
Visita do Dr. António José de Almeida ao Brasil Antecedentes e Concretização

Maria Amélia Seabra Bordalo Machado Cardoso de Sampaio

Dissertação de Mestrado. Mestrado em História
Especialização em História Moderna e Contemporânea

Outubro de 2012

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



Visita do Dr. António José de Almeida ao Brasil Antecedentes e Concretização

Maria Amélia Seabra Bordalo Machado Cardoso de Sampaio

Professor Doutor António Ventura

Mestrado em História
Especialização em História Moderna e Contemporânea

Outubro de 2012

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu filho,
Artur Cândido Machado Sampaio,
que tanto me apoiou e me ajudou
na parte informática.

Dedico também este trabalho
ao meu marido
Anúplio Loysik Cardoso Sampaio
que tem sido muito paciente e
compreensivo.

Resumo:

Portugal, depois de oito séculos de regime monárquico desejou a república. Os acontecimentos dos finais do século XIX encaminharam o país para o novo regime pela mão de homens comprometidos com o futuro: políticos na oposição, estudantes universitários, maçons, carbonários e massa urbana anónima influenciável.

O rei perante a situação explosiva nomeou um primeiro ministro com poderes ditatoriais. Foi a gota de água. O rei e o príncipe herdeiro foram assassinados.

Entre os países estrangeiros que mais sentiram a morte do soberano e de seu filho, um houve que chorou mais este trágico acontecimento: o Brasil.

O Brasil preparava-se para festejar os cem anos da abertura dos seus portos à navegação estrangeira e convidara o rei e a rainha de Portugal para irem ao Rio de Janeiro...

A República entrou dois anos depois, a 5 de outubro de 1910. Não foi feliz. Agitação política e social, greves, mortes violentas e uma Grande Guerra.

Entretanto o Brasil vai comemorar nova data festiva: o 1º Centenário da Independência. Precisamente a separação da metrópole - Portugal. De novo vem um convite. Agora é um convite para o Presidente da República, Dr. António José de Almeida, visitar o Brasil na data do «grito do Ipiranga» - 7 de Setembro.

Desta vez a visita concretiza-se...

Abstract

After eight centuries of monarchy, Portugal wished a republican regime. The happenings of the late XIX th century led the country to the new regime by the hands of fulfilled men: politicians of the opposition, university students, maçons and urban stressed mass.

Facing this explosive situation, the king nominated a prime-minister with ditatorial powers, but it was the final drop. The king and the prince were murdered.

Brazil, among the foreign countries that most felt the deaths of the sovereign and his son, felt it the most.

Brazil was preparing to celebrate the century of the overture of the maritime ports to foreign navigation, and had invited the king and the queen of Portugal to go to de Rio de Janeiro...

In Portugal the republican regime appeared two years after at 5th October 1910, but it was not worthfull with political and social threats, strikes, violent deaths and the first world war.

Meanwhile, the Brazil was celebrating a new festive date: the first century of independence from Portugal. Brazil did a new invitation, to Portugal, but this time to the president of the republic, António José de Almeida in order to visit Brazil at the «Ipiranga scream» date - 7 of Septembre.

Finally, this time, the visit took place...

Introdução

Ao iniciar-se um ano muito especial, Portugal - Brasil, e a dez anos de novo centenário da independência do Brasil, lembrar a História e as belezas naturais dos dois países tem um grande significado. Este ano, de reconhecimento e amizade, começou a 7 de setembro e irá terminar a 10 de junho, datas marcantes para os dois povos.

É por isso que me sinto duplamente privilegiada por ter tido a oportunidade de realizar um trabalho nesta altura, que, modestamente, embora, poderá contribuir para uma maior compreensão entre portugueses e brasileiros, uma dualidade que sinto em mim própria e que aprendi desde criança a amar.

Agradeço por isso ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ter aceite a minha candidatura a este tão interessante mestrado e agradeço aos excelentes professores o conhecimento que me transmitiram e o apoio que me deram. Particularmente ao senhor professor doutor António Ventura que me concedeu o privilégio de orientar a minha tese.

Também nas pesquisas que fiz e nos contactos que estabeleci, no âmbito do meu trabalho, fiquei em dívida de gratidão com muitas pessoas extremamente simpáticas que estiveram sempre disponíveis para me atenderem. Desde a Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Museu da Presidência, Museu de Marinha, Biblioteca do Museu de Marinha, Arquivo da Marinha, Museu da Ajuda, Museu dos Coches, Hemeroteca Municipal de Lisboa, Biblioteca da FLUL, Registo Civil em Anadia, Arquivos Paroquiais em Aveiro e Bibliotecas Municipais de Sintra e Cascais. A todas estas maravilhosas pessoas um muito obrigada.

E para terminar faço votos que o Brasil e Portugal estreitem cada vez mais os laços de amizade, cooperação e entendimento que Gago Coutinho, Sacadura Cabral e António José de Almeida procuraram reforçar. Sugestionada talvez pelos discursos do grande tribuno da República concluo: Viva o Brasil! Viva Portugal!

I

Portugal no início do século XX - Ambiente pátrio e internacional - D. Carlos, o homem e o estadista - Convite feito a D. Carlos para visitar o Brasil nas comemorações do primeiro centenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, 1808-1908 - Morte de D. Carlos e do príncipe herdeiro D. Luís.

O século XX começou triste para Portugal. O país debatia-se com uma crise económica grave, com a peste bubónica, com a tuberculose, com campanhas em África, com o desencanto das cortes, com a instabilidade política, com a emigração... Nem o tempo ajudava. O 1º de janeiro de 1900 entrou chuvoso e nublado, numa 2ª feira.

O ar era conspirativo e o tempo de ramerrão.

Assim, como quem não tem a certeza, lemos logo na primeira página do *Século*, no dia 1º de janeiro de 1900: “Deve celebrar-se hoje, com certo ar festivo, a abertura das cortes constituintes.” É a primeira notícia sob o título: «O dia político». E, no dia 3, informa a mesma local: “Realizou-se ontem a cerimónia de abertura do parlamento em cumprimento do que se encontra exarado na Carta Constitucional.”

Antes, porém, de se proceder àquele ato, efetuou-se na Sé Patriarcal, como de costume, “Missa do Espírito Santo,” às onze horas da manhã, sendo celebrante o rev. cônego Agostinho e a música do maestro Catalana. “A esta missa, como é sabido, deviam assistir os

eleitos pelo povo para o representarem no parlamento, mas parece que poucos compareceram à cerimónia religiosa.”¹ Sinal dos tempos, podemos comentar...

O rei leu o discurso da coroa que se esforçou por ser animador, como de costume, dando “risonhas esperanças ao país,”² mas a situação financeira não era desafogada, apesar de novas tributações, comenta o articulista. O povo andava “escarmentado” com a política. O estado do tesouro era deplorável, vivendo-se de “habilidades e expedientes”³ o que mostra a miséria e a desorganização da nossa administração pública. Não são corrigidos os erros nem se procuram dirimir as causas. Parece, no entanto, que o trabalho nacional é regular. A cidade do Porto, contudo, sendo tão obreira, regista uma crise, não só por causa da epidemia de peste bubónica,

1 - Jornal *O Século*, 1 de janeiro 1900, p.1.

2 - *Idem. Ibidem.*

3 - *Idem. Ibidem.*

como porque os mercados brasileiros estão também a registar dificuldades.

A abundante colheita de vinhos em vez de ser uma benesse na agricultura tem um terrível efeito sobre esta uma vez que se luta com falta de centros consumidores. O encarecimento dos géneros de primeira necessidade faz agitar o operariado enquanto a indústria não pode elevar o custo da mão de obra e também se queixa das elevadas contribuições que lhe são exigidas. Apesar de tudo há vontade de superar a situação, “luta-se com tenacidade e consoladora energia”...⁴

A diplomacia portuguesa “parece não ter das suas obrigações outra compreensão que não seja a de procurar-se uma alegre e distraída existência.”⁵ Os tratados comerciais que se efetuavam e que deviam ajudar a minimizar a situação dramática do tesouro não atingiam os objectivos.

Não ficavam por aqui os nossos males naquele início de século, mas a par de situações hipotéticas como a de se falar que a Inglaterra quereria tomar-nos Lourenço Marques⁶ o que levou a um veemente desmentido de Londres:

“Londres, 30, às 6,10 -Charles Dilk, fez a declaração de que não têm fundamento as notícias de que a Inglaterra pretende apoderar-se de Lourenço Marques.

“A Inglaterra - disse ele - não pode apoderar-se de Lourenço Marques, pois aceitou a sentença de uma arbitragem que colocou aquela parte de África nas mãos dos portugueses”⁷

Mas, como íamos dizendo, a par de situações hipotéticas, como esse temor de perdermos Lourenço Marques, traumatismo psicológico coletivo resultante do Ultimato Inglês, havia “os perigos bem reais e bem sérios que ameaçam algumas das nossas colónias: os alemães cobiçam o sul de Angola; os ingleses a costa oriental de África e sobretudo do Zambeze ao Limpopo.”⁸

Depois, temos a guerra em África com régulos sublevados. A Guiné, para já não falar de Angola e Moçambique, precisa ser pacificada. Movimentam-se tropas para as colónias: são as tropas expedicionárias.

É portanto num clima pesado que tem início a nova legislatura. Os governos e a nação

não encontram sintonia. No parlamento os desentendimentos originam debates inconclusivos.

Mas no dia dois de janeiro de 1900, parte para Paris, no «sud-express», o sr. José Luís Monteiro, distinto arquiteto que irá fiscalizar os pavilhões portugueses pertencentes à participação portuguesa na Exposição Universal de 1900. Esta Exposição será inaugurada em Abril, a 17, decorrendo com grande brilhantismo e fazendo afluir a Paris muitos portugueses, entre eles a própria família real, que, mercê do «sud-express», se podiam deslocar à capital de França com comodidade. Por outro lado os caminhos de ferro de Bougado e Guimarães faziam 50% de redução nos preços das tarifas nos transportes de produtos destinados à Exposição de Paris. A 31

4 - *Idem. Ibidem.*

5 - *Idem. Ibidem.*

6 - Jornal *O Século*, dia 1 de janeiro de 1900, p.1 - “Telegramas - Em consequência do temporal que tem feito, estamos recebendo com atraso o serviço telegráfico internacional. Uma declaração acerca de Lourenço Marques”.

7 - Arbitragem, como sabemos, do general francês Mac - Mahon .

8 - Jornal *O Século*, dia 1 de Janeiro de 1900. p.1.

de janeiro já se falava dos pavilhões dos Estados Unidos, do Transval e do Equador.

Portugal conseguiu, com a sua participação, um reconhecimento muito positivo dos diversos júris das várias secções da Exposição traduzido em “ 1.581 recompensas, sendo 43 grandes prémios; 186 medalhas de ouro; 385 medalhas de prata; 461 medalhas de bronze e 506 menções honrosas.”⁹

À frente da organização desta Exposição Universal de 1900 em Paris, no que se refere a Portugal, esteve o sr. conselheiro Ressano Garcia.

Portugal exibiu, entre outras novidades, a “música dos pretos” de S. Tomé que fizeram exclamar a uma francesa: -Voilà les sauvages portugais!”¹⁰

Entretanto há guerra na África do Sul. A Inglaterra combate os boers. Portugal mantém a neutralidade. A África do Sul tem ainda guerra para mais uns meses...

Mas não só da França e da Inglaterra nos chegam notícias, também da China “o perigo amarelo” e da Índia e, muito particularmente, da bela Itália,¹¹ de onde recebemos uma pequena notícia muito curiosa e pertinente para a época. Notícia breve, não fora o que ela significa em termos políticos e ideológicos. Trata-se de mencionar a colocação de uma lápide, em Roma, na casa onde viveu uma portuguesa revolucionária. Esta homenagem prestada a Leonor da Fonseca Pimentel, que se envolveu nas lutas políticas da Itália, no século XVIII, leva-nos ao advento do republicanismo italiano, à luta pela liberdade, igualdade e fraternidade na Europa e ao protagonismo da nossa, parece que, formosa e culta, compatriota. Recordá-la assim, logo no início do século XX, pode ser mais uma acha lançada na fogueira que crepitava em Portugal cada vez mais viva: a fogueira republicana. Os tempos eram conspirativos, dizíamos atrás.

Leonor da Fonseca Pimentel nasceu em Roma em 1742, mas acabou por ir viver para Nápoles, com os pais, portugueses, onde frequentou a corte de Fernando e de Maria Carolina e onde sobressaiu pela sua grande beleza, ilustração e inteligência. Foi poetiza de mérito, tendo escrito versos em latim e italiano. Em 1777, casou com um oficial napolitano. Tornou-se uma jacobina entusiasta acolhendo em sua casa todos os revolucionários que

conspiravam pela nova causa.

Quando o exército do general Championnet chegou a Nápoles, a “bela portuguesa” tomou o castelo de Sant-Elmo, com um grupo de mulheres, onde os republicanos se lhe foram reunir e que se tornou o reduto do novo regime. Proclamada a república Partenopeia, Leonor da Fonseca Pimentel fundou um jornal, o “Monitore Napolitano.”

“Somos finalmente livres - escreveu ela - chegou também para nós o dia em que podemos pronunciar as palavras sagradas de liberdade e de igualdade e comunicá-las à república mãe.”

Não viveria muito tempo este sonho. Os Bourbons entraram de novo em Nápoles e foi condenada à morte. Afrontou heroicamente a força e enquanto a multidão a injuriava ela estendeu “a sua bela cabeça ao carrasco, exclamando: Forsan et haec olim meminisse juvabit. Foram as últimas palavras que pronunciou.”¹²

9 - Jornal *O Século*, 7 de setembro de 1900. Portugal em Paris, Paris - 6 set. 1900 às 3,30.

10 - Jornal *O Século*, 22 de julho de 1900, p. 1.

11 - Napoleão Bonaparte nunca se referia à Itália que não dissesse : “A bela Itália”. Como sabemos, pátria da rainha D. Maria Pia.

12 - Jornal *O Século*, 1 de janeiro de 1900, p. 2. “Talvez que um dia seja agradável recordar estas coisas.” Virgílio, Eneida.

A história ficaria por aqui se Pinheiro Chagas não a tivesse feito reviver no seu romance: *As duas flores de sangue*.¹³ Duas flores, uma rosa branca e uma magnólia, ambas tingidas pelo sangue da execução no cadafalso de duas jovens, uma, francesa, em França, outra, portuguesa, em Itália. Uma, vítima da república, outra, vítima da monarquia. E Pinheiro Chagas conclui que: “De um lado e do outro houvera sangue e cadafalsos e algozes. De que lado estava a verdade, de que lado estava a justiça? Estava do lado onde resplandecia a luz serena da liberdade.”¹⁴

Mas em Portugal fala-se principalmente do Brasil. O Brasil está a comemorar o quarto centenário do seu achamento. Há quatrocentos anos Pedro Álvares Cabral chegou às terras de Vera Cruz. A Sociedade de Geografia não esqueceu a efeméride. Também a empresa Brasil-Portugal abriu dois concursos para comemorar o centenário: uma ilustração alegórica e um soneto. É mandada cunhar uma medalha comemorativa em bronze - 1500-1900.

E há outros centenários neste virar de século: o centenário de Castilho. Se se comemorou o centenário de Garrett, também se deve comemorar o centenário de Castilho e, em 1910, o de Herculano. Três grandes poetas: Garrett a elegância, Castilho a riqueza, Herculano a valentia, no dizer do pregador Alves Mendes.¹⁵

Poucos dos nossos homens de letras se podem apresentar como autodidatas, o maior dos quais será Herculano. Os demais, e o seu número e importância não para de aumentar, passaram por Coimbra. Coimbra foi o alfobre onde os jovens de finais do século dezanove se formaram e tomaram, cada vez mais, posições políticas. As novas ideias eram recebidas com entusiasmo e frutificavam em discursos inflamados, escritos arrasadores e tomadas de posição radicais. A época foi propícia a esta efervescência. Passada a turbulência do reinado de D. Maria II, o reinado de D. Luís e D. Maria Pia pode dizer-se que foi o período áureo da monarquia constitucional.¹⁶ O fontismo¹⁷ permitiu sonhar com um Portugal de progresso e

modernidade. Contudo brisas de mudança sopravam subjacentes. E, a pouco e pouco, os acontecimentos irão precipitar-se: D. Luís morre já sofrido de críticas atrevidas sobre a sua vida privada. D. Maria Pia vive inconformada pela alusão aos seus gastos sumptuários. Os jovens príncipes, D. Carlos e D. Afonso, “as loiras crianças,”¹⁸ estão a ser criados para um mundo que começava a ruir.

D. Carlos era um jovem garboso quando subiu ao trono, tinha 26 anos. Ainda não engordara e apresentava uma bela figura. Era inteligente, culto e de fino trato. Mas o seu reinado irá ser pontuado, desde o início, por dificuldades e dissabores. Começa porque a liberdade de expressão irá recrudescer na opinião pública incontrolada. Tudo é permitido que se diga, e não só: tudo é permitido que se parodie

13 - Chagas, Manuel Pinheiro, *As duas flores de sangue*, Porto, Barcelos, Livraria Civilização Editora, Agosto 1984, p. 195.

14 - *Idem. Ibidem.*

15 - Jornal, *O Século*, dia 2 de Janeiro de 1900, p. 1. Cónego Alves Mendes, distinto orador.

16 - Não devemos esquecer o breve reinado de D. Pedro V, tão promissor.

17 - “Morro, e sinto que faço falta!...” tais foram as palavras proferidas por Fontes Pereira de Melo, o chefe incontestado do partido regenerador, pouco antes de expirar, a 22 de janeiro de 1887. António Cabral *As Cartas D’ El-Rei D. Carlos ao Sr. João Franco - Cartas D’El-Rei a José Luciano. A Dictadura. Os Adiantamentos. O Regicídio*. Portugal-Brasil, Sociedade Editora Arthur Brandão & C^a, s.d., p. 21.

18 - Martins, Rocha, *D. Carlos - História do seu reinado*, Lisboa, Edição do autor, Oficinas do «ABC», 1926, p. 55. Como lhes chamou o poeta Guilherme Braga,

e se desenhe,¹⁹ de tal modo que o povo inculto e analfabeto, na sua maioria, recebe, através das imagens irreverentes, a “preparação” política para os tempos que se avizinham. Quem são os alvos? Os políticos e principalmente o rei.

Podemos dizer que D. Carlos iniciou o seu reinado com o Ultimato Inglês. O Ultimato Inglês foi aquele balde de água fria nacional que fez arrepiar o país transido de indignação. Tomaram-se atitudes que por insuficientes deixaram Portugal infeliz e humilhado à procura de em quem descarregar a sua frustração: o rei. Muitas vezes se elevaram em Portugal nesta conjuntura de luto pátrio, mas talvez a mais poderosa pela sonoridade das palavras, e que calou mais fundo no espírito dos portugueses, tenha sido a de Guerra Junqueiro:

“Eu, rei de Portugal, súbdito inglês, declaro
Que à nobre Imperatriz das Índias e ao preclaro
Lord Salisbury entrego os restos de uma herança
Que dum povo ficou à casa de Bragança
Dando-me, em volta, a mim e ao príncipe da Beira
A desonra, a abjecção, o trono ... e a Jarreteira.”²⁰

Daí em diante tudo quanto de mal acontece é culpa do rei.²¹ E o rei era aquela pessoa afável, um artista, que gostava de tratar os seus próximos por tu numa familiaridade deferente. “Era o típico monarca liberal, interessado em arte (deixou mais de meio milhar de quadros e desenhos) e na ciência (especialmente a oceanografia). Não era imperativo nem precipitado, mas amável no trato pessoal e atreito a adiar decisões.”²² E também se interessava pelo estudo das aves de Portugal.

Cordato e sumamente educado, D. Carlos vê-se confrontado com o emergir de ideias,

conceitos e preconceitos que lhe são hostis e que são objecto de uma propaganda cerrada precisamente daqueles que possuem os conhecimentos e a verve dos espíritos cultos: os intelectuais, os homens de letras, os jovens formados em Coimbra e alguns já em Lisboa: médicos, como António José de Almeida, advogados, como Afonso Costa, professores, como Bernardino Machado, com o dom da palavra, da escrita e da argumentação, em suma, magníficos oradores.

Os primeiros anos do século XX são de agitação política, como também o serão os seguintes mercê de situações novas: a ditadura é uma delas.

Enquanto D. Carlos se manteve entregue aos seus hobbies: a pintura, a caça, o mar, enquanto se limitou a assinar os decretos e a não interferir no governo e no parlamento, as coisas iam caminhando. Quando o rei quis pôr ordem no reino, chamou João Franco e quis, de facto, além de reinar, governar, convencido do “engrandecimento do poder real,”²³ tudo se precipitou.

19 - A 17 de janeiro de 1900, *O Século* anuncia o aparecimento de “A Paródia.”: “Jornal de caricaturas de Rafael Bordallo Pinheiro e M. Gustavo Bordallo Pinheiro. Oito páginas sendo duas a cores. Preço avulso 20 rs. assina-se na administração, rua da Barroca, 115, 1.º.”

20 - Junqueiro, Guerra, *Pátria*, Lisboa-Porto, Livraria Chardron, de Lelo & Irmão, L.^{da} editores, 3ª edição, s.d. p. 34.

21 - Ramos, Rui (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 4ª edição, 2009, p.569.

22 - *Idem*, p. 560.

23 - Cabral, António, *As Cartas D’el-rei D. Carlos Ao Sr. João Franco, Cartas D’ El-Rei a José Luciano. A Dictadura. Os Adiantamentos. O Regicídio*. Portugal-Brasil, Sociedade Editora Arthur Brandão & C^a, s. d., p.58.

Depois, drama maior, D. Carlos viu-se isolado, sem monárquicos! O país republicanizava-se. Mal sabia D. Afonso, quando criança traquina corria pelos corredores do palácio da Ajuda, em luta com o irmão, dizendo “vários palavrões contra a monarquia e outros tantos clamores à República,”²⁴ que estava a vaticinar uma grande verdade. A república estava em marcha. Na Europa, a França era o mote, na América, o Brasil o exemplo. Os parentes reais do Brasil já tinham deixado o trono do império brasileiro em 1889.²⁵ Os primos do Brasil tinham vindo acolher-se a Portugal e não voltariam mais ao Brasil em vida. D. Pedro II, considerado um filósofo e um poeta, e a esposa, vieram exilar-se em Portugal...

A existência das ideias socialistas e republicanas no País era um fato. Os republicanos organizavam-se, reuniam, cresciam em número e convicções. Desde a «geração de setenta» e das Conferências do Casino que as ideias circulavam com mais fluidez graças a homens como Eça, Ramalho, Antero, Junqueiro, Teófilo, Bernardino, Arriaga, Almeida, Costa, Lima, e tantos outros.

Enquanto esta onda se ia formando ao longe - para, como um maremoto, se precipitar de repente sobre o país estupefacto, - a vida decorria no tal ramerrão que já referimos.

O rei procedia regularmente à assinatura régia despachando no palácio das Necessidades. Era dada essa informação publicamente, através dos jornais, sob o título: «Assinatura régia.»

Depois há pequenas notícias que permitem ao país ter uma ideia ligeira e frívola do que se passa com o rei e a família real.

Dia 3 de janeiro de 1900, sob o título “Desastre lastimável” *O Século* dá esta informação: “D. Carlos e D. Amélia tomaram lugar na sala do trono onde começaram a desfilar pela sua frente as damas da corte e então a sr^a Viscondessa de Várzea perdeu o equilíbrio e caiu nos braços do sr. Conde de Mesquitela. Foi conduzida depois ao seu landau.”

No dia 17 podemos ler, no mesmo jornal, que el-rei vai a bordo da galeota real tripulada por trinta homens para ir a bordo do cruzador «D. Carlos I». Os oficiais de serviço devem ter sobrecasaca, dragonas e bonet.

...“Na próxima 6^a feira consta que o rei vai para Montemor-o-Novo caçar javalis nas charnecas de Santa Suzana.”

Nas deslocações do rei pelo país quer para ir a Montemor-o-Novo, ou a Vendas Novas, ou a Proença a Nova, quer para ir para Vila Viçosa, o rei e a família real utilizavam o comboio real. A catorze de março, de 1900, comunica-se que o comboio real constava da máquina n^o29, um fourgon, uma carruagem mista, coche real, salão de luxo e salão da direção dos caminhos de ferro. Um dia, quando Bernardino Machado estava no Governo, sugeriu “a D. Carlos que por economia se

24 - Cadaval, Diana de, *Eu, Maria Pia*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 3^a edição, 2010, p.115.

25 - No mesmo dia em que nasceu D. Manuel no Paço de Belém - 15 de Novembro de 1889, proclamava-se a república no Brasil. D. Pedro II contava então 64 anos e D. Carlos 26, quando aquele chegou ao exílio em Portugal e este ia ser aclamado rei.

suprimissem os comboios especiais nas deslocações régias, atrelando-se uma carruagem-salão ao comboio ordinário. O rei concordou inteiramente.”²⁶ Esta alteração obrigou certa vez a rainha D. Amélia a retirar-se em primeiro lugar do teatro S. Carlos em virtude de se ter que levantar cedo no dia seguinte para tomar o comboio ordinário da manhã, como explicou à sr^a D. Maria Pia.

As caçadas reais tinham resultados que por vezes eram dados a conhecer. A caçada real em Vendas Novas no dia 19 de Agosto de 1900 traduziu-se pela morte de 115 perdizes, dez coelhos, 14 lebres e oito peças diversas. El-rei dirigiu a caçada e estava presente o príncipe real.

Dia 20 “o rei embarcou para a costa de Sezimbra para proceder a estudos oceanográficos. Depois irá para Mafra e Cascais onde ficará a bordo do yacht Amélia.”

Sob o título «El-Rei» que é como aparecem geralmente na imprensa estas pequenas notícias, surge a informação de que a 27 de Agosto “El-Rei e o príncipe real retiraram às 9 horas da manhã. O rei para a estação de Mafra, o príncipe a cavalo para Sintra acompanhado pelo major Mouzinho. Ouviram missa às sete da manhã que foi rezada por frei Manuel da Trindade. Em seguida foram para a Tapada onde almoçaram no sítio do Barracão

acompanhados pela música de fanfarra dirigida pelo sr. José da Costa Jorge.

Logo no dia 30 de agosto se diz que sua majestade el-rei tenciona ir para o mar a bordo do seu hiate *D. Amélia*, que está fundeado na baía de Cascais, e que o rei esteve no Sporting Club jogando o lawntennis.

No dia 3 de setembro, deste mesmo ano de 1900, que temos vindo a seguir através do *Século*, sob o título - Família Real - se informa que o sr. D. Carlos regressa de Cascais e Sintra e toda a família real deve estar em Cascais a partir de 15 do corrente em diante. El-rei ouviu missa dia 2 na igreja dos Navegantes acompanhado do seu camarista, oficial às ordens, e da guarnição superior do yacht *Amélia*.

Estas pequenas notícias não dizem apenas respeito ao rei ou à família real em geral, mas detêm-se também na pessoa das rainhas, ora a rainha D. Maria Pia ora a rainha D. Amélia.

A 12 de janeiro D. Maria Pia visitou uma casa de correção acompanhada da sua dama, sr.^a Marquesa de Belas.

Continuamos a mencionar o ano de 1900 com a ajuda do *Século*.

Sobre D. Maria Pia há uma notícia surpreendente vinda de Paris a 19 de setembro “Edouard Santeil publicou num jornal de Paris, Le Journal, em 18 de agosto um artigo sobre Les femmes médecins. Diz o senhor que em 1876 as mulheres estudantes de medicina em França eram 114 e afirma textualmente: “ao lado desta estatística oficial deve inscrever-se o nome d’uma rainha, Maria Pia, rainha de Portugal. Sua Magestade não se dedignou de passar longos dias em anfiteatros e hospitais de Lisboa. E faz ela mesmo operações. Foi por sua iniciativa que deixou de fazer-se o estudo dos partos em manequins, como se fazia no tempo dos jesuítas.” Esta nota vem encabeçada pelo título -Historiador Patusco. Mas a que propósito veio ela a lume? Porque D. Maria visitava muito os hospitais? Porque era vista muitas vezes em Paris onde se deslocava, viajando no «sud-express», para ir a compras ou em passeio?

26 - Vaz, Angelo, *Bernardino Machado, sentimentos, ideias e factos do seu tempo*, Porto, Ofic. Gráf. de «O Comércio do Porto». Edição do Autor. 1950, p. 58.

Pela República - 1908-1909, 2º v., p. 136.

De qualquer maneira é destes breves apontamentos que se alimentava a curiosidade pública dando a ideia de que suas majestades pouco mais faziam que viajar, distrair-se e gastar mais do que deviam e podiam.

A 16 de outubro houve uma viagem régia ao Porto. Suas majestades foram de comboio enquanto por mar se deslocavam 3 cruzadores e 2 torpedeiros. No domingo houve jantar de Gala no Palácio Paço Real das Carrancas.

A rainha D. Amélia também visitava os hospitais. Por exemplo a 12 de maio a rainha visitou o hospital do Desterro e em outubro o Sanatório Marítimo de Carcavelos para crianças escrofulosas fundado pelo Dr. José de Almeida “distintíssimo médico em Oeiras,” como refere *O Século* a 11 de outubro de 1900. A rainha preocupava-se em especial com a assistência aos tuberculosos tendo mesmo uma obra, o Dispensário.

Este primeiro ano do século XX foi um ano que ficou marcado por um eclipse do sol muito comentado na imprensa da época e, para a família real, dolorosamente assinalado pelo assassinato do rei da Itália Humberto I, a 30 de Julho de 1900, que morreu às mãos de um tal Bressi, em Monza, com três tiros. Era irmão da rainha D. Maria Pia. A 7 de outubro há notícia de anarquistas em S. Paulo (Brasil) relacionados com esta morte e com planos para

assassinarem o presidente da república francesa Émile Loubet.

Foi também o ano em que a 17 de Agosto morreu Eça de Queirós em Paris onde era cônsul português. As *Novidades* dizem que, por cartas particulares se soube que Eça recebeu os sacramentos da Igreja antes de falecer, “por cuidado da viúva que velou o seu corpo sem o deixar um momento.”²⁷ Procederam-se a cerimónias fúnebres e veio trasladado para Portugal. Entretanto outra viúva, a de Oliveira Martins, também em Agosto, mandava dizer missa pelo escritor, na igreja dos Caetanos, sufragando a sua alma no 6º aniversário da sua morte.

Assim ia o reino. E o povo? Em grande parte descalço, pobre, analfabeto. Sujeito mais que ninguém à peste bubónica, à tuberculose, à varíola, à raiva que era vulgar por falta de cuidado com os animais, cães e até gatos hidrófobos, que andavam soltos pelas ruas. A loucura também é notícia entre o povo, associada por vezes à ingestão de álcool, quando doentes do foro psiquiátrico eram levados para Rilhafoles (depois Hospital Miguel Bombarda). O povo vê saírem para as colónias os expedicionários, a maior parte deles seus filhos ou vê-os emigrar para o Brasil. Segundo João Franco, face à economia da Europa Central e Ocidental, os portugueses eram “o povo mais atrasado, mais pobre e mais infeliz.”²⁸

Os anos seguintes foram muito semelhantes ao primeiro ano do século XX e, se dele diferem, é na agudização dos problemas políticos e económicos. O rei já se havia empenhado, a nível diplomático, quando visitou as capitais europeias: Madrid, Paris, Berlim e Londres. É agora a altura de receber retribuições. No princípio do século, Eduardo VII de Inglaterra, Afonso XIII de Espanha, a rainha Alexandra da Inglaterra, o imperador Guilherme II da Alemanha e o presidente da República Francesa Émile Loubet e até o rei do Sião, estiveram em Portugal prestigiando com a sua presença o nosso país.

27 . Jornal *O Século*,

28 - Ramos. Rui, (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 4ª Edição, 2009, p. 568.

Apesar da onda anti britânica que percorreu a nação e alimentou o descontentamento coletivo D. Carlos conseguiu, mau grado a oposição que não o poupava, reverter a situação lembrando ao governo que poderíamos estar de mal com todo o Mundo menos com o Brasil e a Inglaterra. Contudo D. Carlos sabia que estava a pagar “os erros que de longe vêm” como escreveu em carta a Hintze Ribeiro, em 16 de maio de 1906. Ao entregar a educação do Príncipe Real a Joaquim Mousinho,²⁹ foi com o desejo de que este fizesse do príncipe, *um homem*, como era mister para aqueles tempos. A propósito da educação dos príncipes vem à colação referir que sendo Bernardino Machado professor em Coimbra e tendo D. Carlos ido visitar a Universidade, Bernardino Machado aproveitou “para lhe encarecer as vantagens que adviriam para a Nação se o príncipe D. Luís Filipe e o infante D. Manuel cursassem aquele estabelecimento de ensino, juntos com a mocidade do seu tempo. Mostrou-se o rei entusiasmado com o alvitre, mas, tempos depois, confidenciava ao seu Conselheiro: Sabe, Bernardino Machado, a Rainha não quer separar-se deles...”³⁰

Esta afirmação “Mostrou-se o rei entusiasmado com o alvitre...” confirma-nos a abertura de espírito de D. Carlos e a sua clarividência. Aliás, mais tarde, em 1938, numa carta

de Paris do mesmo Bernardino Machado, pode ler-se que D. Carlos tinha “grande memória”, “perfeito sangue frio” e “inteligência culta” quando, tendo-lhe sido entregue um discurso para ler numa de duas inaugurações, olhando para a folha de papel, como quem seguia o texto, pronunciou um verdadeiro improvisado e ao terminar disse em voz baixa, sorrindo para Bernardino Machado: «trocou-os». Nesta altura ainda não tratava os seus ministros por tu, como faria depois...³¹

Mas D. Carlos estava dividido ainda entre dois mundos. Estava num ponto de viragem, num ponto de charneira. Por vezes parecia que se remontava a tempos idos em que os reis eram considerados de uma forma mais reverente. Assim acontecia em ocasiões em que a família real ia passar uma temporada a Cascais. Todas as autoridades do concelho iam ao limite - Alcabideche - para receberem suas majestades. Havia grandes festas e iluminações e era utilizado o palácio da Cidadela de Cascais. A “casa” de praia da família real.

Também nos conta Bernardino Machado que, em dada altura, tendo acompanhado o rei D. Carlos às Caldas da Rainha, presenciou uma situação que muito o impressionou: “O diretor do hospital, médico muito distinto, no jantar oferecido ao Monarca serviu-lhe as iguarias ajoelhado a seus pés.”³²

Mas em 1903 dá-se um acontecimento que irá ser muito preocupante para a Monarquia e bom para o Partido Republicano Português. Precisamente o dr. Bernardino Machado, pessoa tão considerada no meio académico e político pela sua inteligência, probidade e educação superior, adere ao Partido Republicano fazendo a sua profissão de fé republicana:

29 - Cabral, António, *As Cartas D'El-Rei D.Carlos ao Sr. João Franco - Cartas D'El-Rei a José Luciano. A Dictadura. Os Adiantamentos. O Regicídio*. Lisboa, Portugal-Brasil, Sociedade Editora, s.d. p. 77. “não posso pôr deante dos olhos de meu filho, nem mais valentia, nem mais amor ao seu rei, nem mais lealdade à sua Pátria.” Carta IX a José Luciano em “7-11-98 noute”.

30 - Vaz, Ângelo, *Bernardino Machado*, Porto, Oficinas Gráficas do Comércio do Porto, 1950, p.66.

31 - *Idem*, p. 65.

32 - *Idem*, p. 56.

“Por maior que seja a cultura do chefe do Estado, por maior que seja o seu brio e coragem, o empreendimento não é para as forças de nenhum indivíduo só! Só lhe pode meter ombros a massa inteira da Nação, o seu valoroso povo, as suas classes trabalhadoras.

“Há quem objecte que a monarquia está identificada com a independência da Pátria. Como se, sem ela a Nação não pudesse viver! Não. A Nação foi de facto sempre monárquica, mas, infelizmente, a monarquia foi a monarquia usurpadora dos Filipes, foi o governo napoleónico de Junot e foi o governo de Beresford sob Jorge IV. Não. Efectivamente a monarquia tem um lugar soberano no começo da nossa história, mas gradualmente quem o vai tomando cada vez mais para si é o povo.

“E as nossas alianças? Sem as discutir por agora, limitar-se-à a apontar a aliança entre a França republicana e a Rússia absolutista, o tratado de arbitragem celebrado ultimamente entre a própria Inglaterra, nossa aliada e a França republicana. Não. O tempo da santa aliança passou e hoje já não são dos reis as alianças, mas dos povos.

“O que é indispensável, é organizar as forças vivas da Nação portuguesa.

ORGANIZE-AS O PARTIDO REPUBLICANO E A NAÇÃO SALVAR-SE-À.”³³

Podemos calcular o impacto que esta declaração republicana, de que transcrevemos aqui uma passagem, teve no país e até no estrangeiro. Bernardino Machado acabava de dar uma vigorosa “machadada” na monarquia e no próprio rei. Não mais as coisas seriam como até ali. O Partido Republicano Português tornou-se mais credível aos olhos de todos e tomou um rumo sem retorno. Avultam, a partir daqui, outras personalidades que já eram conhecidas na política, mas que agora parecem encontrar o seu lugar definitivo: Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, António José de Almeida, Junqueiro, Afonso Costa, Brito Camacho, Magalhães Lima e tantos outros. Eram vistos muitas vezes juntos traçando vias democráticas que se irão concretizar mais tarde, já na República, em partidos republicanos definidos: democrático, unionista, evolucionista que, embora proclamassem entendimento significavam na realidade uma cisão, posto que Bernardino Machado afirmasse: “Todos nós, republicanos, éramos democráticos pela nossa fé na democracia, evolucionistas no desejo de promover as mais progressivas transformações sociais pela evolução, e unionistas pela união inquebrantável dos nossos princípios.”³⁴

Entretanto levantava-se a par do Partido Republicano uma força armada, a Carbonária e, nos bastidores operava a Maçonaria. Parecia constituírem, com numerosas adesões, uma torrente impetuosa cada vez mais a tomar conta dos destinos do país. Em 1907 Magalhães Lima, ligado à fundação do *Século* e da *Vanguarda*, é eleito Grão Mestre da Maçonaria e António José de Almeida é um elo de ligação entre a Carbonária e o Partido Republicano, tal como já acontecia com Luz d’Almeida.³⁵

D. Carlos tem conhecimento de todos estes movimentos, lê os jornais,

33 - Vaz, Ângelo, *Bernardino Machado, sentimentos, ideias e factos do seu tempo*. Porto, Ofic. Gráf. de «O Comércio do Porto». Edição do autor, 1950, p.106.

34 - *Idem. Ibidem*.

35 - Brandão, Pedro Ramos e António Chaves Fidalgo, *A Maçonaria e a implantação da República em Portugal*, Alfragide, Sociedade Editorial Lda, Oficina do Livro. 1ª Edição, setembro 2010, p.85.

vão-lhe contar. Aquando do franquismo vê-se até que ponto o rei tem consciência do que se passa no país. As suas cartas a João Franco, como já as cartas a José Luciano, são disso testemunho. A situação é grave e o rei confessa-se cansado.

É neste cenário que chega uma notícia “refrescante”: D. Carlos irá fazer uma bela viagem por mar acompanhado da rainha. O Brasil, que se prepara para festejar o primeiro centenário de abertura dos seus portos à navegação internacional, em 1908, convida o rei de Portugal para estar presente às comemorações e, entre outros eventos festivos, efetua uma exposição internacional localizada no «Pão de Açúcar» e na «Babilónia», no Rio de Janeiro. Portugal será o único convidado estrangeiro.

Na Baía, a Associação Comercial delibera, para se associar aos festejos, inaugurar nas suas salas, no dia 28 de Janeiro de 1908, o retrato d’el-rei D. João VI. Este retrato foi mandado executar ao pintor António Baeta, discípulo de Silva Porto, na Academia de Belas Artes de Lisboa. Quem tratou do assunto foi o sr. António Bastos. E a moldura também foi executada em Portugal na fábrica Castelo.³⁶ Uma justa e bela homenagem ao rei que, na sua

ida para o Brasil, fez questão de alterar a rota da viagem e anunciar a abertura dos portos brasileiros em Salvador da Baía.³⁷

E assim, a pouco e pouco, através de pequenas notícias nos jornais, o país vai tomando conhecimento dos preparativos para esse histórico acontecimento no Brasil.

O rei de Portugal aceitou o convite. O Ministro dos negócios estrangeiros, sr. Luís de Magalhães anuncia ao representante de Portugal no Rio de Janeiro que D. Carlos e D. Amélia aceitam o convite do presidente, Afonso Penna, para a visita à capital federal. Será no verão desse ano de 1908 que essa viagem se realizará, estando previsto que os soberanos portugueses chegarão ao Rio a 7 de junho, partindo de Lisboa a 23 de maio.

A atitude de D. Carlos, no entanto, é de ponderação. Numa carta que escreve à sua amiga duquesa d'Uzès mostra o quanto está ciente da responsabilidade dessa deslocação ao Brasil:

“Por grande que seja a confiança que deposito no meu governo, não posso dispensar-me de tudo ver, de ter debaixo dos olhos as mínimas coisas, porque nos combates não há minúcias que sejam insignificantes.

“Estamos ainda em campanha. Campanha pacífica até hoje e creio que com alguma firmeza e habilidade ela prosseguirá até ao fim. Mas isto cansa muito e, na verdade, sinto-me fatigado e quase fisicamente.

“Espero agora uma acalmção, que me permitirá, em princípios do mês próximo, passar uns quinze dias no campo; todavia, infelizmente para mim, será um repouso relativo, porque no campo há correio e telégrafo.

“Como desejaria poder fazer uma viagem e ir descansar em França, pelo menos dois meses!

“Em vez disso, farei uma viagem, mas que viagem, uma viagem singularmente política e d'uma importância capital para a minha obra. No mês de maio parto para o Brasil, durando o meu afastamento dois meses (o que dirão os meus

36 - Jornal *O Século*, dezembro de 1907, p. 1.

37 - Gomes, Laurentino, *1808. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, S Paulo, Editora Planeta do Brasil, Lda, 2007, p.100.

parentes brasileiros??!!). Convém não esquecer que n'aquela País temos ainda cerca de dois milhões de súbditos portugueses e que, em geral, são dos mais inteligentes e dos mais ricos que lá se encontram.

“A maior parte, após muito trabalho meu, está já muito bem orientada.”³⁸

Não resistimos a transcrever este estrato da carta de D. Carlos por nos parecer que ajuda a compreender melhor D. Carlos, as suas preocupações e atuação. Como acabamos de ver lembra aqui, com delicadeza de alma, os sentimentos dos seus parentes brasileiros afastados do trono há já dezanove anos e impedidos de regressar ao Brasil por uma determinação política de banimento.

A propósito, colhemos do nosso informador, *O Século*, uma notícia que vale a pena trazer a lume.

Sob o título « Viajantes ilustres» podemos ler que o príncipe Luís de Orleans Bragança, primo da rainha D. Amélia e neto do último imperador do Brasil, esteve em

Lisboa, a caminho de Viena d'Áustria, após uma bela viagem pela América do Sul. Veio no *Koenig Willelm* e não no *Uruguay*, porque à ida não lhe foi permitido, pelas autoridades brasileiras, desembarcar no Rio. Esteve na Argentina, no Chile, no Paraguai e na Bolívia. Fotografou o que lhe mereceu interesse com o seu Kodach.

Ao chegar a Lisboa, hospedou-se no Avenida Palace para, no dia seguinte, seguir para Paris no «sud-express» ao encontro dos pais, os condes de Eu. De Paris o príncipe iria então para Viena de Áustria onde era tenente do regimento de Hussares nº5 aquartelado em Nezsider.

Quanto à estadia em Lisboa, por algumas horas apenas, “guardará o mais absoluto incógnito e abstem-se de cumprimentar o chefe de Estado por um escrupuloso sentimento de delicadeza em virtude de sua magestade ir brevemente ao Brasil em visita oficial, e desejar sua altesa que se não dê qualquer interpretação menos justa aos seus cumprimentos.”³⁹

Nessa noite, quando esteve hospedado no Avenida Palace, “ainda subiu a rua do Carmo e o Chiado com o sr. Adolfo Moreno e foi, cerca da meia-noite, tomar chocolate ao café Tavares.”⁴⁰

Como podemos constatar a relação com os primos brasileiros tinha os seus melindres políticos e diplomáticos.

Se no Brasil houve satisfação com a ida dos soberanos portugueses ao Rio de Janeiro, em Portugal também se tomaram iniciativas que iam ao encontro dessa agradável expectativa. O conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado resolveu autorizar o transporte gratuito, nas suas linhas, dos artigos destinados à exposição do Rio e, quanto às carreiras de vapores entre Portugal e o Brasil seriam inauguradas a quando da projetada viagem.⁴¹

E como estava Portugal? Pois bem. Portugal continuava a ver o rei ir à caça, proceder regularmente à assinatura régia depois do conselho de Estado, visitar exposições como a de Rafael Bordalo Pinheiro no salão de festas da *Ilustração Portuguesa*, apesar de o artista não poupar o soberano nas publicações: «Os pontos

38 - Martins, Rocha, *D. Manuel II - Memórias para a História do seu reinado*, Lisboa, Sociedade Editora «José Bastos», p. 169.

39 - Jornal, *O Século*, 24 de dezembro de 1907, p.1

40 - *Idem. Ibidem.*

41 - *Idem. Ibidem.*

nos ii» e a «Paródia».

D. Carlos continuava a ir a bordo dos seus barcos preferidos, a assistir a regatas em Cascais, a corridas de automóveis,⁴² a interessar-se pelo resultado dos raid a cavalo e pelo resultado da burricada de Lisboa a Cascais,⁴³ continuava a dedicar-se às suas aquarelas, a assistir a algumas cerimónias religiosas, como à missa solene em honra da Padroeira do Reino, no dia 8 de Dezembro de 1907, acompanhado da família real, da casa civil e militar, ministério, comendadores da Ordem da Conceição de Vila Viçosa, etc. Como depois, no dia 2 de janeiro de 1908, assistirá à abertura das cortes acompanhado da rainha e do príncipe D. Afonso.

O ano de 1907 não foi fácil. *O Século* dá-nos conta, em jeito de apanhado de efemérides, entre outras, das seguintes situações:⁴⁴

“- Em abril desse ano declaram-se em greve mais de 6 mil estudantes de todas as Escolas de Lisboa.⁴⁵

- É julgado no Porto em tribunal especial Guerra Junqueiro por um manifesto publicado na *Voz Pública*.

- O governo manda encerrar o parlamento.

Por causa da greve dos estudantes o governo manda encerrar todos os estabelecimentos de ensino à excepção dos liceus.

-16 - O Dr. Bernardino Machado pede a demissão de lente de filosofia.

-23 - Reune-se pela 1ª vez o «gabinete negro» criado pela actual lei da Imprensa.

- Começam os trabalhos do segundo congresso republicano.

- Greve dos soldados de Setúbal.

- Em maio -resolve-se a crise ministerial do sr. João Franco.

- A bordo do vapor *Portugal* parte para Angola o primeiro troço expedicionário que vai incorporar-se nas forças da coluna contra os cuamatas.

- A bordo do *Malange* parte para Angola o sr. Capitão Alves Roçadas comandante da coluna contra os cuamatas.

-19- É investido no cargo de grão-mestre da maçonaria portuguesa o sr. Magalhães Lima.

- Protestos contra a ditadura.

-24 - Efectua-se o julgamento da *Ilustração Portuguesa* por transgressão, sendo absolvida.

- Realizam-se as sessões dos partidos oposicionistas para apreciarem as representações a apresentarem a el-rei contra a dissolução das câmaras.

42 - Em 1907 os automóveis estavam a registar franco progresso aparecendo nas ruas das cidades a concorrer com os trens e os landaus. No dia 30 de Novembro a rainha D. Amélia visitou em Paris a exposição de automóveis no Grand-Palais. Já atingiam os 100Km/h. Afonso Costa tinha um automóvel francês de 40 cavalos, mas o príncipe D. Afonso foi pioneiro em Portugal, o “Arreda.”

43 - Despertavam grande entusiasmo os raid hípicas, corridas a cavalo em percursos definidos, pelo país. A 3 de outubro de 1907 um raid percorreu parte do norte e centro do país... até Lisboa. Os raidistas eram militares: sargentos, alferes e tenentes. Havia prémios artísticos para os vencedores. O fotógrafo Benoliel fotografou para a *Ilustração Portuguesa* e para *O Século*. Também eram muito concorridas as corridas de burros. Há notícia de uma burricada de Lisboa a Cascais, no dia 6 de outubro de 1907, em que, quem chegou em primeiro lugar, fez o percurso em 2h e 16m. Um recorde ! O burrico ganhador recebeu uma saca de favas! Acompanharam a prova muitos ciclistas.

44 - Jornal *O Século*,

45 - Dando continuação à agitação estudantil de anos anteriores.

- São julgados e condenados no Porto por abuso de liberdade de imprensa o diretor e o redator político da *Voz Pública*.

- Os pares do reino são recebidos no Palácio das Necessidades, fazendo o sr. Sebastião Teles a leitura da representação contra o encerramento da câmara.

- Em Junho -Parte para Luanda a bordo do *Lusitânia*, a companhia expedicionária de infantaria 12 destinada à coluna contra os cuamatas.

9- Realiza-se no Porto, um grande comício republicano a que preside o dr. Bernardino Machado.

- Realiza-se a grande manifestação republicana do Ribatejo.

17- Parte para o Porto o sr. João Franco, presidente do Conselho, dando-se tumultos à sua chegada àquela cidade.

18- O regresso do chefe do governo à capital assinala-se pelos motins de que resultou a morte de dois indivíduos.

19- Na estação do Rossio renovam-se os tumultos, havendo muitas prisões e feridos.

20- Durante a noite estabelece-se conflito entre a multidão e a força armada, havendo grandes correrias.

21- Os estudantes do liceu S. Domingos têm um conflito com a polícia.

- São enterradas a ocultas de madrugada as vítimas da noite de 18.

- É publicado o decreto relativo à suspensão dos jornais.”

No segundo trimestre deste ano - abril, maio e junho - o país, através dos acontecimentos mencionados, que nos servem de referência, apresenta um panorama preocupante. Quase tudo se traduz, afinal, se atentarmos bem, em protestos contra a ditadura. D. Carlos chama João Franco ao poder em 1906 depois do golpe deste a dez de maio e, a partir daí, o viver nacional é de sobressalto acompanhado de frases que são previsões sombrias como a de Luciano de Castro, numa entrevista ao jornal *O Mundo*: “entrou-se num período revolucionário”⁴⁶ ou esta outra de Júlio Vilhena, novo chefe do Partido Regenerador: «isto acaba numa revolução ou num crime.»⁴⁷

João Franco foi a pior escolha que D. Carlos podia ter feito nesta conjuntura. Ele começou logo por arranjar matéria de conflito com a questão dos adiantamentos à casa real. Tinha uma maneira de ser demasiado rígida que já dera provas quando experimentou a ditadura com Hintze Ribeiro - 1893-97. Sem dúvida tinha qualidades de capacidade de trabalho e probidade. Mas não era o homem certo para o momento. Os tumultos no Porto e em Lisboa não conseguiram alertá-lo para o precipício que se estava a cavar à sua frente e para onde ele se encaminhava arrastando consigo o rei. As greves, a agitação estudantil, o fecho do parlamento e da câmara, os procedimentos judiciais, a suspensão de jornais, as tomadas de posição do partido republicano, tudo transpirava revolta ou conduzia a ela.

Podemos afirmar que só num campo as coisas se processavam com sucesso: no campo ultramarino. Em todo o ultramar combatia-se sem desfalecimento e conseguiram-se os melhores resultados: a pacificação. Com exceção da Guiné.

46 - Serrão, Joel, *D. Carlos I*, Dicionário de História de Portugal, Porto, Livraria Figueirinhas, Iniciativas Editoriais, volume I / A-D, 1971, p. 486.

47 - *Idem. Ibidem.*

Os êxitos alcançados nesta vertente da vida nacional levaram a numerosas demonstrações de satisfação e de gratidão junto daqueles que mais se tinham empenhado, com risco da própria vida, para manterem o património colonial incontestado, quer pelas nações europeias, quer pelos naturais desses territórios. Em todas as bocas andavam os nomes de Mouzinho de Albuquerque ligado a Moçambique, do capitão Roçadas e de João de Almeida a Angola e do Infante D Afonso à Índia. Uma quarta zona de intervenção, e não

menos complicada, era a Guiné.

Na Guiné, nos finais de 1907, a situação era gravíssima. Os europeus que ali viviam chegaram a estar confinados à praça de Bissau. Toda a zona entre Geba e Farim estava sublevada por ação do régulo Infali-Sancó que atacou o que nos era fiel, Abdulay, e obrigou o governador, 1º tenente da armada, sr. João Muzanty a realizar várias operações coadjuvado por praças de marinhagem e apoiado pela canhoneira *D. Luís*. Esperavam entretanto receber duas lanchas-canhoneiras para transporte nos rios da província. Estava-se na época das chuvas e só passada esta se podia atuar com mais precisão. Mesmo assim o sr. Muzanty conseguiu, com “coragem e serenidade notáveis,”⁴⁸ obter uma vitória importante sobre as forças de Infali-Sancó que já se batiam com armas de fogo, deixando no campo barris de pólvora de Bissau. Havia sido roubadas armas tempos antes. Houve mortos e feridos de parte a parte.

De Portugal para África deslocavam-se navios com expedicionários. Alguns eram voluntários que se inscreviam, outros, estando já em África, como degredados, alistavam-se. Também para os combates na Guiné se ofereceram voluntários.

Mas as atenções nesta altura estavam especialmente voltadas para os heróis do Cuamata. O capitão Roçadas e os seus homens não podiam ser mais acarinhados e homenageados. O ponto alto de muitas manifestações de apreço foi, sem dúvida, os solenes *Te Deum* em Oeiras, na igreja de S. Domingos em Lisboa e nos Jerónimos e o banquete no Palácio da Ajuda que deve ter sido verdadeiramente magnífico. Basta dizer que foram convidados: “o conselho de Estado, todo o ministério, a casa civil e militar do sr. D. Carlos, os comandantes das várias armas e de todos os regimentos da capital, oficiais gerais da armada e todos os comandantes dos navios surtos no Tejo.”⁴⁹

O rei, a família real e os convidados chegaram ao paço d’Ajuda em automóveis às 8 horas e 20 da noite. Os trajos eram de gala. As rainhas ostentavam as suas melhores joias. A banda de Infantaria 5 dirigida pelo sr. Encarnação tocava fora da sala do banquete; lá dentro tocava a música da real câmara dirigida pelo sr. Roque de Lima. Primeiro ouviu-se cá fora o hino nacional. A sala estava iluminada a lâmpadas elétricas e as duas grandes mesas brilhavam com a baixela de prata e cristal. A uma das mesas presidiu o rei tendo na sua frente a rainha D. Amélia que tinha à sua direita o capitão Roçadas. Na outra mesa estavam, nos lugares principais, a rainha D. Maria Pia e o príncipe real. A ementa, em francês, era, como se deve calcular, requintada. O rei brindou “calorosamente”⁵⁰ os expedicionários e fez um discurso a que respondeu o capitão Roçadas.

48 - Jornal *O Século* de 29 de Dezembro de 1907, p. 1.

49 - Jornal *O Século* de 18 de Dezembro de 1907, p. 1.

50 - *Idem. Ibidem.*

É natural que o príncipe real estivesse particularmente feliz. Permitimo-nos fazer esta arrojada afirmação dado que sua alteza tinha feito há pouco tempo uma viagem às colónias e tinha regressado entusiasmado com o que vira. A bordo do paquete *África* tocara os principais portos de Moçambique, Angola e Cabo Verde. Acompanhado pelo Ministro da Marinha, Sr. Ayres de Ornellas, antigo colonial e companheiro de Mouzinho de Albuquerque, o príncipe teve ainda a oportunidade de entrar em contacto com a África

inglesa, África do Sul, onde foi muito bem recebido.

Ayres de Ornelas descreveu ao *Século*,⁵¹ antes mesmo de o fazer no conselho de ministros, embora reservando aspetos confidenciais, as belezas naturais e o desenvolvimento humano que haviam presenciado e o acolhimento, a todos os títulos digno do futuro rei, que por toda a parte foi dispensado ao príncipe real. Na bela Quelimane, cheia de coqueiros, já plantados pela companhia da Zambézia, foi o príncipe homenageado com um *Te Deum* e, na formosa Ilha de Moçambique, ouviu as salvas dos canhões da imponente fortaleza de S. Sebastião. A Ilha de Moçambique é aquela ilha que, além de ter dado o nome à província e de ter sido a primeira capital antes de Lourenço Marques, tocou muito particularmente a sensibilidade poética de Camões de tal modo que, é no mar Índico que a banha, que Camões inicia a narrativa dos Lusíadas. Era ali que se esperava a monção favorável para se seguir para a Índia, de sorte que, toda a gente que esteve na Índia, desde Vasco da Gama até aos barcos a vapor, fez escala naquela pequena língua de terra assente numa floração de coral.⁵²

Também na costa ocidental houve motivos de encantamento. Cabo Verde e a costa angolana não deixaram ninguém indiferente. O belo porto do Lobito e a maravilhosa baía de Luanda, superaram todas as expectativas porque, além das belezas naturais, o acolhimento de todos os que receberam o príncipe foi extremamente caloroso. Houve um *Te Deum* em Luanda. Mas os visitantes não se ficaram apenas pela orla do continente, nalguns casos penetraram mesmo um pouco para o interior de modo a criarem uma ideia das potencialidades desses magníficos territórios.

É pois natural que o príncipe estivesse satisfeito vendo a homenagem que se prestava a homens que tinham combatido para pacificar territórios tão promissores. O mesmo poderíamos dizer de D. Carlos se não soubéssemos que o rei estava a enfrentar um dos momentos mais preocupantes do seu reinado.

Já não se tratava apenas da ditadura chamada de João Franco, mas mais do que isso: do público aval dado por D. Carlos à situação.

Aconteceu que tendo estado Magalhães Lima em Paris e, na sua qualidade de jornalista, ter entrado em contacto com o jornal *Le Temps*, deu a conhecer a situação política que se vivia em Portugal. O diretor do *Le Temps* resolveu então enviar um jornalista ao nosso país para pedir uma entrevista ao primeiro ministro João Franco e, se possível, ao rei. D. Carlos acedeu ser entrevistado.

51 - Jornal *O Século* de 3 de outubro de 1907, p. 2.

52- “Esta Ilha pequena que habitamos

É em toda esta terra certa escala
De todos os que as ondas navegamos,
De Quíloa, de Mombaça e de Sofala.

E, por ser necessária, procuramos
Como próprios da terra, de habitá-la;
E, por que tudo enfim vos notifique,
Chama-se a pequena Ilha: Moçambique.”

- Camões, Luís, Lusíadas, I-LIV, Porto, Estúdio ALPHA, 1985, p. 24.

Foi em Cascais, na Cidadela. O Sr. Galtier fez-se anunciar e foi recebido.

A entrevista que obtive do rei, que foi logo direito ao assunto assim que o cumprimentou, foi depois publicada no jornal francês e posteriormente copiada para toda a imprensa portuguesa e estrangeira. Foi como um rastilho de pólvora: “é o absolutismo puro e simples”, “é o rompimento formal da coroa com os velhos partidos tradicionais que até agora

a serviram.”⁵³

Gostaríamos de evitar transcrever a «famigerada» entrevista, como alguém ⁵⁴ lhe chamou, mas a tentação é muito forte. Primeiro o jornalista descreve a cidadela e escreve que: “A casa real nada tem de majestoso; é baixa, os compartimentos com pouca elevação de tecto”⁵⁵. Foi conduzido por um camarista a uma vasta sala do primeiro andar. O rei recebeu-o sorrindo e conduziu-o para junto de uma janela de onde se vê o mar. “O monarca calça botas amarelas com polainas curtas de couro mais escuro. Veste um calção verde *épinards à la crème*, e um casaco azul ferrete. É o traje para inaugurar um parlamento de atiradores aos pombos. A sua gravata roxa ostenta uma *pierre de lune*, circundada de brilhantes. Carlos I fuma um charuto enorme. Fala a nossa língua sem acento estrangeiro, com uma notável facilidade.”⁵⁶

E logo o rei começou a falar sem rodeios. Antes o não tivesse feito.

“ - Sei que já visitou muitas pessoas. Teve numerosas entrevistas. Conhece a questão. Verificou de certo que tudo está tranquilo em Lisboa, como no país. Só os políticos se agitam - e não fazem mal no seu ponto de vista - acrescenta o rei sorrindo. - Discute-se muito, faz-se muito barulho, como no parlamento.

“Nos últimos tempos da sessão legislativa a situação tornou-se impossível. Era preciso que o *gâchis* - não há outra palavra - acabasse. Aquilo não podia continuar. Caminhávamos não sei para onde. Foi, então, que dei a João Franco os meios para governar. Fala-se da sua dictadura, mas os outros partidos, os que mais gritam, pediram-me, também, a dictadura. Para a conceder exigia garantias de carácter.”⁵⁷ Precisava de uma vontade sem fraqueza para levar as minhas ideias a bom fim. João Franco foi o homem que eu desejava. Havia muito tempo que eu punha nele as minhas vistas. No momento oportuno chamei-o. O que faz a sua força é ter fé em si próprio, na sua estrela; e nas horas de crise, esta confiança é um auxiliar precioso. A sua inteligência iguala a sua vontade. *É mais inteligente do que se pensa.*

“Estamos de acordo, plenamente de acordo. Trabalhamos harmonicamente. Ele tem toda a minha confiança. Em contrário das intenções que me atribuem, conservá-lo-ei. Estou contente com ele. Isto vai esplendidamente. Isto durará, é preciso que dure no interesse do país. Teremos eleições no momento oportuno, sem obedecer às intimações, aos mandados que nos dirigem. Teremos seguramente a maioria. O país aprovará a política de João Franco. Restabeleceremos o equilíbrio orçamental e extinguiremos o *deficit*.

53 - Jornal *O Século* de 16 de novembro de 1907, p. 1.

54 - Cabral, António, *As Cartas D'El-Rei D. Carlos ao Sr. João Franco - Cartas D'El-Rei a José Luciano. A Dictadura. Os Adiantamentos. O Regicídio*. Portugal-Brasil, Sociedade Editora Arthur Brandão e C^a, [s.d.], p. 188.

55 - Jornal *O Século* de 16 de novembro de 1907, p. 1.

56 - *Idem. Ibidem.*

57 - “Os jornais de Lisboa, da época, traduziram a palavra *caractère*, aqui empregada por José Galtier, por *caracter*. Traduziram mal. Deve ser: energia, firmeza, decisão, que também são significados da palavra francesa *caractère*, e os aplicáveis aqui.” ob. cit., p. 186.

“Em todos os países, para se fazer uma revolução, é necessário ter o exército por seu lado. Ora o exército português é submisso à Constituição: é fiel ao seu rei. Lealmente

conservar-se-à a meu lado. Os oficiais, na sua maioria, são meus camaradas; servi com eles: conhecem-me. Não tenho a menor dúvida sobre a sua dedicação.

“Tudo o que tenho empreendido, tudo o que faço hoje, é no interesse do meu país. Certamente (o rei sorri) mais gostaria *que me deixassem tranquilo*, mas estou no meu posto.

“Conheço o meu país; conheço o meu *tabuleiro* eleitoral. Há 18 anos que o conheço! Portugal precisa tranquilidade; trabalha e pede que a ordem e a paz sejam salvaguardadas. Sei disso, porque vou a toda a parte e o povo está comigo. Quando as eleições nos derem uma grande maioria e se restabelecer a *normalidade*, o remédio que julguei indispensável a uma situação extraordinária já não terá razão de ser. Nunca esqueci, nem por um momento, os meus deveres para com a minha coroa e o meu querido país.”

Foram estas as palavras do soberano que devia ser imparcial e foi partidário. Apoiou mais João Franco do que apoiara José Luciano. Ofendeu os rotativos e deu a mão aos endireitas.⁵⁸ O partido republicano embandeirou em arco. Uma das reações mais publicitadas foi a adesão de monárquicos ao partido, começando pelo sr. conselheiro Augusto José da Cunha,⁵⁹ que, conhecida a explicação do seu procedimento recebeu, de imediato, numerosas felicitações e cumprimentos de todo o país, nomeadamente do Porto, Braga, Santarém, Alpiarça, Vila Real de Santo António e Viseu. Estiveram mesmo a cumprimentá-lo, em sua casa, republicanos ilustres, entre os quais o dr. António José de Almeida e o dr. Bernardino Machado.

Bernardino Machado é aquela personalidade que parece estar presente em todos os eventos republicanos, mas não tem pressa. Está convencido que, não tardará muito, dentro de alguns meses, haverá uma mudança e que o seu sonho será realidade. Mas quando lhe perguntam se não seria melhor empregar os meios extremos, apazigua: “A pena de morte foi abolida em Portugal; não devemos restabelecê-la.” Eis o que nos conta o sr. Galtier que faz de Bernardim Machado o seguinte retrato: “é baixo, esbelto, muito correctamente vestido. A sua cabeça é fina. É um homem tão dócil como amável. É calmo e apazigua.”⁶⁰

Uma das mais curiosas notícias sobre o dr. Bernardino Machado, e que têm a ver com o momento que se vivia, é a que nos dá conta da ida do ilustre republicano à missão nº 176 das Escolas Moveis assistir às provas finais pelo método João de Deus.

O articulista do *Século* não poupa elogios à presença dessa “prestigiosa figura de português e de doutrinador”, “intemerato professor dos princípios democráticos”, porque “por essa ocasião o sr. Dr. Bernardino Machado iniciou nos princípios republicanos, servindo-lhes de padrinho espiritual, as crianças que frequentam aquele estabelecimento de ensino livre.”⁶¹ A Escola Democrática.

58 - “como ficaram sendo chamados os que guiados pelo sr. João Franco, vinham endireitar as finanças, a justiça, a marinha, os negócios coloniais e externos - a política, enfim.” António Cabral ob. cit., p. 26.

59 - Jornal *O Século* de 19 de novembro de 1907, p. 1.

60 - *Idem. Ibidem.*

61 - Jornal *O Século* de 18 de novembro de 1907, p. 1.

Para lhe agradecerem, quinze dias depois mais de 60 crianças foram a casa do dr. Bernardino Machado acompanhadas pelo director da escola e de alguns professores e, pelo que se depreende do final do artigo, acompanhadas também pela *troup* Rossini, conjunto de

músicos que abrilhantaram a visita. À porta da casa concentravam-se muitos populares. Era à volta do meio dia. O anfitrião recebeu-os juntamente com os seus filhos numa sala grande a “sala principal da casa onde ofereceram flores ao seu «padrinho escolar» e o director da escola sr. Armando Carmo agradeceu a honra que o sr. Dr. Bernardino Machado tinha conferido ao seu estabelecimento de ensino e fez a sua profissão de fé republicana.”⁶² Nas suas inflamadas palavras destacou “aquele que soube ser professor modelar e que é agora o mais ilustre cidadão português, aquele em quem a pátria aflita concretiza todos os seus ideais de redenção e de felicidade”⁶³ ao que o dr. Bernardino Machado afirmou, em resposta, que “continua fazendo a apologia dos princípios que defende, e dos quais, hão de vir para a nossa terra, num futuro que já não está longe, dias bem mais gloriosos que os de agora.”⁶⁴

Depois de algumas palavras mais do dr. Bernardino Machado a *troup* Rossini executou a Marselhesa aplaudida com “frenesi” e foram tocadas outras músicas. Em seguida foi servido um *lunch* às crianças noutra sala: “bolos finíssimos e vinhos generosos.”⁶⁵ Aos restantes visitantes foi servida uma taça de champagne.

Quando saíram dali , por volta da uma hora, foram visitar a viúva de João de Deus, sr.^a D. Guilhermina de Bataglia Ramos, que ofereceu prémios aos melhores alunos e entregou a dezassete deles um exemplar do «Sermão do Senhor Cura» da autoria da sr.^a D. Ana de Castro Osório.

Vale a pena acrescentar que as crianças terminaram o dia, que era um domingo, no Campo Grande, para onde se dirigiram de eléctrico, e onde *luncharam*, regressando à noite de comboio a Lisboa...

Estava-se a aproximar a passos largos o fim do ano. Hintze Ribeiro tinha falecido e houve exéquias solenes em S. Domingos em Lisboa, e em Braga. João Franco passou o mês de dezembro adoentado.

A bordo do *Araguaya* passou por Lisboa a caminho do Brasil o notável jurista dr. Rui Barbosa regressado da conferência de paz de Haia e veio também, para passar dois meses em Portugal, um hóspede ilustre, acompanhado da esposa: o dr. Clement Markham, presidente da Sociedade de Geografia de Londres.⁶⁶

A 15 de dezembro os Grandes Armazéns do Chiado anunciam uma “estrondosa” festa para serem inauguradas árvores de natal com milhares e milhares de lâmpadas elétricas “de um efeito deslumbrante.”⁶⁷ Também se anunciam brinquedos e, entre outras novidades, luvas de pele de cão para homem a 800 reis.

O país entre festas e tensões políticas, entre viagens por terra e por mar - ainda não pelo ar, apesar de ser notícia o novo aeroplano de Santos Dumont⁶⁸ - o país vai prosseguindo com a sua vida habitual, as suas diversões populares, os seus

62 - *Idem. Ibidem.*

63 - *Idem. Ibidem.*

64 - *Idem. Ibidem.*

65 - *Idem. Ibidem.*

66 - Jornal *O Século* de 18 de dezembro de 1907, p. 1.

67 - Jornal *O Século* de 15 de dezembro de 1907, p. 6.

68 - Ilustração Portuguesa, 4º volume, 2ª Série, 2º Semestre, p.704. Hemeroteca de Lisboa.

desportos. E, a propósito de desportos, não podemos deixar de chamar a atenção para a descrição da figura de D. Carlos feita por Galtier e para o pormenor: “É o traje para inaugurar

um parlamento de atiradores aos pombos.”⁶⁹ A frase pode parecer descabida a quem não saiba que o rei, sendo um atirador exímio, mandara instalar na Cidadela de Cascais uma tribuna para se assistir a uma das atividades de lazer a que o rei se entregava. “Passava grande parte do tempo no tiro aos pombos”⁷⁰ e “pôs também em moda o tiro aos pombos e aos pratos nos terrenos da Gandarinha”⁷¹. “Mas mais perto do vértice SW da Cidadela, encontramos, na planta de 1895, o chamado “Tiro aos Pombos”. Trata-se de uma área plana, virada ao mar, onde foi instalada uma tribuna, bastante sólida, que permitia que as senhoras assistissem às sessões de tiro, devidamente protegidas do sol e do vento. Os homens sentavam-se à frente, em cadeiras, observando os atiradores, que se exibiam para além de um pequeno gradeamento. Entre eles, ao que parece, brilhava o rei D. Carlos I.”⁷²

D. Carlos interessava-se por desportos viris e em todos eles era “exímio”,⁷³ até no jogo do pau muito popular entre os desportos da época.⁷⁴ Mas também dedicava o seu tempo e a sua atenção, como sabemos, à pintura e à oceanografia. Contudo, sempre que as suas actividades o levavam a ausentar-se de Lisboa ou mesmo de Cascais, em recreio, não o empreendia sem consultar o primeiro ministro sobre a oportunidade de o fazer sem prejuízo das suas responsabilidades de governante.

Neste dezembro de 1907 D. Carlos esteve apenas dois dias na Cidadela e parece que foi a última vez que ali esteve.

Não podemos esquecer que se está em ditadura e que o rei, apoiado em João Franco, procura endireitar o país. Isso trá-lo compreensivelmente preocupado. Aparentemente o rei continua a proceder com normalidade, mas acompanha, cada vez com mais preocupação, as notícias que vêm a público sobre o abandono das fileiras monárquicas e a adesão ao partido republicano. O governo tenta, através do gabinete negro, calar nos jornais os artigos que fazem propaganda subversiva. São muitos os jornais *querelados*, alguns dos quais com mais de uma querela: *Diário de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *Popular*, *Portugal*, *Mundo*, *Lucta*, *Vanguarda*, *Correio da Noite*, *Dia*, *Notícias de Lisboa*, *Época*, *Liberal*, *Novidades*.⁷⁵

69 - Jornal *O Século* de 16 de novembro de 1907, p.1.

70 - Gaspar, Diogo (coordenador), *O Palácio da Cidadela de Cascais*, Lisboa, SOARTES, - artes gráficas Lda, 1ª Edição, novembro 2011, - *História de uma Residência oficial à Beira-Mar*, Elsa Santos Alípio, p.137.

71 - *Idem*. - *Actividades de Lazer*, Graça Briz, p. 119.

72 - *Idem*. - *Duas Fortalezas Formando uma Fortificação*, António Costa, p. 61.

73 - D. Carlos era considerado um homem perfeito em tudo quanto fazia, quer no aspecto físico, quer no aspecto estético e intelectual. Galtier elogia-lhe o francês correto. Sem tirar mérito ao rei, sabemos que teve excelentes professores quando príncipe real; não só nas línguas, - falava várias línguas o que lhe possibilitava dirigir-se aos embaixadores estrangeiros nos seus idiomas - como noutros domínios. Um dos seus professores foi, por exemplo, o conselheiro Augusto José da Cunha, que foi um ilustre professor, ministro de Estado, par do reino, Vice Governador do Banco de Portugal e diretor da Casa da Moeda. Precisamente aquela personalidade que, aos oitenta anos, «descrê da monarquia para crer na república», como comenta *O Século* num artigo sobre «a crise política» em 19/11/1907, p. 1.

74 - Sousa, Manuel de, *REIS E RAINHAS DE PORTUGAL*, Mem-Martins, SporPress, 2000, p. 153. Entre os desportos que já mencionámos não podemos deixar de referir o Foot-Ball, com os seus goals, e o aristocrático club do Sporting. No primeiro Porto-Lisboa a taça é oferecida pelo rei(1894).

75 - Jornal *O Século* de 19 de novembro de 1907, p. 1.

O Jornal *O Século* procura manter uma certa isenção face aos acontecimentos que

relata, daí que não se encontre entre os querelados. Faz informação. No início do ano de 1908 é um jornal com 27 anos e, no seu programa, sobressai uma preocupação: “o Culto da Bondade”.⁷⁶ Pensamos que a essa preocupação se devem as campanhas realizadas por este jornal em benefício dos que mais precisam, principalmente das crianças. São numerosas as campanhas que empreende para angariação de livros escolares para serem distribuídos pelos seus protegidos. Protegidos esses a quem procura também proporcionar colónias de verão junto ao mar. São muitos os artigos que insere de diversos colaboradores, alguns deles médicos, que chamam a atenção para a falta de saúde de muitos pequenitos, a sofrerem de raquitismo ou de escrofulose resultado da pobreza em que vivem, da ignorância das mães, da falta de alimentação adequada. Daqui resulta uma elevada taxa de mortalidade infantil e também o depauperamento da raça.⁷⁷ Esta situação combate-se em duas frentes: na escola e nos lactários, dispensários, sanatórios e hospitais.

Na escola, porque a alfabetização é extremamente importante para a melhoria das condições de vida de um povo. E isto é não só compreendido pelo governo como pelos particulares. Entre os particulares podemos destacar neste período o Partido Republicano Português que cria, inaugura e visita muitas escolas primárias cujos nomes apontam para essa actividade social dos seus membros. Por exemplo: Centro Escolar Republicano Latino Coelho, Escola Democrática, acerca da qual já relatámos uma visita do dr. Bernardino Machado, ou Centro Democrático João Chagas.

Solenizando o primeiro aniversário deste Centro Democrático foi inaugurada uma escola primária para os filhos dos associados com a presença de João Chagas, o homenageado, de quem se descerrou o retrato, e do dr. Bernardino Machado, sendo convidado este último para presidir na qualidade de “venerando democrata”.⁷⁸ Ambos discursaram, mas João Chagas conteve-se um pouco, por se encontrar na mesa, como representante da autoridade, o chefe Alexandre Morgado. Uma criança empunhava uma bandeira verde e vermelha. Nas paredes viam-se retratos de pessoas eminentes na democracia. A tuna tocou o hino de Alfredo Keil⁷⁹ e a Marselhesa.

Apesar de toda a vigilância das autoridades, que chegaram ao ponto de proibirem um comício depois de já ter sido dada autorização para a sua realização,⁸⁰ o Partido Republicano regista cada vez mais adesões mercê também da actividade partidária que, com vista às próximas eleições, estava a organizar por todo o país, através de eleições locais, comissões paroquiais. Os republicanos, que já estavam no parlamento, queriam chegar ao governo, ou talvez mais... Bernardino Machado afirma mesmo, taxativamente, no discurso que pronunciou no Centro Democrático João Chagas que o partido republicano, dia a dia, não tem descansado em espalhar a luz, abrindo escolas e multiplicando os centros e comissões. Considera a escola procriadora da liberdade e o professor um verdadeiro governante. E remata este seu pensamento afirmando que o Partido Republicano abrindo escolas pelo país manifesta apenas o que conta fazer quando for governo.

76 - Jornal *O Século* de 1 de janeiro de 1908, p. 1.

77 - A palavra “raça” era muito citada como fator identitário comum a um povo. Hoje já não.

78 - Jornal *O Século* de 20 de janeiro de 1908, p. 3.

79 - Alfredo Keil tinha falecido há pouco, na Alemanha, sendo trazido o seu corpo para Portugal.

80 - Jornal *O Século* de 26 de Janeiro de 1908, p. 2.

No ensino primário vão-se aprimorando as expectativas: introduzir canto coral e ginástica sueca (estávamos a um século de atraso da Suécia!). Uma novidade também para os alunos foi ter-se realizado, neste início do ano, pela primeira vez, a festa da árvore, incutindo nas crianças o amor e o respeito pelas árvores e pelo trabalho.

Além das escolas primárias, o ensino elementar industrial e comercial também não era esquecido e tinha como inspetor, nesta altura, António Arroio.

No domínio da saúde o esforço também é grande. É construído o Sanatório do Outão, para lá de Setúbal junto ao mar, o primeiro Sanatório marítimo de Assistência Nacional aos Tuberculosos e o Sanatório Sant'Ana na Parede. Por eles vão passar médicos cujos nomes ainda hoje são conhecidos: Curry Cabral, António José de Almeida, Almeida Ribeiro, Silva Carvalho.

Este último clínico prestou serviço no Dispensário da Rainha, obra fundada pela rainha D. Amélia em Alcântara, a 25 de Dezembro de 1893, e inteiramente sustentada do seu bolso particular. Uma obra a todos os títulos excelente de proteção à infância. Para fazermos uma ideia da sua eficácia em termos clínicos basta dizer que, desde a data da fundação até 25 de Janeiro de 1908, o Dispensário teve “61.181 crianças inscritas e procedeu a 18.555 vacinações. No último ano (1907), deram-se 25.191 consultas e 61.657 refeições, fizeram-se 63.383 curativos e aviaram-se 82.147 receitas.”⁸¹ Em breve o Dispensário irá passar para um edifício novo. A rainha gasta em média 6 contos de reis com esta obra, anualmente.

A rainha tem a sua vida familiar e palaciana que vive com dignidade. É uma senhora muito religiosa o que lhe mereceu críticas das correntes laicas. Surdamente combate-se a Igreja e o clero católicos. Os hospitais mantêm o serviço de enfermagem nas mãos das ordens religiosas: as irmãs hospitaleiras de Santo Agostinho, os irmãos hospitaleiros de S. João de Deus e as irmãs de S. Vicente de Paulo. Mas em Paris, desde que o governo francês rompeu abertamente com o Vaticano, laiciza-se a enfermagem, mandando sair as irmãs da caridade. Durante o mês de janeiro de 1908 foram obrigadas a sair do Hospital de S. Luís e a mesma intimação foi feita às religiosas do Hotel-Dieu. Esta decisão do governo francês ocasionou grande movimentação de apoio às irmãs, juntaram-se mais de mil pessoas à frente do hospital, mas o governo prosseguiu com a laicização da enfermagem.⁸²

Em Portugal o anti clericalismo é um fato. Os republicanos professam-no abertamente. Afonso Costa hostiliza frontalmente a Igreja. Guerra Junqueiro ridiculariza a fé religiosa. Muitos se dizem ateus. Mas a monarquia mantém a sua aliança com a Igreja e o povo mantém as suas tradições religiosas. O Natal e a passagem do ano são festas celebradas dentro do espírito religioso. Deseja-se um novo ano cheio de prosperidades.

É isso que - desejar prosperidades - leva ao Paço da Ajuda muitas pessoas no início do mês de janeiro, mais precisamente no dia dois, uma 5ª feira. São os cumprimentos pelo ano novo. A família real recebe, nos belos salões do palácio, as pessoas acreditadas para o efeito, enquanto, cá fora, se aglomeram populares, apesar do mau tempo.

As rainhas estavam deslumbrantes nos seus trajos de gala. A rainha D.

81 - Jornal *O Século* de 24 de janeiro de 1908, p. 3.

82 - Idem, 19 de janeiro de 1908, p. 2.

Amélia vestia de setim branco, um vestido de cauda, com bordados a ouro e a banda de Maria

Luísa, e na cabeça um precioso diadema e um adereço em estrelas de brilhantes; a rainha D. Maria Pia, de seda lilás e aplicações mais escuras, tinha no cabelo uma valiosa tiara de brilhantes e também a banda de Maria Luísa. O rei e suas altezas apresentavam-se com os seus grandes uniformes militares, com as bandas das três ordens e as respectivas gran-cruzes.

Estariam presentes umas trezentas pessoas que começaram a afluir ao palácio por volta das duas horas da tarde, mas só às três e meia o sr. Conde de Figueiró, mestre de cerimónias da côrte, anunciou o início da receção. O desfile de cumprimentos durou cerca de duas horas ladeado pelos conselheiros de Estado, ministros efetivos e honorários, damas da côrte e casa civil e militar de el-rei. Sua majestade tinha, logo de entrada, conversado animadamente, o que não era seu costume, com membros do corpo diplomático, ministros de Estado honorários, especialmente com antigos ministros regeneradores.

Quando chegou a vez da corporação do município de Lisboa ser recebida por suas majestades o sr. Marques Leitão leu uma saudação de que vale a pena transcrever uma passagem: “Senhor: A comissão administrativa do município de Lisboa vem perante vossa majestade, sua majestade a rainha, sua majestade a rainha D. Maria Pia e toda a família real, apresentar-lhe as mais respeitosas saudações pelo dia de hoje, acompanhadas dos mais dedicados votos para que o novo ano seja repleto de todas as prosperidades.”⁸³ Refere-se depois à prestigiosa viagem do príncipe real às colónias e aos triunfos conseguidos pelos heróis do Cuamato endereçando ao rei, como generalíssimo do exército e da armada, as maiores felicitações. O rei respondeu demonstrando satisfação por esses dois acontecimentos e no final agradeceu à ilustre comissão “a sua tão cordial, quanto respeitosa e patriótica homenagem”⁸⁴ desejando também prosperidades e venturas para a pátria.

Terminada a receção, sua majestade a rainha D. Maria Pia ofereceu aos monarcas e suas altezas uma chávena de chá, sendo convidados os dignitários da côrte, o ministério e os antigos ministros de Estado honorários.

Abrilantaram a receção as bandas do corpo de marinheiros, caçadores 2, infantaria 2 e 16. O serviço de polícia foi feito por um piquete de cavalaria da guarda municipal. O regimento de infantaria 1, com a respetiva banda, fazia a guarda de honra, sendo dispensada logo pelo rei por causa do mau tempo e recolhendo ao quartel. Suas majestades e altezas retiraram para o palácio das Necessidades cerca das cinco e meia da tarde. Estiveram presentes nesta receção, entre muitos ilustres, Pinheiro Chagas e Ramalho Ortigão e o homem, sem dúvida o mais falado e homenageado do momento, o capitão Roçadas.

Estas festas e receções preenchiam uma boa parte do convívio da família real, quer com as autoridades, quer com a família. Os familiares das rainhas também se deslocavam a Portugal quando as circunstâncias se proporcionavam. Assim aconteceu com a interessante estadia no nosso país do sobrinho de D. Maria Pia, o duque dos Abruzzos. Sua alteza acabara de efetuar uma aventureira expedição ao polo norte e foi

83 - Jornal O Século, de 2 de janeiro de 1908, p. 2.

84 - *Idem. Ibidem.*

recebido, pela sua tia e primos e pela comunidade científica, com muita simpatia e curiosidade. Teve mesmo a intenção de contar a sua odisseia, pelas terras geladas do norte, na

Sociedade de Geografia de Lisboa, mas parece que não chegou a fazê-lo.

D. Maria Pia ofereceu ao sobrinho um requintado banquete no palácio da Ajuda após o qual se dirigiram para S. Carlos para assistirem à ópera, *Damnazioni di Fausto*. A rainha vestia uma elegante toilette decotada de cetim lilaz, pailletté argent, e entre outras joias ostentava um colar de brilhantes, adereço completo de safiras e brilhantes e diadema de brilhantes. Sua Alteza, o Duque, apresentava-se com o grande uniforme de capitão de mar e guerra da armada italiana. Ele próprio comandava o couraçado *Regina Elena* em que viera e a bordo do qual ofereceu um almoço. Também foi homenageado com um banquete na legação de Itália.

Como os reis se encontravam em Vila Viçosa, na altura, foi mesmo até lá,⁸⁵ para os cumprimentar, antes de regressar a Itália.

Esta estadia da família real em Vila Viçosa estava prevista até ao dia 1 de Fevereiro, motivo por que o sr. conselheiro Teixeira de Abreu, ministro da justiça, se deslocou junto do rei “para conferenciar com sua majestade sobre os últimos acontecimentos e submeter diversos decretos à sua assinatura.”⁸⁶

Entre esses acontecimentos talvez tivessem abordado a questão dos legitimistas, ou talvez a tivessem desvalorizado, como diríamos hoje. A verdade é que a imprensa deu algum destaque às pretensões dos apoiantes de D. Miguel, o chefe da família de Bragança exilada, a quem os seus apoiantes chamavam rei D. Miguel II. De repente, a 19 de Janeiro, surge a notícia de que o sr. D. Miguel de Bragança fará uma conferência ou na Galiza ou em Gibraltar e a 21 *O Século* insere uma entrevista do sr. D. Miguel Vaz de Almada concedida a este jornal.

O sr. Miguel Vaz de Almada é um ilustre representante de D. Álvaro Vaz de Almada, herói de Alfarrobeira e de D. Antão Vaz de Almada, um dos restauradores do reino em 1640. É um legitimista. Reside em Lisboa no bairro de S. Vicente, o Saint Germain de Lisboa, onde se encontram as casas dos Figueiras, São-Martinhos, Pereiras da Cunha, Sampaio, Redinhas e Vilhenas. Tem fortuna pessoal, é abastado, e deslocou-se a Londres, acompanhado do sr. D. Alexandre de Saldanha, a trocar impressões com D. Miguel sobre a crise política em Portugal.

D. Miguel fala português e em sua casa, em Seebenstein, todos falam português. Tem uma garrafeira de vinhos portugueses e o café recebe-o diretamente de S. Tomé. Está informado sobre o que se passa em Portugal e lê “as principais folhas portuguesas.”⁸⁷

“O que pretende o sr. D. Miguel de Bragança?” Pergunta o articulista em título, e responde de seguida: “Ser rei, se o quiserem, não d’um partido, mas de todos os portugueses e conformemente aos progressos contemporâneos - A sua maior aspiração é ver conciliada e feliz a família portuguesa - O que pensam e o que fazem os legitimistas portugueses.”⁸⁸

Portanto não restam dúvidas quanto às ideias e intenções destes monárquicos. Prevêem mesmo combinações eleitorais com adversários do governo (ditadura de João Franco) pois têm, segundo eles, núcleos fortes no Minho, na Beira e no Alentejo.

85 - Jornal *O Século* de 16 de janeiro, p. 1.

86 - *Idem*. 28 de janeiro, p. 1.

87 - *Idem*. 21 de janeiro, p. 1.

88 - *Idem*. *Ibidem*.

“Apaixonados pela verdadeira liberdade, digam o que disserem os nossos adversários, não podemos deixar de combater o governo actual, divorciado da nação.”⁸⁹ E dão-nos outra pista da sua postura política: “com os nacionalistas temos apenas de comum as palavras do lema: «Deus e Pátria».”⁹⁰

Mais disse e falou o entrevistado, apoiando-se nas ideias do filho de D. Miguel, desenvolvendo as bases de um verdadeiro programa político de quem espera poder vir a ser um dia, governo. A concluir D. Miguel Vaz de Almada transmitiu ao *Século* as últimas palavras do sr. D. Miguel de Bragança em Londres, quando lhe perguntou o que queria para Portugal: “Quero muitos recados para todos os meus amigos... não sei a razão, mas sinto um não sei quê cá dentro que me diz que muito em breve matarei saudades...”⁹¹

Não é de admirar que a situação política portuguesa fosse falada lá fora. Apesar de o rei considerar esta situação necessária de momento, mas transitória a curto prazo, o país agitava-se contra a ditadura e essa agitação transbordava para o exterior. Em Paris a revista *Le Censeur*, acabava de publicar a primeira resposta a um inquérito que Magalhães Lima dirigiu a diversas personalidades sobre a situação política em Portugal. É assinada por Alfredo Naquet.⁹²

Em Portugal, fala-se à boca pequena em matar João Franco e mesmo em se fazer uma nova tentativa revolucionária republicana...⁹³

Entretanto, descuidados do perigo que espreita, todos os envolvidos nos preparativos das comemorações do primeiro centenário da abertura dos portos brasileiros à navegação internacional e da visita dos soberanos portugueses ao Brasil, prosseguem com entusiasmo a concretização das iniciativas que irão abrilhantar os festejos. No início de novembro de 1907, o governo emite um decreto, assinado por todos os ministros e posteriormente pelo rei, que prevê a organização de comissões compostas por delegados eleitos nos aspectos que vão ser contemplados: comércio, indústria, agricultura e belas artes.

Portugal enfrenta muitas dificuldades económicas; mesmo assim foi aprovada uma verba de 150.000\$000 (150 contos) para fazer face às despesas com a exposição, quantia no entanto inferior à que foi atribuída a outras participações de Portugal em certames semelhantes.

O Brasil é então já uma nação cuja vitalidade está a afirmar-se com grande movimento de riqueza que se traduz em obras de modernização urbana, não só no Rio de Janeiro como noutras cidades dos 22 Estados da Federação. Muitos atribuem este desenvolvimento ao sistema político que foi introduzido 18 anos antes. Depois que a república passou a orientar este povo jovem e laborioso - “A preguiça do Brasil é hoje um aforismo injusto e sem qualquer justificação”⁹⁴ - foi dado um grande passo em frente em todos os aspectos da vida brasileira.

De início houve agitação, nos governos de Floriano Peixoto e do dr. Prudente

89 - *Idem*. 21 de janeiro de 1908, p. 2.

90 - *Idem*. *Ibidem*.

91 - *Idem*. *Ibidem*.

92 - *Idem*. 26 de janeiro de 1908, p. 2.

93 - Brandão, Pedro Ramos e António Chaves Fidalgo, *A Maçonaria e a implantação da República em Portugal*, Alfragide, Sociedade Editorial Lda, Oficina do Livro, 1ª Edição, setembro 2010, p. 88.

94 - Jornal *O Século* de 21 de janeiro de 1908, p. 1. - Artigo de Lobo d'Avila Lima.

de Moraes, mas a partir do dr. Campos Salles, com o restabelecimento do equilíbrio financeiro, o equilíbrio político e social não demorou a restabelecer-se. Esta situação resultou de um contrato denominado Funding Loan negociado ainda pelo dr. Prudente de Moraes com a casa Rothschild, de Londres, e assinado pelo dr. Campos Salles a 8 de Junho de 1898. Ao presidente dr. Rodrigues Alves coube, assim, o desenvolvimento de que o dr. Afonso Penna é o continuador com acentuado sucesso.

Assim, o Brasil, com extrema gentileza, como é referido na época, convida Portugal a colaborar na grande exposição que se propõe realizar no Rio de Janeiro, com inauguração prevista a 15 de Junho de 1908, oferecendo ao nosso país o pavilhão onde sejam expostos os nossos produtos e os nossos trabalhos de belas artes. É uma bela ocasião de darmos a conhecer o que de melhor produzimos, sem concorrência estrangeira, visto sermos o único país convidado numa situação de privilégio que só se explica pelos laços que nos unem, pela História comum e pela existência em solo brasileiro de 2 milhões de portugueses.

O pavilhão português será construído em estilo manuelino, sobre o comprido, lembrando os Jerónimos: “mede 78 metros de extensão por 20 de fundo e é constituído por dois pavimentos, térreo e superior, divididos em duas galerias corridas de um extremo ao outro, com dezassete arcadas no pavimento térreo, a que correspondem outras tantas janelas no superior, quer na fachada quer nos fundos, e duas janelas e uma arcada naquele e três janelas neste, laterais.”⁹⁵ Este projeto é muito elegante e de bom gosto e a imprensa teve acesso a ele e divulgou-o. O interior do pavilhão será então decorado com os nossos produtos e as decorações deverão revestir um cunho genuinamente nacional, sabendo-se, à partida, que haverá manequins articulados vestidos com os trajes regionais mais característicos do continente português, das ilhas e das nossas colónias d’além-mar. A iluminação interior será toda a luz elétrica.

As obras de construção do recinto da exposição é para estarem concluídas nos primeiros dias de maio, pelo que, já se encontram ali a trabalhar por turnos, dia e noite, muitos trabalhadores. O lugar é acessível por mar e por terra, junto da praia da Saudade⁹⁶ e do morro de Babilónia. Os visitantes poderão aceder ao local de barco ou nos *bonds* elétricos da linha de Botafogo. Pensa-se colocar uma cascata luminosa monumental no morro de Babilónia e construir um grande restaurante sobre o oceano servido por mar e por terra. As construções para a exposição estão orçadas em 3.000.000\$000 reis, moeda brasileira.

A 29 de outubro os jornais do Rio dão conta que, por telegramas chegados de Lisboa, o rei D. Carlos e o conselheiro Camello Lampreia tinham conferenciado sobre a deslocação do rei ao Brasil, tendo o soberano português afirmado estar disposto a prolongar a receção à colónia portuguesa, quantas horas fossem necessárias, a fim de ficar a conhecer todos os portugueses presentes.

Dias depois, o nosso mesmo ministro no Rio de Janeiro, sr. Conselheiro Camello Lampreia, conferenciou também com o sr. presidente do conselho sobre o estabelecimento de uma corrente de vapores para o Brasil, a inaugurar a quando da visita d’el-rei àquela república, abordando a questão dos fundos para esse fim e os paquetes a designar, talvez o *África* e o *Lusitânia*, da Empresa Nacional de Navegação.

95 - Jornal *O Século* de 17 de janeiro de 1908, p. 1.

96 - Jornal *O Século* de 3 de novembro de 1907, p. 1. A praia da Saudade foi onde Estácio de Sá, em 1565,

fundou a primitiva cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, da qual já não restam vestígios.

Pela mesma ocasião a colónia portuguesa no Brasil enviou uma mensagem ao sr. presidente do conselho de que foi portador o sr. Thomaz Quartin. Com certeza uma mensagem cordial, de satisfação: não seriam só o rei e a rainha a estarem presentes naquelas comemorações, que se adivinhavam magníficas, de Portugal iriam mais pessoas a acompanhar os soberanos e, uma delas já se sabia que era o capitão Roçadas.

Havia mesmo quem se pronunciasse a favor “de uma numerosa missão composta dos homens que, sem distinção de partidos, melhor representam a ciência, a arte e o trabalho portugueses. Não resultará, em grande parte, inútil a visita ao Brasil se apenas lá mandarmos o elemento protocolar e oficial, aliás indispensável? Quer-nos parecer que sim, e porque assim pensamos, por felizes nos daríamos se de alguma forma pudéssemos contribuir para que na solidariedade de Portugal com as festas da nação irmã o nosso país se fizesse representar pela efectiva delegação das forças vivas nacionais.”⁹⁷

É interessante saber que o Brasil projeta a instalação de um grande hotel no Rio de Janeiro para estar pronto antes da chegada do rei de Portugal e que para esse efeito se encontra nessa cidade mr. Richard Lovell, gerente do Carlton Hotel, de Londres.⁹⁸ Contudo já fora acordado que o casal real, durante a sua estadia, ficaria hospedado no palácio da princesa Isabel. Poderemos supor que o tal grande hotel se destinaria, eventualmente, a alojar a comitiva portuguesa.

Mas não ficam por aqui as iniciativas destinadas a homenagear o Brasil e ao mesmo tempo Portugal. Afinal é uma festa comum. Trocam-se de um lado e do outro do Atlântico mensagens e gentilezas, parecendo não haver vozes dissonantes. O major Dormoville da Silva Porto, distinto oficial da brigada policial do Rio de Janeiro, planeou um grande cortejo militar que irá submeter às instâncias superiores para aprovação: um desfile militar «aux flambeaux».

“Consta essa ideia de uma grande retreta militar constituída por 5.000 homens da guarnição do Rio, empunhando fochos, sendo 800 de marinha, 3.800 de cavalaria e infantaria e trezentos do corpo de bombeiros, divididos em pelotões de 200 homens, e incorporando-se em cada pelotão uma banda de música, além de uma carreta de artilharia, que dispara, de espaço a espaço, obuses de fogos variados.

Este cortejo será precedido de todos os clarins de cavalaria e tambores da guarnição do Rio de Janeiro e de 25 bandas de música ao todo.”⁹⁹

É ainda ideia do iniciador do cortejo que nele figure também um grande carro alegórico «Portugal e Brasil», sendo o respectivo projecto confiado ao desenhador e caricaturista sr. Alfredo Cândido que já se desempenhou da tarefa.

Na frente do projectado carro vê-se a prôa d’uma caravela, tendo gravada a data da abertura dos portos do Brasil e à popa duas cabeças de leão; em volta 22 estrelas com os nomes dos Estados que compõem a florescente república e da respectiva capital Federal.

Em cima a figura da História aponta o Passado, que dorme sobre louros, apoiado a um globo terrestre, em que se vê a parte respectiva ao Brasil e a Portugal.

97 - Jornal *O Século* de 16 de janeiro de 1908, p. 2.

98 - *Idem.* 10 de janeiro de 1908, p. 2.

99 - *Idem.* 11 de janeiro de 1908, p. 4.

Com a mão esquerda indica a Portugal e à república brasileira as páginas de um livro onde se acham escritos versos dos Lusíadas sobre os dois países.

Atrás deste grupo de figuras, de cuja escultura se encarregará um dos nossos mais conceituados artistas, ergue-se uma coluna manuelina com os escudos dos dois países, terminando com uma esfera armilar e o Cruzeiro do Sul.

“De todas as retretas militares que até hoje se têm realizado nos diversos países do mundo, será esta a mais grandiosa, dadas as proporções e as condições em que se acha planeada.”¹⁰⁰

Entretanto chegou do Brasil o pintor José Malhoa que, por incumbência do Gabinete Português de Leitura, “patriótica e benemérita instituição do Rio de Janeiro”¹⁰¹ pintou um quadro alusivo à descoberta do Brasil em que pode ver-se Pedro Álvares Cabral, junto à amurada da sua caravela, avistando terra.

José Malhoa está nesta altura com outros trabalhos em execução e, depois de ter descansado algum tempo em Figueiró dos Vinhos, irá prosseguir com duas encomendas: o retrato de corpo inteiro e tamanho natural do príncipe real D. Luís Filipe e um painel «A ilha dos Amores» para o Museu de Artilharia que foi encarregado de decorar.¹⁰²

Por esta mesma ocasião sua majestade o rei vai incumbir, alguns dos nossos principais artistas, de realizarem os retratos dos chefes da casa de Bragança desde D- Maria I, para o Palácio de Vila Viçosa. Serão sete retratos.

Podemos calcular o ambiente de euforia que se vai vivendo no Brasil e de ansiosa expectativa. Em Portugal os ânimos são mais contidos, não basta desculparmo-nos com o tempo: lá é verão, aqui inverno e que inverno ! Têm feito temporais! Mas trata-se de tudo quanto para trás já vimos: as finanças estão péssimas (e o rei ainda encomenda sete retratos, não contando com o que está a ser pintado do príncipe real!); a política, então, levanta justificado receio (está em cena a revista: Ó da guarda !); no ultramar a Guiné continua sublevada, a inspirar cuidados. Que tem Portugal para se animar ?... Só se for a “política de coração”¹⁰³ feita pelo Brasil.

Em janeiro de 1908 a Carbonária torna-se mais ativa e propõe-se desenvolver um movimento revolucionário. Algumas pessoas influentes são presas. A 28 o movimento avança sem a devida preparação e as coisas correm mal. Mais prisões. Entre os detidos contam-se Luz de Almeida, Afonso Costa, Ribeira Braga, Egas Moniz.¹⁰⁴ Mas a Carbonária não pára e elabora mesmo um plano para matar João Franco, logo o homem que afirmara a Galtier, algum tempo atrás, não ter medo da morte por atentado contra a sua pessoa. Segundo ele nem todos os atentados são coroados de êxito e morrer de uma morte violenta é o mesmo que morrer de febre tifóide ou de um ataque de difteria!¹⁰⁵

A 31 de janeiro, João Franco convence o rei a assinar um decreto que vai piorar a situação dos que se encontram presos, decreto esse que dava mais poderes

100 - *Idem. Ibidem.*

101 - *Idem.* 9 de janeiro de 1908, p. 1.

102 - *Idem. Ibidem.*

103 - *Idem.* 4 de janeiro de 1908, p. 1.

104- Brandão, Pedro Ramos e António Chaves Fidalgo, ob. cit. p. 86. José Brandão, *Carbonária - O Exército Secreto da República*, Perspectivas e Realidades, Lisboa, 1984.

105 - Jornal *O Século* de 3 de novembro de 1907, p. 1.

ao governo para “eliminar todos os discordantes da sua política.”¹⁰⁶ O rei assinou, mas parece que terá dito em voz baixa: “Assino a minha sentença de morte.”¹⁰⁷

João Franco era o homem do momento. A *Ilustração Portuguesa* reserva-lhe uma grande reportagem sob o título “O sr. João Franco por dentro”.¹⁰⁸ Será que este homem teve consciência da situação que ajudou a criar no país ?

No dia 1 de fevereiro a família real regressa de Vila Viçosa como estava noticiado. Vêm todos juntos: suas majestades, o rei e a rainha, e sua alteza real o príncipe D. Luís Filipe, a que se junta depois sua alteza o príncipe D. Manuel. O dia estava ameno. Foi escolhida uma carruagem aberta, a pedido do rei, para os transportar quando desembarcassem no Terreiro do Paço. O rei recusou um esquadrão da guarda para escoltar o landau apesar dos zunzuns que circulavam e de cartas anónimas sobre possíveis violências e atentados

Desembarcam rodeados do povo que os acarinha. A rainha recebe um ramo de flores. Entre as autoridades que os esperam vêm-se o primeiro ministro e conselheiro João Franco, sua altezas o príncipe D. Manuel e o príncipe D. Afonso e o conselheiro Aires de Ornelas A carruagem dirige-se em direção à rua do Arsenal. De repente ouvem-se tiros a que respondem outros tiros. A rainha está de pé na carruagem empunhando o ramo de flores...¹⁰⁹ Que aconteceu? A notícia espalha-se: houve um atentado contra a família real! E logo a seguir vêm mais informações: há mortos e feridos. A polícia intervém, mas há enorme confusão...

Não vamos alongar-nos em relatos e muito menos em pormenores.

O rei morreu. O príncipe herdeiro morreu. Os assassinos diretos foram mortos.

A pergunta que mais se ouve é: porquê?

Na memória que é distribuída por ocasião do atentado pode ler-se: “Matou-os o ódio ao princípio de autoridade, à ordem social e à religião.”¹¹⁰

106 - Brandão, Pedro Ramos e António Chaves Fidalgo, ob. cit. P. 87.

107 - Noutra versão: “O Ministro da Justiça do gabinete Franco, Prof. Doutor Teixeira de Abreu, deslocou-se a Vila Viçosa - onde o rei fazia uma estação de caça - para levar o famoso decreto à assinatura régia. Chegou ao grandioso palácio ducal, após o jantar da Família Real e foi recebido pelo monarca num dos mais belos salões dos paços da Casa de Bragança, todo ele alcatifado por um riquíssimo *Arraiolos*. Sua Majestade fumava um daqueles charutos enormes que a caricatura celebrizou e as *oposições* dinásticas apeteçiam...”

“Teixeira de Abreu estendeu ao Soberano o documento. O Senhor Dom Carlos leu-o rapidamente, e num gesto brusco e insólito nêle - que era tão cuidadoso com os objectos de arte - lançou para o tapete o charuto mal fumado. Poisou sobre a banca o decreto, acendeu novo charuto e, visivelmente nervoso deitou-o em acto contínuo ao chão. Voltou-se alfim, para o Ministro e, quebrando o silêncio - um silêncio que pesava no imenso salão - disse que não daria a sua assinatura. O Ministro significou-lhe então respeitosa mas firmemente, que, em nome do Presidente do Conselho, estava habilitado a apresentar-lhe a demissão colectiva do Governo. O Soberano voltou a acender terceiro charuto, mediu a largos passos a vasta quadra e num mutismo impressionante, traçou, com mão firme, a habitual rubrica, estendendo o papel ao Prof. Teixeira de Abreu - sem se pronunciar mais qualquer palavra.” Jornal *Novidades* de 31 de Janeiro de 1938, por Marinho da Silva.

108 - «Ilustração Portuguesa», *O sr. João Franco por dentro*, 3º vol. - 2ª Série - 1º Semestre, 1907, pp. 841 - 848.

109 - Reconstituição do regicídio publicada na «Ilustração Portuguesa» a 23 de Maio de 1908. Benoliel não

captou este momento tragicamente histórico, tinha estado a fotografar a família real pouco antes do regicídio. Ele era o grande fotógrafo digamos ,de rua, daquele tempo.

110 - Jornal *Novidades* de 31 de Janeiro de 1938, p. 3, por Marinho da Silva.

Mas então não era João Franco o visado? Não era contra ele que conspiravam num café da rua da Betesga, em redor de “uma mesa circular de mogno e mármore” uns indivíduos entre os quais se salientava o professor Buíça do «Colégio Nacional» ? Não era para eliminar o primeiro ministro que se juntavam depois no café «Gêlo», no Rossio, onde comparecia também o Alfredo Costa da «Loja dos Obreiros do Trabalho»? ¹¹¹ Parece que afinal não era.

Deslindar esta fantástica meada, é assunto que já não cabe neste nosso trabalho, dada a sua complexidade e conseqüente morosidade, mas uma coisa é certa: a morte do rei e do príncipe herdeiro foi a morte da Monarquia. D. Manuel já não simbolizou uma renovação na continuidade, antes um colapso. E julgamos que poderemos considerar ajustadas, as considerações que lemos acerca da história moderna, neste contexto contemporâneo: “ como defendeu Michael Walzer, os regicídios modernos não se cingiam à destruição do corpo natural do Rei, porque iam ao âmago da própria Monarquia, até aí respeitada como símbolo mítico, imperecível e divino da própria comunidade politicamente organizada, cujos fundamentos se situavam antes e para lá de quaisquer contratualismos sociais e políticos. Por conseguinte, para a desconstruir e dessacralizar, o aniquilamento teria de ser perpetrado em nome do novo *sujeito colectivo* legitimador (a nação, a soberania nacional, o interesse geral). E como «a ideologia realista tinha ligado de forma inextrincável a mudança revolucionária e a morte do rei», este teria de morrer, não como indivíduo e num lugar esconso e por conspiração, mas «enquanto personagem pública e em público». (M. Walzer, 1989: 36,20).
112

Vamos agora guardar uns minutos de silêncio sobre tamanha tragédia e referir algumas palavras de feminina sensibilidade da atriz Mercedes Blasco: “ O sr. Eduardo Victorino convidou-me a ir ao Rio de Janeiro na sua companhia de opereta [...]Eu aceitei gostosamente, desejosa como estava de me afastar por algum tempo de Portugal, para apagar do meu espírito a impressão pungente que nele causara o cobarde assassinato de El-Rei D. Carlos e de seu filho o Príncipe Real D. Luís Filipe, herdeiro do trono.”¹¹³

O Rio de Janeiro ! O rei de Portugal nunca irá ao Rio de Janeiro...

111 - Jornal *Novidades* de 31 de janeiro de 1938, p. 3 .

112 - Catroga, Fernando, *Ensaio Respublicano*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Fernando

Catroga. Setembro de 2011, p. 86.

113 - Blasco, Mercedes, *Vagabunda : seguimento às memórias de uma actriz: 1908 a 1919*/Mercedes Blasco. - Lisboa: J. Rodrigues, 1920, p. 55. Mercedes Blasco no seu livro *Os meus homens* refere D. Carlos como uma das personalidades que mais admirava.

II

Reações à morte de D. Carlos e do príncipe herdeiro. - Consternação e desencanto. - A comunidade portuguesa no Brasil. - O “brasileiro.” - Uma família de emigrantes. - António José de Almeida, vida e obra. - Brasil e Portugal : outras datas haverá para comemorar ... - 1922, primeiro Centenário da Independência do Brasil. - Estará Portugal presente nas Comemorações? - Um presidente à altura.

Mesmo sem um relato circunstanciado dos acontecimentos não nos é difícil imaginar a consternação que atingiu o país, o estrangeiro e muito particularmente o Brasil. A notícia da morte de D. Carlos e de D. Luís correu célere através do telégrafo e, por inesperada e violenta, deixou em choque a maior parte das pessoas... mas nem todas. Os republicanos portugueses viram decepada a ditadura e mais próxima a República, enquanto que, a par das exéquias reais, muitos populares, acorrendo à morgue e ao cemitério, fizeram o funeral dos assassinos cobrindo de flores as suas campas. Flores essas, algumas delas, colhidas nos jardins das Necessidades!...¹¹⁴

As cerimónias fúnebres trouxeram a Portugal muitas figuras eminentes do mundo político e diplomático de então e, no dia do funeral, desde o paço das Necessidades até ao Panteão de S. Vicente, desfilaram em cortejo todos os que sentiram a gravidade do ato e do momento: representantes da Espanha, Inglaterra, Itália, Alemanha, Japão, Áustria, França, Saxónia, Noruega, Dinamarca, Hohenzollern, Saxe Coburgo, Sérvia, Bélgica, Mónaco, Países Baixos, América (EUA), Rússia, Suécia, Brasil, Equador e Chile, Grécia, Bulgária, China, Cuba, Sião, Turquia, Paraguai, República Argentina, México, Pérsia, Uruguai, Suíça, Vaticano.¹¹⁵

O rei, D. Manuel II, por se encontrar muito combalido e de braço esquerdo ao peito por ter sido ferido, embora não com gravidade, não se incorporou no cortejo bem como nenhum dos antigos ministros.

Uma das primeiras medidas a tomar foi decretar o luto. Num suplemento do Diário do Governo, com a data de 1 de Fevereiro e emitido do Paço por João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, se dispôs oficialmente que o luto seria por quatro meses, sendo dois de luto pesado e dois de luto aliviado. Que por oito dias se suspenderiam os despachos nos tribunais e repartições públicas, bem como também os espetáculos.¹¹⁶ Que as caixas fiscais só encerrariam no dia do funeral, excetuando as estações de saúde pública. Que as pessoas que participassem nos atos públicos o fizessem com trajes de luto. Que nas províncias e ilhas adjacentes os oito dias fossem contados a partir do momento que ali se tivesse conhecimento

da notícia. Que haveria

114 - Martins, Rocha, *D. Manuel II, Memórias para a História do seu reinado*, Lisboa, Sociedade Editora «José Bastos». [s. d.]. p. 93.

115 - Jornal *O Século*, de 8 de fevereiro de 1908, p. 1.

116 - *Idem*, “O senhor governador civil notificou todas as empresas teatrais que não seriam permitidas em cena alusões aos acontecimentos políticos, nem às personagens em evidência”. 7/2/908, p. 2.

um programa para as solenidades a realizar. Que as autoridades deveriam providenciar todas as manifestações de pesar que são de costume.¹¹⁷ Foram estas as disposições principais do diploma que logo se desdobraram em inúmeras manifestações de pesar que superaram em muito o que foi disposto: por toda a parte se viam fumos negros, brasões e bandeiras exibiam-nos, estas a meia haste; muitas pessoas vestiam luto; algumas janelas e montras comerciais também adotaram panejamentos sombrios, que, por vezes, nas montras, emolduravam fotografias do rei e do príncipe.¹¹⁸ Mas nestas exteriorizações de sentimento sobressaíram as incontáveis coroas de flores que foram chegando junto das urnas durante os oito dias que se esperou pelo funeral. Sabemos que foram mais de duzentas coroas de flores e que foi complicado acomodá-las em São Vicente!

Entretanto, na sala da Tocha do paço das Necessidades, muitas pessoas passavam a deixar os seus nomes em quatro livros de pêsames a que foi necessário acrescentar folhas.¹¹⁹ Entre essas pessoas podemos destacar a viúva de Hintze Ribeiro, membros do diretório dos legitimistas, legitimistas em nome individual e os dois recentes republicanos, o conselheiro Augusto J. da Cunha e Anselmo Bramcamp Freire que primeiro conferenciaram com Bernardino Machado.

E em todas as igrejas e capelas foram rezadas missas de sufrágio, aqui, como no estrangeiro, a ponto de podermos afirmar que, os oito dias em que se velaram os corpos, foram completamente cobertos por estas cerimónias religiosas. Algumas missas de *requiem* foram seguidas de *Libera-me*. Na capela do palácio assistiam às cerimónias, por turnos, as pessoas mais próximas da família real.

Todas as missas foram muito concorridas onde quer que se tivessem realizado, dando-se até o caso curioso de algumas dessas celebrações terem sido pedidas por presos nas cadeias, bem como as presas do Aljube, que repudiavam tão bárbaro acontecimento.¹²⁰ Também curioso foi o facto de Eduardo VII, pela primeira vez na sua vida e contra todas as disposições religiosas da Inglaterra e da sua posição como chefe da Igreja Anglicana, ter entrado numa igreja católica, Saint James, para assistir à missa de *requiem* celebrada em sufrágio das almas de D. Carlos e D. Luís Filipe. A Aliança Protestante repreendeu o rei, lembrando-lhe a lei de 1689 !...¹²¹ Eduardo VII, vestiu para a cerimónia religiosa, o uniforme português de coronel de cavalaria.

A propósito deste episódio podemos referir que os homens, pelo seu número e apresentação, deram o maior brilho ao cortejo porque foram numerosas as fardas de gala ostentando faixas e condecorações e muito ouro e prata nos seus ornamentos. As senhoras, pelo contrário, completamente cobertas de negro eram a imagem viva da tragédia. Os coches iam cobertos de negro, como também os cavalos. Atrás de cada coche com as urnas funerárias seguiam à mão os cavalos que pertenceram: o Júpiter, a D. Carlos, trazido por um palafreireiro e o alasão, Burster, a D. Luís, trazido por um moço de estribeira.¹²²

117 - *Idem*, 3 de fevereiro de 1908, [p. int.].

118 -*Idem* Foi preso um bufarinheiro que vendia retratos dos assassinos. 8 de fevereiro de 1908, p.3.

119 - *Idem*, 5 de fevereiro de 1908, p. 1.

120 - *Idem*, 8 de fevereiro de 1908, p. 4.

121 - *Idem*, 10 de fevereiro de 1908, p. 2.

122 - *Idem*. 9 de fevereiro de 1908, p. 1.

Entre o muito trabalho que foi preciso realizar nesta contingência é de referir o das telegrafistas. Só no dia 4 de fevereiro foram transmitidos pela estação telegráfica das Necessidades 1.100 telegramas. Do mesmo modo acabou por ser emitida uma ordem do sr. ministro dos negócios estrangeiros para o pessoal das direções diplomáticas e consulares trabalhar até à meia noite por motivo do muito serviço com a receção e expedição de telegramas e do alojamento das missões estrangeiras que vinham para os funerais.¹²³ Chegam também a Portugal muitos repórteres estrangeiros e fotógrafos. Alguns chegaram no sud-express como o “sr. Poper Mathieu, encarregado da reportagem fotográfica para uma agência de animatógrafos.”¹²⁴

Após confirmada a morte do rei, outro rei se levanta: D. Manuel, uma criança, como muitos se lhe referem e um retrato publicado pelo *Século*, na sua primeira página de 3 de fevereiro, atesta a juventude. D. Manuel, sem esperar, sem para isso ter sido preparado, vê-se, de repente, responsável por uma situação, por um povo, por uma política. Mas D. Manuel, agora o II, sabe que há um documento que deve privilegiar e que não deve perder de vista: a Carta Constitucional, e que, dentro dela, lhe está reservado um poder independente das Côrtes, o poder Moderador. É com essas ferramentas que vai trabalhar ou que, espera, o vão deixar trabalhar sem lhe darem tempo para descansar e chorar junto da mãe¹²⁵ e da avó os entes queridos que acaba de perder tão violentamente.

Logo depois de decretado o luto o governo, reunido o Conselho de Estado com a presença do rei e das rainhas, pede a demissão que é de imediato aceite pelo rei. Em seguida é chamado a formar governo o sr. Ferreira do Amaral que se apresentou vestindo o seu grande uniforme de vice-almirante da armada.

O tempo urge. O país não pode parar. D. Manuel quer governar com a lei, dentro da lei, só com a lei. Determina-se o formulário da expedição de diplomas. O rei dirige ao país, logo no dia 1, uma proclamação que, no dia 2, sai no *Diário do Governo*. Escreve a sua primeira carta ao seu presidente do conselho sobre a dotação do rei, que é dever das côrtes fixarem logo no começo de cada reinado, e o rei explicita a sua ideia: “desejando eu que o parlamento esteja inteiramente livre de toda a indicação para resolver sobre o assunto, é meu firme propósito que a fazenda da casa real não utilize recursos que não tenham sanção parlamentar.” Carta de 5 de fevereiro de 1908.¹²⁶

Em seguida vêm as disposições mais aguardadas: a amnistia dos presos políticos e o reaparecimento dos principais jornais.

Numa entrevista a um jornalista espanhol, redator do jornal *Adelanto*, o chefe dos dissidentes, conselheiro José de Alpoim, explicou que “a tragédia do dia 1 não deve ser atribuída a nenhum partido político, mas sim a umas tantas pessoas

123 - *Idem*, 7 de fevereiro de 1908, p. 2.

124 - *Idem*, 6 de fevereiro de 1908, p. 2.

125 - *Idem*. A atitude da rainha durante o atentado, procurando defender os filhos com o seu próprio corpo, foi objecto de comentários elogiosos, em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente em Paris, onde até Magalhães Lima se lhe referiu, atribuindo também à rainha uma intervenção positiva na queda de João Franco. Possivelmente D. Amélia também teria morrido ou ficado ferida se o soldado expedicionário Silva Valente não tivesse desviado o cano da carabina com que o Buíça tentava alvejar a rainha. 7/2/908, p.2. O capitão Roçadas visitou, no hospital da Estrela, este soldado que ficou ferido. 6/2/908 p.1.

126 - *Idem*, 7 de fevereiro de 1908, p. 1.

do povo, que procederam por sua conta e risco, apenas para de vez aniquilarem a ditadura.”¹²⁷

Por sua vez o sr. Dr. Bernardino Machado afirmou ao correspondente do *Journal* que “o novo ministério deve restabelecer a ordem confinando-se na legalidade.” e ainda: “Não queremos proclamar a república, disse, sobre cadáveres. A nossa revolução será pacífica.” Guerra Junqueiro, que estava em Salamanca, comenta que: “O atentado atrasará a República”¹²⁸

O *Século* transcreveu então dois artigos de opinião querendo também concorrer para aclarar ideias e, quem sabe, auxiliar o novo rei ou enformar o pensamento de muitos dos seus leitores: “Não é possível voltar ao rotativismo. Não é possível voltar ao engrandecimento do poder real.” (a doutrina do engrandecimento do poder real que, há dezasseis anos, constituiu, primeiro, a utopia de alguns espíritos e, depois, a teoria do rotativismo, sucumbiu desgraçadamente na tarde de 1 de fevereiro).

“Temos de voltar ao governo representativo, ou, melhor, temos de iniciar o governo representativo que, entre nós, nunca passou de uma ficção.”¹²⁹

Deixámos atrás em suspenso o grande anseio de muitos portugueses: a libertação dos presos políticos, condição indispensável para uma política de apaziguamento, de acalmação. E ela veio, essa libertação, depois de o novo governo ter procedido à anulação de todos os decretos ditatoriais, sujeitando a revisão os que não pudessem ser revogados inteiramente sem prejuízo maior.

Quando as portas das prisões se abriram muitos familiares aguardavam cá fora esse momento de grande emoção e, para os presos, também de grande surpresa, ao tomarem conhecimento dos últimos acontecimentos, que desconheciam totalmente, porque os guardas tinham estado proibidos de os informarem.

Foram libertados presos de Caxias, Sacavém e dos quartéis da Guarda Municipal. Uns tinham sido bem tratados, outros não, houve mesmo casos de agressões brutais. Entre os que beneficiaram da anulação do decreto de 31 de Janeiro pelo decreto de 5 de fevereiro contavam-se: João Pinto dos Santos, França Borges, Visconde da Ribeira Brava, João Chagas, Egas Moniz, Afonso Costa e António José de Almeida.¹³⁰ Um grupo de republicanos bem conhecidos de João Franco. Logo que se soube da sua soltura choveram telegramas de felicitações, enquanto João Franco rumava ao exílio atravessando a Espanha. Este ainda tentou convencer o rei de Espanha a enviar tropas para a fronteira com Portugal e a ordenar a prisão dos republicanos portugueses que se encontrassem no país vizinho, mas Afonso XIII não lhe deu ouvidos e não houve qualquer intervenção estrangeira em Portugal; se bem que a esquadra inglesa do Atlântico se encontrasse fundeada em Lagos com o couraçado “Exmouth” e o cruzador “Arrogant”, que D. Carlos tinha projetado visitar.

D. Manuel concedeu ainda - exercendo uma “justiça clemente”¹³¹ e ao abrigo do seu poder moderador - perdão aos marinheiros do *D. Carlos, Vasco da Gama e Tejo* que a 26 de Agosto de 1906 se tinham amotinado.

127 - *Idem*, 8 de fevereiro de 1908, p. 3.

128 - *Idem. Ibidem*.

129 - *Idem*, 5 de fevereiro de 1908, p. 1.

130 - *Idem*, 7 de fevereiro de 1908, p. 1.

131 - *Idem*, 9 de fevereiro de 1908, p. 1.

Não foi fácil retomar-se a vida, apesar de os dias estarem lindos. Parecia primavera! D. Carlos e D. Luís Filipe jaziam lado a lado no panteão nacional junto dos seus antepassados, bem perto de D. Pedro IV com lugar cativo naquele recinto. Como não lembrar, neste colocar das urnas, que os restos mortais do primeiro imperador do Brasil estavam ali, em lugar de honra. Como não lembrar o Brasil nesta hora!

Mal foram conhecidos os trágicos acontecimentos do outro lado do Atlântico a incredulidade e o horror tomaram conta da população e dos dirigentes. Esperavam-se ansiosamente notícias de jornais, pois o telegrafo não lograva responder a todas as perguntas. E quando os jornais chegaram, tal como em Portugal, foram arrancados das mãos dos distribuidores e pagos por vezes a preços excessivos. *O Século*, por exemplo, cujo número avulso custava dez reis, chegou a ser adquirido por cem reis!¹³²

Não é fácil descrever a consternação e o desencanto destas horas, destes dias. A comunidade portuguesa, então, em grande parte monárquica, sentiu a dor da perda do seu rei, e do seu rei que estava para os visitar e não viria mais. O luto fez-se com naturalidade, como a única forma de se expressarem sentimentos tão dolorosos.

“Rio de Janeiro, 2.- A consternação perante a notícia do regicídio é geral e profundíssima, não só entre a colónia portuguesa como nas regiões oficiais e ainda nas camadas populares. Inúmeras associações, entre as quais todas as portuguesas, hastearam as respectivas bandeiras em funeral. - S.”¹³³

Ainda no Rio, fecharam a Bolsa e os teatros. O presidente da república, Afonso Penna, e o ministro das obras públicas adiaram a sua viagem a S. Paulo, (onde os esperavam com festejos), em sinal de sentimento, tal como fizeram, aliás, os reis de Inglaterra que cancelaram a sua viagem à Dinamarca e à Noruega.

A representação do Brasil no funeral foi confiada ao sr. dr. Alberto Fialho, “enviado extraordinário e ministro plenipotenciário daquela república,”¹³⁴ designado especialmente pelo governo brasileiro, acompanhado pelo tenente coronel Clodoal da Fonseca e os tenentes Gomia e Silva Reis. Estes militares faziam parte de uma comissão militar em serviço na Europa e chegaram a Lisboa no dia 7, no sud-express, ficando no hotel Avenida Palace.

Como o duplo funeral teria lugar no dia seguinte pelas dez horas, o governo brasileiro informou-se telegraficamente da hora a que devia sair do paço das Necessidades e da hora provável a que devia chegar a S. Vicente, “presumindo-se que com o fim de conservar todas as tropas do Rio de Janeiro em funeral durante a passagem do enterro.”¹³⁵

O Presidente Afonso Penna e o barão de Rio Branco encomendaram duas coroas de flores. Também a colónia brasileira, reunindo na sede do consulado e presidindo o sr. Barão

de Guamá, deliberou que fossem encomendadas duas coroas. A colónia portuguesa residente na Baía telegrafou aos antigos comerciantes daquele Estado, srs. Agostinho Ribeiro, comendador Guilherme de Carvalho e António Joaquim Correia Ribeiro, para, em seu nome, deporem nos ataúdes do rei e do príncipe duas coroas de flores, vindo o telegrama assinado pelo consul português na Baía. As colónias e associações portuguesas do Pará também encomendaram coroas. O mesmo fizeram a Sociedade de Beneficência Brasileira e a Real e Benemerita Caixa

132 - *Idem*, 7 de fevereiro de 1908, p. 5.

133 . *Idem*, 3 de fevereiro de 1908, p. [p.int.].

134 - *Idem*, 7 de fevereiro de 1908, p. 2.

135 - *Idem. Ibidem*.

de Socorros do Rio de Janeiro. As casas de flores em Lisboa não tinham mãos a medir. O que acabámos de referir é uma pálida amostra das inúmeras manifestações de pesar vindas do Brasil, quer dos brasileiros propriamente ditos, quer dos portugueses ali radicados. Por isso vamos alongar-nos um pouco mais sobre este assunto que tanto nos sensibiliza, conscientes, porém, de que não o esgotamos. *O Século* no seu número do dia 7, p. 5, descreve a beleza das coroas de flores, com laços e fitas franjadas a ouro ou prata e contendo as dedicatórias. Vejamos algumas:

“Uma coroa em lilás, violetas e cravos, com fitas verde e amarela e a dedicatória « A S. M. El-Rei D. Carlos - A colonia brasileira de Lisboa.» Outra igual e a dedicatória: « A sua Alteza o Príncipe Real D. Luiz Filipe - A colonia brasileira de Lisboa.»

-Coroa de violetas, lilases, hortenses e heras, com largas fitas de seda preta franjadas a ouro e a seguinte dedicatória «a Sua Magestade El-Rei D. Carlos I - A Colónia e as associações portuguesas do Pará»;

-de violetas de Parma, lilases, rosas chá, saudades e begónias, fitas roxas franjadas a ouro, com a dedicatória: «A Sua Alteza Real o Senhor D. Luiz Filipe - a Real e Benemerita Sociedade Portugueza de Beneficencia do Rio de Janeiro - 1-2-908»;

-de violetas, crisântemos, martírios e heras, largas fitas pretas franjadas a ouro, com a seguinte dedicatória: « A Sua Magestade o Senhor D. Carlos I - A Real e Benemerita Sociedade Portugueza de Beneficencia do Rio de Janeiro - 1-2-908»;

-Coroa de glicínias, camélias brancas, e «cloures» de cetim lilás, largas fitas «moiré» preto, franjadas a ouro, com a seguinte dedicatória: « A Sua Alteza Real o Senhor D.Luiz Filipe - O Real Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro - 1-2- 908»;

-coroa seda roxa, guarnecida de junquinhos, hortenses, lilases e verdura, com largas fitas de «moiré» preto, franjadas a ouro, com a seguinte dedicatória: «A Sua Magestade o Senhor D. Carlos I - O Real Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro - 1-2- 908»;

-coroa de lilases, crisântemos e folhagem guarnecida com fitas de «moiré» lilás e laços da mesma fita, franjadas a ouro, com a seguinte dedicatória: «A Sua Alteza Real D. Luiz Filipe - A colónia e as associações portuguesas do Pará - 1.2.908».”

Duas grandes coroas oferecidas pelo conselheiro Maia do Rio de Janeiro.

Também as condolências chegavam de todos os lados e nas actas de reunião de várias associações inscreviam-se votos de sentimento.

“A Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro telegrafou à Associação do Porto dando pêsames.”¹³⁶

“Condolências da marinha brasileira:

Rio de Janeiro, 3 - T. - Em nome da marinha apresento a v. ex.^a e aos camaradas da ilustre marinha portuguesa vivos sentimentos de pesar pelo doloroso golpe que acaba de ferir a nação portuguesa. - (a) Ministro da marinha.”¹³⁷

O senhor conselheiro Augusto de Castilho respondeu agradecendo, consciente de quanto a marinha tinha representado na vida de D. Carlos.

A subcomissão organizadora da solução portuguesa da exposição do Rio

136 - *Idem*, 6 de fevereiro de 1908, p. 4.

137 - *Idem*, 6 de fevereiro de 1908, p. 2.

de Janeiro reuniu para fazer-se representar nos funerais pelo sr. António Ramos Pinto.

Como já existiam fundos para a receção que esperava D. Carlos no Brasil, foi deliberado aplicá-los na criação de duas enfermarias para tuberculosos, segundo a comissão portuguesa de receção a el-rei D. Carlos, que seriam estabelecidas no sanatório D. Amélia, tomando os nomes de D. Carlos e D. Luis. “Esta resolução foi comunicada telegraficamente ao sr. Conselheiro Camello Lampreia.”¹³⁸

Entretanto a comissão organizadora da exposição do Rio de Janeiro tencionava publicar um livro, com a colaboração dos principais escritores e prefácio de Ramalho Ortigão, “destinado a dar uma ideia da vida portuguesa no começo do século XX, relacionada com o objecto das várias secções da referida exposição”¹³⁹ e pedia-se às pessoas que pretendiam concorrer à exposição que fizessem, quanto antes, as respectivas declarações...

Não foi preciso no Brasil apelar à tristeza. Ela manifestou-se natural calando-se pianos, cerrando-se janelas, adiando-se bailes de Carnaval, suspendendo-se aulas em colégios.¹⁴⁰ No dia 9 de fevereiro, no benefício do cavaleiro Morgado de Covas, na praça do Campo de Marte, todos os toureiros tinham no braço fitas de crepe.¹⁴¹

Mas não só no Rio se viram estas manifestações: no Ceará fecharam as repartições públicas, em Minas Gerais houve exéquias solenes, em Santa Catarina os navios de guerra, que estavam em Florianópolis, puseram as bandeiras a meia adriça e os navios mercantes também. Na Baía e no Pará a consternação era geral. No Rio Grande do Sul e no Paraná foram suspensos os concertos de rua.¹⁴²

Logo no dia 8 de fevereiro o prefeito da Capital Federal, general Sousa Aguiar, determina que a antiga rua de Santo Amaro, onde se encontra o belo edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência, passasse a chamar-se rua D. Carlos.

Enquanto tudo isto se processava, os republicanos cobravam mais alento. O jornal o *Mundo* desdobrava-se em fervor revolucionário. Afinal, tendo sido os republicanos mais perseguidos pela ditadura, que os dois partidos da rotação, foram estes mais prejudicados do que aqueles. Durante a perseguição os republicanos “cobraram novos alentos e cerraram completamente as suas fileiras, ao passo que aqueles (os monárquicos) saíram da luta mal feridos pela ditadura.”¹⁴³

Procurámos dar uma ideia do sentimento que tomou os brasileiros nesta trágica situação. Olhavam de soslaio os republicanos, culpavam-nos mesmo do sucedido e muitos não retinham as lágrimas de tristeza e frustração. Estavam encomendados dois belos carros-salões para o caminho de ferro, caso os reais visitantes quisessem utilizá-los, faziam-se obras nos palácios que suas majestades iriam ocupar, planeavam-se festas deslumbrantes... que nunca iriam ter lugar.

Mas entre os brasileiros, naturais do Brasil, havia os nossos «brasileiros», a quem de um modo especial nos reportamos. Eram aqueles dois milhões de

138 - *Idem*, 7 de fevereiro de 1908, p. 4.

139 - *Idem*, 2 de fevereiro de 1908, p. 2.

140 - Martins, Rocha, *D. Manuel II, Memórias para a História do seu reinado*, Lisboa, Sociedade Editora «José Bastos», [s. d.], p. 177.

141 - Jornal *O Século* de 10 de fevereiro de 1908, p. 2.

142 - Martins, Rocha, *D. Manuel II, Memórias para a História do seu reinado*, Lisboa, Sociedade Editora «José Bastos», [s. d.], p. 178.

143 - Jornal *O Século* de 10 de fevereiro de 1908, p. 1.

portugueses que D. Carlos esperava prestigiar com a sua presença no Brasil. “...indivíduos que no Brasil são chamados portugueses e entre nós brasileiros.”¹⁴⁴ Eram o resultado de uma emigração intensiva que ao longo dos anos se vinha desenrolando desde que o Brasil se tinha tornado independente. A língua comum, os laços de sangue e afetivos, a coincidência de interesses levaram a que a colónia portuguesa no outro lado do Atlântico se desenvolvesse e prosperasse.

Principalmente desde finais do século XIX e entradas do século XX que a emigração para o Brasil foi caudalosa. Saíram de Portugal cerca de 660.000 portugueses entre 1890 e 1910, na sua maioria homens e bastante jovens, principalmente da região norte (Porto) e dos Açores. Quando a emigração não podia fazer-se legal, tentava-se a ilegal. Por vezes rapazes de 13 e 16 anos eram detidos a bordo dos vapores e reconduzidos às suas terras de origem.¹⁴⁵

Esta emigração em crescendo só abranda quando a conjuntura internacional se lhe revela hostil, ou seja, a partir da primeira guerra mundial. Muitos “brasileiros” regressam nessa altura definitivamente com um exotismo de modos que o romantismo já havia recriado “com o sotaque da fala, indumentado de calças brancas, casaco de ganga, chapéu do Chili, adereçado de cadeia de ouro e anel de brilhantes.”¹⁴⁶ É o estereótipo do brasileiro endinheirado, que teve sucesso, que enviou mesadas e remessas, que melhorou ou construiu casa na terra, que ofereceu a escola primária ou outros benefícios e que compra automóvel para passear a família até à praia ou às termas. Por exemplo à praia da Figueira da Foz ou às termas da Curia...

“Sobre a emigração portuguesa estão avaliados, numa extensa bibliografia, os contornos dos seus fluxos e destinos (Joel Serrão), as políticas adotadas (Miriam Halpern Pereira), o seu papel no quadro da dependência externa (C. Almeida e A. Barreto), o seu enraizamento estrutural (V. M. Godinho), as suas implicações no processo de desenvolvimento nacional, para já não falarmos de uma literatura aonde os temas da aventura, da emigração e da saudade constituem uma tríade frequente ou dos testemunhos de um debate que ainda perdura e de que os jornais se fizeram eco.”¹⁴⁷

Quem emigrava para o Brasil? No passado, antes da independência do Brasil, soldados, missionários, colonizadores, fundadores de cidades, lavradores, exploradores do interior, famílias de povoadores e até intelectuais, todos mais ou menos apoiados na mão de obra escrava que era trazida de África. Quando se dá a libertação sem condições, da escravatura, com a Lei Áurea da princesa Isabel, os portugueses têm de repensar o seu posicionamento face à nova sociedade mais igualitária e mais justa que obteve uma maior

concretização com a proclamação da República. Mas não se julgue que o português vai agarrar os trabalhos mais pesados. No seu modo de vida prevalece o comércio, a pequena indústria, o artesanato, a instrução, o funcionalismo, actividades predominantemente urbanas. No comércio são particularmente bem sucedidos e ciosos da sua actividade a ponto de chamarem de Portugal parentes, amigos e recomendados, para os ajudarem nas lojas como caixeiros. Esta actividade fechada provoca rivalidades entre *mazombos* e *reinois*.¹⁴⁸ Rivalidades que assumem formas contundentes e que, intermitentemente,

144 - Moraes, J. Tabner de, *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, 1873.

145 - *Idem*, 12 de Maio de 1900.

146 - Ricardo Jorge, *Brasil! Brasil!* Lisboa, 1930, p. 22.

147 - Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Lisboa, 1994, p.12.

148 - *Idem*. p. 46. A “guerra dos mascates”(1710-1711), um dos primeiros episódios.

avançam pelo século XX. O chamado nativismo.

O comércio é sem dúvida a força maior para unir os dois povos e disso estava consciente o Príncipe Regente D. Pedro, dirigindo-se ao pai, tempos antes de proclamar a independência, perante a inépcia das Cortes Constituintes: “Com força armada é impossível unir o Brasil a Portugal, com o comércio e a mútua reciprocidade a união é certa, porque o interesse pelo comércio e o brio pela reciprocidade são as duas molas reais sobre que deve trabalhar a monarquia luso-brasilica.”¹⁴⁹

Se já antes da independência havia conflitos entre os naturais e os que chegavam do reino, não admira que tenha havido um acentuar de situações, depois da abertura dos portos brasileiros à navegação estrangeira, por motivo da concorrência levada a cabo pelos países europeus a começar pela Inglaterra.

Há, de fato, “a gradual substituição dos produtos portugueses. Em 1844, afirmam que a quebra de consumo de chapéus de Braga, se ficava a dever ao estabelecimento de fábricas em Minas e Rio Grande e à preferência dada aos de palha vindos do Chile, mais leves e duradouros; aponta-se a permanente quebra no consumo do linho substituído pelo algodão inglês mais barato. Em 1860, dá-se conta que as “ferragens” idas do Porto já não conseguem competir com as de Inglaterra, apesar de ainda haver fazendeiros que pedem machados, foices e enxadas do Porto porque querem “obra segura e forte” mas “os ingleses, sabendo que os consumidores de tais objetos preferem obra do Porto, têm tratado de imitar tudo. As enxadas, por exemplo, são idênticas até na marca”, embora com menor peso, e o mesmo processo se verifica nas fechaduras, a ponto de nas remessas do Rio para o interior se notar na fatura “tantas fechaduras inglesas à portuguesa”.¹⁵⁰

É natural, portanto, que muitos portugueses começassem a criar no Brasil as suas casas de comércio, as suas indústrias familiares e não só: as suas agremiações de caráter social, lúdico e cultural. Espalhados por todo o Brasil são principalmente os Estados de Pernambuco, Pará, Baía, São Paulo e Rio de Janeiro que detêm a sua preferência. São zonas salubres, bonitas e ricas, onde as colónias portuguesas se aclimataram bem e deram um contributo válido para o desenvolvimento desses Estados, todos maiores que Portugal.

No Pará muitas das cidades têm nomes de cidades portuguesas: Viseu, Óbidos, Aveiro, Santarém, Bragança!...E a herança colonial está ainda patente nas ruas e casas de intenso colorido e nos monumentos. O Pará industrial, com o tempo, veio a conhecer muitos portugueses empregadores.¹⁵¹ À medida que as condições

149 - Carta de 23 de Janeiro de 1822 in *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 285.

150 - Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Lisboa, 1994, p. 59.

151 - Na segunda década do século, de Bragança do Pará chegavam diariamente 3.600 Kg de tabaco! O sr. José Nicolau Soares da Costa dirigia uma grande fábrica de cigarros - «Girafa». Nessa data comentava José Simões Coelho acerca do pessoal feminino da fábrica, cem mulheres que trabalhavam no sobrado na embalagem de cigarros de luxo: “Há tipos de todas as raças. Pele de índio de bronzeia cor e olhos resignados de mestiça. Devem ter sido assim os olhos de Iracema. Há rostos brancos de epiderme fina e cabelos herdados de viajantes loiros. Vi beiços grossos dos tempos coloniais e lábios rosados de bocas apetitosas. Vi de tudo para variar.”

Ilustração Portuguesa 1916, II série - Nº 540. Lisboa, 26 de Junho 1916, p. 710.

o iam permitindo, alargavam-se os horizontes e o imigrante,¹⁵² vindo de Portugal, ganhava segurança e confiança na terra que o acolhia... e expandia o seu negócio.

Como o Estado do Pará, com as suas belas cidades, sem esquecer Belém, está também na preferência dos portugueses, como já referimos, o Estado da Baía, “onde tudo começou,” como dizem os brasileiros, na cidade do Salvador “onde aportaram as naus de Cabral, onde o governador Tomé de Sousa, em 1549, instalou o governo geral, exatamente no local em que fica hoje a Capitania dos Portos e que se chamou outrora Ribeira das Naus. Nesse sítio, o governador fez erguer a primeira igreja que teve a cidade, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do reino de Portugal”.¹⁵³ Pernambuco, “o leão do norte” com a sua bela capital, o Recife, “a Veneza brasileira,” cheia de referências à colónia portuguesa no Brasil. S. Paulo, um Estado e uma cidade em crescendo desenvolvimento e o Estado e a cidade do Rio de Janeiro, cidade que os brasileiros irão transformar, logo no início do século XX, na mais bela cidade da América do sul.

Foi precisamente nos primeiros anos do novo século que a república brasileira caprichou no embelezamento das cidades do seu país. Entre elas destacam-se S. Paulo e o Rio. Nesta deu-se uma autêntica revolução, iniciada pelo sr. Francisco Pereira Passos, a tal ponto que se dizia que os seus habitantes tinham trocado de cidade sem saírem dela. Expropriaram-se terrenos, rasgaram-se largas avenidas que se cruzaram perpendicularmente, contiveram-se nos seus leitos os rios que sulcavam as zonas baixas, entre eles o rio Carioca, construíram-se excelentes edifícios públicos, macadamizaram-se as ruas e foram chamados calceteiros de Portugal para calcetarem os passeios com desenhos a preto e branco feitos com pedra miúda que, na época, causaram admiração do outro lado do Atlântico. Atente-se no magnífico efeito do chamado “calçadão”, passeio público que bordeja a praia de Copa Cabana. Além de tudo isto teve-se em conta a natureza envolvente, tirando partido das potencialidades do meio, corrigindo nalguns pontos o excesso de relevo, noutros alinhando espécies arbóreas e desenrolando tapetes de relva matizados de flores.¹⁵⁴

Sem dúvida que esta cidade mereceu o nome de “maravilhosa”!

Do mais humilde emigrante, ao mais importante exilado português, o Brasil constituiu sempre uma terra de eleição. E não adiantava que os reinóis fossem o alvo da corrente nativista local, eles iam-se adaptando com facilidade, preenchendo espaços com reconhecido mérito próprio, parecendo aquelas plantas que, transplantadas, encontram melhor solo para se desenvolverem.

Um dos mais belos edifícios do Rio de Janeiro é, sem dúvida, o Gabinete Português de Leitura. Em estilo manuelino é um centro de referência para portugueses e brasileiros como o local por excelência da cultura portuguesa.

O Brasil recebeu, com a cõrte portuguesa, livros que foram levados de Portugal para bibliotecas criadas ali, estimulando o gosto pela leitura, pela

152 - Mas nem todos os portugueses chegavam ao Brasil por vontade própria. Sem falar da escravatura branca (que também a houve), queremos referir, ainda no tempo colonial, a criação de Nova Mazagão, também no Pará, quando em 1769, abandonámos Mazagão, no norte de África, cercada de forças muçulmanas, e transportámos para o Brasil parte dos seus habitantes.

153 - Bastos, Moacyr Sreder, *Somos 22 Estados e 4 Territórios*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1964, p. 88

154 - *Ilustração Portuguesa, 1907-1908*, *Brazil Moderno*, p. 329 - 336. Hemeroteca de Lisboa.

cultura, surgindo homens de letras de renomado valor que se sentiram apoiados por esse legado histórico. Só a biblioteca baiana, criada em 1811, recebeu 38 caixas de livros. A base da atual Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro proveio do acervo da antiga Biblioteca Real que permaneceu no Brasil. Havia uma biblioteca do Paço Real que D. João VI visitava com frequência para consultar obras de arte e ciência. D. João VI interessava-se pelos livros. Fez questão de recuperar dois que se encontravam em Londres.¹⁵⁵

A breve trecho foi criada a imprensa brasileira, apareceram folhas impressas e livros de divulgação. Os homens da cultura cresceram em número, importância e valor, quer autodidatas quer saídos das Universidades que, entretanto, o Brasil criou, acabando com o monopólio de Coimbra.

A república brasileira já estava em franco progresso quando em Portugal se proclamou esse ansiado e esperado regime - 5 de outubro de 1910 - não sem alguma violência, ao contrário do que previra o dr. Bernardino Machado, se bem que não se possa atribuir a morte do dr. Miguel Bombarda à implantação da nossa república.¹⁵⁶ A comunidade portuguesa no Brasil acolheu a notícia sem grande surpresa: os republicanos exultaram, já queriam embarcar para Portugal a confraternizar; os monárquicos sentiram-se derrotados, deixando aos que se encontravam em Portugal o cuidado de reagirem.

Entre as associações mais prestigiadas da colônia portuguesa no Brasil destaca-se o Grémio Republicano Português. Foi criado por um pequeno grupo de republicanos portugueses e logo cresceu e se consolidou. Foi fundado em 1907 pelo dr. António Luís Gomes, seu sócio nº 1, que militou nas mesmas fileiras do dr. António José de Almeida desde os primeiros tempos da República.

O pequeno grupo de dez ou doze republicanos reuniu-se, em 1907, para ouvir em conferência o dr. António Luís Gomes, mas, com surpresa do conferencista, encontrou uma sala cheia de entusiastas pelas ideias republicanas. Logo ali foi adotado o nome - Grupo Pro Pátria - que, posteriormente, se iria converter em Grémio Republicano Português. Trata-se portanto de uma agremiação de portugueses, não só imbuídos dos ventos que sopravam da França, e mesmo de Portugal, como por certo sugestionados pelo ambiente republicano brasileiro. O ideário era de molde a entusiasmar: "... porque afinal, a República em seus princípios eternos, o que vem sustentando e defendendo é que não pode haver entre os

homens outras distinções senão as que nascem do seu valor próprio e sobretudo das suas virtudes.”¹⁵⁷

155 - Gomes, Laurentino, 1808. *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. S. Paulo, Editora Planeta do Brasil, Lda., 2007, p. 300.

156 - O dr. Miguel Bombarda, médico psiquiatra, foi vítima de um atentado, nas vésperas da revolução republicana (em que também estava empenhado), no seu consultório, perpetrado por um seu paciente que desfechou sobre ele vários tiros. Conduzido ao hospital de S. José, a seu pedido e depois de ter recomendado que nada fizessem contra o agressor, aí veio a falecer durante a intervenção cirúrgica que se impunha. O seu nome foi dado ao Hospital de Rilhafoles que passou a chamar-se Hospital Miguel Bombarda, já desativado neste momento.

157 - Derouet, Luís, *Duas Pátrias. O que foi a visita do Sr. Dr. António José de Almeida ao Brasil*. Lisboa, 1923, Sociedade Editora, O Mundo. Discurso, do sr. Dr. António Luís Gomes, proferido no Grémio Republicano Português na noite de 22 de Setembro de 1922. P. 206 / 208.

Entrada a República em Portugal novos homens ficam à frente do poder. O dr. António Luís Gomes foi depois aquele ministro português no Brasil que foi recebido entusiasticamente no Rio de Janeiro pela colónia portuguesa, em que milhares e milhares de compatriotas o esperavam no cais e o acompanharam ao edifício da Legação. ...“era um homem de trato afável, inteligente e conhecedor dos problemas económicos e espirituais dos portugueses no Brasil.”¹⁵⁸ Ele sabia que ia encontrar na colónia portuguesa “um forte núcleo de monárquicos arreigados às suas convicções”,¹⁵⁹ mas conseguiu tratar questões importantes para Portugal como as referentes aos vinhos, aos azeites, a outros produtos e artigos portugueses como por exemplo, frutas, tecidos, etc.; assuntos referentes à entrada de imigrantes portugueses e à defesa do seu trabalho e condições de vida. Não raro chamou à Legação elementos preponderantes da colónia portuguesa para os congregar e entre eles estavam alguns dos que faziam parte do Grémio Republicano Português.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a República Portuguesa, com o presidente Nilo Pessanha, Chefe do Estado da Federação brasileira e, com o bom entendimento e o desenvolvimento económico entre as duas Repúblicas, logo se verificou a necessidade de abrir consulados em vários Estados, nomeadamente em S. Paulo, onde já viviam muitos portugueses.

Por sua vez, Portugal foi o segundo país - o primeiro foram os Estados Unidos da América - a abrir Embaixada no Brasil, em 1913, substituindo a Legação. Para a sua Embaixada e Consulados a República encontrou bons representantes que estiveram à altura do seu papel. Em Lisboa a Legação Brasileira passou também a Embaixada.

Dos portugueses, que nesta altura chegaram ao Brasil, houve alguns que ali aportaram de forma inusitada. Nas incursões monárquicas em Portugal ficaram em Espanha, na Galiza, monárquicos portugueses, o que provocou alguma tensão entre os governos dos dois países. Bernardino Machado, nosso primeiro embaixador no Brasil, conseguiu que o governo brasileiro se disponibilizasse a acolher esses portugueses. Ao chegarem, foi recebê-los, ouvindo da parte desses imigrantes, digamos que compulsivos, o Hino da Carta e vivas à Monarquia. Bernardino Machado esforçou-se por lhes arranjar trabalho e

convidou-os a passarem pela Embaixada “lar de todos os portugueses”¹⁶⁰ Ajudaram estes homens, na sua inserção na colónia portuguesa e na sociedade brasileira, “várias personalidades brasileiras”¹⁶¹ entre elas o Visconde Morais, o bispo da Baía e o Grão-Mestre da Maçonaria.

As boas relações entre o Brasil e Portugal dependiam muito do bom entendimento entre a população dos dois países, por isso uma correta integração dos nossos emigrantes era fundamental e o dr. Bernardino Machado compreendeu isso procurando que aqueles portugueses fossem colocados segundo as habilitações de cada um. Devia fazer-se o possível por evitar atritos entre os trabalhadores e a partir daí surgiu a «Associação dos Trabalhadores Portugueses» para cuja inauguração foram convidados operários brasileiros.

158 - Vaz, Ângelo, *Bernardino Machado, sentimentos, ideias e factos do seu tempo*. Edição do autor, Gráfica de «O Comércio do Porto», Porto, 1950, p. 155.

159 - *Idem. Ibidem.*

160 - *Idem*, p. 157.

161 - *Idem. Ibidem.*

A este nível a colónia portuguesa soube criar condições de carater social destinadas a ajudar os seus compatriotas a quem a permanência no Brasil não sorriu, quer em termos de saúde, quer em termos económicos. Chegou a contar com sete mil sócios inscritos para auxiliarem os trabalhadores mais carenciados entre os cinquenta mil já ali existentes na entrada dos anos vinte. Entre outros apoios pagavam-se viagens de regresso a Portugal àqueles que queriam regressar e não tinham dinheiro para o fazer. Ao mesmo tempo disponibilizava-se uma série de informações de grande utilidade; providenciava-se a hospitalização dos portugueses sem recursos; tratamentos médicos e concessão de remédios aos indigentes; internamento por invalidez ou idade avançada; defesa perante os tribunais; proteção aos menores de ambos os sexos; colocação dos desempregados; combate ao analfabetismo; ensino profissional ...¹⁶²

O desenvolvimento do Brasil foi considerado a todos os títulos prodigioso a ponto de se afirmar que alguns Estados “galgaram séculos. Na capital Federal e nos Estados de S. Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, há manifestações de inteligência e de trabalho que ainda não foram excedidas em nenhum país do mundo. A organização da instrução pública (especialmente do ensino primário); a organização dos serviços hospitalares; a organização dos serviços de higiene e assistência; a organização dos serviços municipais; a intervenção do Estado e do município na educação estética do povo; o saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro e de S. Paulo; a colonização do sul; os progressos industriais; a maneira larga e franca de negociar; a tendência cada vez mais acentuada para dar de mão à *politagem* em proveito da *política* de fomento geral; a bizzarria na hospitalidade; o carinho fidalgo no trato e sobretudo o desejo ardente, ansiado, irreprimível de substituir o bom ao mau e o melhor ao bom.

“Infelizmente em Portugal é ainda muito restrito o número das pessoas que profissionalmente viram e observaram o Brasil. Com efeito os nossos compatriotas ali domiciliados e, por via de regra, ocupados na labuta diária das casas a que pertencem, descansam ou divertem-se nas horas de ócio, que bem poucas são, e só excepcionalmente se

ocupam do movimento científico, literário, artístico, económico e financeiro de uma nação que não é a sua embora com os seus nacionais mantenham as relações mais íntimas e, por vezes, fraternais.”¹⁶³

Não foi o caso do sr. Francisco Queiroz Lebre de Seabra que, tendo emigrado muito novo para o Brasil, com poucos estudos ainda, frequentou o ensino noturno no Rio de Janeiro manifestando um desejo muito grande de se instruir. Tornou-se com o tempo e a idade um autodidata de vasta cultura que acompanhou com a aquisição das melhores obras do seu tempo primorosamente encadernadas. Desde a edição de luxo dos *Lusíadas* de 1880, à *História de Portugal* de Pinheiro Chagas, à *Pátria* e à *Velhice do Padre Eterno* de Guerra Junqueiro, ao *O amor em Portugal no século XVIII* e *A Ceia dos Cardeais* de Júlio Dantas, à *Ulisséa ou Lisboa Edificada, poema heroico* de Gabriel Ferreira de Castro, a *Os Meus Serões* de Cândido de Figueiredo, a preocupações com a língua portuguesa: *O que se não deve dizer, bosquejos e notas de filologia portuguesa* e *Lições Práticas da Língua Portuguesa* também de Cândido de Figueiredo, às *Cartas* de Alexandre Herculano e *Eurico o Presbítero*, aos três grandes

162 - *Jornal O Século*,

163 - *Idem*, 16 de janeiro de 1908, p. 2.

volumes da *História da Colonização Portuguesa do Brasil - Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil*. Direcção e Coordenação Literária de Carlos Malheiro Dias - Direcção Artística de Roque Gameiro . Direcção Cartográfica do Conselheiro Ernesto de Vasconcelos. E ainda podemos acrescentar, nesta lista muito incompleta, *O Balio de Leça (Lenda do século XIV)* de Arnaldo Gama.

Se aliarmos ao gosto pela cultura literária, o gosto pela esmerada apresentação pessoal, o requinte do ambiente caseiro e os círculos sociais e políticos que frequentou, não nos espanta que este português, emigrado, surja citado no livro *Duas Pátrias* de Derouet a páginas 123, livro este que também constava da sua biblioteca particular. É que Francisco Queiroz Lebre de Seabra, republicano convicto,¹⁶⁴ foi vice-presidente do Grémio Republicano Português ao tempo e depois seu presidente.

“A designação de “brasileiro” adquiriu para nós uma significação singular e desconhecida para o resto do mundo. Em Portugal, a primeira ideia, talvez, que suscita este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior ou menor largueza e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico.”¹⁶⁵

Creio que esta ideia se pode aplicar em parte ao sr. Francisco Seabra. De fato emigrou jovem, sendo o mais velho de oito irmãos, de uma família com algumas posses, da região centro litoral do país, mais concretamente da zona de Anadia. Podemos classificar esta família de uma família típica de emigrantes porque, os cinco filhos rapazes saíram todos para o Brasil nos finais do século XIX, inícios do século XX e entregaram-se à atividade comercial no Rio e em São Paulo. As três irmãs ficaram com os pais em Portugal. Mais tarde o Francisco, o João, o Manuel e o António regressaram casados¹⁶⁶ e bem de vida, só não tendo regressado a mais novo, o Augusto, por ter falecido no Brasil de peste. Das três

meninas, a Rosalina morreu nova, de tuberculose, e a Adelaide e a Florinda, que não casaram, tendo vivido sempre com os pais, vieram a falecer já depois de desaparecidos os irmãos. Mas as casas deles estão lá ainda em Malaposta, Arcos, Coimbra... e há descendentes, que já vão na quinta geração.

Mas quem é que em Portugal pode dizer que não teve alguém no Brasil? E mais singular ainda é ter nascido no Brasil e não ser brasileiro. Entre os homens da República podemos referir três: Bernardino Machado, nasceu no Brasil em 1851, filho dos barões de Joane; João Chagas, nasceu no Rio de Janeiro em 1863, filho de emigrantes liberais que as lutas civis levaram ao Brasil; Magalhães Lima,

164 - Naqueles tempos o entusiasmo na afirmação republicana era tal que não raro se utilizavam as cores da bandeira com os mais variados pretextos. Assim, por exemplo, as fotografias encaixilhadas que diziam respeito à atividade republicana tinham o vermelho e o verde como elemento decorativo. Tivemos oportunidade de ver fotografias de sessões e conferências no Grémio Republicano Português, em que se encontrava o sr. Francisco Queiroz Lebre de Seabra, com os caixilhos assim ornamentados.

165 - Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros - Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, Gráficos Reunidos, Ld., 1994, p. 35.

166 - O sr. Francisco Seabra casou no Rio de Janeiro com Alcina Melo de quem se viria a «desquitar» mais tarde. Tiveram duas filhas que o pai trouxe para Portugal para serem criadas pelas tias e que frequentaram um colégio de religiosas da Ordem de S. José de Cluny. Estas religiosas não usavam na altura os seus hábitos por motivo das determinações republicanas de expulsão das Ordens religiosas.

nasceu no Brasil, no Rio de Janeiro, em 1850, filho de Sebastião de Carvalho Lima e de D. Leocádia Rodrigues Pinto de Magalhães.¹⁶⁷ Três homens eminentes da República que, a par de Afonso Costa, António José de Almeida, José Relvas, Brito Camacho, Manuel de Arriaga, Teófilo Braga e tantos outros, que é impossível nomear neste trabalho, constituíram os mais entusiastas obreiros do novo regime, do novo Portugal.

Não foi tarefa nada fácil. Portugal caminhava agora em comunhão de sentimentos com o Brasil: duas pátrias irmãs republicanas, mas, enquanto que o Brasil seguia o caminho festivo do desenvolvimento, do fomento a todos os níveis, Portugal avançava penosamente cheio de preocupações e contratempos.

Instaurada a República, que um grupo de populares concretizou e algumas forças organizadas levaram por diante,¹⁶⁸ é proclamada em Lisboa, da varanda dos paços do Concelho, por Eusébio Leão.¹⁶⁹ Logo acodem os republicanos de maior prestígio a formar governo, governo provisório, integrado por Teófilo Braga (Presidente), António José de Almeida (Interior), Afonso Costa (Justiça e Cultos), Bernardino Machado (Estrangeiros), António Luís Gomes (Fomento), António Correia Barreto (Guerra), Amaro de Azevedo Gomes (Marinha), Basílio Teles (Finanças). Destes oito homens, seis eram maçons¹⁷⁰ e pertenciam ao Grande Oriente Lusitano Unido. Não podemos esquecer o papel desempenhado pela Maçonaria nestes acontecimentos, que aliás já referimos, e o seu Grão-Mestre de maior prestígio, Magalhães Lima.

Pouco tempo depois houve que realizar alterações: Basílio Teles recusou a nomeação e foi substituído nas Finanças por José Relvas; António Luís Gomes foi representar-nos no Brasil e foi substituído por Manuel Brito Camacho no Fomento

Começam entretanto as dissensões: três homens afastam-se entre si e criam caminhos

para a república que só não a fragmentam porque era necessário demonstrar para o exterior que se tratava de uma situação credível com futuro em Portugal. É neste contexto que vão coabitar o Partido Democrático ou «Afonсистa» de Afonso Costa, o Partido Evolucionista ou «Almeidista» de António José de Almeida e o Partido Unionista ou «Camachista» de Brito Camacho. No estrangeiro

167- Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, *Magalhães Lima (Sebastião de)*, Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, vol. XV, [s. d.], p. 910.

168 - Ventura, António (organização), *O 5 de Outubro por quem o viveu, reportagens, depoimentos e relatórios*, Lisboa, Livros Horizonte Lda, 2010, cap. III - Na rua, p. 163 e seguintes.

Para vermos até que ponto a amizade com o Brasil nos era cara conta-nos Eusébio Leão na primeira pessoa, ao ser entrevistado por um jornalista d' *O Século*: «saíram à rua, mas separados uns dos outros, Afonso Costa, Malva do Vale, João Chagas, António José de Almeida e outras pessoas ainda. Iam colher informações e seguir depois para o Paço das Necessidades, se as coisas corressem bem, para intimarem o rei a abdicar. O papel que me foi destinado foi o de, como secretário do directório e em nome do governo revolucionário, ir ao Palácio de Belém, onde estava o marechal Hermes da Fonseca, para lhe significar que a presença dele em Lisboa em nada tinha influído no acto revolucionário e afirmar-lhe a absoluta garantia do respeito que lhe era devido como chefe de uma nação amiga e as simpatias que todos nós sentimos pelo Brasil e que se ampliariam com o governo republicano.» p.159.

169 - Brandão, Pedro Ramos - António Chaves Fidalgo, *A Maçonaria e a implantação da República em Portugal*, Alfragide, Oficina do Livro - Sociedade Editorial, Lda., 2010, p. 123

170 - *Idem. Ibidem.*

propagandeava a nossa república Magalhães Lima a quem chamavam por graça “o caixeiro viajante da República.”¹⁷¹

Mas a prosperidade que se esperava do lema republicano: «Ordem e trabalho», não se concretizava. O povo imaginava que tudo se iria modificar da noite para o dia, segundo as promessas das campanhas e dos discursos dos corifeus do novo regime. Não foi assim. Vão seguir-se dezasseis anos atribulados que vão fazer parecer pacíficos os últimos anos da monarquia. As incursões monárquicas encabeçadas por Paiva Couceiro foram, talvez, a menor das preocupações.¹⁷² Até o rei, do exílio, apelava ao entendimento, cioso do bem dos portugueses. O que se passava com os próprios republicanos é que era preocupante. Deram-se conta que não tocavam todos pelo mesmo diapasão. Homens que até há bem pouco tempo tinham estado alinhados enfrentavam-se em divergência. Afonso Costa chegou a desafiar António José de Almeida para um duelo. Costa era radical, Almeida consensual.

Também se deram conta de que era preciso republicanizar o Portugal profundo. Havia imensas coisas a fazer, imensas coisas a modificar. Para o efeito o Governo Provisório legisla exaustivamente e Afonso Costa tem finalmente a oportunidade de separar a Igreja do Estado, enquanto sonha acabar com a religião! A própria imprensa republicana fez constar que Afonso Costa prometera, em reuniões maçónicas, eliminar por completo o catolicismo em duas gerações!...

Depois era preciso dar vida a uma Constituição Republicana que irá surgir em 1911. Chega-se a um acordo sobre o Hino e a Bandeira. O primeiro chefe do Estado do novo governo constitucional é Manuel de Arriaga que, ao ser eleito, afasta Bernardino Machado dessa possibilidade. Se bem que, Bernardino Machado, irá ser aquele republicano que ocupará por duas vezes a cadeira presidencial. João Chagas a 4 de Setembro de 1911

apresenta publicamente o programa do primeiro governo constitucional como a continuação da obra iniciada pelo governo provisório.

Um dos problemas, que mais preocupavam os homens do novo regime e que tanto tinham acalorado as discussões do anterior, eram as finanças públicas. Afonso Costa pugnava pelo equilíbrio das contas públicas; quer transformar o *deficit* num *superavit*... e conseguiu-o. A proposta de Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1914/15, apresentada no Parlamento a 14 de janeiro de 1914, acusava já um superavit de 3.392.764\$72.¹⁷³ Afonso Costa é, de fato, o homem do momento. A sua decisão e truculência, o seu discurso inflamado nas cortes, até a sua forte compleição física, dão-lhe um lugar de indiscutível liderança na República.

171 - Serrão, Joel (Direcção), *Lima, Sebastião de Magalhães* Dicionário da História de Portugal, Lisboa, Iniciativas Editoriais, Volume II/ E-MA, p.748.

172 - Sem menosprezo pelo esforço monárquico que conseguiu mesmo proclamar uma monarquia no norte e deixar o nome de Paiva Couceiro mais dignificado e com ele os nomes daqueles que o acompanharam, a verdade é que os republicanos lograram a vitória face à fragilidade das convicções monárquicas e às suas divisões. Pode dizer-se que : “A restauração monárquica do Norte, em 1919, viria a falhar porque esse desfecho se afirmava inevitável. Os monárquicos portugueses nunca conseguiram a unidade estratégica que um movimento restaurador exigia.” Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, p. 199.

173 - Pires, Ana Paula, *António José de Almeida. O Tribuna da República*. Lisboa. Norprint, 2011 (Coordenação da Série Parlamentares da I República - Luís Farinha), p. 127.

Mas Portugal não está isolado de um contexto europeu e mundial.¹⁷⁴ Há que contar com os imponderáveis. E, em 1914, eclode a primeira Guerra Mundial. O país fica na expectativa a considerar a sua posição. Tem bens a defender e que estão novamente ameaçados: o seu vasto Ultramar. Além disso a sua aliança com a Inglaterra cria-lhe uma obrigação. Assim, quando é pedido pela nossa aliada que ocupemos os barcos alemães surtos no Tejo, não hesitamos e vamos receber a declaração de guerra da Alemanha que nos faz alinhar com a Inglaterra. Do outro lado do Atlântico o Brasil está também na guerra ao lado dos Estados Unidos e esta circunstância aproxima ainda mais os dois povos irmãos: Portugal e Brasil.

A república portuguesa é a concretização de um anseio de muitos homens que queriam implantar no país um sistema político que assegurasse definitivamente o primado da liberdade, mas, apesar de todas as lutas, ela esteve ameaçada por duas vezes durante esses dezasseis anos: a ditadura de Pimenta de Castro (1915) e a ditadura de Sidónio Pais (1917). Estas duas ditaduras fizeram demitir dos cargos, que então ocupava, um homem que prezava por demais a liberdade, a sua causa era a República liberal: João Chagas,¹⁷⁵ sobrinho de Manuel Pinheiro Chagas. A ditadura castrense de Sidónio Pais depôs e expulsou Bernardino Machado, chefe do Estado eleito, o que indignou João Chagas que se demitiu do seu cargo em Paris, comunicando o facto telegraficamente a Sidónio, como já tinha feito com Pimenta de Castro. A entrada de Portugal na guerra está também ligada aos esforços de João Chagas, aspecto que nem sempre lhe foi reconhecido positivamente.

Não era só a nível dos políticos que havia desentendimentos. O povo, passados os primeiros tempos de euforia republicana, entrou em manifesto descontentamento. António José de Almeida chegou a ser vaiado no Rossio, em Lisboa. João Chagas foi atingido a tiro por João José de Freitas no Entroncamento. João José de Freitas foi morto logo a seguir pela multidão enfurecida. No país reinava a insegurança, podemos mesmo afirmar, o medo. A guerra também contribuiu para agudizar a situação. Portugal combatia em três frentes: na Flandres, no sul de Angola e no norte de Moçambique. O CEP (Corpo Expedicionário Português) foi o resultado do “milagre de Tancos” que preparou, em tempo recorde, para transportar para os campos de batalha, os filhos do povo inconformado.

Quando a guerra terminou regressaram a Portugal os feridos, os gaseados e os mortos, estes nos corpos dos dois soldados desconhecidos que serão mais tarde conduzidos, solenemente e com honras militares, ao Mosteiro da Batalha, onde ainda jazem. O país encheu-se de monumentos aos mortos da Grande Guerra.¹⁷⁶

Mas dizíamos que se vivia com insegurança e mesmo medo. No dia 14 de dezembro de 1918, o presidente da república, Sidónio Pais, é assassinado na estação do Rossio, por um revolucionário de esquerda. A imprensa de todo o país dá-nos conta do choque sentido, que alguns compararam ao que se viveu com a morte de

174 - “ Portugal não é uma ilha isolada no meio da Europa, podendo alhear-se da vida social do seu tempo. Pelo contrário a nossa vida está intimamente ligada à vida europeia, e como somos um país pequeno e fraco, a despeito de orgulhoso e altivo, temos de reflectir as nossas deliberações, não vão elas, destinadas por nós ao nosso bem, causar-nos prejuízos irreparáveis.” Intervenção de António José de Almeida. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 3-A, 18 de outubro de 1911, p. 13.

175 - Pereira, Vasco, *A vida de João Chagas: de degredado de 1ª classe a Primeiro Ministro*, Lisboa, edição do autor, 1915. Cascais, Câmara Municipal e Junta de Freguesia do Estoril, edição, 2006.

176 - O Museu Militar, em Lisboa, tem uma sala dedicada exclusivamente à Grande Guerra.

D. Carlos. Aliás Sidónio foi chamado Presidente-Rei pela sua postura e pelo seu prestígio, e quem sabe até, para alguns, pela esperança que os monárquicos nele depositavam para a realização de um plebiscito que levasse o povo a decidir, de vez, se era a monarquia ou a república que devia vigorar em Portugal.

No exílio, em Inglaterra, o rei D. Manuel, quando soube do atentado, que bem tristes recordações lhe terá suscitado, disse ao ministro de Portugal em Londres: “...que sempre se mantivera ao lado do governo durante a guerra, para o bem do país; e mais do que nunca estava disposto a fazer tudo o que necessário seja para que Portugal atravessasse sem dificuldades nem perturbações internas a sua actual crise, para o que recomendará aos seus partidários que colaborem com o governo para que se mantenha a ordem.”¹⁷⁷

Podemos dizer que as palavras do rei calaram fundo no espírito de todos os portugueses porque, quem vai suceder ao presidente assassinado é precisamente um monárquico, João do Canto e Castro Silva Antunes, almirante, governador ultramarino e político a quem Sidónio, numa remodelação ministerial, entregara a pasta da Marinha. O Congresso elegeu-o logo em 16 de dezembro de 1918 e Canto e Castro aceitou o cargo em virtude da situação que se vivia. Um mês depois dá-se a restauração monárquica no Porto e a tentativa da guarnição militar em Lisboa o que deixa o Presidente numa situação delicada, num “dramático dilema moral”¹⁷⁸ que é resolvido pela sua fidelidade à República à qual

empenhara a sua palavra. Completa o tempo de mandato que lhe fora atribuído a 5 de outubro de 1919.

Procurámos dar, em pinceladas largas, uma ideia do que foi esta primeira República. Uma república com várias facetas e contornos que pudemos avaliar na grande exposição que esteve patente na Cordoaria Nacional a quando do centenário. Não faltou sequer aquela fotografia de três crianças vestidas de maneira simples que em 1917 protagonizaram um acontecimento invulgar: disseram ter visto a Mãe de Cristo que lhes falou, profetizou o final da Guerra e garantiu a conversão da Rússia. Perante o anti clericalismo dominante os acontecimentos que então se desenrolaram no lugar da Cova de Iria perturbaram muitas consciências e contrariaram muitas atitudes.

Como sabemos, grande parte dos republicanos não era crente e assumiam-se como tal, entre eles o Presidente da República que vai suceder ao almirante Canto e Castro: o dr. António José de Almeida.

Nasceu em 1866 a 17 de julho, na freguesia de Vale da Vinha, concelho de Penacova, e formou-se em medicina em Coimbra. Ainda estudante deu logo provas de entusiasmo pela política, causa que abraçou até ao fim dos seus dias. Homem de convicções, explanava as suas ideias com brilhantismo e sabia acompanhar as palavras com o gesto que sublinha o sentido. Esse dom mereceu-lhe a admiração e o apreço dos que com ele privavam e das multidões a quem teve ensejo de se dirigir através da vida nas mais variadas circunstâncias. A vida reservava-lhe um brilhante corolário para os seus dotes oratórios; ele que foi considerado o tribuno da República.

Sempre que se fala do presidente António José de Almeida é natural

177 - Palavras de D. Manuel ao ministro de Portugal em Londres, Augusto de Vasconcelos, in *Diário Nacional*, 28 de dezembro de 1918.

178 - Serrão, Joel (Direção), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, Iniciativas Editoriais, Volume I/A-D, 1971, p. 530.

a referência ao fato de ele ter sido o único presidente da primeira república a completar o seu mandato. Acontece isso, por exemplo, no Museu da Presidência perante os retratos dos antigos presidentes. Contudo, não dá para explicar, em poucas palavras, que acontecimentos muito graves estiveram a ponto de provocar o afastamento voluntário do dr. António José de Almeida do seu cargo, antes do tempo previsto.

A família e o lugar onde nasceu levaram-no a sentir-se irmanado com o povo e próximo da natureza. Daí uma propensão natural para a simpatia republicana e para um certo naturalismo romântico. Os estudos e a convivência académica completaram a sua formação num mundo nitidamente em mudança, um mundo que chegava a Portugal através da Europa politizada pelos ecos da revolução francesa e respetiva república, pelos profundos pensadores alemães, pelas tentativas federalistas italianas, federalismo que já tinha tido sucesso no Brasil, e pela formação de impérios que tentavam a sua afirmação, a partir da Europa, num prolongamento africano e asiático.

António José de Almeida já não faz parte da chamada «geração de setenta», mas daquela geração que apanha em cheio o vexame do *Ultimato* inglês e não vai deixar passar em claro essa ocasião de afirmar o seu patriotismo e de apontar o dedo a quem não soube

defender os nossos interesses: o sistema, a monarquia e o seu mais alto representante, o rei. O rei que acaba de ser aclamado por morte de D. Luís.

António José tem nessa altura 24 anos e escreve arrebatadamente o célebre artigo na folha académica «O Ultimatum»: *Bragança, o último*. Artigo este que lhe vai valer a prisão, a defesa em tribunal por Magalhães Lima, a adesão do seu próprio pai ao republicanismo¹⁷⁹ e a extinção da folha académica. Ao mesmo tempo foram também julgados Afonso Costa, estudante de Direito, pelo seu artigo «A Federação Académica», publicado na mesma folha, em que o autor visa a Monarquia como responsável pelo estado do país e foi julgado o editor, Pedro Augusto Cardoso, por não estar ainda completo o processo de editor.

Podemos dizer que foi a partir daqui que o jovem António José (como era chamado familiarmente) se tornará conhecido, acarinhado e ovacionado logo à partida, a caminho da prisão, depois de ter comparado o rei a um animal, um irresponsável, digno de ser observado no Jardim Zoológico!

Não podemos afirmar, pelas informações recolhidas,¹⁸⁰ que este estudante de medicina fosse ou tivesse sido sempre um bom estudante. Nos preparatórios para medicina não se entendeu com a matemática, se assim se pode dizer, e reprovou por três vezes. Mas vencida a dificuldade melhorou muito e formou-se em medicina não sem ter depois que ultrapassar uma outra situação que o fez recorrer de novo à escrita. Três lentes vetaram a sua progressão para catedrático de que resultou a obra polémica com o título, *Desaffronta, (História de uma perseguição)*, em que António José de Almeida mostra a sua indignação e o seu espírito combativo.

O terminar do curso leva-o a S. Tomé onde exercerá a medicina por algum tempo interessando-se em melhorar as condições de vida e do sistema de saúde

179 - O pai de António José de Almeida era homem culto posto que não tivesse estudos superiores. Foi vereador e Presidente da Câmara de Penacova e militou no partido Histórico. José António de Almeida teve oito filhos e a todos eles, aos cinco rapazes, foi dado o nome de António. Aderiu ao movimento republicano depois desta prisão e julgamento do filho de quem era muito próximo.

180 - Torgal, Luís Reis, *António José de Almeida e a República, Discurso de uma vida ou a vida de um discurso*, Mem Martins, Printer Portuguesa, 2005, p. 39.

naquela colónia. Em contrapartida, arranja (?) para toda a vida um problema de saúde que se irá agudizando com a idade: reumatismo gotoso.

A ida para S. Tomé deve-se em parte ao fato do seu futuro académico estar comprometido e em parte por ter já no ultramar dois irmãos, um precisamente em S. Tomé, que irá falecer pouco antes de ele lá chegar e outro em Luanda. Esta experiência do exercício da medicina, logo a seguir à conclusão dos estudos e na região em que se processou, enriqueceu-o sob o ponto de vista humano e profissional. Ele próprio reconhece o quanto a medicina e o conhecimento dos homens irmanados pelo sofrimento que as doenças originam, o levaram a ser mais tolerante e compreensivo, o que não significa perder o seu espírito combativo. Neste aspeto continuou a esgrimir com a pena chamando então para os problemas da colónia as atenções no sentido de alertar consciências e movimentar esforços para modificações que se impunham, principalmente nas áreas da higiene e da saúde.

Esteve na colónia equatorial sete anos e deixou merecido reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, não só em favor do «serviçal preto»¹⁸¹ como do colono europeu para o qual criou a associação *Pro Pátria*, “de que ele fora «a alma propulsora», a qual de Março de

1902 a 30 de Abril de 1903, repatriara 88 europeus indigentes e doentes (85 adultos e três crianças). Ao esforço de António José se devia também a construção, a concluir em breve, de um sanatório na Praia Pequena, o lugar mais salubre perto da capital (hoje nela integrado, entre a Fortaleza de S. Sebastião e a Fortaleza de S. Jerónimo), que possuía duas enfermarias para indigentes, farmácia, cozinhas, casas de banho, lavandarias, gabinete de observações bacteriológicas, etc.”¹⁸²

Ao regressar a Portugal teve em S. Tomé a mesma despedida que lhe tinha sido feita em Coimbra ao sair de Portugal sete anos antes: um banquete de homenagem rodeado de amigos com quem bastas vezes se fez fotografar para recordação e que lhe manifestaram o seu apreço.

Neste regresso já não encontrou duas pessoas que estimava: o pai e o médico dr. Sousa Martins que entretanto tinham falecido.

Mas trazia com ele um projeto que tratou logo de concretizar mal chegou: uma viagem de estudo e lazer por França, Suíça, Holanda e Itália, adiando assim por algum tempo a sua instalação em Lisboa com consultório aberto na capital, para tratar principalmente “doenças dos países quentes”¹⁸³ e o retomar da sua atividade política pela qual muitos aguardavam.

Esta atividade política levá-lo-á ao Parlamento como deputado, a ser preso de novo, a integrar o governo provisório como ministro do interior, a criar o seu próprio partido, como já referimos, e a criar o seu próprio jornal, *A República*. Ao mesmo tempo não deixava perder qualquer ocasião de comunicar pela palavra, pelo discurso, transmitindo as ideias que o entusiasmavam, que clarificavam as reformas que se pretendiam num ambicioso programa de restauração de um Portugal renovado na evolução. A sua tribuna era o parlamento, mas mais importante ainda a praça pública rodeado do povo genuíno que gostava de o ouvir falar.

Não era só o povo que gostava de o ouvir falar. Precisamente num comício, conheceu a sua futura esposa, D. Maria Joana Morais Queiroga, com quem casou pelo

181 - *Idem*, p.70.

182 - *Idem*, p.70.

183 - *Idem*, p.74.

civil em 1910 e de quem teve uma filha, Maria Teresa Queiroga de Almeida.

Circularam boatos, na época, de que teria casado religiosamente em privado, mas nunca se chegou a obter a confirmação. Não é porém impossível que isso tenha acontecido, dada a religiosidade da maior parte das senhoras daquele tempo que conseguiam que os maridos aceitassem a mediação da Igreja em certos momentos da vida nomeadamente à hora da morte. E essa mediação concretizava-se na presença de um sacerdote. Ora face ao anti clericalismo tudo isto se traduzia numa contradição.

O próprio baptismo era uma cerimónia que tinha de se realizar perante o pároco da localidade, em virtude do assento do baptismo patentear o dia e a hora do nascimento de um indivíduo e convinha realizá-lo quanto antes na presença de testemunhas, os padrinhos. Daqui provêm os assentos paroquiais hoje guardados em arquivos próprios uma vez que a República instituiu o registo civil obrigatório e não confessional. Segundo parece o registo do batismo de António José de Almeida não está assinado pelo padre Francisco Cordeiro da

Fonseca, da igreja paroquial de Farinha Podre, possivelmente por esquecimento. Farinha Podre, que hoje detém o nome de S. Pedro de Alva, é uma aldeia antiga a que pertencia “o pequeno lugar de Vale da Vinha.”¹⁸⁴ Concelho de Penacova.

Mais radical do que António José de Almeida, era Afonso Costa que, neste particular de laicizar os serviços considerados obrigação do Estado: a saúde, o ensino, a administração, não esteve com contemplos. Mandou fechar conventos, colégios e hospitais pertencentes à Igreja, expulsar as Ordens Religiosas e proibir o uso de vestes religiosas. Interessante que houve uma Ordem religiosa que escapou a estas determinações: a Ordem dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, do Telhal.

Vária ordem de fatores explica esta aparente situação de privilégio:

- o tipo de doentes ali internados. Quem iria responsabilizar-se pelos alienados?
- o fato de a Casa do Telhal ser de um estrangeiro; estava em nome do padre Menni, um italiano, e sob a proteção da Embaixada Italiana.
- o ter recebido a visita de um importante republicano daquela altura que se deslocou pessoalmente ao Telhal para ver o que ali se praticava: Afonso Costa! Esta visita foi por demais impressionante para ele próprio e para quem a presenciou pois que naquela ocasião estava ali internado um seu antigo discípulo e reconheceram-se...
- o fato de as autoridades de Sintra terem protelado a ordem de saída dos Irmãos, dizendo-lhes que iriam arranjar quem os substituísse, o que nunca aconteceu. Foram, no entanto, os Irmãos “aconselhados” a deixarem de usar os seus hábitos, colocando apenas, uma referência (medalha) à sua condição religiosa, por detrás da lapela do casaco.

- e ainda podemos acrescentar que, a ação do P. Bento Menni e do Irmão Elias (à frente da Casa do Telhal de 1911 a 1919), foi muito importante pela prudência e discernimento demonstrados em ocasião de tanto melindre. O P. Menni conseguiu a mesma proteção italiana, através do embaixador de Itália em Portugal, o Marquês de Palluci, para a Casa da Idanha (Ordem feminina) e que ambas as Casas arvoraram a bandeira italiana. A Casa do Telhal chegou mesmo a chamar-se: “Villa de S. João de Deus”. S. João de Deus, o nosso santo português, de Montemor o Novo.

Havia muita gente que confundia os Irmãos Hospitaleiros com os Jesuítas por

184 - *Idem*, p. 28.

causa dos hábitos negros e, alguns, que se julgavam mais entendidos, diziam que usavam as mesmas iniciais A.M.G.D., que foi a confusão que sujeitou o Irmão Elias a ficar preso na fronteira de Vilar Formoso, uma vez que regressava de Espanha e lhe revistaram a bagagem. Por fim lá receberam de Lisboa a indicação de que o podiam soltar, que ele não era jesuíta.

Vem de longe em Portugal a ideia de tutelar a Igreja: desde o reinado de D. Pedro I com o Beneplácito Régio. O envolvimento da Igreja com o Estado não foi benéfico, mas a separação processada de modo violento do Estado sobre a Igreja causou a ambas as partes significativos prejuízos. Digamos que depois o Estado andou a apanhar os “cacos” dos estragos que causou porque teve que enfrentar os resultados da Primeira Grande Guerra com muitos soldados a regressarem feridos e gaseados, necessitados de tratamento. E quem os tratou? Lá foi o Estado bater à porta dos Irmãos Hospitaleiros que já tinham dado provas nos Hospitais Militares. Depois Portugal enfrentou a epidemia da peste pneumónica e de novo os Irmãos Hospitaleiros se desdobraram em atendimento hospitalar.

“A lei retirou à Igreja personalidade jurídica e todos os seus bens incluindo os registos paroquiais. Não só suprimiu os juramentos e invocações religiosas em cerimónias públicas e os feriados religiosos (o Natal passou a ser a festa da família), mas também proibiu o toque dos sinos, as procissões e o uso pelos padres de roupa distintiva (as “vestes talares”). O ensino religioso foi banido nas escolas - mesmo as privadas. Metade dos seminários foi fechada e os candidatos ao sacerdócio foram obrigados a frequentar disciplinas nos liceus. A própria imprensa republicana fez constar que Afonso Costa prometera, em reuniões maçónicas, que o Catolicismo, seria completamente eliminado em Portugal “em duas gerações”. Anos depois Costa desmentiu, e disse que “nem uma igreja se fechou”. Mas não foi o que viu António Sardinha em Portalegre, quando lá chegou a meio da manhã do dia 6 de Janeiro de 1912, e encontrou a cidade “alarmada com o encerramento das igrejas por falta de associações culturais”. Já só estava aberta a sé, onde “os baptismos eram imensos”, com toda a gente a “correr, não lhes ficassem por cristianizar os filhos”, Sardinha, então ainda um fervoroso republicano, teve de admitir a evidência: “O Estado em Portugal em vez de um Estado neutral tornou-se um Estado sectário.”¹⁸⁵

A propósito de o ensino religioso ser banido nas escolas, já António José de Almeida tinha feito esta observação no Parlamento: “Na escola o que se deve ensinar é toda uma série de verdades positivas que assentam nas observações e na experiência e mais o culto da pátria, da liberdade e da honra. Mais nada.” (*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão nº 47, 16 de Agosto de 1909, p. 5.)

Ao referirmos a Casa do Telhal, perto do Algueirão, concelho de Sintra, não podemos deixar passar em claro a atenção que mereceu ao dr. António José de Almeida o problema da saúde mental. A República conheceu alguns dos mais famosos médicos psiquiatras que houve em Portugal: Miguel Bombarda, Júlio de

185 - Ramos, Rui, (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 586

- Nem sempre deputados republicanos se souberam dar ao respeito perante as populações. Pinheiro Torres, deputado monárquico, na sessão nº 44, de 10 de Agosto de 1909, (p.3 do *Diário da Câmara dos Deputados*) refere que, deputados republicanos do Porto tinham ido a Braga e entrado numa igreja de chapéu na cabeça e a fumar, provocando a ira popular.

Matos, Egas Moniz, Sobral Cid. Os Irmãos Hospitaleiros, que são na generalidade enfermeiros, vocacionados para esta área da saúde, receberam várias vezes o professor Egas Moniz no Telhal como operador.¹⁸⁶ Estava-se a olhar com mais atenção para os progressos da medicina neste campo, o que se fazia lá fora e as tentativas de eliminação do estigma que aflige os doentes e suas famílias.

Na sessão parlamentar de 26 de fevereiro de 1907, António José de Almeida profere um discurso extenso sobre os hospitais civis de Lisboa. E logo no ano seguinte, por volta de 21 de Agosto de 1908, aborda a questão dos doentes mentais. Mostra conhecer as teses e resoluções do Congresso de Assistência a Alienados, realizado em Milão, em 1907, demonstrando saber o que se fazia na Alemanha. Como parlamentar não perdia a ocasião, com o concurso de outros médicos, de transmitir as preocupações que lhe merecia a medicina

praticada em Portugal e as reformas de que carecia. Os alemães já tinham, naquela época, 19 cadeiras de psiquiatria, 6 revistas da especialidade e dez sociedades de psiquiatria. Em Portugal, segundo ele, António José, há “desprezo” e “marasmo”¹⁸⁷ pelo assunto. Hospitais psiquiátricos eram apenas o Conde de Ferreira, feito por legado de um benemérito, Rilhafoles, velho edifício adaptado em 1848, o Telhal, Belas e Câmara Pestana no Funchal, pequenos institutos particulares. Do Estado era apenas Rilhafoles, que foi, na origem, um velho barracão que se aperfeiçoou. António José de Almeida recorda então a “dolorosa travessia” que a ciência psiquiátrica vinha fazendo na história, lembrando os preconceitos imemoriais que a vinham rodeando.¹⁸⁸

Outro tema, que mereceu a defesa entusiástica desde a monarquia, do então deputado, foi a questão do descanso semanal. Esta preocupação com a dignificação do trabalho através do descanso, veio a ter satisfação já na República, no governo provisório, 1911, em que, como Ministro do Interior, legislou sobre o assunto,¹⁸⁹ não completamente a contento próprio e não sem que ouvisse muitas críticas dos que esperavam mais da sua atuação; muito embora tenha recebido manifestações de apoio popular como no caso dos operários panificadores.¹⁹⁰ Mas é natural que logo nas legislaturas de 1912 a 1913, António Maria da Silva, no recém criado ministério do Trabalho e Previdência Social, se tivesse ocupado da questão, uma vez que “apresentou lúcidos e interessantes projetos no parlamento.”¹⁹¹

Isto não invalida nem diminui toda a intervenção de António José de Almeida em defesa do descanso semanal dos trabalhadores para os quais deviam estar abertos serviços que eles só poderiam usufruir no seu dia de descanso de 24 horas (o domingo). Serviços como, por exemplo, casas fotográficas e barbearias. A maneira como esta matéria está exposta, pelo orador, nos seus discursos, é deveras interessante .

186 - Lavarinhas, Álvaro (coordenador), *Museu S. João de Deus - Psiquiatria e História*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009-

187 - Discurso de António José de Almeida sobre a psiquiatria: *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Sessão nº 74, 21 de Agosto e 1908, p. 5 - 10.

188 - *Idem, Ibidem*.

189 - Torgal, Luís Reis, op. cit. Decretos de 9 de janeiro e de 8 de março de 1911 aprovando o descanso semanal e a mesma regalia para as «províncias ultramarinas» que saiu decretado em 14 de outubro de 1914. p. 76

190 - in página da *Ilustração Portuguesa*, 10 de abril de 1911.

191 - *Ilustração Portuguesa*, F.M. d'Oliveira Santos, Lisboa, maio de 1916. . p.718.

mas não nos deteremos, porém, a analisar em pormenor o discorrer do seu pensamento, salientando apenas um tópico, sobre o Ultramar, que nos demonstra o quanto o dr. António José de Almeida sofreu uma benéfica influência daquelas terras e daquelas gentes quando ali esteve no exercício da sua profissão. Vejamos o que diz acerca de estender às colónias o direito ao descanso semanal:

“...o clima é duro, exaustivo, desumano. O branco esgota-se se não tem cuidados especiais e esses faltam-lhe quase sempre. A alimentação é, geralmente, má. As habitações são péssimas, por via de regra. É empolgante, deletéria, a ânsia do exilado que traz sempre a alma numa desassossegada inquietação.

.....
“Mas no ultramar não trabalham só os brancos. Pelo contrário, o grosso dos

trabalhadores naquelas paragens é constituído por gente preta, e esta tem direitos iguais e merece estima idêntica.

“O preto, apesar de estar na sua pátria, não pode lá ser activo e trabalhador como o branco na terra europeia.

“Aquele clima, na região intertropical, é implacável e funesto.

“Para o preto, portanto, como para o branco, é preciso o descanso semanal.

“Tenho uma grande simpatia pela raça negra, de tão grande bondade nativa, no geral, de tão acentuada docilidade e que tão grandes serviços está prestando já à civilização.

“E o que eu penso pensam-no todos os que desapaixonadamente e livres de falsos prejuízos olham essa pobre gente, que é digna de toda a protecção.

“Esquecê-la nesta concessão humanitária de descanso semanal, é cometer um crime.”¹⁹²

Esta declaração de identificação, humanidade e simpatia com o natural do Ultramar vai António José de Almeida torná-la patente a todo o mundo nos tempos que se avizinham. Portugal usurpado nos seus direitos históricos pelas potências europeias e insultado até pela sua proverbial aliada, teve ainda que ouvir opiniões desagradáveis de quem lhe cobiçava o património. Nos finais do século XIX Stanley escreveu algures: «Portugal é como as crianças sôfregas: têm diante de si diferentes pratos cheios de abundantes manjares; não os podem ingerir todos, mas revoltam-se contra quem pretende servir-se de alguns desses pratos». E ainda: «Em nome da civilização e da humanidade, compete à Europa expropriá-lo por utilidade pública.»¹⁹³

Essa expropriação estava a ponto de se concretizar. Mas não aconteceu.

“Quando organizaram a Conferência de Berlim sobre África em 1884-1885, os alemães não escondiam já a cobiça pelas colónias portuguesas. Mas foi preciso esperar pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) para que invadissem Angola a partir da atual Namíbia e Moçambique desde o território que hoje é a Tanzânia. Ficou famoso o ataque do general Von Lettow-Vorbeck ao quartel português em Ngomano, na fronteira entre as áfrias orientais alemã e portuguesa.”¹⁹⁴ Tal como Bernardino Machado, João Chagas e tantos outros republicanos, António José de Almeida entendeu que devíamos entrar na Guerra para defesa do nosso Ultramar.

192 - *Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1 de Fevereiro de 1907*, p 31-32.

193 - *Jornal O Século* de 29 de dezembro de 1907, p. 5.

194 - *Jornal Diário de Notícias* de 9 de junho de 2012, p. 23.

Foi um *guerrista*. “Praticamente desde que o conflito europeu e depois mundial se iniciara, António José de Almeida manifestou-se como um dos mais inflamados «guerristas». Foi-o como jornalista, como parlamentar e veio a sê-lo como governante.”¹⁹⁵

“As nações da Europa batem-se num duelo de morte em que cada uma compra a vida pela única moeda que tem curso corrente: a morte dos adversários.

Pois neste verdadeiro pandemónio surge uma nota humana, de súbita beleza, parecendo moldar-se pelos exemplares do patriotismo clássico e parecendo revestir já um pouco a forma da única espécie de virtude guerreira que a hora alta da civilização que decorre devia permitir.

Essa nota é dada pela ida à província de Angola da nossa expedição de marinha,

composta de homens que o destino fez herdeiros de uma grande glória e portadores inflexíveis de uma nobilíssima missão.

No escachoar de rancores que põem em tumulto os campos de batalha, esses homens simbolizam uma atitude nobre, e, poderei dizer, pacífica, que contrasta com a violência canibalesca dos teutões ou com a fleuma enraivecida dos aliados.”¹⁹⁶

Essa atitude aqui apresentada quase como pacífica, não tem um efeito prático nem no ultramar nem na Europa. Como sabemos Portugal teve que combater o bom combate quer num lado quer no outro. A partir do momento que a Alemanha declarou guerra a Portugal (1916) houve que assumir o desafio com todas as suas consequências e elas não foram completamente devastadoras para o nosso país porque beneficiámos do nosso posicionamento aliado.

“Durante 20 dias, em abril de 1918, a 2ª divisão do Corpo Expedicionário Português foi massacrada pelo exército alemão. Nessa batalha em La Lys, na Bélgica, as perdas portuguesas foram mais de sete mil, entre mortos, feridos e prisioneiros. A resistência foi heróica, segundo vários relatos da época, mas os 20 mil portugueses não tiveram hipóteses perante os 55 mil homens do 6º Exército Alemão. Meses depois, porém, Portugal constava entre os vencedores da Grande Guerra.”¹⁹⁷

Preservámos assim o nosso ultramar e ainda recebemos algumas pequenas compensações de guerra. Entretanto, António José de Almeida e Afonso Costa tinham-se concertado numa “União Sagrada” procurando assegurar no país aquela retaguarda necessária ao esforço de guerra.

“União Sagrada” que deixava de fora além do partido de Brito Camacho, socialistas, sindicalistas, católicos e monárquicos. António José de Almeida era então Presidente do Ministério e ministro das Colónias. O Presidente da República era

195 - Torgal, Luís Reis, *António José de Almeida e a República, Discurso de uma vida ou a vida de um discurso*, Mem Martins, Printer Portuguesa, 2005, p. 141.

196 - «Boa Sorte!», editorial do jornal *República*, 5-11-1914. Transcrito em *Quarenta anos de vida literária e política*, vol. III, p. 166-168.

“Eles vão a África para um efeito único: defender a terra que nos legaram os nossos maiores. Vão combater para que permaneça sob a nossa bandeira a terra que é o ossuário dos nossos mártires e túmulo dos nossos heróis. Eles não vão talar, arrasar, conquistar o solo alheio, vão defender a própria terra. Eles não querem avassalar ninguém; querem apenas bater-se para que ninguém nos avassale. Eles não se sentem animados pela cobiça do que é dos outros, desejam apenas guardar para os portugueses aquilo que é deles, porque legitimamente o herdaram de quem o conquistou com a força dos seus braços e o sangue do seu corpo.” António José de Almeida, «Boa Sorte!» in *República*, 5 -11-1914, p. 1.

197 - Jornal *Diário de Notícias* de 9 de junho de 2012, p. 23.

Bernardino Machado.

Terminada a guerra podemos pensar que o país sossegou, entrou a ordenar a vida política e a acalmar a turbulência social. Mas não foi assim. Havia demasiadas tomadas de posição, demasiada instabilidade, demasiadas expectativas à volta da República. Muita dessa instabilidade resultava das exigências dos sindicalistas que já tinham feito cabelos brancos a Afonso Costa no início da república. Houve greves nos mais variados setores: dos trabalhadores dos telefones, da indústria da cortiça, dos caminhos de ferro, dos correios, da tabaqueira, da imprensa, da Carris, da indústria conserveira, entre muitas outras...¹⁹⁸

Os ataques violentos contra pessoas ligadas à política eram vulgares e podemos dizer

que culminaram com a morte de Sidónio Pais na estação do Rossio em 14 de Dezembro de 1918, como já tivemos ocasião de referir.

Mas a escalada de violência não ficou por aqui quase confirmando a afirmação do monárquico Brito Nóbrega que, ainda na monarquia, profetizava o que seria a subida dos republicanos ao poder: “a guerra, a fome, a miséria, as lágrimas da viuvez e da orfandade; traria complicações internacionais, o descrédito e a ruína...”¹⁹⁹

Em defesa da ideia de revolução podemos considerar a opinião de Magalhães Lima: “As revoluções são tão necessárias às sociedades, como as correntes o são ao oceano, que, sem elas, se converteria em lagoa miasmática. A história não é outra coisa senão a narrativa dessas transformações que representam logicamente a lei do progresso humano.”²⁰⁰

E António José de Almeida quando lhe perguntaram se era esta a República com que sonhara respondeu afirmativamente, digamos que, corajosamente: sim!

No meio de uma República que se queria democrática²⁰¹ houve, porém, dois episódios ditatoriais, como já assinalámos: o primeiro, o governo de Pimenta de Castro; o segundo, a presidência de Sidónio Pais. Claro que ambos terminaram mal. Na primeira situação, a 14 de maio de 1915, uma das mais sangrentas revoluções da República levou à queda do governo e ocasionou muitos mortos e feridos como saldo bem negativo dos acontecimentos. Na segunda, o assassinato do Presidente da República, em 14 de dezembro de 1918, deixou o país em estado de choque.

Não que o acontecimento não fosse previsível. Sidónio Pais estava a ficar cada vez mais isolado perante as forças políticas e sociais que se agitavam e que não encontravam satisfação no Presidente: democratas, evolucionistas, unionistas, monárquicos, integralistas, católicos, sindicalistas, militaristas. Meio ano depois de estar no poder, no verão de 1918, já a situação se estava a degradar e um ano depois a

198 - Jornal *A Guarda* de 25 de Agosto de 2011, artigo de António José Ramos de Oliveira (Técnico Superior de Biblioteca e Documentação), *Eis a República! António José de Almeida: o único presidente a cumprir o mandato até ao fim*. p. 6.

199 - Pires, Ana Paula, *António José de Almeida, O Tribuna da República*, Lisboa, Edição Parlamento, 2011, p. 66.

200 - Lima, Sebastião de Magalhães, *Da Monarquia à República. Relato do Movimento que originou a Implantação da República em Portugal*, Lisboa, Empreza de Publicações Populares, 1910.

201 - António José de Almeida procurou clarificar, nas vésperas da implantação da República, o rumo a dar ao movimento: “Haveremos de fazer uma república conservadora e burguesa, ou faremos, como é de justiça, uma república socialista, dando satisfação às legítimas aspirações dessa imensa multidão de trabalhadores?” in Ana Paula Pires, [ob. cit.] p. 96.

morte violenta de Sidónio era um fato.

Em 1919, os monárquicos, que tinham esperado em vão um plebiscito que desse ao povo a possibilidade de se pronunciar se queria a continuação da República ou o regresso à Monarquia, proclamavam a monarquia no norte do país. Monarquia efémera, a «Traulitânia», mas que não deixou de dar que fazer aos republicanos e que, se dúvidas houvesse, gravou na História de forma indefetível, o nome de Paiva Couceiro. Aires de

Ornelas tentou o mesmo em Lisboa juntando as suas forças em Monsanto, mas viu-se cercado. Dois homens, dois monárquicos, mas duas concepções diferentes de monarquia: constitucional e integralista.

A «República Nova» de Sidónio vai dar lugar de novo à «República Velha» e, dentro dos procedimentos constitucionais previstos por esta, é eleito então o almirante Canto e Castro, com caráter transitório, face à gravidade da situação criada.

Mais ou menos um ano (16-12-1918 - 5-10-1919) e cinco governos depois, è eleito o dr. António José de Almeida para a presidência da República. É o período áureo de uma carreira política ao serviço da República desde a primeira hora. Homem de convicções fortes possuía o dom de traduzir com fidelidade o seu pensamento e, sem nunca se contradizer, conseguiu encontrar plataformas de consenso e de conciliação que muito devem ter contribuído para a aceitação geral da sua pessoa.

Onde estão os seus companheiros e a geração de 90? Já todos encanecidos pelos anos, pelas lutas, por desilusões e sofrimentos, mas revendo-se numa situação que sonharam para o país e pela qual se bateram. Afonso Costa, depois de ter alcançado prestígio internacional, será afastado por Sidónio Pais e finda os seus dias no exílio. Brito Camacho segue para África, a 9 de Agosto de 1919, “para não atrapalhar, partiu como alto comissário para Moçambique.”²⁰² Acabará por morrer em Lisboa. O dr. Bernardino Machado irá conhecer mais uma situação de relevo, ao ser eleito, pela segunda vez, Presidente da República. Também sairá do país com o 28 de maio de 1926. João Chagas terminará a sua vida agitada no Estoril. E, em Trás os Montes, vive ainda Guerra Junqueiro (geração de 70), no seu retiro de Freixo de Espada à Cinta, próximo de Barca d’ Alva... E assim, a pouco e pouco, os homens da primeira república, que são muitos mais e com quem António José de Almeida privou, não sendo possível aqui nomeá-los a todos, vão dando lugar a outras figuras que os substituem na liderança do país e levam Portugal a trilhar outros rumos.

O mandato deste presidente não foi fácil, tanto assim que a dada altura António José de Almeida pensou em resignar. Não foi fácil a começar pela doença que o afetava, cada vez mais, levando-o a períodos de descanso e a curas nas termas e até a deslocações ao estrangeiro para consultas, como aconteceu já no final da sua vida. E não foi fácil também pelos numerosos problemas políticos, sociais e económicos que teve que enfrentar.

Os quatro anos que a Constituição estabelecia para o exercício da presidência da República foram para o dr. António José de Almeida pródigos em governos: 18 governos com tendências predominantemente democráticas, mas em que houve também posições liberais e coligações. O governo de Francisco Fernandes Costa, formado em 15 de Janeiro de 1920 não chegou a tomar posse “devido a um

202 - Ramos, Rui (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, História de Portugal, Lisboa, Esfera dos Livros, 4ª Edição, 2009, p. 616.

movimento de rua”²⁰³ o que pressupõe desde logo agitação social. Essa agitação tinha que ver com as condições de vida. “O pós guerra em Portugal foi simultaneamente próspero e apocalítico.”²⁰⁴ Houve quem ganhasse com a guerra: as indústrias de conservas de peixe, por exemplo. Surgiram bancos e algumas grandes firmas portuguesas conheceram o desenvolvimento, como a Companhia União Fabril a empregar 2000 trabalhadores. Aumentou muito o número de automóveis particulares. Mas o Estado saiu da

guerra arruinado e “os governos não hesitaram em sobrecarregá-lo com as suas clientelas. O número de funcionários públicos passou de 15000 para 30000 e o dos oficiais do exército, com a integração dos milicianos, de 2000 em 1911 para 4500 em 1925. Os governos continuaram também a importar trigo, para venderem em Lisboa e Porto a um preço inferior à compra: era o «pão político». As receitas do Estado diminuíram: a preços de 1914, de 62 mil contos em 1917-1918 para 39 mil em 1919-1920. Só o «pão político», em 1919-1920, devido à desvalorização do escudo, equivalia a 25% das receitas estatais.”²⁰⁵

Ao mesmo tempo seguiam-se greves nos mais diversos setores e agravavam-se os assaltos e os ataques pessoais. O país parecia incontrolável. E é nesta atmosfera de instabilidade e insegurança que o dr. António José de Almeida assume a Presidência da República, a partir do dia 6 de Agosto de 1919 e que pronuncia as seguintes palavras no dia 5 de Outubro a quando da sua tomada de posse: “(...) eu, no alto corpo a que ascendo, serei imparcial e sereno, sem outra paixão que não seja o engrandecimento da Pátria e sem outro sentimento que não seja o do amor à República.”²⁰⁶ E, prossequindo com o esclarecimento da sua postura face ao país e aos portugueses, refere querer respeitar todas as ideias políticas e religiosas num entendimento fraterno que Guerra Junqueiro elogiou.

A sua mensagem equilibrada e apaziguadora granjeou-lhe logo de entrada a simpatia da imprensa que levou o diretor de *O Século*, Silva Graça, a apelar ao apoio ao presidente: “(...) só a imprensa poderá com os seus conselhos encaminhar a opinião pública neste momento tão excitante.”²⁰⁷ Por outro lado o presidente conseguirá, numa visita de quatro dias à Universidade de Coimbra (de 29 de novembro a 2 de dezembro de 1919) cativar o meio académico: homenageou o Regimento de Infantaria 23, condecorando-o com a insígnia da Torre e Espada; assistiu à abertura do ano letivo, no dia 1º de Dezembro, na sala dos Capelos, tendo aí, no uso da palavra, oportunidade de explanar o seu pensamento político e valorizar o papel da Universidade no contexto da Pátria.

Nesse mesmo dia, 1º de dezembro, visitou o túmulo de José Falcão, seu mentor de outrora quando estudante.

A visita a Coimbra terminou com um banquete em homenagem ao chefe do Estado, em que esteve presente, pela primeira vez, depois de proclamada a

203 - Torgal, Luís Reis, ob. cit., p. 249.

204 - Ramos, Rui (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa,, Nuno Gonçalo Monteiro, [ob. cit.]; p. 612.

205 - Idem, p.613.

206 - Almeida, António José de, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, Vol. IV, p.52, e “O 9º aniversário da República Portuguesa” in *A Capital*, 6 de outubro de 1919, p.1.

207 - *Jornal A Capital*, “No Paço de Belém. O presidente da República e a imprensa”, 9 de novembro de 1919, p. 1.

República, um elemento do clero: o senhor bispo conde de Coimbra. Esperava-se por estes sinais o restabelecimento da concórdia entre todas as classes e categorias. António José de Almeida estava apostado em resolver de vez a «questão religiosa», que tanto tinha perturbado os primeiros anos da República, atendendo a que se tratava da religião “de quase todos os portugueses.”²⁰⁸

Quando o rei Alberto da Bélgica visitou Portugal nos finais de 1920, acompanhado da esposa e do príncipe herdeiro, (pela mesma altura esteve em Portugal o príncipe Alberto I do Mónaco) tinham a aguardá-los, junto ao cais das Colunas, além de membros do governo, o arcebispo de Mitilene e o cardeal patriarca de Lisboa.

Estas visitas deram ao presidente oportunidade de realçar a importância que significava para Portugal receber tão ilustres visitantes (apesar de monárquicos), salientando no rei Alberto da Bélgica, não o facto de ser rei, mas o de ser o soldado que durante a Guerra esteve à frente de um exército aliado; por sua vez o príncipe Alberto do Mónaco foi saudado como sendo um filósofo.

Ao mesmo tempo António José de Almeida procurava encontrar aqueles esteios a que apegar a Pátria: figuras e datas que congregassem os portugueses em volta dos seus maiores e dos seus valores. É assim que a figura de D. Nuno Álvares Pereira é considerada um símbolo nacional e que a data da batalha de Aljubarrota (14 de agosto), pretexto para uma *Festa da Pátria*.²⁰⁹

E é neste ambiente de exaltação patriótica que, a 10 de abril de 1921, são levados para o Mosteiro da Batalha os corpos dos dois soldados desconhecidos.²¹⁰ Segundo António José de Almeida esta cerimónia, a que chamou “festas em honra dos soldados desconhecidos”, justificava-se como forma de “fortalecer a unidade nacional, pondo em evidência a significação do presente, realçando e honrando a tradição e preparando as lições do futuro”.²¹¹

Podemos vislumbrar aqui aspetos nacionalistas de direita que irão agradar à ditadura que se instala em Portugal em finais dos anos 20. Naquele momento, porém, estava-se numa democracia liberal espreitada à esquerda pelo comunismo...

A 13 de Abril de 1921 o dr. António José de Almeida tem uma agradável surpresa: recebe em mão própria, pelo embaixador do Brasil, uma carta convite do presidente Epitácio Pessoa para visitar aquele país em setembro de 1922, altura em que decorrerão as celebrações do Primeiro Centenário da Independência do país irmão. A perspectiva é aliciante, mas há duas preocupações a ensombrarem o horizonte: a frágil saúde de António José de Almeida e o estado de agitação latente do país, para já não se falar da precária situação económica e financeira. Contudo, o convite é aceite.

É a segunda vez que o Brasil convida o mais alto representante de Portugal para estar presente em festejos nacionais que unem historicamente os dois países. É preciso que desta vez a visita se concretize e que tudo corra bem. Começam

208 - Jornal *A Capital*, “Dentro da República”, 25 de junho de 1921, p.1.

209 - Leal, Ernesto Castro, *Poder e Comemoração: Festa do Patriotismo, Festa da Pátria em Portugal (1920-1938)*. Separata de *História das Festas*, s. I., Edições Colibri/ Câmara Municipal de Torres Vedras/Universidade de Lisboa, s. d., p. 278.

210 - É de notar que a França também homenageou o seu soldado desconhecido sepultando-o sob o Arco do Triunfo onde arde continuamente uma chama.

211- Discurso de António José de Almeida in. *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, Vol. IV, p. 101.

os preparativos: ter em atenção a saúde do presidente com uma estadia de descanso numas termas e assegurar a estabilidade governativa na ausência deste. Quanto ao esforço económico, justificado pela importância desta ligação Portugal - Brasil, será feito com uma certa contenção de despesas e a empenhada ajuda, da colónia portuguesa no Brasil.

Mas o ano de 1921 não iria terminar sem que acontecimentos muito graves se verificassem, desmoralizando muitos portugueses. “Será [...] o agudizar da estratégia

bombista e anarquista. Marinheiros serão a tropa de choque das forças desordeiras da capital. A Guarda Nacional Republicana [...] desempenhará um papel ambíguo, ora ao serviço da ordem, ora ao serviço dos movimentos revolucionários. As greves, nomeadamente dos transportes, eléctricos e comboios atingem por vezes rara violência.”²¹² A 30 de Agosto chegara ao poder um novo governo legitimado pelas eleições de 10 de Julho. O seu presidente era um liberal, António Granjo. Governou pouco tempo, impedido pela revolta da GNR, Marinha e Polícia que o queriam destituir. Estava-se a 19 de outubro, e nessa mesma manhã António Granjo apresentou a sua demissão que foi aceite pelo presidente, António José de Almeida.

Não ficou, porém, sanado o problema apesar de o presidente ter dado posse a Manuel Maria Coelho do Partido Republicano Radical. Nessa mesma noite uma «camioneta fantasma» percorria Lisboa e levou para a morte António Granjo, Machado Santos, Carlos da Maia e Freitas da Silva. Foi uma noite de terror e desvario. Os jornais da época, entre eles a *República*, levaram dias e dias a comentar o sucedido e a interrogar-se sobre quem seriam os mandantes de tão nefanda ação.

Tratou-se de um movimento revolucionário cujos implicados eram conhecidos e que pretendiam um retorno ao «espírito republicano do 5 de outubro», mas que foram ultrapassados por movimentos de rua, por marginais, comandados à distância, “não se soube nunca por quem.”²¹³

António Granjo foi morto no Arsenal da Marinha, tal como Carlos da Maia e Freitas da Silva. Machado Santos já tinha sido assassinado no caminho quando a camioneta teve uma avaria. Cunha Leal e o industrial Alfredo da Silva foram feridos, este com gravidade, já em fuga, em Leiria. Foi o «outubrismo» e, aquela tristemente célebre noite, a «noite sangrenta».

Perante esta situação, António José de Almeida quer abandonar o poder, mas recebe de imediato um apoio tão significativo de todo o país através das câmaras municipais, juntas de freguesia e diversas entidades, até eclesiásticas, que resolve tocar o país para a frente mesmo atropelando a Constituição, que aliás já estava “ferida de morte.”²¹⁴

É neste ambiente pesado, preocupante, podemos acrescentar, triste, que se fazem preparativos para comemorar os cem anos da Independência do Brasil. António José de Almeida apela, cada vez com mais insistência, nas suas intervenções, ao entendimento entre todos os portugueses, à harmonia, à concórdia, em suma, à unidade nacional.

O Brasil irá organizar uma Exposição Internacional e Portugal é também, e de novo, convidado a participar, construindo pavilhões para expor o que pretende dar a conhecer de si ao Brasil, mas principalmente aos outros países que nos conhecem mal.

212 - Torgal, Luís Reis, ob. cit., p. 168.

213 - *Idem*, p. 169.

214 - Pires, Ana Paula, ob. cit., p. 181.

A deslocação do Presidente e da sua comitiva à antiga colónia processar-se-à de barco, como devemos calcular, mas já os céus são rasgados por aviões que entusiasmam quem os vê e transformam em heróis quem tem preparação para os pilotar. Em Portugal

existem dois homens que vão ficar célebres ao realizarem a primeira ligação aérea Portugal-Brasil no âmbito das Comemorações que se avizinham: Gago Coutinho e Sacadura Cabral. António José de Almeida acarinha este projeto. É uma homenagem que Portugal presta ao Brasil.

Nesse momento histórico, o dr. António José de Almeida é, sem dúvida, como veremos, o Presidente à altura de levar ao Brasil o abraço fraterno de Portugal. Ele vai com certeza reafirmar o que disse no início da República: “O Brasil, para nós portugueses, embora sendo uma nação alheia, não é uma nação estranha. Ele não é o estrangeiro, ele é afinal uma Pátria irmã...”²¹⁵

215 - Ver a opinião de António José de Almeida em António José de Almeida, “Diplomacia republicana” in *Alma Nacional*, nº 23, 14 de Julho de 1910, p.365

III

Portugal e a costa marítima portuguesa, a «Costa Negra». - O mar como ligação às colónias. - Portugal, o Atlântico e o Brasil. - A marinha inglesa. - Uma viagem curiosa. - As naves do céu. - Gago Coutinho e Sacadura Cabral «os batedores do Presidente». - Viagem do Presidente da República Portuguesa, Dr. António José de Almeida, ao Brasil.

A extensão total da costa de Portugal continental, que se estende desde Caminha até Vila Real de Santo António, é de 845Km. Trata-se portanto de uma longa costa que durante muitos séculos não conheceu iluminação noturna, daí ser chamada de «Costa Negra» e, conseqüentemente, ter um historial de naufrágios que, em parte, se deveram precisamente a essa circunstância.

Se nos reportarmos ao período compreendido entre 1900 e 1923, verificamos que, no espaço desses vinte e três anos, desapareceram nas costas portuguesas cerca de cento e cinquenta embarcações.²¹⁶ A origem dos barcos que naufragaram na costa portuguesa parece ser de barcos portugueses e ingleses em maior número e depois de muitas outras nacionalidades: Alemanha, França, Espanha, Grécia, Itália, Holanda, Bélgica, Noruega, Suécia, Dinamarca e Rússia, por ordem decrescente de acidentes.

Estamos a referir aqui desde pequenos barcos de pesca até barcos de maior porte como os vapores de passageiros e os grandes veleiros capazes de atravessarem o Atlântico até às Américas ou navegarem para sul contornando a África. Além desses circulavam então nas nossas costas barcos de menor calado, à vela ou a remos: iates, lugres, rebocadores, chalupas, escunas, patachos, caíques, barcas, corvetas, palhabotes e bergantins. De todo este tipo de embarcações há, infelizmente, a lamentar naufrágios, a que se somam, em 1910 a perda de uma canhoneira, em 1911 um cruzador e em 1917 um caça-minas e um contratorpedeiro, estes quatro portugueses. E ainda temos notícia de um vapor de carga francês, *P.L.M.8*, que naufragou junto de Cabo Raso em 1910; de um vapor português, *Arrábida*, junto a Ponta de Rana em 1914; do contratorpedeiro *Guadiana*, junto de Cabo Raso em 1917.²¹⁷

As zonas da costa mais assinaladas por naufrágios, dentro deste período, foram a barra do Douro, a zona ao largo do Porto, Leixões, a zona das Berlengas, a zona dos cabos de S. Vicente, da Roca e Raso e ainda o Tejo e ao largo de Lisboa. Mas todo o resto da costa portuguesa ficou marcada por acidentes marítimos desde Vila Real de Santo António a Vila do Conde.

216 - Cabral, Francisco, *Naufrágios e Acidentes Marítimos na Costa Portuguesa (1823-1986)*, Porto, 1987.
Anais do Clube Militar Naval - 1918 Marinha de Comércio.

217 - «Ilustração Portuguesa»: n.º. 223, p.358-359, 30- 5-1910; n.º.423, p. ,30-3-1914; n.º. 559, p.

13-8-1917.

Em 1893 o dr. Bernardino Machado fez parte do ministério de Hintze Ribeiro como ministro das Obras Públicas, sendo Augusto Fuschini ministro da Fazenda Pública, e contou, ao seu genro e secretário Ângelo Vaz, o seguinte:

“Fora adjudicado a uma empresa francesa o lançamento do Cabo Submarino para os Açores. Tal lançamento, porém, foi sucessivamente protelado pela empresa concessionária, e, na própria véspera de expirar o prazo, alguém me apareceu em seu nome, alegando novas dificuldades. No dia seguinte, ao chegar ao ministério, chamei o director geral, general Marcel, e disse-lhe:

- O contrato caducou, os 90 contos de caução entram para o Tesouro.

E logo acrescentei:

- Não os mande ao sr. Fuschini (Ministro da Fazenda) porque ele arrecada-os.

O director geral ainda objectou, receoso:

- Mas trata-se de uma companhia francesa, sr. Ministro.

- Não importa, cumpra.

Falei então com Augusto Fuschini e disse-lhe:

- Sabes que temos 90 contos do Cabo Submarino, mas o meu ministério necessita deles.

Foi com essa verba que começamos a instalação dos faróis na costa portuguesa, até então conhecida por «Costa Negra». Assisti mesmo à inauguração do Farol de Aveiro.”²¹⁸

Os nossos dois faróis mais importantes são o das Berlengas e o do Cabo de S. Vicente. No ultramar pode referir-se o farol à entrada de Lourenço Marques (hoje Maputo), construído em 1901 pelo engenheiro Vasconcelos e Sá, depois de quatro tentativas infrutíferas de engenheiros ingleses e franceses.

Nas *Regras Internacionais para Evitar Abalroamentos*, que foram adotadas em Portugal por portaria de 20-1-1906, encontram-se referidas várias combinações de faróis de navegação.²¹⁹

Por aqui se vê a preocupação acrescida, no início do século XX, com a proteção das embarcações. Mas nem só à falta de faróis se deveram os acidentes marítimos. O mau tempo, as tempestades, o chamado “estado do mar” explicam muitas perdas em vidas e em mercadorias.

No dia 3 de outubro de 1907, o jornal *O Século* informa-nos que foi adiado para o dia 13 o festival marítimo na Baía de Cascais devido ao estado do mar. Tratava-se de um concurso de embarcações típicas e regionais e entrega de uma bandeira oferecida pela rainha D. Amélia ao cruzador D. Carlos. Formar-se-ia um cortejo de embarcações costeiras de pesca e barcos de transporte nos rios. E haveria um simulacro de ataque à esquadra pela esquadrilha de torpedeiros.

No dia 15 de novembro do mesmo ano e segundo o mesmo jornal, foram dois barcos a pique no Algarve. Abalroaram próximo de Aljezur em frente à praia da Arrifana submergindo-se ambos e morrendo uma mulher. Foi de madrugada. Não se sabem ao certo as causas do naufrágio, mas crê-se que se deveu à “espessa bruma que envolvia o oceano.”²²⁰ Eram eles o vapor costeiro *Diana* de 250 toneladas e a magnífica chalupa *Futuro 2* que pouco tempo antes um rico roceiro de São Tomé tinha querido adquirir para o serviço das suas propriedades. Era a melhor chalupa de

218 - Vaz, Ângelo, *Bernardino Machado, sentimentos, ideias e factos do seu tempo*, Porto, ofic. Gráf. de , «O Comércio do Porto», edição do autor, 1950, p. 56.

219 - *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, X vol. , p. 968/969.

220 - *Jornal O Século*, 15 de novembro de 1907, p. 1.

Portimão. O *Diana* vinha de Vila Real de Santo António para Lisboa com carregamento de mexoalho de peixe e a chalupa ia de Lisboa para Lagos com carga diversa e três passageiros. Os passageiros e tripulação salvaram-se em botes, exceto a passageira. A notícia desta fatalidade soube-se rapidamente pelo telégrafo.

E no dia 30 de novembro chamou-nos a atenção o seguinte título d’*O Século*: Sinistros no Tejo - Fragatas que se afundam - Pipas boiando no rio.

O rio esteve muito agitado no dia anterior, dia em que se registou um violento temporal que atingiu não só o litoral do país como também o interior. Localidades como Cascais, Caxias, Póvoa de Santa Iria, Monte da Caparica, Belmonte, Beco de Santo Aleixo, Alqueidão de Santo Amaro, Azambuja, Proença a Nova e Setúbal, foram as localidades mais afetadas.

No Tejo foi uma tragédia com as fragatas ali ancoradas embora não tenha havido registo de mortes. A fragata 77-E-256 carregada com 400 barris de vinho, destinados ao vapor *Lusitano*, afundou-se. Os barris saíram todos pela borda fora espalhando-se pelo rio. O mesmo aconteceu com a fragata 77-E-118 também carregada com barris de vinho destinados ao mesmo vapor, “todos esses barris foram fazer companhia aos outros.”²²¹ A fragata 71-E-84 que tinha a bordo 70 cascos com azeite e 16 volumes com maquinismos também se perdeu levando consigo os 16 volumes e deixando a boiar os cascos com azeite. O azeite procedente de Bordeus tinha vindo a bordo do paquete *Amazon*.

Pelas 8 da manhã, em frente de Xabregas, gritaram por socorro por haver mais uma fragata em perigo, mas conseguiu safar-se e subir rio acima. À mesma hora a fragata 79-E-84 carregada de carvão para a fábrica de algodões de Xabregas afundava-se com a carga e o mesmo ia acontecendo com o varino 77-E-198 que sofreu avarias. Também foi ao fundo a fragata 71-E-61.

Entretanto diversas pessoas, tripulantes de embarcações que estavam no rio, funcionários do escaler a vapor da ronda geral da Alfândega e do vapor do Arsenal foram salvando os barris de vinho e azeite espalhados por todo o lado. Muitos barris foram parar a Xabregas, quando o desastre se deu por alturas do Cais dos caminhos de ferro de Santa Apolónia.

Em Setúbal afundaram-se pequenas embarcações de pesca.

Se acontecimentos destes tinham lugar no centro e sul do país eles eram mais frequentes ainda no norte, principalmente no Porto, na barra do Douro. Rocha Martins faz-nos uma descrição emocionada, no seu *Arquivo Nacional*, de um naufrágio que teve lugar à saída do rio Douro, com um vapor de nome *Porto*. Perante a impotência de quem presenciou a tragédia muitas pessoas gradas e ricas do norte submergiram com a embarcação naquelas águas agitadas.²²²

A nossa ligação com os nossos rios e principalmente com o mar é por demais conhecida. Constituem um elemento físico de comunicação e de sustento da população e “a navegação é o meio de transporte entre países separados pela água”²²³ e é também um traço de união entre os Estados.

No início do século XX o movimento do porto de Lisboa, segundo um entendido,²²⁴ era colossal, sendo um dos primeiros portos do mundo em tonelagem e a seguir

o de Leixões. 33 companhias estrangeiras procuravam carga e passageiros em

221 - *Idem*, 30 de novembro de 1907, p. 2.

222- Martins, Rocha, *Arquivo Nacional, Arquivo de História Antiga e de Crônicas Contemporâneas*.

223 - *Jornal O Século*, 20 de janeiro de 1908, p. 1.

224 - *Idem*, artigo de Oliveira Leone, oficial da marinha mercante.

Lisboa para todas as partes do mundo, sem contar com os barcos portugueses que faziam serviço colonial. As linhas mais importantes eram a do Brasil servida por 11 companhias estrangeiras, das quais 6 de paquetes correios, e a de Hamburgo, para onde só a agência Ernst George expedia, em média, *um vapor por dia!*²²⁵

Por aqui se vê que os portos portugueses tinham *fretes de saída* em grande número, precisando, no entanto, de guardar para si saídas sob a bandeira nacional. Por exemplo, no Brasil, onde havia na altura 2 milhões de portugueses, não se distinguiam os produtos nacionais se fossem carregados em navios alemães.

A importância comercial e política da bandeira justificava um esforço português para transportar os seus produtos sob a sua bandeira. Politicamente podemos referir a admiração do mundo quando, na altura da guerra do Transvaal a Inglaterra colocou 200.000 homens no sul de África em 2 meses, sem pôr em causa as suas linhas postais. Do mesmo modo e salvas as devidas proporções, nós pusemos 2.000 homens em Moçambique para a campanha de Gaza, em 2 meses, sob a nossa bandeira. “Pouco antes, para pôr 20.000 homens em Madagascar, fretara a França vários transportes ingleses, e, para a campanha da China, a França e a Rússia tiveram que proceder de igual sorte, sendo um dos vapores fretados o *Álvares Cabral*, que para isso embandeirou em francês.”²²⁶

O comércio nunca se preocupou muito com o assunto achando mais cómodo assegurar transporte mesmo que estrangeiro, a preço favorável, para a sua exportação. Deviam portanto os governos tomar a peito que a bandeira portuguesa fosse vista nos mares... Pelo menos nos mares que banhavam as nossas colónias, não só em missões de pacificação como em contactos comerciais. A Liga Naval Portuguesa, e outras entidades, empenharam-se nesse sentido e, em Moçambique, a bandeira portuguesa acabou por predominar entre os navios estrangeiros que faziam a cabotagem, que era livre, naquelas costas. Quanto ao problema das missões de pacificação eram os nossos barcos, como os vapores *África* e *Guiné*, que levavam os contingentes militares para o Ultramar com enorme dispêndio e esforço.

Dá que pensar, a pessoas menos informadas, como é que, no início do século XX, estávamos a enviar tropas para as colónias contra o gentio sublevado, quando tomávamos como certos os direitos adquiridos sobre aquelas regiões. Em princípio e dado o tempo que já ali permanecíamos não devia haver dúvidas nem conflitos. Como já vimos tínhamos inimigos externos que, encapotadamente ou às claras, nos hostilizavam, mas no interior das colónias como se explica? Encontrámos excertos de uma carta de um correspondente do *Século*, infelizmente não identificado, mas que consta do jornal do dia 29 de dezembro de 1907, p.5, e que, na sequência do artigo editorial do *Século* de 18 de dezembro nos diz o seguinte:²²⁷

“...ainda não há trinta anos, o nosso domínio em todas essas vastas regiões era apenas nominal. É certo que, devido a uma penetração pacífica mas sempre gananciosa, durante

mais de três séculos, por parte de alguns negociantes portugueses, o nome e a língua de Camões eram as únicas noções que no sertão africano havia da existência de europeus.

225 - *Idem, Ibidem.*

226 - *Idem, Ibidem*

227 - Sob o título: « As Colónias Portuguesas - O que foram, o que são, o que é mister que sejam. - A ocupação pela força e o domínio pela sugestão. - O indígena é no geral dócil: eduquemos o indígena.

“E desde a foz do Zaire até ao delta do Zambeze, passando pela Lunda e pelo Muata Yamvo, razão teria Portugal para reivindicar a posse de toda a África Central se essa penetração pacífica fosse acompanhada ou seguida por uma ocupação efectiva Foi tudo, porém deixado à iniciativa daqueles negociantes a quem nem sempre movia o amor da pátria, mas muito fizeram eles em legarem aos povos cultos do século XIX a prova iniludível da prioridade e preponderância dos portugueses no desenvolvimento, posto que rudimentar, do comércio africano.

“E durante esse largo período de 300 anos que fizeram os governos da metrópole? Manter o nosso domínio, posto que fictício, não se esquecendo nunca de mandar para lá governadores, que, por sua vez o mantinham.

“Mas esses governadores que governassem como pudessem, porque escusado era esperarem o menor auxílio dos governos centrais. De mais se viam estes assoberbados com as dificuldades e embaraços de toda a ordem em que a metrópole se viu envolvida desde, as guerras da Restauração, que ocuparam os três primeiros reinados da dinastia brigantina, até às campanhas da independência que desde a invasão francesa, em 1807, até meados do século XIX, lhes não deixaram um momento de repouso.

“A regeneração, em 1851, veio enfim pacificar o país, mas foi pouco o tempo para estabelecer o fomento, aqui, onde tudo estava por fazer, onde nem estradas havia.

“Devemos ainda acrescentar que nos reinados de D. João V e D. José I, a actividade colonial concentrou-se no Brasil, em detrimento das outras possessões, como S. Tomé e Príncipe, onde prosperava a cultura da cana sacarina, cultura que morreu por se tornar exclusiva ao Brasil, como Fernando Pó, Ano Bom e Zamzibar, colónias cuja posse foi por nós abandonada.”

Está tão explícita esta primeira parte da nossa transcrição que não carece de qualquer comentário limitando-nos a salientar a referência feita ao Brasil. De facto o Brasil detinha as preferências da maior parte dos emigrantes portugueses e das autoridades. E depois que os portos brasileiros foram abertos à navegação internacional, a começar pelos barcos ingleses, um verdadeiro corrupio de embarcações transatlânticas se estabeleceu de passageiros e mercadorias. Os jornais da época dão-nos conta das companhias de navegação empenhadas neste tráfego e dos barcos cujos nomes eram citados com mais frequência associados muitas vezes a personalidades da política da época que neles viajavam. Por exemplo, um dos barcos mais conhecidos, no início do século XX, era o *Araguaya*, da Mala Real Inglesa (posto que o nome do vapor seja o de um rio brasileiro) e, no dia 17 de dezembro de 1907, esteve ancorado em Lisboa tendo transportado de Haya, onde tinha estado a chefiar a missão diplomática na Conferência Internacional, o eminente juriconsulto brasileiro dr. Ruy Barbosa, em trânsito para o seu país, acompanhado da esposa e filhas.. Estiveram a cumprimentá-lo a bordo, muitas pessoas, fazendo-se o movimento no rio com barcos do Arsenal, o *Dragão* e o *Thetis*. Estiveram também no barco, entre personalidades portuguesas

e brasileiras, os senhores Armando da Silva e Joshua Benoliel da *Ilustração Portuguesa*, que ofereceram ao dr. Ruy Barbosa “uma ampliação fotográfica do seu retrato executado nos *ateliers* da fotografia Vasques.”²²⁸

Até certo ponto as costas de África eram lugares de degedro e o interior, por pouco explorado, lugar de mistério, de perigos e de doenças.

228 - Jornal *O Século*, 18 de dezembro de 1907, p. 1.

Nos excertos da carta que referimos encontramos mais uma sugestiva passagem: «O gentio suzerano: nós tributários.»

“Eis porque durante o largo período de trezentos anos nada puderam os governos fazer em prol das nossas colónias: eis porque ainda não há trinta anos o nosso domínio era em quase todas puramente nominal. Em regra éramos tolerados pelos indígenas; eram eles os senhores.

Nessa época, a autoridade portuguesa em Lourenço Marques não ia além da muralha do presídio; na bacia do Zambeze, as praças de Sena, Tete e Zumbo dificilmente se aguentaram contra as incursões do Bonga, malogrando-se duas expedições que intentámos contra este potentado.

Ao sul, o Gungunhana imperava sobre todos os régulos dos distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane. Ainda em 1890 era ele nosso suzerano incontestado. Subiam a muitas dezenas de mil reis os tributos que sob a forma disfarçada de *presentes* mensalmente lhe mandávamos.

Ao norte possuíamos a pequena ilha de Moçambique, e o litoral da baía, Cabeceiras Grande e Pequena e Mossuril não estavam de todo ao abrigo das incursões dos Namarrais.

Do presídio de Angoche escrevia o governador, major Francisco Pinheiro Bayão: « a autoridade do governador acha-se limitada ao recinto da residência.»²²⁹

E quem fala da costa oriental, fala da ocidental. Guiné e Angola eram tratadas por nós da mesma maneira até que fomos despertados de um sonho. Afinal o Brasil já não era nosso e as colónias era preciso conquistá-las pela força ao indígena.

Assim nos explica o autor da carta em epígrafe:

«O impulso de Livingstone - O nosso ressurgimento.»

“Estavam as coisas neste pé quando o nosso brio nacional sofreu um destes abalos cruéis mas salutarés, que veio mostrar-nos que não bastava repousarmos sobre os louros conquistados em eras já remotas, mas por uma ocupação efectiva mostrarmos claramente ao mundo que era realmente nosso aquilo que para nós pretendíamos reivindicar.

O abalo veio um pouco tarde.

.....

“E Portugal viu-se expropriado: de um lado toda a bacia do Zaire, o grande império do Congo; do outro lado grande parte do antigo Monomotapa, o reino do Barotze, a que o *nosso amigo* Cecil Rhodes crismou com o nome de Rodésia.

E porque nos expropriaram? Porque durante muitos anos deixámos atravessar do litoral para o interior essa pléiade de exploradores, a começar por Livingstone e a acabar por Stanley, Brazza, Cecil Rhodes e outros, que estabeleceram à sub-capa, nos territórios que reivindicávamos, mas que nunca havíamos ocupado, importantes feitorias, que fomos obrigados a entregar

Deu-se então, da nossa parte, um verdadeiro ressurgimento para a vida e para a actividade colonial.

.....
E, ao mesmo tempo que consolidávamos o nosso domínio na parte das duas costas africanas que não nos tinham expropriado, pacificávamos e ocupávamos de um modo efectivo a longínqua ilha de Timor, cuja população de cerca de um milhão de indígenas, só espera que a eduquemos, para entrar por fim no convívio dos povos

229 - *Idem*, 29 de dezembro de 1907, p. 5.

civilizados.”²³⁰

Como se pode ver não resistimos a transcrever tão avalizadas informações que, digamos, nos fazem o ponto da situação numa época em que fomos chamados pelas circunstâncias a definir a nossa posição no contexto colonial.

E não julguemos que o autor da carta em questão ficou por aqui. Apontou procedimentos e metas a atingir: *educar* o indígena para o chamar ao “convívio dos povos civilizados” aproveitando uma época de “utilitarismo” eivada de “filantropia e humanidade”²³¹ para canalizar a docilidade e a confiança do gentio para uma convivência segura e pacífica; regular para cada colónia uma *administração interna* que possibilitasse a prosperidade própria e da metrópole. Tudo isto realizado à distância de muitas milhas de mar que se sulcou sem desfalecimentos. Podemos dizer que foi constante o movimento de embarcações entre Portugal e as suas colónias.

Quando do golpe falhado da revolta militar do Porto, o 31 de janeiro de 1891, em que estavam implicados José Pereira de Sampaio (Bruno), Alves da Veiga e Elias Garcia e João Chagas, este foi condenado como cúmplice. No prefácio do seu *Diário de um condenado Político* ele conta: “obrigaram-me um dia a abalar caminho d’África, em um navio mercante [o S. Tomé] que entre tripulação e rezes, conduzia a seu bordo funcionários do Estado, negociantes de café e degredados de 1ª classe. Eu pertencia a este número.”²³²

Deste degredo, João Chagas fugiu para o Gabão e de lá para Paris, onde esteve oito meses, depois do que regressou a Portugal pela fronteira de Barca d’Alva em direcção ao Porto. Aí foi de novo preso e levado para Lisboa a bordo do navio *Índia*. Em Lisboa voltou ao navio *S. Tomé* de regresso a África. A 13 de outubro de 1892 estava em Luanda na fortaleza de S. Miguel, no dia 21 do mesmo mês e ano na fortaleza de S. Fernando, em Moçâmedes e no dia imediato outra vez para Luanda sempre no mesmo barco. A 16 de Abril, seis meses depois, o *S. Tomé* trá-lo de volta, para Lisboa, amnistiado.

A 5 de Maio de 1896 o médico recém formado, António José de Almeida, embarca no vapor *Cazengo* para África onde já tinha dois irmãos. Vai para S. Tomé, de onde só regressará a Lisboa a 22 de julho de 1903 no navio *Luanda*.

“A caminho de África - O vapor *Beira* da Empresa Nacional de Navegação, foi o primeiro navio português que empreendeu viagem depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal. No *Beira*, além da expedição de Moçambique, ia o governador geral d’Angola, sr. Massano de Amorim que desembarcou em Luanda, seguindo depois o corpo expedicionário o seu destino. Quem tirou os “clichés” que ilustram a página foi o tenente sr. A. de Castro que é também um fotógrafo amador distinto que prometeu também tirar todos os aspectos possíveis da campanha na África Oriental.”²³³

Por estes breves apontamentos acreditamos que nos fica a informação

de que os vapores, que se destinavam às nossas colónias, tinham nomes dessas paragens africanas, e não só, das asiáticas [Índia e Macau] e da oceania [Timor]. Eram embarcações “orgulhosas” da sua identidade e das mercadorias e passageiros que transportavam, se assim nos podemos expressar. Os nomes das

230 - *Idem, Ibidem.*

231 - *Idem, Ibidem.*

232 - Pereira, Vasco, *A vida de João Chagas: de degredado de 1ª classe a Primeiro Ministro*, Lisboa, edição do autor, 1915. Cascais, Câmara Municipal e Junta de Freguesia do Estoril, edição, 2006

233 - *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, II Série, Nº540, 26 de junho 1926, p. 734.

embarcações divulgavam as terras ultramarinas entre nacionais e estrangeiros. E as rotas seguidas para a África Oriental podiam ser, ou o caminho que Bartolomeu Dias apontou, cheio de *esperança* e que Vasco da Gama concretizou com êxito, ou o que Fernando Lesseps abriu e cuja inauguração Eça de Queirós presenciou em 17/XI/ 1869 e relatou.

Sabemos que este novo caminho marítimo foi aberto em grande parte contra nós portugueses mas, a breve trecho, navios estrangeiros transportavam mercadorias nossas destinadas à África Oriental como podemos ver por esta notícia de navegação: “África Oriental, pelo Canal do Suez - carreira quinzenal - para Nápoles, Port-Said, Suez, Aden, Zamzibar e Moçambique recebendo carga para Quelimane e Chinde - vapor alemão *Soderhamn*.”²³⁴

Rapidamente, após a inauguração, esta nova via marítima teve uma grande afluência de embarcações o que não retirou ao Atlântico todo o seu movimento. No Atlântico, um dos portos mais procurados era o de S. Vicente em Cabo Verde. “Durante o mês de outubro de 1907 entraram neste porto 108 vapores mercantis sendo: 23 alemães, 1 americano, 2 franceses, 2 espanhóis, 1 holandês, 65 ingleses, 5 italianos, 2 noruegueses, 1 peruano, 5 portugueses e 1 russo.

“Nestes vapores vieram para este porto 13.167 toneladas de carvão e o movimento de passageiros foi de 8.013 em trânsito e 97 para este porto.

“Durante o mesmo mês exportaram-se 14.562 toneladas de carvão, em vapores em livre prática, sendo pela Companhia Millers & Cory 7.046 toneladas; 4.684 toneladas pela Companhia Wilson Sons & C.^a e 2.832 toneladas pela Companhia S. Vicente.

“Igualmente os vapores em livre prática tomaram 540 toneladas de água sendo 304 ¹/₂ toneladas fornecidas pela empresa Ferro & C.^a e 244 ¹/₂ pela empresa do Madeiral.”²³⁵

Estas informações, constam de uma coluna do jornal *O Século* sob o título «Notícias de Cabo Verde», provenientes de S. Vicente (14 de nov.), do Governador da Província.» É um relatório sobre: «Melhoramentos da Ilha; Rendimento da Alfândega; Movimento marítimo; Viajante ilustre». Este viajante ilustre era um ilustre brasileiro, sr. dr. Ferrer que se soube na ilha, por telegrama, que viajava a bordo do paquete alemão Bonn a fazer escala em Cabo Verde a caminho do Brasil. Imediatamente o sr. Comendador Vera Cruz, cônsul do Brasil naquela ilha, o convidou para almoçar, almoço esse que teve que ser substituído pelo jantar em virtude de o barco só ter fundeado a meio da tarde. O sr. Comendador fez questão de convidar também o sr. Governador da Província e outras personalidades que se mostraram muito agradadas pela deferência.

Sem dúvida que Cabo Verde funcionava como um ponto estratégico no Atlântico na demanda do sul e também do ocidente. Muitos vapores podiam ser ali abastecidos de carvão e de água e as autoridades procuravam explorar esta actividade económica ligada ao mar a

partir do momento que os veleiros foram sendo substituídos pelos vapores.

234 - Jornal *O Século*, de 12 de janeiro de 1900, p.

235 - *Idem*, de 25 de novembro de 1907, p. 4.

É pouco depois de Cabo Verde que a costa africana se retrai parecendo ter sido separada da costa brasileira que lá longe, do outro lado do Atlântico, se arredonda e configura o que falta a África. Entre as duas costas se estabeleceu um meridiano que a oeste de Cabo Verde partilhou, entre as duas nações ibéricas, o Mundo. E, logo ali, a ilha de S. Vicente, S. Vicente o santo que desde o início da nacionalidade estava ligado ao mar. Quando D. João I se dirigiu para Ceuta, com o propósito de a conquistar, ao dobrar o Cabo de S. Vicente no Algarve fez com que fossem baixadas as velas dos navios pedindo a proteção do santo.

Navegar no Atlântico, para nós portugueses foi sempre navegar no *nosso* mar. O mar Oceano. Para ele lançámos os olhos, a determinação e as embarcações. Cedo nos apercebemos que estávamos “num espaço periférico, um *finisterra* [...] Daí resultava o que chamámos o *impasse ibérico do reino*.”²³⁶ Ou saíamos para o mar ou éramos “absorvidos”... e não queríamos. Depois vieram outras ideias. D. Luís da Cunha fez ver a D. João V, no seu *Testamento Político*, que Portugal não passava de “uma orelha de terra”²³⁷ onde o rei “jamais poderia dormir em paz e em segurança”,²³⁸ e aconselhava o rei a mudar a corte para o Brasil, onde D. João V passaria a usar o título de “Imperador do Ocidente” e indicaria um vice-rei para governar Portugal! E sugeriu ainda que a perda de Portugal e dos Algarves para a Espanha poderia ser compensada com parte da Argentina e do Chile! Em 1762 o Marquês de Pombal propôs que o rei D. José I tomasse “as medidas necessárias para a sua passagem para o Brasil”.²³⁸

Sabemos onde nos levaram estas ideias. O pequeno e insolente Portugal, no dizer de Napoleão Bonaparte, trocou as voltas ao Imperador dos Franceses e criou no Novo Mundo um reino como nunca se vira.

Uma das condições essenciais para uma boa viagem transatlântica era a velocidade da embarcação. As embarcações mais velozes tinham a preferência dos passageiros, “um navio que chega tarde é um navio *desacreditado*”. Assim abordava o assunto J. Gonçalves escrevendo para o século um artigo intitulado «Um saber de experiência feito».²³⁹

Uma luta que se travou, desde que o Brasil abriu os portos à navegação internacional e entrámos em concorrência com outras marinhas mercantes perdendo o monopólio a que estávamos habituados e que nos dava um certo descanso, foi conseguirmos organizar viagens regulares entre Portugal e o Brasil. Houve diversas tentativas que fracassaram e no geral fomos suplantados pela marinha mercante inglesa melhor apetrechada, mais organizada e possuindo combustível melhor (carvão).

Depois que surgiram os barcos a vapor sentiu-se uma quebra nas viagens do Porto para o Brasil, porque no norte ainda se apostava nos veleiros com a «Companhia Aliança Marítima», enquanto em Lisboa já se dava preferência aos vapores. Só que a corrente migratória para o Brasil era maior no norte, daí surgir a

«Empresa Progresso Marítimo» com dois vapores *Júlio Dinis* e *Almeida Garrett* que

236 - Ramos, Rui (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 4ª Edição, 2009, p. 172.

237 - Gomes, Laurentino, 1808. *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, São Paulo, Editora Planeta do Brasil, Lda, 2007, p. 46.

238 - *Idem*, p. 47.

239 - Jornal O Século de 11 de janeiro de 1908, p.1.

não tiveram sucesso na ligação com o país irmão.

Também foi criada a «Mala Real Portuguesa» com o vapor *Malange* destinado às carreiras com o Brasil, mas logo a «Mala Real Inglesa» construiu novos vapores com os quais era difícil competir. Por exemplo o *Uruguaya*, (sic)²⁴⁰ era um barco luxuoso e veloz mantendo uma velocidade de 14, 15 milhas de andamento.

Desde o início do século até aos anos vinte o panorama marítimo não se alterou muito, continuando os ingleses a darem cartas neste particular. A ligação atlântica com o Brasil continuou a sofrer altos e baixos e, se nós tínhamos a vantagem da língua, os estrangeiros, de uma maneira geral, tinham a vantagem de “uma cultura mais intensa, um espírito prático mais desenvolvido e iniciativa maiores, uma previsão política mais solícita e, porventura, uma maior disponibilidade de compensações.”²⁴¹ Não podíamos ficar eternamente reféns de uma política de *coração* quando o que passou a contar foi uma política da *razão*, e da razão económica, e não do sentimento. Um país como o Japão, por exemplo, faz, no início do século, um tratado de comércio com o Brasil e estabelece uma linha de vapores entre os portos do Brasil, do Japão e da Coreia. E que é que o Japão tem para trocar? Essencialmente arroz.

Se no início do século é o vapor *Araguaya* da «Mala Real Inglesa» um dos mais conhecidos e procurados para viajar por pessoas de prestígio, por volta dos anos vinte parece-nos ser o *Arlanza* ...

As viagens de barco proporcionavam um período de lazer, embora forçado, a quem as efetuava. Eram ocasiões de recreio, de convivência e de descanso. Já nessa altura as tripulações se esforçavam por garantir aos passageiros conforto e distração na medida do possível e atendendo às características da embarcação e do tempo de demora da viagem. No que diz respeito à convivência as pessoas travavam conhecimentos a bordo que por vezes tinham desfechos inesperados. Achámos por isso curiosa uma situação que se gerou durante uma viagem de vapor do Brasil para Portugal em pleno Atlântico.

Sob o título: «Um acto de humanidade - A Irmã Fugitiva», *O Século*, de 31 de dezembro de 1907, relata-nos que a bordo do paquete inglês *Anselm* da companhia Booth Line com destino a Itália, mas com escala em Lisboa, viajava o sr. Manuel Afonso Carvalho Júnior “conceituado comerciante em Manaus e sócio da importante firma Tavares & C.^a proprietária de um dos melhores estabelecimentos da cidade.”²⁴² Vinham também no mesmo barco duas religiosas hospitaleiras de um colégio com 27 irmãs que tratavam doentes de febre amarela no hospital Domingues Freire no Pará. Destas duas religiosas uma delas era jovem e a outra mais velha que parecia vigiá-la. De facto, durante a viagem, a jovem freira conseguiu falar com o senhor Manuel, a sós, e pediu-lhe que a ajudasse a escapar à irmã que a acompanhava para a levar contra sua vontade para Nápoles, quando ela queria era

ir para Milão onde vivia a mãe na aldeia de Apiano Gentile.

Vitoria Speroni tinha 18 anos e desejava deixar a vida religiosa.

O sr. Manuel condeou-se da jovem e prometeu ajudá-la quando chegassem a

240 - *Idem, Ibidem*. Pensamos tratar-se do *Araguaya*. *Uruguaya* não se encontra.

241 - *Idem*, de 4 de janeiro de 1908, p.1.

242 - *Idem*, de 31 de dezembro de 1907, p.1.

Lisboa, embora ele pensasse seguir logo para a sua terra natal, no Minho, São Romão de Neva, que visitava frequentemente, perto de Viana do Castelo.

É interessante sabermos, porque a notícia nos elucida, que o sr. Manuel era “homem de cerca de 40 anos, simpático, atraente, apresentando-se com a maior correcção e falando distintamente, muito moreno, grande bigode negro, magro, com todos os sinais característicos de uma longa permanência no Brasil.”²⁴³

Chegados a Lisboa, o sr. Manuel, *brasileiro*, combinou com dois amigos que o tinham ido esperar ao Posto de Desinfecção, distraírem a religiosa mais velha e levarem a mais nova num trem de praça - que por sinal foi o 506 guiado pelo cocheiro Manuel Gonçalves a quem chamavam *o Pinguinhas* - para uma casa séria, no centro de Lisboa, e depois comunicarem à polícia da esquadra da Pampulha a ocorrência.

A polícia prendeu por uma noite o sr. Manuel Afonso para averiguações e resolveu o caso da jovem religiosa que conseguiu os seus intentos de ir para junto da mãe, seguindo a religiosa mais velha também para Itália depois de ter estado alojada no convento das Francesinhas.

Esta e outras histórias preenchem o quotidiano das viagens marítimas e conferiam fascínio às ligações inter continentais. No dealbar das viagens aéreas estava-se ainda longe de prever que os aviões pudessem algum dia competir com os navios cujos nomes iam ficando na memória dos passageiros. Navegar em determinados barcos conferia um certo estatuto social e o regime de classes separava as pessoas segundo a sua categoria que muitas vezes era meramente económica. Se os barcos eram identificados pelos nomes o mesmo não vai acontecer com os aviões que, com o tempo, se vão transformar em meras caixas voadoras numeradas e, se nome têm, não se dá por ele. Como vai evoluir a aviação tão rapidamente?

No início do século,²⁴⁴ o *sportsman* Henry Farman, o «homem voador», realizou uma experiência sensacional em Issy-les-Moulineaux, recebendo um prémio de 9 contos de reis instituído pelos srs. Deutsch e Archdeacon. Com um aeroplano da sua invenção voou sobre um circuito de um quilómetro, descrevendo uma curva de 500 metros e saindo por uma abertura de 50 metros. Esta proeza demonstrou a perfeita dirigibilidade do seu aparelho. Pena foi que não tivesse sido o aviador brasileiro Santos Dumont a conseguir esse prémio, mas foi Santos Dumont que, depois de abandonar os balões dirigíveis, em que foi precursor dos irmãos Lebaudy, o primeiro aeronauta que conseguiu fazer-se erguer do solo num aparelho de 100 kg de peso.

Alberto Santos Dumont era já famoso na aviação em 1908 e não só no Brasil. Em 1901 em França pilotou um balão esférico, da sua autoria, balão esse de motor a petróleo com o qual levantou voo e fez um percurso de Saint-Cloud à Torre Eiffel, que

contornou, voltando ao ponto de partida. Com isto provou a dirigibilidade dos balões perante o Aeroclub de França. Em 1904, preocupado com o voo do mais-pesado-que-o-ar²⁴⁵ criou o 14-Bis (o motor de explosão) que exibiu também perante o Aeroclub de França. De 1907 a 1910 realizou numerosos voos com um pequeno avião, um aeroplano idealizado por ele e, daí em diante, não mais parou.

Durante a Grande Guerra os aeroplanos já cumpriam uma missão agressiva: bombardear cidades e semear o terror e a morte. A atriz portuguesa, Mercedes Blasco, encontrava-se na Bélgica a viver, na altura, quando no dia seis de agosto de 1914, um

243 - *Idem, Ibidem.*

244 - *Idem*, 16 de janeiro de 1908, p. 1.

245 - Dicionário Enciclopédico, Koogan, Larousse, Seleções, *Santos Dumont (Alberto)*, Lisgráfica, S.A.R.L., Queluz de Baixo, 1980, p. 1556.

“estampido enorme”²⁴⁶ a sobressaltou...Eram os alemães com os seus «schrappenell». Ela própria conta: “Entretanto, as bombas atiradas do alto dos aeroplanos, aumentavam a confusão e o susto. [...] Oh! Esta quinta arma, os aeroplanos, que arma traiçoeira! A gente passa despreocupada, feliz quase, porque o canhão soa ainda longe e de repente cai-nos aos pés uma bomba...”²⁴⁷

A verdade é que a guerra contribuiu para o desenvolvimento da aviação, mas faltava ainda muita coisa para o homem voar como sempre sonhara. Elevar-se do solo, permanecer no ar, evolucionar nos céus com segurança era já possível, mas fazendo-o à vista de terra e com pontos de apoio para longas distâncias. Utilizavam-se as cartas geográficas e a bússola, mas havia sempre uma imprecisão, principalmente sobre os mares: o caso da travessia Terra Nova - Irlanda, realizada por Harry-Hawker e Alcock, da tentativa Lisboa - Madeira (1920) por Brito Paes - Sarmento de Beires ou da travessia Terra Nova - Açores - Lisboa - Plymouth, levada a cabo por Read, Stone e Hinton.²⁴⁸

Já se faziam grandes viagens e “é certo que Alcock e Brown fizeram quatro observações astronómicas servindo-se do sol, da lua, da Polar e da Veja, mas os seus resultados foram tão imprecisos que, a dois passos da Irlanda, não sabiam ainda onde se encontravam.”²⁴⁹

É neste contexto que surge uma situação inédita no panorama mundial da aviação. Dois portugueses experimentam processos científicos de navegação aérea, por eles preparados e estudados, inclusive o aperfeiçoamento de um instrumento, o sextante. Gago Coutinho e Sacadura Cabral conseguem, com este seu trabalho aturado e minucioso e com o arrojado empreendimento que através dele protagonizaram, colocar Portugal na vanguarda da navegação aérea tal como no passado se tomara a dianteira das navegações marítimas.

Entusiasmados com os resultados obtidos acalentam um sonho: fazer a primeira viagem aérea transatlântica Lisboa - Rio de Janeiro.

Mas quem são estes homens de quem todo o mundo irá falar? O comandante Carlos Viegas Gago Coutinho e o piloto aviador Artur Sacadura Freire Cabral. Amigos e companheiros de trabalhos em África, onde andaram em missão geográfica de delimitação de fronteiras nas Colónias, estão talhados para um grande feito pelo seu saber, experiência, determinação, entusiasmo, sentido de responsabilidade e arrojo.

Tudo vai ser pensado e programado ao pormenor e, pelo punho de ambos os

aviadores fica-nos um relatório que não nos deixa qualquer dúvida.

Em 1919 passou por Lisboa, já eleito presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Dr. Epitácio Pessoa, pessoa calorosa nas relações Portugal - Brasil, para as quais desejava um estreitamento a todos os níveis, situação que iria

246 - Blasco, Mercedes, *Vagabunda: seguimento às memórias de uma atriz: 1908 a 1919 / Mercedes Blasco*. - Lisboa: J. Rodrigues, 1920, p. 219.

247 - Idem, p. 220/221.

248 - REVISTA AERONÁUTICA. Órgão do Aero Club de Portugal, Número Especial - MCMXXII, *Relatório Viagem Aérea, Lisboa - Rio de Janeiro*, p. 5.

249 - Idem, *Ibidem*.

ter uma ocasião providencial com as comemorações, do primeiro centenário da independência do Brasil, que se avizinhavam. Aproveitando a oportunidade o tenente aviador Sacadura Cabral expôs ao ministro da Marinha, Dr. Victor Macedo Pinto, a concretização de uma travessia aérea entre Lisboa e o Rio de Janeiro com a colaboração da marinha brasileira.

Apoiado o projeto com simpatia pelo Governo Português este possibilitou, através de um Decreto, que aquele se tornasse viável. Tratava-se de “uma viagem aérea de 4350 milhas náuticas cuja parte mais difícil seria o atravessar d’África para a costa do Brasil onde o cabo de S. Roque era o ponto mais próximo.”²⁵⁰

Antecipando essa viagem e, como treino e experimentação, é realizada uma travessia, Lisboa - Madeira, em 22 de Março de 1921. Tudo corre como o previsto. É então que vão ser equacionados todos os pormenores da grande aventura: tipo de aeronave, raio de ação da mesma, reconhecimento do percurso a efectuar com escalas, regime de ventos, peso a suportar pela aeronave, combustível e mantimentos.

É escolhido um hidroavião e não um aeroplano por se reconhecerem vantagens que são cuidadosamente ponderadas: - Motor Rolls e construção da casa Fairey; estabelece-se uma rota por etapas: “Lisboa - Las Palmas (710 milhas), Las Palmas - Porto Praia (910 milhas), Porto Praia - Fernando Noronha (1260 milhas), Fernando Noronha - Pernambuco (300 milhas);”²⁵¹

- a época mais favorável será março - abril em função dos ventos;

- a carga no hidroavião seria: “Gasolina, 330 galões x 7,2 (2276 lbs.), Óleo, 15 galões x 10 (150 lbs.), Água do radiador, 15 galões x 10 (150 lbs.), Tripulação 2 x 170 (340 lbs.), Instrumentos e extras (154 lbs.), Total : 3170;”²⁵²

- mantimentos: 1 kg de bolachas, 4 kgs de chocolate, água e vinho do Porto.

A viagem foi iniciada a 30 de março de 1922 com o apoio de três navios: o cruzador *República*, comandado pelo capitão Muzanty, o aviso *5 de Outubro* e a canhoneira *Bengo*. O *República* seguiria logo para Cabo Verde onde esperaria o hidroavião com material sobresselente e pessoal especializado e os outros dois barcos seguiriam para Las Palmas.

O hidroavião foi batizado de *Lusitânia* por Decreto e portou-se muito bem até aos Penedos de S. Pedro e S. Paulo, antes de Fernando Noronha, onde se afundou, sendo socorridos os dois aviadores pelo *República* que os tinha precedido. Telegrafam para Lisboa a contar o sucedido e vão esperar a resposta em Fernando Noronha. Já estão em terra

brasileira, mas querem completar a viagem retomando-a nos Penedos, se o Governo os apoiar. E o apoio vem na forma de outro Fairey, transportado pelo vapor *Bagé* do Lloyd brasileiro.

Entretanto em Fernando Noronha, ilha onde existia um presídio do Estado de Pernambuco, são muito bem acolhidos e recebem inúmeras felicitações por telegrama entre as quais as dos presidentes da República Portuguesa e Brasileira.

A travessia vai terminar gloriosamente na baía de Guanabara, mas não sem outro percalço. O segundo Fairey, que uns dizem ter-se chamado *Portugal* e outros *Pátria*, também se afundou, ou seja a fuselagem, salvando-se contudo o motor. E mais

250 - *Idem*, p. 9

251 - *Idem*, p. 14.

252 - *Idem*, p. 15.

uma vez se telegrafa para Lisboa e mais uma vez o Governo acorre a remediar a situação e ao encontro da determinação dos aviadores que mantêm a ideia de chegarem ao destino.

Voltar para traz é impensável, seria o defraudar das expectativas criadas no país que segue com entusiasmo este acontecimento: Governo, povo e Presidente da República encontram neste feito um bálsamo para os sofrimentos dos últimos anos: guerra, doenças, mortes violentas, descontentamento e agitação social e crise financeira. Houve de tudo.

“No Brasil e em Portugal iniciavam-se subscrições para a compra de hidroaviões e de toda a parte chegavam telegramas pelos quais se via o desejo unânime de que continuássemos a viagem. O Governo, interpretando o sentir geral, punha à nossa disposição os recursos de que dispunha e ia enviar-nos o último dos Fairey que a Aviação Marítima possuía, a bordo do cruzador *Carvalho Araújo*.”²⁵³

Entretanto o navio brasileiro *Pará*²⁵⁴ tinha participado no apoio aos aviadores que se sentem já acarinhados, não só pela colónia portuguesa no Brasil como também pelos próprios brasileiros. Retomam a viagem. E depois de passarem no Recife, Baía, Porto Seguro e Victoria estão finalmente a ultimar o percurso pela orla brasileira avistando Cabo Frio, Cabo dos Búsios, Nossa Senhora da Nazaré e Cabo Negro. Com precaução, porque há nevoeiro e à volta alteiam-se morros o hidroavião *Santa Cruz*, como foi batizado, desce sobre a baía de Guanabara num ambiente de festa proporcionado por “numerosos aviões que começam voando”²⁵⁵ quando os avistam. Por sua vez os nossos aviadores içam a bandeira brasileira e salvam com 21 tiros com a pistola de sinais. Estava concluída a primeira travessia aérea Lisboa - Rio de Janeiro! 17 de Junho de 1922, 17h e 32m.

É difícil de descrever a alegria e o entusiasmo de portugueses e brasileiros; todos os relatos são unânimes neste ponto. Os dois aviadores são rodeados de manifestações que superaram em muito as expectativas que alguma vez conceberam. São os próprios que primeiro nos dão conta desse facto no célebre relatório:

“Não vou descrever a forma como fomos recebidos [no Recife] porque os jornais se encarregaram de o fazer em detalhe. Sentíamos-nos estonteados!! O hidroavião foi colocado em terra com o auxílio de um dos guindastes do porto e durante todo o tempo que ali permaneceu houve uma verdadeira romaria de gente para o visitar. Todos queriam ver, todos queriam tocar!!”²⁵⁶

“As manifestações com que a cidade do Rio de Janeiro nos acolheu e depois aquelas de que fomos alvo nas várias cidades que tivemos de visitar, S. Paulo, Santos, Bello Horizonte, Pará, Maranhão, etc. são indescritíveis!! Era preciso tê-las visto para se fazer ideia exacta da sua imponência e do carinho em que nos sentimos envolvidos!!”²⁵⁷

Os jornais da época mencionam de facto todas as manifestações ocorridas à volta deste feliz sucesso. *O Século* e o *Diário de Notícias* tinham repórteres no Brasil e as notícias por eles enviadas para Portugal eram cedidas a outros diários e

253 - *Idem*, p. 36. O Comandante era o capitão-tenente Cisneiros de Faria.

254 - *Idem*, p. 35. Outro navio que ajudou os aviadores foi o *Paris City*, comandado pelo capitão Tamlyn que ia de Cardiff para o Rio, e os socorreu no mar quando do segundo acidente. Será depois condecorado.

255 - *Idem*, p. 42.

256 - *Idem*, p.38

257 - *Idem*, p. 42

semanários. Fomos ler o *República* que no dia 1 de julho, a propósito do “Raid” Lisboa - Rio, comenta que pelo Brasil continua a manifestar-se o mesmo “entusiasmo comovente” . E, através de telegramas publicados pelo *Século* e transmitidos também pelo *República*, ficamos a saber que se realizou “com enormíssima assistência feminina e com a comparência dos aviadores brasileiros a festa da aviação militar em honra dos gloriosos portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Durante a festa voaram dez aeroplanos.”²⁵⁸

Daí os aviadores foram para Madureira nos arredores do Rio onde se juntaram sessenta mil pessoas para ovacionarem os heróis que se comoveram com esta manifestação popular espontânea a ponto de “uma velhinha de oitenta anos que há mais de três anos não saía de casa, sair para abraçar Gago Coutinho.”²⁵⁹ Pelas ruas tocavam bandas de música.

No Jockey Club realizou-se um banquete e um baile em honra dos aviadores.

No dia 17 de Julho regressaram a Portugal, no pacote brasileiro *Curvelle* , os jornalistas do *Século* e do *Diário de Notícias* e pessoal da marinha, mas os aviadores irão continuar no Brasil prosseguindo nas suas deslocações por solicitação de todos os que os querem homenagear, que os querem ver e ouvir, que os querem presentear...

Entretanto chegam de todo o lado, do estrangeiro, felicitações a Portugal. No princípio de julho o governo alemão felicita o governo português. Será na Alemanha, em Hamburgo, na fábrica de instrumentos de navegação C. Plath que o sextante de horizonte artificial de Gago Coutinho irá ser reproduzido. E em tão larga expansão que em pouco tempo atinge o número de série 11.960.²⁶⁰

Durante toda a viagem os aviadores comunicaram por escrito em virtude do ruído que não os deixava ouvirem-se. Isso foi importante também para o relatório sobre a travessia aérea Portugal - Brasil que consta de duas partes: a primeira é o relato circunstanciado da viagem feito por Sacadura Cabral, a segunda o *Relatório Técnico sobre a Navegação* da responsabilidade de Gago Coutinho. Gago Coutinho modestamente diz que o chefe é Sacadura Cabral. Sacadura Cabral por sua vez deixa escrito: “Resta-me, para finalizar, repetir aquilo que por várias vezes tenho tido ocasião de dizer: que sem a confiança, boa vontade e pertinácia de S. Ex.^a o Ministro da Marinha, sem o valioso auxílio de todo o pessoal da Aviação, especialmente daquele que desde Lisboa nos acompanhou embarcado nos navios de guerra e sem a muita dedicação das guarnições dos barcos que nos coadjuvaram,

especialmente dos cruzadores *República* e *Carvalho Araújo* e aviso *5 de Outubro* não teríamos chegado ao fim.”²⁶¹ Seguem-se agradecimentos.

Mas o que esperavam mais estes heróis a demorarem-se assim tanto no Brasil?

Um acontecimento já em preparação e para o qual eles de certo modo abriram caminho e de uma forma gloriosa: a chegada do presidente da República Portuguesa Dr. António José de Almeida ao Brasil para assistir às comemorações do 1º Centenário da Independência brasileira.

No dia 6 de Julho foi escolhido o navio *Porto* para transportar para o Brasil o

258 - Jornal *República*, 1 de julho de 1922, p. 1.

259 - *Idem, Ibidem*.

260 - Museu de Marinha, em Belém, Lisboa. Exposição permanente.

261 - REVISTA AERONÁUTICA Órgão do Aero Club de Portugal, Número especial - MCMXXII, *Relatório Viagem Aérea Lisboa - Rio de Janeiro*, p. 42.

venerando²⁶² presidente da República e a sua comitiva, mas só no dia 9 de Agosto, António Maria da Silva, chefe do governo, enviava para o Parlamento a proposta de lei que autorizava o Presidente a viajar para fora do país, o que só foi sancionado dois dias depois pelo Congresso da República.²⁶³ Entretanto perspectivava-se a saída de Portugal por volta do dia 20 de Agosto presumindo-se a chegada ao Rio de Janeiro no dia 7 de Setembro para a abertura das festas do Centenário. Os dois presidentes iriam estar lado a lado, aliás os únicos chefes de Estado presentes, numa cerimónia a todos os títulos simbólica de uma efeméride comum a ambos os países: Brasil e Portugal !

Mas as coisas não decorreram como o previsto. A escolha do navio não foi feliz. Este navio era o antigo navio alemão Prinz Heinrich, um dos 72 navios alemães apresados em Portugal durante a guerra a pedido da Inglaterra, o que nos valeu a declaração de guerra dos alemães. Era um navio velho, cheio de mazelas, a pedir reformas e a precisar de ser adaptado às suas novas funções. Tinha sido construído em 1894 !

Depois de escolhido, o navio ficou dependente da orientação do sr ministro dos negócios estrangeiros, Barbosa de Magalhães, que devia conhecer-lhe o historial preocupante: quando foi apresado ia recolher a Hamburgo para mudar as máquinas e os alemães inutilizaram-lhe as válvulas que nunca mais se conseguiram substituir em condições, resultando daí que o barco deixou de atingir a marcha que dantes conseguia. Depois da apreensão esteve sete meses a ser reparado, mas logo na primeira viagem que empreendeu teve de parar para conserto na máquina.

Durante a última parte da guerra foi fretado aos ingleses que lhe mudaram o aspeto: transportou cavalos, parecia um navio carregueiro. Contudo, os ingleses ao devolverem o navio deram-lhe a antiga aparência, mas não lhe retiraram o cansaço. O barco estava velho. A primeira viagem que fez a seguir foi para transportar para Portugal o soldado desconhecido “e já não foi pontual no dia da chegada.”²⁶⁴

Depois o vapor andou na carreira do Brasil sempre a carecer de reparações. E foi este o transporte que o governo destinou à viagem do presidente! Calcula-se que as reparações e adaptações levem 60 dias a efetuar, 40 com horas extraordinárias...

Mas não se começa logo. O governo descansa. “Moviam-se intrigas políticas, discutia-se ainda a ida do Sr. Presidente, tratava-se da lei das subvenções e das propostas de finanças e o *Porto* continuava ao largo.”²⁶⁵

Enquanto o *Porto* espera, o país agita-se. A imprensa dá-nos conta dessa agitação. O jornal *República* logo na primeira página com o seu editorial « O Dia Político» ora da pena do seu diretor Ribeiro de Carvalho, ora do punho do seu secretário de redação Jayme Lança, confronta o governo na pessoa do seu responsável, sr. António Maria da Silva, com o momento melindroso que se vive. No dia 2 de Julho escreve o primeiro: “Já é costume dizer-se lá fora que certos homens públicos em Portugal não conhecem senão duas posições: ou estão no poder, a vexar e a perseguir, ou estão na cadeia, a ser vexados e perseguidos.”²⁶⁶ No dia 6 continua: “O Estado faliu e desacreditou-se como administrador,”²⁶⁷ para no dia 7 acenar com

262 - Tornou-se frequente, na imprensa diária, aparecer esta designação aliada ao nome do presidente. De fato, António José de Almeida apresentava um aspeto de envelhecimento precoce (encontrava-se todo branco de cabelo, barba e bigode) que inspirava respeito, porque muitos o atribuíam à doença que o minava há anos , outros aos funestos acontecimentos pátrios, principalmente ao outubrismo

263 - Lei nº 1309, *Diário do Governo*, I Série, nº 162, 11 de agosto de 1922.

264 - Dionísio, Afonso Vieira, *Em Defesa Da Marinha Mercante*, I *O Caso Político do Vapor Porto*, Editor: Afonso Vieira Dionísio, Capitão da Marinha Mercante, p. 9.

265 - *Idem, Ibidem.*

266 - Jornal *República* de 2 de julho de 1922, p. 1.

267 - *Idem*, de 6 de julho de 1922, p. 1.

um raio de esperança: “Apesar de todos os receios do governo, de todas as prevenções, legais ou violentas, cada vez estamos mais convencidos de que as revoluções políticas em Portugal acabaram em 19 de Outubro de 1921.”²⁶⁸

A verdade é que, nove meses volvidos sobre esta data, a 9 de Julho, Jayme Lança escreve: “Revolução, não! A anarquia, a desordem, a morte.”²⁶⁹ No dia 11 é inaugurado o caminho de ferro de Chaves, terra de António Granjo, grande aspiração deste republicano e pretexto para mais uma vez ser recordado. Projeta-se uma romagem ao túmulo do malogrado político. A 23 sob o título: “ A noite sangrenta” Jayme Lança clama: “Não nos calaremos! Queremos justiça - não queremos vingança.”²⁷⁰ Sob toda esta pressão o Governo utiliza a censura que cobre com uma folha branca todo o artigo d’« O Dia Político».²⁷¹ A 2 de Agosto abrem novos centros republicanos: o *Centro António Granjo* e o dos *Mártires da República*.

Mas não é só esta sombra que cobre o país. As greves sucedem-se, só nos primeiros vinte dias de agosto houve doze dias de greves. E quando o aviador brasileiro, Santos Dumont,²⁷² passa por Lisboa, vindo da França a caminho do Brasil, a bordo do *Lutetia*, no dia 3 de agosto, Lisboa está a braços com um problema cerealífero grave. No dia 11, por causa do pão, há uma greve geral...

A propósito de Santos Dumont, muito admirado e acarinhado em Portugal, e das numerosas provas de apreço e homenagens que se prestaram aos heróicos navegadores do ar, no dia 4 de Julho a Cruz Vermelha homenageou Gago Coutinho e Sacadura Cabral enquanto nos Correios e Telégrafos decorria uma subscrição para a compra de um hidroavião para ser oferecido aos mesmos aviadores e que já montava, à data, em 19.000\$77.²⁷³

Deixámos lá atrás o *Porto* à espera de reparações e adaptações, mas não nos esquecemos dele, o governo sim, pareceu tê-lo esquecido: “ Em 5 de agosto o governo acorda e quer o *Porto* pronto a seguir imediatamente.

As reparações começaram à lufa lufa.”²⁷⁴

Como os operários metalúrgicos estão em greve metem-se outros a reparar as peças

das máquinas. Começam a apontar-se prazos para a partida, e o navio sem estar pronto. Reforça-se o pessoal, mas mesmo assim o tempo escoá-se rápido. Primeiro é decidido o embarque a 20 de Agosto, depois a 22, depois a 24 e por fim a 26! Mas enquanto se vão alterando as datas e se vão comunicando há todo um processo de desilusão e de descrédito que potencia o arrefecer do entusiasmo.

Da parte do presidente da República não há qualquer dificuldade. Está preparado. Nos finais de julho estive no Gerez a fazer uma cura de águas. No dia 29 parte de Braga para o Porto em comboio especial com chegada prevista à estação de S. Bento às 15h e 2m. Daí irá visitar Guerra Junqueiro “o maior poeta latino”²⁷⁵. Guerra Junqueiro que a colónia portuguesa no Brasil muito gostaria de ver integrar a

268 - *Idem*, de 7 de julho de 1922, p. 1.

269 - *Idem*, de 9 de julho de 1922, p. 1.

270 - *Idem*, de 23 de julho de 1922, p. 1.

271 - *Idem*, de de julho de 1922, p. 1.

272 - *Jornal Diário de Notícias*, de 30 de julho de 2012, Santos Dumont, «A História No DN» por Abel Coelho de Moraes, p. 55. Santos Dumont regressa à sua “casa *A Encantada*, que projetou e construiu dotando-a de várias invenções suas.”

273 - *Jornal República* de 4 de julho de 1922, p. 1.

274 - Dionísio, Afonso Vieira, ob. cit. p. 9.

275 - *Jornal República* de 30 de julho de 1922, p. 1.

comitiva do presidente, mas cuja idade e estado de saúde já não lhe permitem essa deslocação. Depois, António José de Almeida, passará pelo monumento aos vencidos do 31 de janeiro.

Em S. Bento está pensada uma recepção para a qual “estão convidadas as autoridades civis e militares e fazem convites todas as agremiações políticas dos partidos da República. A direção do Centro Republicano Liberal e a direção do Centro Republicano Dr. António José de Almeida convidaram todos os seus associados a comparecer à chegada do comboio presidencial e à partida do rápido para Lisboa.”²⁷⁶

É natural que o presidente acompanhe com alguma preocupação, as notícias que lhe vão chegando sobre o estado dos trabalhos a bordo do vapor. O público também vai tomando conhecimento por pequenas informações como as seguintes do dia 13 de agosto e do dia 17²⁷⁷: “Estão ainda bastante atrasados os trabalhos de beneficiação do vapor “Porto” em que o senhor presidente da República realizará a sua viagem ao Brasil”. “Estão ainda atrasadas as reparações no “Porto” que só partirá dia 26. Será comboiado até ao limite das nossas águas pelo “Vouga” e o “Douro”.

No dia 23, finalmente, o *Porto* todo embandeirado andou fazendo experiências no Tejo entre o Arsenal de Marinha e a doca de Santos prevendo-se que no dia seguinte pudesse darem-se por concluídas as reparações. Entretanto o *Carvalho Araújo* já se encontrava em Cabo Verde à espera do *Porto* para o comboiar.

Tudo está preparado para o embarque, ou assim parece. Com grande esforço os técnicos fazem o melhor que podem em circunstâncias de tanto aperto de tempo e permitem a entrada a bordo do presidente da República e da sua comitiva constituída pelas seguintes personalidades: Jaime Anahory Athias, secretário geral da Presidência da República; Luís Barreto da Cruz, chefe do protocolo da Presidência da República; José Nunes de Almeida Lopes, secretário particular do Presidente; Francisco de Oliveira Luzes, médico, e Jaime

Neves. Vice-almirante Augusto Eduardo Neuparth, general Bernardo de Faria e Silva, diretor do Colégio Militar; António Luís Gomes, reitor da Universidade de Coimbra; José Caeiro da Mata, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Leonardo Coimbra, diretor da Faculdade de Letras Da Universidade do Porto; Jaime Cortesão, diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa; Francisco António Correia, diretor do Instituto Superior do Comércio; João de Barros, secretário-geral do Ministério da Instrução Pública.²⁷⁸ E o Dr. Barbosa de Magalhães, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Iam ainda alguns jornalistas: Acúrsio Pereira do *Diário de Notícias*, Avelino de Almeida d'O *Século*, Luís Derouet d'O *Mundo*, Norberto Araújo do *Diário de Lisboa*, e Alcântara Carreira do *ABC*.²⁷⁹ O jornalista Rocha Martins, que era autor de um livro que ajudou o presidente nas suas referências históricas, não foi ao Brasil, cedendo o lugar a Alcântara Carreira. Havia também dois jornalistas brasileiros a bordo: Abadie Faria Rosa, chefe de redação de *A Pátria* e Dias Sobrinho, descendente de portugueses.

276 - *Idem, Ibidem*.

277 - *Idem*, de 13 e de 17 de agosto de 1922, p. 1.

278 - Marques, Rosália Augusta da Cunha, *A Viagem do Presidente António José de Almeida no âmbito das relações com o Brasil no final da I República*, Mestrado em História Moderna, Seminário de História do Brasil, Porto, 1998, p. 5

279 - Pires, Ana Paula, *António José de Almeida, O Tribuno da República*, Lisboa, Edição Parlamento, 2011, p. 187.

Previendo a parada que teria lugar no Rio de Janeiro na inauguração dos festejos, o *Porto* levava a bordo o batalhão da marinha, expedicionário a Angola em 1914-1915, cuja bandeira acabaria ostentando as insígnias da Torre e Espada e da Cruz de Guerra de 1ª classe. No dia 3, a bordo, houve festa e a bandeira foi condecorada pelo presidente. Foi tocado o Hino Nacional pela Banda da Marinha

O vapor finalmente sai a barra após ter estado quarenta e oito horas de mólho²⁸⁰ com o presidente e comitiva a bordo! E, pouco tempo depois, já em pleno oceano, regista-se uma avaria no frigorífico que obriga, ponderada a situação, a que se avise o cônsul de Portugal em Las Palmas, por radiograma - “Marconi bendito! Nós te saudamos!”²⁸¹ - e a rumar às Canárias onde, logo no dia seguinte, se preparam para efetuar a reparação necessária. A imprensa dá notícias críticas. Chegam a bordo telegramas de apoio, inclusive do rei de Espanha, Afonso XIII. Pensa-se transferir o presidente e comitiva para outra embarcação que esteja próxima para não retardar a viagem, até porque já se verificou que o *Porto* não dá o andamento previsto. Nesse momento encontra-se na Madeira o navio *Arlanza* da Mala Real Inglesa e é-lhe feito um apelo que não foi atendido; o *Arlanza* vai cheio de passageiros, mas correram boatos de que houve pouca vontade em prestar auxílio...

Então as atenções desviam-se para a causa da fraca operacionalidade do navio e conclui-se que o problema reside na má qualidade do carvão. Em vez de carvão de primeira qualidade, carvão inglês, o fornecedor terá misturado jorra com carvão de S. Pedro da Cova.²⁸² E mais do que isso: mistura de terra, jorra, fuligem de chaminé e carvão de péssima qualidade. Em Portugal perguntava-se: «sabotage»? Como se fala que o cozinheiro terá sofrido uma tentativa de suborno para não entrar a bordo...²⁸³ Isto é o que circulava na imprensa. Mas, quanto ao carvão, a marinha mercante do Estado, T.M.E, sai em defesa própria²⁸⁴ e procura demonstrar que a culpa, de circunstâncias tão desastrosas para o prestígio do presidente da República e do país, se deveu ao Governo (e não à qualidade do

carvão), que não soube orientar as coisas para que o vapor chegasse a tempo ao Brasil. Com efeito, a 7 de Setembro, quando o presidente português e a sua comitiva deviam encontrar-se no Rio de Janeiro a inaugurar as festas programadas, encontravam-se em pleno oceano a brindar de longe, embora em sessão solene, e a comunicar por telégrafo.

Podemos imaginar a desilusão e o desconforto de tal situação. Entretanto foi aberto um inquérito e houve prisões,²⁸⁵ mas só com respeito ao carvão...

280 - Derouet, Luís, *Duas Pátrias, O que foi a visita do Sr. Dr. António José de Almeida ao Brasil*, Lisboa, Sociedade Editora O MUNDO, Imprensa Nacional, 1923, p. 298.

281 - Idem, p. 294.

282 - O fornecedor foi a firma Norberto Marques, como veremos em nota, adiante.

283 - Derouet, Luís, ob. cit., p. 299.

284 - Dionísio, A. Vieira, *Em Defesa da Marinha Mercante, I O Caso Político Do Vapor Porto*, p.5

285 - *Idem*, O fornecedor foi a firma Norberto Marques que concorreu para o fornecimento do carvão ao navio com outras sete firmas. “A firma Norberto Marques da Rua Augusta, 188, 2º, oferece 3.000 toneladas de carvão Cardiff, igual ao que fornecem para o vapor *Lourenço Marques* (que satisfaz a todas as condições exigidas) ao preço de 117\$90, posto à borda do vapor, desde que o pagamento seja feito em seguida à entrega.” Uma amostra do carvão foi analisada no Laboratório Químico do Instituto Superior Técnico e depois foi experimentado e tudo decorreu na melhor ordem. O chefe da secção do carvão sr. Oliveira Leone foi o encarregado da escolha da firma por orientação da Comissão Administrativa. p. 10

Estava reservada a António José de Almeida tal provação, mas como já acontecera com os aviadores, que o presidente tinha incitado a não desistirem e a atingirem o seu objetivo, também aqui ninguém pensava em voltar para trás.

Em Portugal as oposições tinham-se comprometido a não levantar problemas na ausência do Chefe do Estado embora tenha havido, mesmo à data do embarque,

uma crise no governo com a demissão do ministro das Finanças, Albano Augusto de Portugal Durão. Era portanto grande a responsabilidade de António Maria da Silva.

Toda a gente seguia com ansiedade as notícias referentes à viagem. No Brasil a expectativa à volta da chegada era grande. O *Porto* lá seguia vagarosamente rumo ao sul enquanto outros navios, como o *Pedro Nunes*, já tinham feito o mesmo trajeto levando para o Rio materiais para os pavilhões portugueses da Exposição do Centenário. Mas no dia 7 de Setembro, quando o presidente Epitácio Pessoa inaugurou a Exposição, os nossos pavilhões não estavam prontos!

Os pavilhões portugueses não foram acabados a tempo, os operários queixavam-se da falta de pagamento, houve também um incêndio, a tal ponto que o prefeito da cidade, conversando com o sr. Malheiro Reimão “Diplomaticamente [...] insinuou a conveniência de ocultar por meio de tapumes os referidos pavilhões que põem uma desagradável nota de ruína no conjunto das restantes edificações. O sr. Malheiro Reimão resolveu aplicar os tais tapumes e pintá-los cenograficamente de modo que os pavilhões se disfarcessem o melhor possível.”²⁸⁶ Sem comentários!

Perante tantos percalços e contrariedades o que restava a Portugal? A figura, a postura e a oratória do seu Presidente. Temos que reconhecer que António José de Almeida foi a personalidade à altura no momento certo. Esta visita ao Brasil, se foi para ele próprio o coroar de toda uma vida de orador convicto, foi para Portugal a oportunidade de elevar com dignidade o nosso país aos olhos de portugueses e brasileiros. Ele foi o embaixador perfeito

que soube reforçar essa ponte de afetos e de entendimentos que perdura até hoje.

Durante a viagem o Presidente da República manteve uma admirável serenidade, “nunca faltou à mesa” no dizer do jornalista de *O Mundo*, sr. Derouet que se deu ao trabalho de escrever diversas notas sobre os dias a bordo com um objetivo bem definido e simpático: “...o historiador, que mais tarde queira consagrar os seus ócios à tormentosa viagem do *Porto*, encontrará nestas rápidas notas de bordo certos elementos de consulta.”²⁸⁷ E logo acrescenta: “A nossa viagem, desde o mólho de 48 horas nas águas cristalinas do Tejo até estes últimos momentos no mar cavado das costas do Brasil, teve de tudo um pouco, a começar na falta de organização, que proveio de ainda quase à partida se viverem horas de incerteza política, e a acabar na avaria de há meia dúzia de horas, aí pelas alturas de Cabo Frio, e que consistiu em saltar fora o copo do cilindro de alta pressão da máquina de bombordo, depois de irmos a trabalhar desde a costa de Pernambuco com a máquina de estibordo em *Compound* com os cilindros de alta e média pressão, obrigando-nos este penúltimo desastre a atrasar mais uma vez a marcha, que só raramente atingiu 12 milhas, e que de 11 milhas por hora passou então a 10.”

286 - Jornal *Diário de Notícias*, de 6 de setembro de 1922, p. 1.

287 - Derouet, Luís, *Duas Pátrias, O que foi a visita do Sr. Dr. António José de Almeida ao Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional, Sociedade Editora O Mundo, 1923, p. 298.

De facto, costuma-se dizer: nem de propósito! Que mais poderia ter acontecido para ser uma verdadeira desgraça? Só um naufrágio! Mas vamos à procura de coisas positivas... se é que as houve! O tempo, o tempo esteve de feição, belíssimo. Tanto à ida como à vinda, apesar de por vezes ter havido pequenos aguaceiros e algum vento. O dr. António José de Almeida deve ter recordado, talvez com nostalgia, aquela sua ida para S. Tomé contornando a costa africana ocidental e aquela aproximação à zona tropical cada vez mais bonançosa e quente; as noites de brisas suaves e o bater compassado das águas contra a quilha do navio e o céu recamado de estrelas. Depois o agradável convívio entre homens do mesmo nível intelectual, comungando as mesmas ideias políticas, empenhados numa finalidade comum e ainda o afastamento, posto que temporário, de um ambiente sufocante que então se vivia em Portugal.

Já referimos que no dia 3 de setembro houve festa a bordo. Dias 4 e 5 está-se à vista de Cabo Verde e dia 6 o “*Porto* embandeira em arco (à francesa), em resposta aos cumprimentos do *Urânia*, (da Mala Real Holandesa), que passa ao largo”²⁸⁸

Dia 7 de setembro é dia de festa, a festa do Brasil, e de Portugal também. É altura de troca de mensagens com o Brasil, de discursos, de uma taça de champanhe. Passa com rumo oposto o paquete brasileiro *Bagé*. Dia 8 “pára a máquina de estibordo que volta a funcionar três horas depois.”²⁸⁹

9 de setembro avistam-se os penedos de S. Pedro e S. Paulo. Momento emotivo. A banda da marinha toca os hinos português e brasileiro. ...“passa pelo través o paquete italiano *Angetozzo*.”²⁹⁰

Dia 11 avista-se o paquete italiano *Pigeon* e o vapor de carga holandês *Algenibe*. Neste dia o *Porto* sofre mais uma avaria, que obrigou a uma reunião de todos os oficiais

de bordo presidida pelo Chefe de Estado, e estando também presente o Ministro dos Estrangeiros. Chegou-se à conclusão que o vapor teria de ser reparado no Rio de Janeiro e que só se recorreria a um navio estrangeiro se o *Porto* não estivesse pronto a tempo de o Presidente da República chegar a Portugal para as comemorações do 5 de Outubro. Entretanto deu-se conta da passagem de mais dois navios, o paquete italiano *Regina d'Italia* e o *Demerara* que “deve ter saído de Lisboa no dia 2 ou 3 . Já aqui vai...”²⁹¹

Dia 12 : a máquina de estibordo começa a trabalhar às 5h. e 40m.; “às 15h. e 40m. pára a máquina de bombordo, recomeçando a trabalhar três quartos de hora depois. Às 16h. e 10m. pára de novo a máquina de estibordo, começando a trabalhar às 16h. e 48m. Mar de ondulação cavada. Carvão mau para variar”²⁹²

“13 de Setembro - Mar de pequena vaga. Vento regular. Às 19h. e 45m. Passa o navio de guerra americano *Maryland* salvando com 21 tiros. Marcha do *Porto* em 24 horas 254 milhas. Foi um dos melhores dias da derrota, apesar do carvão e de tudo o mais que se omite para não carregar o quadro.”²⁹³

No dia seguinte, logo de manhã, o Chefe de Estado percorre o navio em

288 - *Idem*, *O Diário de Bordo do «Pôrto»*, p. 300.

289 - *Idem*, p. 301.

290 - *Idem*, p. 302.

291 - *Idem*, p. 302.

292 - *Idem*, *Ibidem*.

293 - *Idem*, *Ibidem*

revista e encontra-o em perfeito estado de higiene. O pessoal de bordo e tripulação somava à volta de 170 pessoas, a começar pelo comandante Afonso Vieira Dionísio e continuando pelo imediato, pilotos, praticante de piloto, telegrafistas, carpinteiro, maquinistas, praticantes de maquinistas, eletricitas, artífice, paioleiro, comissários, comissário adjunto, ajudante de comissário, 1º e 2º despenseiros, *maitre d'hôtel*, enfermeiro, barbeiro, marinheiros, moços, azeitadores, fogueiros, chegadores cozineiros, pasteleiro, ajudantes de cozinha, padeiros, criados e uma criada. À tarde pára a máquina de bombordo. Passam vários vapores entre eles o *Cap Polonio* que saiu dia 5 de Lisboa...

Dia 15, está-se quase a abandonar o *Porto* . Ouve-se às duas horas, pela telefonia sem fios, o *Guarany* no Corcovado. Mas não se vai deixar o vapor sem novo desastre: um grande estrondo e segue-se o que tivemos ocasião de mencionar atrás: mais um contratempo, este à vista de Cabo Frio e pouco depois da Ilha de Sant'Ana. Mas a avaria é de novo reparada, o que confirma que a saída de Lisboa sem a devida preparação explica muita coisa. Às 11 horas já se percebe o farol da Ilha Maricas e às 12 um grande clarão faz acorrer toda a gente à ponte do comando: são os primeiros sinais do Rio de Janeiro! O *Porto* está à entrada da baía com o farol da Ilha Rasa a piscar as boas vindas. O *Porto* paira, à espera. Espera os navios brasileiros e portugueses que hão-de vir ao seu encontro para o comboiar. Aí vêm eles: couraçados e *destroyers* brasileiros e os nossos cruzadores, *Carvalho Araújo* e *República*.

Finalmente no Rio de Janeiro! As primeiras pessoas a acercarem-se são os jornalistas.

Depois o Presidente Epiácio Pessoa e a sua comitiva. Seguem-se os cumprimentos e os hinos conforme o protocolo. Despedidas do comandante e oficiais. Como se conseguiu chegar perante esta verdadeira odisseia? É justo que se pergunte. Parece-nos que há dois fatores a tomar em consideração: primeiro, a atitude calma e ponderada do Presidente da República e segundo, a ação inexcusável de toda a tripulação do vapor, com particular destaque para a *gente do fogo*, “maquinistas, fogueiros, chegadores, de todo o pessoal, enfim, que tem por dever pôr um mastodonte velho e avariado, como o *Porto*, em marcha contínua”²⁹⁴

Quando o *Porto* deu entrada e fundeou naquela maravilhosa baía de Guanabara, podemos imaginar o deslumbramento causado no nosso presidente e em toda a sua comitiva perante a natureza circundante. Era de cortar a respiração! Só quem lá esteve pode avaliar!

“Uma multidão de lanchas, navios de guerra e por cima aeroplanos envolvem o navio numa apoteose de saudações.”²⁹⁵ A imprensa conta com que carinho e entusiasmo foram recebidos os nossos representantes. Esse entusiasmo e carinho foi constante durante os dez dias que se seguiram. Poderemos dizer, perante o atraso da chegada - o *Porto* chegou ao Rio no dia 17 de Setembro, quando já as outras legações retiravam - que Portugal e o Brasil, afinal, comemoraram “em família”, só os dois, esta significativa ocasião de reencontro.

294 - *Idem*, p. 303.

295 - Jornal *Diário de Notícias*, de 18 de setembro de 1922, p. 1.

IV

Traços gerais - Cumprimentos - No Catete - Na Tijuca - Avenida Portugal - No Congresso - No Tribunal Federal - No Gabinete Português de Leitura - No Jardim Botânico - No chá dançante e no baile - No Jockey Clube - A Confraternização Coimbrã - Nas instituições republicanas - O Panteão - Monumento a Santos Dumond - A Medicina - A Imprensa - A manifestação popular - O Comércio - Nativismo - A Língua - Os Tratados - A Escola Naval - A Religião - Monárquicos e Republicanos - A despedida: Viva o Brasil! - Baía e Recife - Funchal e Lisboa.

Iniciamos esta última parte do nosso trabalho com uma confissão do próprio Dr. António José de Almeida: “vivi no Brasil dez dos mais fortes e mais belos dias da minha vida”.²⁹⁶ Este desabafo tão positivo já diz tudo quanto aos sentimentos do Presidente e ao êxito da sua visita. Só falta esclarecer o porquê.

O Dr António José de Almeida, embora alto e robusto, não era tão fisicamente

notável como Afonso Costa, que se impunha logo pela figura, nem nesta fase da sua vida, idoso, debilitado pela doença e encanecido, era tão frágil como Bernardino Machado de quem se disse que o corpo era pretexto para uma alma.²⁹⁷ Era um homem apresentável, correto na postura, afável no trato e com um ar de bondade e compreensão que atraía e lhe granjeava simpatias.

Era portanto um homem normal, até no nome (Miguel Melo, *Gazeta de Notícias* de 24 de setembro de 1922) e dele se esperava um desempenho político, a condizer com o visual, se a imprensa no Brasil não tivesse já alertado de véspera que o Presidente português que ora chegava trazia consigo uma riqueza de pensamento, um currículo de ação e uma fulguração de sentimentos que a todos iria arrebatara.

E o que aconteceu? Foram superadas todas as expectativas, a ponto de se considerar que ele fez mais em dez dias que muitos políticos levavam anos a realizar.

Foi a partir dessa preparação feita pelos jornais, da ansiedade gerada pela demora da viagem, dos contratemplos da mesma e do facto de estarem no Brasil dois aviadores portugueses depois de terem concluído uma viagem aérea inédita e triunfal - “os batedores alados do presidente”, segundo uma imagem de Castro Alves - e de ser o único Chefe de Estado a acorrer a parabenizar o Brasil e ainda mais por ser um Presidente que vinha de Portugal, que acorreu ao cais Mauá, e ladeando toda a avenida Rio Branco até ao Palácio Guanabara, uma multidão entusiasta.

296 - Prefácio ao livro do sr. Derouet, *Duas Pátrias*, da autoria do próprio Dr. António José de Almeida, p. xx.
297 - Vaz, Ângelo, *Bernardino Machado, sentimentos, ideias e factos do seu tempo*, Porto, Oficina Gráfica de «O Comércio do Porto», Edição do autor, 1950, p. 205.

Além de tudo isto, e correndo o risco de nos estarmos a repetir, mas equacionando o que à partida influenciaria o ânimo de portugueses e brasileiros para tão auspiciosamente o receberem: o Dr. António José de Almeida era médico. Mas um médico especial com sete anos de prática em S. Tomé, médico de “pretos e de brancos”²⁹⁸ como ele próprio disse, o que lhe aperfeiçoou a sensibilidade para os problemas sociais e humanos, criando uma obra e hospital «Pro Pátria» para ajudar os que queriam regressar à Metrópole e não tinham recursos e alertando para as condições sanitárias no território que eram das mais rudimentares.

Regressado a Portugal fixou consultório na Baixa de Lisboa onde atendia todos os que careciam dos seus cuidados mesmo que não tivessem meios para pagar os seus serviços. Em breve era chamado «médico dos pobres». Não atingiu a fama do Dr. Sousa Martins, que admirava, e que já não encontrou vivo quando regressou de África, mas de seu natural bom e amigo do povo, o rio vermelho de onde saía,²⁹⁹ segundo as suas próprias palavras, esperava através da senda republicana conseguir maior justiça social, igualdade de vida e liberdade, ou seja, uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais livre. Isto calou fundo no coração dos brasileiros que depois confirmaram o semblante simpático e bondoso, a lhanza do trato e a modéstia da apresentação.

O passado político também concorreu para a boa receção. Era um republicano que chegava, um homem de convicções sólidas, que nunca tinha traído os seus ideais, que lutara

por eles desde jovem estudante em Coimbra a ponto de ter sido preso e ter posto a academia toda em alvoroço. Atrevera-se a escrever que D. Carlos seria o último rei de Portugal: «Bragança, o último».

Mas era ainda o homem que sabia o que queria, para onde caminhava e isso demonstrou cabalmente nas reformas que se fizeram sob o Governo Provisório de que fez parte como Ministro do Interior. A laicização do Estado com o fecho das casas religiosas, a abolição do juramento religioso e a criação do registo civil para afastar qualquer tutela da Igreja; a democratização das leis e da sociedade banindo-se os títulos e privilégios e apontando-se para a prevalência do mérito pessoal.

Também o seu aprumo cívico e moral lhe atraiu merecido respeito e, o amor da Pátria nunca desmentido, levou-o a minorizar os seus sentimentos quando foi preciso ceder numa União Sagrada que o congoçou com Afonso Costa.

Aliás, António José de Almeida era consensual quando estavam em jogo valores mais elevados e que tocavam à maioria dos portugueses. Confessando-se livre pensador não hostilizava propriamente a Igreja e respeitava os sentimentos católicos da maioria da população. Neste particular soube também falar aos sentimentos e ao coração dos brasileiros.

Há ainda uma outra faceta da sua personalidade que convém salientar: a sua voz sonora e bem timbrada de orador, a adequação do gesto e, acima de tudo, a profundidade do seu pensamento e da sua reflexão.

Em suma, o Dr. António José de Almeida foi a personalidade certa para o momento que se vivia e Portugal, na sua ligação festiva ao Brasil, não podia

298 - Torgal, Luís Reis, *António José de Almeida e a República, Discurso de uma vida ou a vida de um discurso*, Lisboa, Temas e Debates - Actividades Editoriais, Lda, 1ª Edição, 2005, p. 66.

299 - *Idem*, p.27.

encontrar melhor embaixador do que este pelos motivos já invocados e porque era o mais alto magistrado da Nação portuguesa prestigiando deste modo, ainda mais, com a sua presença, o 1º Centenário da Independência do maior país da América latina.

Como dissemos, a imprensa brasileira já vinha, pelo menos desde os princípios do mês de setembro, esclarecendo os seus leitores sobre o ilustre visitante que se aguardava, pondo em relevo não só o significado da presença do Presidente da República Portuguesa junto do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, como salientando os dotes oratórios do grande tribuno.

A *Revista da Semana* de 2 de setembro de 1922 chama a atenção para o fato de ser a primeira vez que um supremo magistrado, de uma das três metrópoles europeias, Inglaterra, Espanha e Portugal, visitar um Estado americano. E espraia-se em considerações sobre o significado da relação Portugal - Brasil afirmando a dado passo: "Inclinando-se perante o Brasil independente, Portugal glorifica-se." É isso que o Dr. António José de Almeida vai fazer ao Brasil: homenagear o aniversariante que faz cem anos e buscar aquela parcela de glória que lhe é devida em nome de Portugal, ele que é o "expoente cultural da jovem democracia peninsular" no dizer do *A.B.C.* de 16 de setembro de 1922.

Entretanto são inúmeros os elogios ao nosso Presidente e à sua oratória. Por exemplo o *Jornal do Comércio* de 17 de setembro de 1922 insere um artigo intitulado: « O maior

tribuno de Portugal», que faz referência à fama de que goza o Dr. António José de Almeida justamente como o maior orador, a seguir a José Estêvão, acrescentando que “nenhum o iguala em brilho verbal, em pompa de dição, na força de expressão, na grandiosidade da eloquência”.

Com chamadas de atenção tão elogiosas não é de admirar que os brasileiros e os portugueses no Brasil estivessem expectantes aguardando a ocasião de poderem conferir por si próprios o entusiasmo da imprensa. E esse momento não tarda, porque os dez dias de estadia no Rio de Janeiro, que se avizinham, vão ser preenchidos por numerosos eventos cerimoniais e festivos, não só de cariz protocolar como populista. A saúde e as forças do Dr. António José de Almeida vão ser postas à prova a tal ponto que o orador no fim se confessa cansado... mas feliz.

E como não sentir-se feliz? Seria ingratidão não o manifestar, pois nunca houve presidente que fosse tão elogiado, tão ovacionado, tão convidado e querido, tão presenteado, como este homem idoso, se bem que apenas de 57 anos, que soube conquistar os corações e movimentar-se entre a exuberância brasileira e o orgulho português, reforçando entre eles o traço fraterno que faltava reforçar.

No trajeto entre o Arsenal e o palácio, feito em automóvel aberto, o Dr. António José de Almeida teve oportunidade de trocar breves impressões com o Dr. Epitácio Pessoa, entrecortadas pela correspondência risonha e comovida às saudações da multidão. Na Glória a companhia de fuzileiros norte-americanos formou em continência. O dia apresentava-se límpido e luminoso.

A primeira cerimónia protocolar a que presidiu foi, no próprio dia da chegada, e depois de ter descansado um pouco, ainda com os olhos cheios do mundo de gente que se aglomerava por todo o percurso e os ouvidos vibrando dos aplausos, receber os cumprimentos das missões estrangeiras, das delegações das câmaras legislativas, do alto funcionalismo do Brasil, da magistratura. Todas estas pessoas acorreram ao Palácio Guanabara, antigo palácio da princesa Isabel, que alojara dois anos atrás os reis da Bélgica, que visitaram também Portugal, e tinha sido preparado em tempos para receber o malgrado rei D. Carlos e a rainha D. Maria Amélia.

Já quando do desembarque o presidente português tinha sido cumprimentado não só pelo presidente do Brasil, como também pelos ministros da Marinha e das Relações Exteriores do Brasil e pelo ministro de Portugal no Rio de Janeiro, Dr. Duarte Leite. E, no sentido de disponibilizar senadores, em número igual ao dos Estados brasileiros, que nessa altura eram 21, para acompanharem a visita do Dr. António José de Almeida, o Senado brasileiro votou por unanimidade três dias de suspensão dos trabalhos. Também é de notar que o Dr. Epitácio Pessoa acompanhou sempre o venerando visitante, mesmo quando não era exigido pelo protocolo, numa atitude de amizade e deferência. Mas ninguém como o prefeito da cidade, Dr. Carlos Sampaio, para mostrar com satisfação e orgulho o Rio de Janeiro, que há anos se vinha aformoseando e que, em parte, já era obra sua.

No dia 18 de Setembro foi a recepção às embaixadas estrangeiras que não quiseram deixar de apresentar cumprimentos. Estiveram no Palácio Guanabara, precisamente no ex-salão da princesa Isabel, os senhores: Asdrúbal Delgado do Uruguai, Perez Cisneros de Cuba, Carlos Cuervo da Colômbia e Mora e Araújo da Argentina. O Dr. António José de Almeida recebeu os plenipotenciários das quatro nações latino-americanas com a afabilidade própria da sua pessoa e dirigiu-lhes algumas palavras: “Eu as sinto, eu as percebo, e não as esquecerei de transmitir aos portugueses no meu regresso ao torrão natal. Sim, não esqueço, nem poderia esquecer, pois essas manifestações me vão diretamente ao

coração.”³⁰⁰

A seguir, no palacete S. Clemente, Palácio da Embaixada de Portugal, S. Ex^a deu uma recepção aos representantes da colónia portuguesa. Colónia portuguesa que, saudosa da pátria, mas integrada neste novo mundo que está a ajudar a crescer e a desenvolver-se, não esquece a contribuição, que generosamente reúne através de uma comissão, para ajuda das despesas da estadia do presidente e sua comitiva, e ainda para ser enviada para instituições de caridade em Portugal. É natural que aqui se tenham estabelecido contactos para o presidente visitar associações portuguesas para além do que estava previsto. Sabemos que algumas vezes o protocolo foi ultrapassado...

Ao Palácio Guanabara chegam constantemente pessoas que desejam ser recebidas pelo presidente português, desejam cumprimentá-lo, ou então delegações: “delegações que vão levar os cumprimentos dos seus comissionados; as delegações que lhe vão levar os convites para visitar os seus estabelecimentos e as delegações que lhe vão solicitar a honra da sua visita às cidades nacionais e estrangeiras. Ontem era S. Paulo que lhe pedia para chegar à sua capital e a Santos. Hoje são os portugueses domiciliados em Montevideu que desejam compartilhar na ventura que nos é dada e assim sucessivamente outros e outros mais.”³⁰¹ No palácio, a criadagem desdobra-se em actividade, enquanto ao portão uma sentinela se apresenta “solene e empertigada”³⁰² “com a arma em descanso e o capote emmalado que se lhe cruzava às costas.”³⁰³

À noite, o Dr António José de Almeida é recebido no Palácio do Catete, a convite do presidente brasileiro, para um grande banquete. No dizer do articulista brasileiro de *A Noite*, desse dia, o presidente português é “banqueteado pelo nosso governo”. Certo é que o Catete está deslumbrantemente ornamentado com flores naturais e uma profusão de luzes. Nem era preciso tanto, o palácio, só por si, é lindo

Nesse banquete, mais do que as luzes, mais do que as flores, mais do que as iguarias, mais do que a apresentação requintada dos convivas, sobressaíram os dois.

300 - Derouet, Luís, *Rio-Jornal, A cordialidade luso-brasileira* de 19 de setembro de 1922, p 43.

301 - *Idem, Ibidem.*

discursos que foram proferidos nessa ocasião e que, antecedendo outros não menos notáveis, foram o ponto de partida para clarificar a História dos países em presença, na pessoa e pela voz dos seus presidentes

Começa o Sr. Dr. Epitácio Pessoa por dizer, depois de saudar o Presidente português, que a data que se comemora -1822- não é de brasileiros contra portugueses, mas antes de portugueses e brasileiros juntos contra “a orientação retrógrada e impolítica das Cortes de Lisboa.”³⁰⁴ Sendo assim, o que se está a comemorar é “uma data da Raça”.³⁰⁵ E quem mais trabalhou pela independência do Brasil? Precisamente “D. João VI, que, nos seus treze anos de administração, cuidou exatamente de preparar o país para o governo de si mesmo, abrindo-lhe os portos, dando-lhe arte, escolas, academias, bibliotecas, imprensa, liberdade de comércio e de indústria, meios de transporte, vias de comunicação, exército, armada, culturas, em uma palavra, tudo quanto podia conduzir-nos à vida de soberania. Fê-lo com o propósito declarado e firme de formar, no Brasil, o grande império do futuro.”³⁰⁶ E D. Pedro I, com o grito do Ypiranga, rematou a obra do pai. Entre portugueses e brasileiros não deve haver desunião, são “dois ramos do mesmo corpo”³⁰⁷ e assim, o 7 de setembro, é uma data

luso-brasileira. E o sr. Dr. Epitácio Pessoa conclui o seu discurso, do qual aqui damos alguns pequenos excertos, da seguinte maneira: “É, portanto, Senhor Presidente, com o mais íntimo regozijo que, em nome da Nação Brasileira e no meu próprio nome, saúdo ao glorioso Portugal, na pessoa de V. Ex.^a, em cuja honra levanto a minha taça.”³⁰⁸

Em resposta, o discurso do presidente português não ficou atrás das palavras sensatas e cordiais do presidente brasileiro. Comparando o desenrolar dos acontecimentos nos dois países conclui que estão pagos perante a História. “Nenhum povo deve menosprezar as honradas origens que teve, e nenhum povo tem o direito de olhar com ressentimento ou tristeza sequer a separação do seu todo daquela parte que, no exato cumprimento dos destinos históricos, uma vez sentiu em si a ação de forças indomáveis que a levaram ao legítimo afastamento.”³⁰⁹

Continuando a falar, o Dr. António José de Almeida agradece o carinho e o entusiasmo com que foi recebido no dia anterior e analisa a formação de uma identidade brasileira a que se poderá dar o nome de brasilidade, feita em parte “da velha tradição portuguesa”³¹⁰ em parte do “forte e sadio ambiente americano”.³¹¹ Portugal e o Brasil são como duas Pátrias irmãs que vivem cada qual em sua casa, que

302 - *Idem, Ibidem.*

303 . *Idem, Ibidem.*

304 -Derouet, Luís, ob. cit. *No Palácio do Catete, Discurso do Sr. Epitácio Pessoa por ocasião do banquete oficial, em 18 de setembro de 1922*, p. 185.

305 - *Idem, Ibidem.*

306 - *Idem, Ibidem.*

307 - *Idem, Ibidem.*

308 - *Idem, Ibidem.*

309 - *Idem, Discurso do Sr. Dr. António José de Almeida*, p. 186.

310 - *Idem, Ibidem.*

311 - *Idem, Ibidem.*

amam a Democracia e que têm uma língua comum. Neste ponto do seu discurso o presidente faz o elogio da língua portuguesa que classifica de “uma língua incomparável”.³¹² E termina dizendo: “Senhor Presidente: em nome da Nação Portuguesa e no meu próprio nome, agradeço a V. Ex.^a e ao Brasil a entusiástica e comovente recepção que me fizeram e de que guardarei perdurável recordação, e, erguendo a minha taça em honra de V. Ex.^a e do grande povo de que é Chefe eminente, faço votos sinceros pelas suas mútuas felicidades.”³¹³

Estes discursos tiveram uma repercussão enorme em todos os Estados do Brasil, para os quais foram telegrafados, e a sua aceitação revelou-se através dos elogios na imprensa e de telegramas de felicitações aos dois oradores.

No 3º dia do programa oficial de festejos e homenagens em honra do Dr. António José de Almeida foi-lhe oferecido um passeio à Tijuca (conhecida por alguns como a Sintra brasileira), pelo Prefeito Municipal, Dr. Carlos Sampaio. Estiveram também como convidados o Dr. Epitácio Pessoa e comitiva. “O dia era de mormaço e de temperatura em ascensão”³¹⁴ mas “naquelas alturas amenas, entre o arvoredo amável, nos recantos pitorescos e sombrios, onde a água das fontes próximas cascadeia, espargindo a sua linfa

refrescante, a temperatura estava deliciosa, o ar leve e doce”.³¹⁵ A impressão causada no presidente português e sua comitiva foi de magnitude: “ia o seu automóvel penetrando os densos bosques daquela parte magnífica do Rio de Janeiro. O viajante ilustre por tudo se interessava indagando sobre as grandes árvores, as flores, ramagens e trepadeiras que lhe passavam sob os olhos, mostrando-se encantado com a beleza das mesmas.”³¹⁶

Este passeio incluiu um esplêndido almoço para 80 convidados no edifício da Colônia de Férias, pitoresca casa de campo, ali instalado. Podemos imaginar o agradável convívio que nesta ocasião se estabeleceu entre todos aqueles homens cheios de responsabilidades governativas. cremos, por alguns dados que nos chegaram ao conhecimento, que o protocolo foi um pouco esquecido e se viveram momentos de descontração e até de alegria. Considerado um almoço de caráter íntimo, parece que o Dr. Epitácio Pessoa tinha restringido o número de discursos para semelhantes ocasiões e preveniu desse facto o nosso presidente, mas o Dr. António José de Almeida desejoso de demonstrar aos seus anfitriões o quanto se sentia maravilhado com tudo o que vira até aí e o apreço em que os tinha, não resistiu a usar da palavra, tanto mais que o Dr. Carlos Sampaio começou por lhe dirigir um caloroso discurso.

Num simpático improvisado, risonho e bem disposto, comentou: “Ótimo! Os discursos, por via de regra, são processos de que se servem os homens para menos coisas dizer e mais tempo tomar aos outros.”³¹⁷ Estava a falar sentado, não deixando que ninguém se erguesse a não ser quando saudou o Dr. Epitácio Pessoa. Discorreu assim com grande à vontade sobre as belezas do Rio de Janeiro enaltecendo os

312 - *Idem, Ibidem.*

313 - *Idem, Ibidem.*

314 - *Idem, Jornal do Comércio, Um dia de homenagens*, de 20 de setembro de 1922, p. 47.

315 - *Idem, Ibidem.*

316 - *Idem, O Brasil, A impressão causada pelo discurso do Presidente Português*. 20 /9/ 1922, p. 48.

317 - Derouet, Luís, ob.cit., *No Passeio à Tijuca, Discurso do Sr. Dr. António José de Almeida*, p.240.

brasileiros por terem sabido aproveitar o contributo da Natureza para fazer desta cidade um caso único no Mundo e aqui citou a ação do Governo Central do momento, e da Municipalidade do Rio encarando as qualidades do Presidente da República e do Prefeito Municipal. E concluiu dizendo: “É por isso que eu, felicitando o Senhor Presidente do Brasil, pela escolha do seu Prefeito, bebo à saúde deste, o Sr. Dr. Carlos Sampaio, considerando nele a inteligência arrojada e serena e a vontade firme e triunfante. (*Extraordinária ovação*).”³¹⁸

Foi depois destas palavras e ovação que o Dr. Epitácio Pessoa teve o seguinte aparte que a imprensa registou: «Afinal, a obra mais notável do meu prefeito foi ter provocado o brilhante discurso que V. Ex.^a acaba de proferir.»³¹⁹ E a imprensa registou ainda mais, que o presidente português terá dito ao Presidente da Aliança Académica do Rio de Janeiro: “Admirando o quadro maravilhoso da natureza da vossa terra exuberante, eu tive a impressão que estava diante da mocidade do Brasil !»³²⁰

No regresso deste almoço o Dr. António José de Almeida teve oportunidade de inaugurar a Avenida Portugal, uma nova avenida a contornar o litoral, a caminho da fortaleza de S. João, no lugar em que os primeiros portugueses fundaram a cidade há quatro

séculos. Depois S. Ex.^a deu algumas audiências particulares e mais à tarde, na companhia do Sr. Dr. Epitácio Pessoa, visitou a Exposição Internacional do Centenário. Muita gente acorreu a ver os distintos visitantes e saudavam com exuberância o Presidente português, quer fossem portugueses, quer fossem brasileiros. O Dr. António José de Almeida a todos correspondeu com simpatia sentindo-se bem no meio daquele povo que o envolvia em inequívocas manifestações de carinho. Foi um dia de homenagens como intitula no dia seguinte o *Jornal do Comércio*.

Mas o dia seguinte foi também de apoteose para o grande tribuno. Nunca um discurso terá tido tal impacto nos corações, nos sentimentos, na alma, de portugueses e brasileiros! Foi o famoso discurso ao Congresso. O aspeto da Câmara era impressionante com um cesto de flores naturais a cada canto e o recinto cheio de congressistas, deputados, público, famílias. Só deputados presentes eram 163; as galerias “regorgitavam de espetadores”,³²¹ as tribunas “repletas”,³²² as bancadas “literalmente cheias”.³²³ Eis como o *Jornal do Brasil* de 21/9/1922 descreve a sala.

Depois dois oradores discursaram primeiro: o Sr. António Azeredo, vice presidente do Senado e o Sr. Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara dos Deputados. Discursos breves de saudação a Portugal rememorando a História dos dois países e enquadrando a presença do mais alto representante da Pátria irmã no contexto das comemorações.

Então, por fim, falou o Dr. António José de Almeida. Falou para uma assembleia que o ouviu eletrizada. Falou de improviso e com tal veemência e carinho

318 - *Idem, Ibidem*.

319 - *Idem, Ibidem*.

320 - *Idem*, p. 47.

321 - *Idem, Jornal do Brasil, O magnífico orador*, de 21 de setembro de 1922, p. 19.

322 - *Idem, Ibidem*.

323 . *Idem, Ibidem*.

que os presentes não queriam perder uma palavra do orador e na fotografia que foi tirada na altura ficou registada a atenção que os semblantes traduziam. Algumas pessoas para ouvirem melhor punham mesmo a mão em concha sob a orelha.

O magistral discurso teve um eco extraordinário em todo o Brasil e mesmo no estrangeiro. Primeiro os taquígrafos registaram-no, depois o telégrafo levou-o a todo o lado e houve mesmo quem sugerisse (artigo d’*O Imparcial*, 21 de setembro 1922) que era um discurso para ser lido e conhecido por toda a gente. Toda a Imprensa no Brasil e em Portugal teceu rasgados elogios ao tribuno da República que mais uma vez soube transmitir, oportunamente, ideias que mereciam ser apresentadas com clareza.

Mas o que diz o discurso? É um discurso extenso, pontuado de expressões de assentimento e concordância: são muitos os *bravos*, os *muito bem*, os *apoiados* e as *palmas* e *palmas prolongadas*. Na impossibilidade de transcrevermos esta peça de oratória na íntegra,³²⁴ vamos procurar as passagens que nos pareceram mais significativas.

Para começar o presidente português agradece as palavras que lhe

foram dirigidas, palavras de saudação pela sua vinda ao Brasil. Podia dizer apenas «Muito obrigado!», expressão bem portuguesa, bem brasileira, mas recebeu que o laconismo da mesma ferisse os sentimentos daqueles que se tinham manifestado com tanta “generosidade, amabilidade, ternura e espírito fraternal.”³²⁵ É por isso que se resolve a explicitar e a explanar os porquês da sua intervenção mais alargada.. E enumera: primeiro, felicitar o Brasil, na pessoa do seu presidente, e em nome de Portugal, pelas “infinitas alegrias”³²⁶ daquele momento; segundo, manifestar a sua gratidão ao povo do Rio de Janeiro pela maneira como o recebeu no desembarque, do cais até ao palácio, a ele que “saiu molécula de água insignificante, mas que saiu do rio vermelho do povo”;³²⁷ terceiro, a ida ao Palácio do Catete onde os dois discursos que se pronunciaram com tanta “lealdade”, “honestidade” e “gravidade”,³²⁸ “plantam, desde já, para o futuro, um marco novo na vida dos dois grandes países”.³²⁹ O quinto será logo, quando for ao Tribunal Federal render preito ao “princípio superior e soberano que dirige a vida das nações”³³⁰ - a lei. O penúltimo, ou seja, o quarto, é o Detém-se aqui o orador, por breves instantes, a considerar este fenómeno tão raro e surpreendente na História que só terá talvez equivalente no império romano, melhor dito - mundo romano.

E prossegue, entrando por terreno melindroso: “V. Ex.^{as} referiram-se, nas suas mensagens, à amizade que ficou sempre ligando o Brasil a Portugal, após a independência. V. Ex.^{as} feriram a nota precisa, e até o Sr. Presidente da Câmara dos

324 - A transcrição, na íntegra, será apresentada em anexo.

325 - Derourt, Luís, ob. cit., *No Congresso Nacional, Discurso do Sr. Dr. António José de Almeida*, p. 190.

326 - *Idem, Ibidem.*

327 - *Idem, Ibidem.*

328 - *Idem, Ibidem.*

329 - *Idem, Ibidem.*

330 - *Idem, Ibidem.*

331 - *Idem, Ibidem.*

332 - *Idem, Ibidem.*

333 - *Idem, Ibidem.*

Deputados ponderou que o caso era de tal ordem que o mesmo príncipe, que aqui tinha dirigido e interpretado a independência do Brasil, tinha depois ido dirigir e interpretar a liberdade em Portugal.”³³⁴ Aí o Dr. António José de Almeida agiganta-se, modula a voz e prepara o auditório para uma surpreendente e inesperada conclusão: perante esse facto inédito na História ele está naquela tribuna, não com “qualquer vislumbre de resignação ou reserva”,³³⁵ mas para agradecer aos brasileiros, em nome de Portugal “o favor que eles nos prestaram, a nós, proclamando-se independentes no momento em que o fizeram.”³³⁶

Não é de admirar que a sala neste ponto vibrasse em aclamações, *vivas aclamações*, dispondo-se a ouvir a explicação que se seguiu: Portugal, inventor de mundos e sementeiro de civilizações, estava exausto. “Se o Brasil se não tivesse proclamado independente na hora em que o fez, que aconteceria, que seria dos senhores, que seria de nós?”³³⁷ Talvez o Brasil perdesse territórios, se desmembrasse, e Portugal não encontraria a hospitalidade que a terra

brasileira lhe tem prodigalizado durante todos estes anos com a manutenção de uma língua comum, “essa língua admirável, que falamos.”³³⁸ Língua de Camões, Bernardes, Antero, Junqueiro, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Castro Alves.

A seguir é natural que o Dr. António José de Almeida tenha esmorecido um pouco ao lembrar que não conseguiu estar no Rio no dia 7, com grande pena sua, posto que, para além da data do Ypiranga, os brasileiros tenham mais datas para comemorar ligadas à sua Independência. Mas escolheram o 7 de setembro e escolheram bem, é a data da «independência ou morte» e S. Ex.^a considera que ainda chegou a tempo. Aliás, diz, o Brasil foi independente quase desde a primeira hora, quando Pêro Vaz de Caminha anunciou ao rei de Portugal, o achamento daquela terra: «e Deus que aqui nos trouxe, alguma razão tinha para isto.» “Era a predestinação!”³³⁹ E agora o Dr. António José de Almeida entra num terreno sensível, para ele e para os seus ouvintes: o problema religioso. Mas quer abordá-lo e fá-lo de maneira magistral, tecendo elogios à religiosidade brasileira que vai fazer erguer no cimo do

Corcovado uma poderosa estátua de Cristo Redentor. O mesmo Cristo cuja cruz os portugueses cravaram na terra acabada de descobrir. O Cristo que para os brasileiros é ao mesmo tempo “companheiro de armas”,³⁴⁰ “patrono do progresso, da civilização, da independência”,³⁴¹ “um símbolo augusto da inteligência que os brasileiros têm sempre demonstrado em toda a sua vida pública”.³⁴² E uma prova dessa inteligência é terem mantido uma religião “serena e tranquila”³⁴³ bem diferente dos “exageros mortíferos”³⁴⁴ da Inquisição em Portugal. Depois o ilustre orador e grande tribuno, que continua a discorrer de improviso, fala de si próprio, confessa-se livre pensador

334 - *Idem, Ibidem.*

335 - *Idem, Ibidem.*

336 - *Idem, Ibidem.*

337 - *Idem, Ibidem.*

338 - *Idem, Ibidem.*

339 - *Idem, Ibidem.*

340 - *Idem, Ibidem.*

341 - *Idem, Ibidem.*

342 - *Idem, Ibidem.*

343 - *Idem, Ibidem.*

344 - *Idem, Ibidem.*

“profundamente religioso”³⁴⁵ e diz que se tivesse a dita de ver o Cristo na baía de Guanabara o saudaria como seu antepassado moral porque “Ele é um alto e nobre exemplo para vós, para nós, para todos os que amam sinceramente a humanidade.”³⁴⁶ E quase a terminar confessa-se cansado por tantas emoções, mas ao mesmo tempo a viver uma das horas mais felizes da sua vida. Contudo não pode esquecer que atrás de horas felizes correm horas menos felizes como dizia o «nosso» Antero de Quental: «Cuidado, prazer, não folgues demais, porque a tristeza pode acordar e sufocar-te e fazer que desapareças». Este intróito conduziu o magnífico orador à reflexão sobre o julgamento dos mortos, daqueles que verdadeiramente lhe podem pedir contas pelo seu desempenho: os Gamas, os Nuno Álvares,

os Pedro Álvares Cabral.

Finalmente remata: “tenho uma única maneira de fugir à responsabilidade tremenda desse formidável julgamento”,³⁴⁷ “saudar a este imenso, a este formidável Brasil, dizendo dele aquilo que ele merece que se diga e que, confesso, sou incapaz de dizer dele !” (não apoiados gerais)³⁴⁸ “Viva o Brasil! Viva Portugal!”³⁴⁹

Terminado o discurso as palmas foram demoradas e os bravos, com aclamações à República Portuguesa e à República Brasileira e aos respetivos presidentes.

Assim, o Dr. António José de Almeida conquistou de vez a simpatia, o carinho, a admiração e o respeito de brasileiros e portugueses, de um lado e do outro do Atlântico, porque as suas palavras não foram meramente protocolares, mas estenderam-se à região dos afetos. O jornal *Rio-Imparcial* de 22 de setembro de 1922, no seu artigo «A significação moral da visita» escreve que a presença do Chefe do Estado Português “vale pela mais alta afirmação da cordialidade lusitana para com o nosso povo”. E o articulista pergunta: “A rigor, que é que o Brasil está comemorando neste instante [...] Sejam francos: o que nós estamos festejando é um ato de rebeldia da colónia contra a metrópole”. E o que é que se vê? O Portugal “heróico e generoso, [...] valente e laborioso, longe de guardar qualquer rancor secular contra os rebeldes de 1822, vir ele próprio, em 1922, na pessoa do seu mais alto magistrado, trazer aos colonos que se libertaram há um século o testemunho mais eloquente do seu apreço e do seu beneplácito àquele ato necessário”.³⁵⁰

Nenhuma outra metrópole terá procedido assim com as suas antigas colónias. O Dr. António José de Almeida é, além do representante diplomático do seu país, o representante da amizade luso-brasileira.

Mas os convites e obrigações não param e esperam o presidente português no Supremo Tribunal Federal, a mais alta magistratura brasileira. É saudado pelo Ministro André Cavalcanti que, na ocasião, pronunciou palavras de grande

345 - *Idem, Ibidem.*

346 - *Idem, Ibidem.*

347 - *Idem, Ibidem.*

348 - *Idem, Ibidem.*

349 - *Idem, Ibidem.*

350 - *Idem, Jornal Rio Imparcial, A significação moral da visita, de 22 de setembro de 1922, p.71.*

apreço pelo distinto visitante a ponto de citar a frase já famosa sobre a língua portuguesa da autoria do mesmo. “ Lembrou a História comum e a reorganização dos tribunais sob o fecundo governo de D. João VI. E terminou saudando “as duas Pátrias fundidas na mesma raça varonil e confiantes no seu futuro de povos soberanos”³⁵¹

Em resposta o ilustre visitante pronunciou um breve, mas adequado discurso, salientando o significado da Justiça moderna na preservação da Liberdade, uma das conquistas do Povo e sublinhando, a referência feita pelo Sr. Dr. André Cavalcante (sic) aos tribunais autónomos, ao recordar pontos comuns à história do Brasil e de Portugal.³⁵²

Mas de todas as visitas efetuadas pelo presidente português a instituições, sem dúvida que uma das mais marcantes foi ao Gabinete Português de Leitura. Orgulho dos portugueses, este centro cultural, situado em plena baixa carioca, contribui para o prestígio estético e

cultural da cidade. Estético, porque foi construído, de raiz, para o albergar, um belo edifício em estilo manuelino que se identifica com a tradição marítima portuguesa; cultural porque ele é, na realidade, a casa da cultura dos portugueses no Brasil com uma riquíssima biblioteca e um acervo literário dos mais consideráveis. Podemos dizer que todos os portugueses notáveis, que estiveram no Brasil, foram aí homenageados, entre eles, três meses atrás, os nossos heróicos aviadores, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que levaram de Lisboa, para oferecer ao Gabinete Português de Leitura, uma edição preciosa dos Lusíadas, autografada por ambos.³⁵³

Na altura da visita do Dr. António José de Almeida uma multidão entusiasta aglomerou-se à porta do edifício. Todos queriam ver o presidente português e, se fosse possível, cumprimentá-lo. Davam-se vivas a Portugal e ao Brasil. Lá dentro o mesmo entusiasmo, um tanto mais cerimonioso. A sala exibia um aspeto deslumbrante de que nos dão conta as fotografias que fixaram a cerimónia. “Precisamente às 21 horas e meia a banda de música da Marinha Portuguesa rompeu com a vibrante *Portuguesa* : entravam no Gabinete os Srs. Dr. António José de Almeida, Presidente da República Portuguesa, o Dr. Epiácio Pessoa, Presidente do Brasil, que eram recebidos pela comissão organizadora das homenagens, pelos Srs. Ministros da Viação e da Marinha, Almirante Pedro de Frontim, Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante José Carlos de Carvalho, Dr. Carlos Sampaio, Prefeito

Municipal, Embaixador de Portugal, Cônsul Geral de Portugal, Dr. Alberto de Oliveira, Ministro português na Argentina, oficialidade dos vasos de guerra portugueses, membros da academia de Letras, Ministro do Exterior de Portugal e representantes de numerosas associações. Após a execução do Hino Nacional e depois

de todos ocuparem os lugares reservados o Sr. Embaixador de Portugal assumiu a presidência da solenidade convidando para a mesa os Srs. Visconde de Moraes, Sampaio Garrido, cônsul de Portugal; José Augusto Prestes, José Rainho da Silva Carneiro, Albino Sousa Cruz e Alexandre Herculano Rodrigues.”³⁵⁴ O Sr. Dr. Duarte Leite tomou então a palavra para referir a satisfação dos portugueses com a visita do seu Presidente e a maneira como este já tinha sido recebido desde o primeiro

351 - Derouet, Luís, ob. cit., *nota*, p. 191.

352 - *Idem*, p. 242.

353 - Podemos dizer que os Lusíadas foram salvos das águas por duas vezes: uma pelo próprio Camões, quando naufragou, outra pelos aviadores, quando, nos Penedos, viram afundar-se o Lusitânia.

354 - Derouet, Luís, ob. cit., *O Jornal do Brasil*, de 22 de setembro de 1922, *nota*, p. 222.

momento da sua chegada e terminou as suas breves palavras

com um agradecimento à presença do Sr. Dr. Epiácio Pessoa. Em seguida o Sr. Dr. Duarte Leite deu a palavra ao Sr. Eduardo Dias.

Quisemos propositadamente deter-nos um pouco nesta descrição para dar uma, mesmo que pálida, medida do que foi essa noite memorável de homenagem a Portugal na pessoa do seu Presidente. O Sr. Eduardo Dias soube bem abordar o tema: começa por invocar a Pátria para tecer os maiores encômios ao Mensageiro que ela ali enviou. Entrelaça em frases vibrantes a história do país com a do seu Presidente e salienta a atitude do Brasil inteiro ao comparecer ao desembarque de S. Ex.^a com a presença também dos “vinte e um balsões da

Federação”,³⁵⁵ os delegados dos 21 Estados, dispensados, pela suspensão dos trabalhos do Senado, por três dias, para acompanharem o Sr. Dr. António José de Almeida.

Seguiu-se o discurso do Sr. Carlos Malheiro Dias que a colónia portuguesa elegeu seu orador oficial para saudar o Sr. Dr. Epitácio Pessoa, discurso que mereceu o elogio de uma oração de “impressionante beleza e luminosa justiça histórica”.³⁵⁶ Entre outras ideias que desenvolveu, o Sr. Carlos Malheiro Dias lembra a ascendência do Presidente do Brasil que, no tempo do primeiro donatário de Pernambuco conta com um Pessoa na armada do colonizador e chama a atenção para o fato de todos os presidentes da República Brasileira, até ao momento, terem nomes portugueses, assim como o sucessor eleito, que já é conhecido:³⁵⁷ Dr. Artur Bernardes. Desenvolvendo a História do Brasil, que começa muito antes do Ypiranga, falando ao mesmo tempo da História de Portugal, porque elas são indissociáveis, o orador mergulha nas raízes fundas dos aborígenes para lembrar o leal e bravo Ararigboia que “assistiu, chorando, ao traspasse de Estácio de Sá”.³⁵⁸

O discurso que o Dr. António José de Almeida pronunciou no Gabinete Português de Leitura, em resposta ao Sr. Eduardo Dias, visou, mais uma vez, um estreitar de laços entre portugueses e brasileiros e não só, dos portugueses entre si. Podemos dizer que se superou ao afirmar: “Quando saí de Lisboa, disse aos que lá ficavam que trazia ao Brasil o coração de Portugal. Encontrando-me no Rio de Janeiro há pouco mais de três dias, posso já afirmar que, à minha volta, levarei aos portugueses o coração do Brasil”.³⁵⁹ E mais adiante: “Desde que assumi as responsabilidades do alto lugar em que me encontro, tenho-me intitulado, invariavelmente, chefe de todos os portugueses”.³⁶⁰ [...] Por minha boca [...] não fala somente o Portugal republicano [...] mas também o Portugal monárquico”³⁶¹ [...] “O Gabinete Português de Leitura, fundado e mantido pela inteligência de muitos homens bons, dispendo de uma formosa tradição e tendo diante de si um auspicioso futuro é de fato e legitimamente a casa de Portugal no Brasil, a grande sala de recepção, onde a colónia faz a honra da grei a quantos quer distinguir

355 - Derouet, Luís, ob. cit., *No Gabinete Português de Leitura, Discurso do Sr. Eduardo Dias*, p. 222.

356 - *Idem, O País*, do Rio de Janeiro, *A voz da Raça*, de 22 de setembro de 1922, p. 66.

357 - O Dr. Epitácio Pessoa foi Presidente da República de 1919 a 1922.

358 - Derouet, Luís, ob. cit., *No Gabinete Português de Leitura, Discurso do Sr. Carlos Malheiro Dias*, p. 232.

359 - *Idem, Discurso do Sr. Dr. António José de Almeida*, p. 233.

360 - *Idem, Ibidem*.

361 - *Idem, Ibidem*.

com as suas afabilidades.”³⁶²

E o Dr. António José de Almeida continua a falar da Pátria, da sua própria vida que o Sr. Eduardo Dias mencionou, das saudades dos portugueses pelo torrão natal, do Portugal físico, do Minho ao Algarve, como se pintasse uma tela. Mas não se fica por aí. Há muito para dizer: agora é a vez de descrever o Brasil, a sua grandeza, a sua pujança e riqueza e as suas gentes; mas por outro lado Portugal, do outro lado do Atlântico, e o seu vasto e rico Ultramar africano. E termina desejando que as duas nações autónomas colaborem na mesma

obra de engrandecimento e de civilização “proclamadas e divulgadas pela maravilhosa língua portuguesa”.³⁶³

Se bem que não estivesse previsto pelo protocolo uma intervenção do Presidente do Brasil, este quis dizer algumas palavras que não considerou fossem um discurso. Agradecer ao Sr. Malheiro Dias e à colónia portuguesa as palavras tão “inesperadas quanto generosas”³⁶⁴ que lhe foram dirigidas. Quanto ao fato de ter convidado o Dr. António José de Almeida para vir ao Brasil (na altura em que passou por Portugal e discursou no Parlamento português), em ocasião de tanto significado para ambas as nações, o Dr. Epiácio Pessoa explicou que achou um procedimento normal: seria uma maneira “de mostrar ao Mundo que a Independência não gerou entre os dois povos mágoas ou ressentimentos”.³⁶⁵ E isso mesmo pôde o Presidente português constatar quando, pelas ruas do Rio de Janeiro, foi delirantemente aclamado não só por portugueses, mas também por brasileiros que acorreram de todos os pontos da cidade e encheram por completo as avenidas.

Assim terminou esta bela sessão que iria perdurar por muito tempo na memória dos que a ela assistiram e que significou mais um passo no bom entendimento entre os dois povos.

Mas não foram só momentos solenes que preencheram os dez dias da estadia do Chefe do Estado português e da sua comitiva no Rio de Janeiro. Já vimos quão agradável foi aquele almoço na Tijuca! Sabemos que também estiveram no Jardim Botânico, num garden-party em honra das missões estrangeiras, outro local aprazível de que nos deixou apontamento o jornalista Derouet elogiando tão belo recinto e elogiando ainda o cuidado dos brasileiros com as flores e com as árvores, segundo ele, um verdadeiro culto. Conta o mesmo jornalista que, no pequeno jardim “que circunda o terraço do ascensor aéreo da Urca ao Pão de Açúcar, se lêem dísticos nestes textuais termos: « A Gerência em nome destas débeis e formosas plantas, pede que olhem-nas, admirem-nas, mas não lhas(sic.) toquem.»³⁶⁶ As missões estrangeiras, cerca de trinta, prestaram as suas homenagens ao Brasil das mais diversas formas e parece que com bastante sucesso, mas o jornalista refere que no Jardim Botânico puderam apreciar, principalmente, a execução brilhante dos artistas musicais mexicanos.

Outros eventos de grande beleza e sofisticação foram “um «chá dançante» na casa oficial do embaixador de Portugal, oferecido a dois mil convidados”,³⁶⁷ no dia

362 - *Idem, Ibidem.*

363 - *Idem, Ibidem.*

364 - *Idem, Discurso do Sr. Dr. Epiácio Pessoa*, p. 237.

365 - *Idem, Ibidem.*

366 - *Idem*, p. 307.

367 - Torgal, Luís Reis, *António José de Almeida e a República, Discurso de uma vida ou a vida de um discurso*, Lisboa, Temas e Debates - Actividades Editoriais, Lda. 1ª edição, 2005, p. 179.

21, e o magnífico baile, no palácio Guanabara, oferecido por Portugal à alta sociedade brasileira. Os salões e jardins do palácio resplandeciam de luzes e o ar da noite devia estar quente porque o Dr. António José de Almeida, quando passeou pelo palácio e pelos jardins, teve a sensação de estar a viver uma noite oriental. As luzes exteriores tinham as cores das bandeiras brasileira e portuguesa e cinco orquestras tocavam músicas de dança, sem contar com a banda da colónia portuguesa que tocava para a receção aos sete mil

convidados. Os convites foram disputadíssimos, até por monárquicos e, cá fora, o povo acorria à Avenida Rio Branco e à rua Paysandu para ver chegar toda aquela parada de “elegância, distinção e imponência”³⁶⁸. A guarda de honra, à entrada dos presidentes dos dois países irmãos, foi feita pelo contingente de marinheiros portugueses que ainda se encontravam nos nossos vasos de guerra,³⁶⁹ na baía de Guanabara, e por um Batalhão Naval. O povo delirou quando estes homens desfilaram a caminho do palácio. Lá dentro o serviço era irrepreensível e não houve qualquer nota discordante. Dançou-se durante toda a noite naquele lindíssimo palácio imperial ornamentado de belas flores naturais. E, segundo o repórter, havia centenas de mulheres lindas. Sua Ex.^a recolheu-se por volta das três horas da manhã. Este baile realizou-se na noite do dia 25, já como se fosse uma despedida.

Depois de o Presidente Dr. Epitácio Pessoa e sua esposa, D. Mary Pessoa, se terem retirado do baile, o nosso Presidente pôde confirmar a ideia que já vinha formando “da beleza e elegância das senhoras brasileiras”.³⁷⁰ Ele próprio nos transmite as suas impressões: “têm um pouco a linha hierática das parisienses, mas suavizada por uma flexibilidade ondulante, que a gente encontra em certas altas flores silvestres, o que lhes dá um soberbo realce andando ou dançando, tendo, contudo, sobre as parisienses a vantagem dos dentes de nácar, do formoso cabelo de tranças fartas e dos olhos a um tempo ternos e indómitos, que afloram à superfície do rosto, como se estivessem sempre a dois passos da gente, e que ora parecem orvalhar-nos com a humidade dos seus cílios, ora atravessarem-nos com chispas de fogo despedidas do fundo de algum recôndito abismo.”³⁷¹

Mais diz o nosso Presidente sobre as senhoras brasileiras, sempre a elogiar, mas vamos deixar, para voltarmos ao assunto noutro ponto do nosso trabalho. No entanto é de notar que há uma insistente comparação com as parisienses que, com certeza, o Dr. António José de Almeida teve oportunidade de admirar quando esteve em Paris. Recordamos que depois de vir de S. Tomé fez uma excelente excursão por Itália, Suíça, Holanda e França. Foi um banho de civilização. Não sabemos muito sobre essa estadia lá fora, além do que ele próprio deixou entrever nos seus escritos: visitou hospitais, tomou contacto com a medicina europeia, e “enamorado-se pela cultura que brotava de Itália e amou militantemente Paris, a «pátria de todas as

368 - Derouet, Luís, ob. cit., *A Rua, O baile do Guanabara*, de 26 de setembro de 1922, p. 117.

369 - Do jornal *A Notícia*, de 22 de setembro de 1922, extraímos a nota seguinte: ... “saiu para o seu país a delegação municipal chilena e amanhã os bravos marinheiros argentinos e uruguaios e há pouco os magníficos cadetes mexicanos. Só deixam amigos. Demoram-se por mais algum tempo os marinheiros americanos e os marinheiros portugueses. Serão os últimos a partir como nas lindas festas de família...”

370 - Derouet, Luís, ob. cit., *Prefácio de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa*, p. XI.

371 - *Idem, Ibidem*.

revoluções»³⁷² Da Holanda, nada consta, mas talvez tenha lido a bela descrição de Ramalho sobre o país e tenha admirado aquela sociedade tolerante e empreendedora. Da Suíça, não temos dúvidas: a única confederação europeia... a federação helvética, que inspirou a Itália.

Outro dos eventos sociais que deve ter constituído uma agradável surpresa para o ilustre visitante e sua comitiva, deve ter sido a ida às corridas do «Jockey-Clube». Supomos que o convite partiu do Sr. Dr. Lineu de Paula Machado que na oportunidade disse, breves, mas tocantes palavras, sobre ser aquele clube obra de brasileiros e portugueses, “*unidos*,

amigos e irmãos,³⁷³ que, naquela tarde, se sentiam profundamente honrados com a presença do Presidente da República Portuguesa, até porque, ele próprio, “tendo muito de português no sangue e na alma”,³⁷⁴ se considerava mandatado para saudar Sua Ex^a. em nome de todos esses portugueses e brasileiros.

Em resposta e também em breves palavras, o homenageado mostrou-se cativado pelo que acabava de ouvir porque refletia o bom entendimento entre portugueses e brasileiros numa linha de progresso e desenvolvimento de uma instituição que prima pela elegância e a distinção. Dirigiu-se depois à esposa do Sr. Dr. Lineu, *Madame* Paula Machado, agradecendo “a nota tão delicada, de tão superior esmero”³⁷⁵ como o tinha recebido em nome de todas as senhoras presentes, “que não podiam encontrar melhor representante”.³⁷⁶ A nota a que o Sr. Dr. António José de Almeida se referia era “um formosíssimo laço com as cores nacionais portuguesas”³⁷⁷ que *Madame* Paula Machado colocara no seu chapéu.

O «Jockey-Clube» não serviu apenas para se passar uma tarde agradabilíssima nas corridas hípias, mas foi o cenário de uma reunião que deixou todos os que nela participaram profundamente emocionados. Tratou-se de um almoço muito especial - «Hora de Confraternização Coimbrã», no dia 24 de setembro de 1922. Parece que foi o Dr. Pinto da Rocha, formado em Coimbra e lente da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que teve a ideia de organizar uma festa que juntasse antigos condiscípulos da Universidade para evocarem os tempos da mocidade, a

Academia, o Mondego, o Choupal, as tricanas, o Hilário, a *cabra*, a Porta Férrea, o São Sebastião cheio de setas de prata (sic.), aos Arcos do Jardim, a provocar a cobiça dos estudantes pouco endinheirados e mais um sem número de recordações a que não faltou o Penedo da Saudade, que de saudades tinham os corações cheios.

Estiveram presentes “além dos Srs. Drs. António José de Almeida, António Luís Gomes, reitor da Universidade de Coimbra, que foi o primeiro a proferir breves palavras de saudação, Barbosa de Magalhães e Duarte Leite, todos antigos alunos da Universidade coimbrã, os Srs. Dr. Silva Ramos, da Academia Brasileira de Letras, Dr. Pinto da Rocha, lente da Universidade do Rio de Janeiro, Dr. Alberto de Oliveira, Dr.

372 - Torgal, Luís Reis, ob. cit., p.72.

373 - Já se afluou por diversas vezes a preocupação, que transparece, com o bom entendimento entre brasileiros e portugueses. Mais adiante iremos desenvolver este tema.

374 - Derouet, Luís, ob. cit., *Nas corridas do «Jockey-Clube»*, p. 274.

375- *Idem, Ibidem.*

376 - *Idem, Ibidem.*

377 - Era muito comum nesta altura, de entusiasmo republicano, empregarem-se as cores nacionais nas mais diversas ocasiões e pelos mais diversos motivos. Por exemplo: como capa de albuns, moldura de fotografias, etc. Como a nossa República era muito jovem, só tinha doze anos, havia uma preocupação com a afirmação desse símbolo nacional, bem como com a *Portuguesa* que ainda se temia ver trocada pelo *Hino da Carta*.

João de Barros, Dr. Álvaro de Almeida, João Lage, Dr. Alexandre de Albuquerque, Dr. Sousa Ribeiro, Dr. Albino Pacheco, Dr. Rui da Cunha e Costa, Dr. Elísio Sucena, Dr. Francisco Levita, Dr. Lebre Lima, Dr. Vítor Gonçalves, Dr. Sabino Teodoro, Montenegro Serra, Luís Filipe de Assunção, Dr. Berquó Coelho, Dr. Almeida Lopes e Dr. Gilberto Amado. Este último, deputado federal e notável escritor, agradeceu em palavras comovidas e cheias de admiração a honra que recebera de se sentar à mesa do «maior orador que jamais tinha escutado».³⁷⁸

A presença e o discurso do Sr. Dr. Alexandre de Albuquerque, neste convívio acadêmico, tiveram dois significados importantes: primeiro a confraternização com os antigos colegas de Coimbra, principalmente com o filho do seu grande amigo da mocidade Dr. Barbosa de Magalhães; segundo demonstrar que a maior parte dos monárquicos no Brasil, e ele tinha sido ex-deputado monárquico e emigrado político, estavam nesta hora unidos ao Presidente Português por um motivo maior - a Pátria.

São extensos os discursos, infelizmente não os podemos comentar exaustivamente, diremos contudo que valem a pena ser lidos pelas evocações que fazem e a elevação que atingem. Um ponto porém vamos salientar: o apelo feito pelo Sr. Dr. Pinto da Rocha, na sua extensa oração: “Sr. Reitor da Universidade, nós, que saímos todos daquele alcácer da ciência pelas mesmas portas tradicionais, protegidas pelas estátuas de Minerva e dos heróis de Calatrava, hoje aqui reunidos, nós brasileiros e vós outros portugueses, que tendes as responsabilidades do governo da vossa Pátria, pedimos a Portugal, ao seu brilhante Parlamento, aos seus ilustrados Ministros, ao seu grande, ao seu notável, ao seu distinto Presidente, que mandem, ainda nesta primavera histórica, a mocidade primaveril das universidades portuguesas para que as almas das duas gerações contemporâneas, sob a influência das aragens e do clima tropical americano, possam transfundir mutuamente nos cadinhos dos seus corações, o velho sangue avoengo e o novo sangue dos netos, de modo a fazerem a confederação dos leucócitos dos dois ramos da mesma Raça. Então, sim, meus amigos, quando as duas mocidades, as futuras senhoras dos destinos de Portugal e Brasil, se houverem entendido, compreendido e amado, tudo estará feito, não haverá mais mundos a revelar, não haverá mais Adamastores a dominar, não haverá mais perigos nem guerras, nem temporais, nem sombras, *nem nuvens que os ares escureçam*, porque é condão dos moços que o sabem ser

“encherem-nos com grandes abundanças
os peitos de desejos e esperanças.”³⁷⁹

Este apelo vem na sequência da desilusão que se sentiu no Brasil quando se verificou que não estavam na comitiva do Chefe de Estado português jovens universitários do Porto e de Coimbra cujos Orfeões fariam com certeza melhor figura do que aquela que foi feita, infelizmente, pelos artistas estrangeiros, que o Sr. Comissário Lisboa de Lima trouxe, no navio Lourenço Marques, para se exibirem, sem honra nem proveito, na acidentada participação portuguesa na Exposição Comemorativa do Centenário da Independência.

E as últimas recordações, do período mais belo da existência, a mocidade, foram trazidas ao convívio daqueles homens, todos eles encanecidos, pela voz agora

378 -Derouet, Luís, ob. cit., *Hora de Confraternização Coimbrã*, p. 279

379 - Idem, p. 283.

vibrante, pelo gesto agora firme, pelo espírito extraordinariamente lúcido, do magnífico orador que foi António José de Almeida.

De todos os lados continuavam a surgir convites e homenagens dirigidas ao grande republicano. O caso das duas instituições portuguesas que davam pelos nomes de Grémio Republicano Português e Centro Português Dr. Afonso Costa, é disso testemunho. Sua Ex^a.

não poderia deixar de as visitar e fê-lo com legítimo orgulho e agrado, porque desde a primeira hora da República congregaram os nossos emigrantes no Brasil, não só republicanos como também alguns monárquicos.

No Grémio Republicano Português foi recebido, na noite de 22 de setembro, pelo então presidente Sr. José Augusto Prestes, que elucidou o homenageado estar o seu retrato há já catorze anos na galeria do Grémio. Também recordou que o sócio numero 1 era o Sr. Dr. António Luís Gomes, antigo Ministro da República Portuguesa no Brasil; e que tinham o gosto de contar entre os seus sócios o Sr. Visconde de Moraes que, desde a primeira hora da República, se tinha posto ao lado da colónia portuguesa. Discursando para uma sala cheia, o Sr. José Augusto Prestes, referiu a solidariedade de muitos portugueses e de figuras de prestígio que possibilitaram criar a Associação Pró-Pátria e a Associação Pró-Órfãos de Guerra. Mais palavras foram ditas visando em particular saudar e elogiar o insigne visitante.

Mas o *orador oficial* foi o Dr. António Luís Gomes, o fundador deste Grémio dois anos antes de ter sido proclamada a República em Portugal. Ofereceu ao Presidente Português um bronze chamado *A Força e a Verdade*,³⁸⁰ e as suas palavras giraram à volta da criação do Grémio e do conhecimento e expansão das ideias republicanas especialmente entre ao portugueses emigrados.

Tendo os dois oradores anteriores feito referência à saúde frágil do Presidente e ao cansaço que devia sentir por dias tão cheios de compromissos e emoções, o Dr. António José de Almeida confirmou da seguinte forma: “Os dois ilustres oradores, que me precederam, disseram a verdade; de facto sinto-me cansado, sinto-me exausto e mesmo não teria vindo hoje até aqui se não fosse a alta consideração em que tenho os diretores desta casa e o meu ardente desejo de entrar em contacto com os associados deste Grémio, que representa bem a alma dos republicanos portugueses no Brasil.”³⁸¹

Depois, sempre dizendo que vai pronunciar poucas palavras, alonga-se para deleite da assistência que aplaude prolongadamente, dá vivas à República e a Portugal. Mas de que fala Sua Ex.^a? Abrindo o seu coração dolorido aos seus compatriotas, que ali vê na sua frente cheios de compreensão e amizade, fala de Portugal! Fala da República. Fala das horas felizes e das horas amargas. E fala do Portugal do momento, com confiança no futuro. Depois, a terminar, tem um momento de ternura muito particular: agradece a um grupo de meninas, que se abeiraram dele para lhe oferecerem uma boneca para a sua filha Maria Teresa de 10 anos, depois de beijar nos cabelos a que trazia o brinquedo, agradece da seguinte maneira como se discursasse para elas:

380 - Aproveitamos a oportunidade para referir que, durante a sua estadia no Brasil, o Sr. Dr. António José de Almeida recebeu muitos presentes, alguns deles muito valiosos. Uns eram-lhe destinados, outros eram destinados à sua esposa e outros ainda à filha. Além disso recebeu muitos diplomas de sócio honorário e inúmeras medalhas de mérito. No Museu da Presidência, em Lisboa, estão em exposição alguns albuns de grande beleza que lhe foram oferecidos no Brasil. E para culminar foi considerado cidadão carioca e cidadão brasileiro.

381 - Derouet, Luís, ob. cit., *No Grémio Republicano Português, Discurso do Sr. Dr. António José de Almeida*, p.209.

“Esta boneca ficará desde hoje, e até que eu volte à Pátria, junto de mim, no meu quarto, para me dar a ilusão de que tenho a minha filha a meu lado; e quando regressar a meu lar eu poderei dizer a minha filha, num enternecido engano de pai, que não me

separei dela senão para lhe vir buscar esta linda boneca. (*Aclamações, palmas, vivas ao Presidente da República Portuguesa, a Portugal e ao Brasil*). ” ³⁸²

A visita ao Centro Português Dr. Afonso Costa, situado na rua Visconde Rio Branco, 37, teve lugar no dia 24 por volta das 6h da tarde. Estava marcada para as 14h, mas às 11h, uma chamada do Guanabara avisava o Centro que S. Ex.^a só poderia comparecer por volta das 14,30. Os compromissos do Presidente acabaram por fazer que se atrasasse de tal maneira que só chegou às 18h. Mesmo assim e denotando a assistência uma natural ansiedade, a recepção foi brilhante, não fosse aquela “a mais humilde, a mais sinceramente republicana e patriótica associação lusitana do Rio de Janeiro” ³⁸³

A sala da sessão estava lindíssima. Ouviu-se a *Portuguesa* tocada pela tuna do Centro e foram largadas pombas que voaram durante algum tempo pela sala. E, para cumprir o duplo objetivo a que a organização se tinha proposto, - homenagear o Dr. António José de Almeida e os dois aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral - no meio da sala estava um hidro-avião feito especialmente para a o ato e que funcionava a eletricidade. Iam inaugurar-se os retratos dos dois aviadores que, por modéstia, não quiseram estar presentes. ³⁸⁴

O Presidente português tomou o lugar de honra à mesa, ladeado pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelo Sr. Dr. Duarte Leite, vendo-se também na mesa o Sr. Ministro de Portugal na Argentina e Uruguai, Sr. Dr. Alberto de Oliveira, distinto poeta e escritor e ainda os srs. Xavier Fernandes e José Tibúrcio de Oliveira, presidente do Centro, que depois de breves e comovidas palavras pediu ao Sr. Dr. António José de Almeida para descerrar os retratos dos dois aviadores. Seguiu-se o discurso do grande orador extremamente vibrante, embora se confessasse cansado. Mas a hora não era para desfalecimentos. Apelou à concórdia e ao entendimento entre todos os portugueses, entenda-se: monárquicos e republicanos. Falou com entusiasmo da sua querida República e por fim fez o elogio dos aviadores que, com o brasileiro Santos Dumond, vieram acrescentar mais glórias à Raça, a Portugal e ao Brasil.

Finda a cerimónia ofereceram à filha do Dr. António José de Almeida um estojo contendo uma valiosa joia em ouro, platina e brilhantes, acompanhada de um cartão de ouro gravado na dobra com o escudo do Centro Português Dr. Afonso Costa. O Presidente agradeceu dizendo que sua filha a usaria no dia do seu noivado.

Entre as cerimónias a que o Dr. António José de Almeida presidiu contam-se algumas inaugurações. Além da inauguração da Avenida Portugal, como já referimos, inaugurou, com o Presidente do Brasil, a construção do panteão estilo greco –

382 - *Idem, Ibidem*.

383 - *Idem, Jornal O Dia, A recepção do Dr. António José de Almeida, no Centro Português Dr. Afonso Costa*, de 26 de setembro de 1922, p. 121.

384 - Depois de o Chefe do Estado Português e sua comitiva, se terem retirado do Rio, os dois aviadores foram homenageados. Gago Coutinho e Sacadura Cabral seguiram mais tarde para Portugal a bordo do vapor *Porto* já recuperado. A recepção que tiveram à sua chegada foi uma loucura de entusiasmo e orgulho patriótico. Seguiram-se numerosas homenagens e provas de reconhecimento. O Museu de Marinha, em Belém, Lisboa, mostra um pequeno filme da época que nos dá uma ideia, do que representou na altura tão grande feito e a vibração que despertou em Portugal e no estrangeiro.

dórico, igual ao Panteão Agripa de Roma, mas com duas sentinelas simbólicas, Pedro Álvares Cabral e o Almirante Barroso, panteão que a comunidade portuguesa ofereceu ao

Brasil, tendo para isso subscritos 3000 contos de reis. Um grande Panteão Nacional para os heróis. Será o monumento mais sumptuoso do Rio de Janeiro. Os dois presidentes, estiveram, lado a lado, auxiliados por duas meninas, uma brasileira, Nelly Cortês, filha do sr. João da Silva Cortês, a outra portuguesa, Carolina Luísa, filha do sr. Dias Garcia, com faixas com as cores dos dois países. Elas entregaram aos presidentes pás de prata com que colocaram argamassa na primeira pedra do futuro Túmulo dos Heróis. Ficou situado na Avenida Beira Mar - Russel, no chão de Estácio de Sá. Esteve também presente o Sr. Dr. Carlos Sampaio, prefeito da cidade.

Outra inauguração, não menos significativa, foi a da colocação da primeira pedra de um monumento a Santos Dumond, no dia 23, da iniciativa dos nossos aviadores e a que eles próprios estiveram presentes. Nessa ocasião o poeta Goulart de Andrade, da Academia Brasileira de Letras, leu uma ode *Aleluia* dedicada ao avião brasileiro. Discursaram o Sr. Deputado Efigénio Sales e o Sr. Capitão de Fragata Sacadura Cabral. Estavam presentes os dois Presidentes da República, Brasileira e Portuguesa. O Sr Efigénio Sales lembrou Bartolomeu de Gusmão e, Sacadura Cabral aproveitou o momento para agradecer ao Brasil, na pessoa do seu Presidente, a maneira como foram recebidos e o fato de ele e Gago Coutinho terem tido a honra de serem considerados cidadãos cariocas.

Sendo o Sr. Dr. António José de Almeida uma personalidade rica em aspetos culturais e humanos não admira que as mais diversas instituições o quizessem homenagear, cientes de que em qualquer uma delas se sentiria perfeitamente à vontade. Assim, vai receber com agrado o convite para visitar a Beneficência Portuguesa, visita que efetuou a 23 de setembro. A Sociedade de Beneficência Portuguesa preparou com esmero a sua linda sala de sessões (mais uma vez as flores naturais tiveram um papel de relevo na decoração) em que se viam dois retratos de dois reis portugueses, o rei D. Pedro V e o rei D. Manuel II. A assembleia era das mais seletas e a satisfação com a presença do Dr. António José de Almeida não sofria dúvidas, porque naquela altura era o Presidente de Portugal, que estava ali, mas era também o médico.

E foi também nessa qualidade, de médico, que visitou a modelar instituição hospitalar, o seu aparelhamento, “percorreu as enfermarias e mais dependências”,³⁸⁵ e elogiou perante o diretor, Sr. Rainho Carneiro e pessoal, a maravilhosa obra de assistência e solidariedade que ali é desenvolvida. Por fim foi descerrada uma placa de bronze comemorativa da visita. S. Ex.^a, terminada a hospitaleira cerimónia, recolheu ao Guanabara. Na Sociedade de Beneficência “no corpo central do edifício tremulavam os pavilhões de Portugal e do Brasil, que a viração da tarde irmanava.”³⁸⁶

Na noite do dia anterior, 22 de setembro, o médico, Dr. António José de Almeida, tinha estado na Academia Nacional de Medicina, entre os seus pares, gozando do merecido reconhecimento que lhe foi conferido através da imposição das insígnias de membro honorário da Academia. Foram-lhe dirigidas palavras de muito apreço e consideração através dos discursos pronunciados pelos Srs. Drs. Miguel Couto e Jorge Monjardino. Em resposta pronunciou mais uma magnífica peça

385 - Derouet, Luís, *O Jornal*, de 24 de setembro de 1922, p. 103.

386 - *Idem, Ibidem*

oratória. Os três discursos desta sessão foram depois publicados no nº 13 do *Boletim da Academia Nacional de Medicina*.³⁸⁷

O Sr. Dr. Miguel Couto saudou o seu ilustre colega português elogiando as qualidades de modéstia e desprendimento de que dava provas, sendo como era o Chefe de Estado de uma grande nação, e atribuiu essas qualidades, precisamente, ao fato de ele ser médico. “O médico leva para todas as oportunidades da existência as características da sua profissão: a fé, a bondade, a ternura, o compadecimento, a simplicidade, a tolerância.”

³⁸⁸ Assim explica o orador, entre outras razões, o motivo que levou aquela Academia a propor o Dr. António José de Almeida para seu membro honorário. E termina, depois da entrega das insígnias, dando a palavra ao orador seguinte que foi escolhido especialmente, segundo a tradição da Academia, para receber o novo membro. E diz com graça: “Ele vos falará com aquele acento fortemente lusitano da sua pronúncia e, assim, vos lembrará a vossa Pátria querida, distante neste momento; ele vos falará com o seu rijo coração de português, embora a sua alma já esteja abasileirada nestes climas tropicais.”³⁸⁹

O médico português de alma já *abasileirada* era o Dr. Monjardino que, formado por Lisboa, se fixara há anos no Rio de Janeiro. Um seu irmão, também médico, era professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Escusado será dizer, que ambos, médicos muito conceituados.

O discurso do Dr. Monjardino é extenso, mas ele visa também e em particular, como é compreensível, a licenciatura académica do novel membro. Por isso afirma: “A Academia de Medicina deseja, neste momento, consagrar o médico, embora considerando, respeitando, admirando, exaltando o estadista e o grande tribuno, grande na verdadeira aceção da palavra. Por isso esta agremiação se orgulha da vossa ilustre companhia.”³⁹⁰ Depois o Dr. Monjardino faz algumas considerações sobre a Medicina no Brasil e em Portugal para concluir que os dois países nesta matéria se deviam aproximar.

Vale a pena transcrever aqui, por original, a maneira como começa a intervenção do Dr. António José de Almeida: “Minhas senhoras! Meus senhores! (*Movimento de profunda atenção; todo o auditório se levanta e fica de pé*). Em semelhante hipótese não poderia consentir que V. Ex.^{as} me ouvissem de pé porque sou simplesmente, aqui, um aluno que vem agradecer timidamente, comovidamente, as lições generosas de seus Mestres. (*O orador faz sinal à assistência, pedindo-lhe repetidamente que se sente, no que é, afinal, atendido. Pausa*).”³⁹¹ E assim o grande tribuno começa a falar com a fluência que todos lhe admiram, e a humildade que todos lhe reconhecem. E indaga, com admiração, o motivo de receber tal honra e distinção de que está a ser alvo. Depois de apontar várias hipóteses do percurso da sua vida como clínico, acaba por concluir que a Academia quis galardoar, na sua pessoa, os médicos rurais que não há quem reconheça. E agradece penhorado.

387 - *Idem, Ibidem*.

388 - Derouet, Luís, ob. cit., *Na Academia Nacional de Medicina*, p. 196.

389 - *Idem*, p. 197.

390 - *Idem*, p. 198.

391 - *Idem*, p. 200

Mas não fica por aqui. Conta em seguida, a propósito da medalha que acaba de receber, que, tendo estado muito doente em Lisboa, alguns amigos lembraram à sua esposa que devia guardar algumas recordações do seu marido para a posteridade. Entendiam que eram coisas que já não lhe pertenciam, mas pertenciam à história do seu país. Pertenciam à República. E enumerou: “Assim é de facto. Lá tenho a bandeira gloriosa que, nos combates de 3, 4 e 5 de outubro, tremulou na Rotunda [...] . Tenho em meu poder a pena com que se assinou a declaração constitucional da República Portuguesa; tenho em meu poder o lápis, que me deu a mão, respeitável, para mim sagrada, do Almirante Cândido dos Reis, nas vésperas da morte [...] . Tenho, finalmente, em meu poder, e nem podia deixar de ser, porque fui Ministro de Estado, na transição dum regime para outro, e porque fui Chefe do Governo, quando Portugal interveio na Grande Guerra, que é um dos momentos mais heróicos da nacionalidade portuguesa - uma multidão de documentos, de petições, de exposições, que são, efetivamente, preciosas para a história da República e da Nação!”³⁹² Se bem que achasse que entregar essas recordações era o mesmo que chamar a atenção para o seu nome, que afinal já pertence também à história do seu país, vai transigir com esse pedido com a condição de figurar também a medalha que acaba de receber. E explica logo de seguida o porquê, depois de cessarem os bravos e os aplausos. Primeiro porque é um presente de uma Academia de sábios, depois porque “é o único símbolo que tenho, neste género, como médico.”³⁹³

Recorrendo a todos os seus dotes de oratória faz um brilhante elogio do cultivo da medicina na formação de uma filosofia de vida que leva ao entendimento fraterno. E falando de novo da medalha diz o seguinte: “e se um dia ela for colocada entre os símbolos de que há pouco lhes falei, e que guardo como testemunhos da minha vida tão profundamente agitada, ela só por si bastará para os unir a todos, sendo a um tempo motivo de justificação desse pequeno panteão que ela ficará alumando, com luz tranquila e benfazeja, como uma lâmpada em um templo.”³⁹⁴ E o discurso termina com a assistência em delírio, batendo palmas prolongadas.

Com solicitações de tal ordem e em tal número é de admirar que o Dr. António José de Almeida ainda tivesse tido tempo para receber os jornalistas brasileiros, a quem pediu viessem ao Palácio Guanabara, na impossibilidade de se deslocar ao local de trabalho de cada um, para lhes agradecer a forma como se vinham referindo a Portugal e a ele, que se considerava também um jornalista “em estado latente”³⁹⁵, que tinha fundado um jornal, *República*, que pensava regressar ao jornalismo depois de deixar o cargo provisório que agora exercia.

Que ainda tivesse tido tempo para receber os representantes da colónia portuguesa de S. Paulo, que muito gostariam de o ver em S Paulo e em Santos, e que, na impossibilidade de isso acontecer, se deslocavam ao Rio para o cumprimentarem e trazerem-lhe alguns presentes: um rico bracelete de brilhantes, um lindo colar de pérolas no valor de 35 contos brasileiros, para sua esposa e filha e, para S. Ex.^a, uma artística cigarreira em ouro. O Presidente agradeceu comovido as lembranças principalmente destinadas a sua esposa e filhinha, as pessoas que mais amava na terra.

392 - *Idem*, p. 202. Estão neste momento a ser abertas caixas de folha (?), cerca de 700, que fazem parte do espólio deste Presidente e que foram entregues pela família aos arquivos do Museu da Presidência.

393 - Derouet, Luís, ob. cit., *Na Academia Nacional de Medicina*, p. 202.

394 - *Idem*, p. 204.

395 - *Idem*, *A Noite, O Presidente de Portugal recebe os jornalista brasileiros*, 25/9/1922, p. 108.

A numerosa comissão paulista homenageou também o Dr. Barbosa de Magalhães.

Que ainda tivesse tido tempo para visitar, na sua própria casa, o grande homem de letras e jurisconsulto brasileiro, Dr. Rui Barbosa, que se encontrava doente, e a quem condecorou com a Grã-Cruz de S. Tiago, para os homens de Letras. O Dr. Rui Barbosa tinha enviado ao Presidente português um telegrama de boas vindas à chegada do ilustre visitante, mas não pôde estar presente a nenhuma das manifestações sociais e culturais que se realizaram durante essa semana. Viria a falecer no ano seguinte.

Que ainda tivesse tido tempo para receber os Obreiros Evangélicos que explicaram ao Sr. Dr. António José de Almeida quem eram e a sua ligação com Portugal, acabando, depois de darem várias definições da Bíblia da autoria de pessoas importantes, por oferecerem ao distinto orador uma preciosa Bíblia. Às palavras inspiradas do Sr. Dr. Francisco de Sousa, que estava a substituir o Sr. Dr. Vitor Coelho de Almeida, presidente da referida associação, por impedimento deste, respondeu com palavras amáveis e de reconhecimento o Chefe do Estado Português, dizendo, na oportunidade, que *a Bíblia é a glória imortal da humanidade*.

Podíamos continuar assim a fazer este reparo sobre o tempo tão preenchido do nosso Presidente durante aquela semana que ficaria inesquecível para quem a viveu, pois temos conhecimento de que foram mais os contactos que chegaram ao Guanabara e não só de dentro do Rio, como do exterior, a que o Dr. António José de Almeida irá tentar corresponder na medida das suas forças e disponibilidade.

A certa altura e traduzindo o sentir geral falou-se de uma verdadeira festa popular, num largo recinto, a céu aberto, que fizesse sentir ao povo, sem barreiras nem rigores de selecção, que as festas da Independência eram do povo, em democracia, em igual quinhão com as outras festas das *pessoas gradadas*.³⁹⁶ Pensou-se primeiro no Campo Sant'Ana, num festival; “foi um alegrão para toda a gente”!³⁹⁷ Depois mudou-se o local e o momento porque a ideia era o Dr. António José de Almeida comparecer e para isso foi consultado. Anuiu imediatamente com satisfação, mas houve que esperar que o seu estado de saúde lhe permitisse contactar com o povo, como ele sempre gostou. Finalmente concretizou-se a ideia e foi um enorme sucesso.

Afinal a manifestação popular foi no recinto da Exposição com entrada livre. Estava repleto. “A multidão comprimia-se, enchendo todas as avenidas, todas as praças, todos os logradouros, todos os lugares vazios da grande feira internacional”.³⁹⁸ Estariam umas 300 mil pessoas. Escusado será dizer que a alegria, o entusiasmo, a participação emotiva de toda aquela multidão que foi ali livremente para ver e ouvir um democrata, um republicano, um chefe de Estado do país irmão, saído do povo, mas que nunca se afastou dele, constituiu um cenário verdadeiramente indescritível. A chegada do ansiado orador foi anunciada por morteiros. Os automóveis percorreram a Avenida das Nações, romperam pela multidão e foram estacionar junto do Pavilhão da Música, na Praça da Independência. Ouviu-se a *Portuguesa* tocada por uma banda militar e o orador oficial da manifestação, Sr. Dr. Rafael Pinheiro, tomou a palavra e fez um discurso denso de alusões ao Brasil e a Portugal para terminar invocando a pequena Maria Teresa, a filha do Presidente, lá longe, em Portugal, para que o ajude a saudar o Pai, “encarnação, viva e palpitante, dos Gloriosos Pais da Minha Pátria...

396 - *Idem, O Jornal, Pessoas Gradadas*, de 24 de setembro de 1922, p. 92.

397 - *Idem, Ibidem*.

398 - *Jornal do Comércio, Portugal - Brasil*, de 25 de setembro de 1922, p.106.

[...] (*O povo aclama viva e prolongadamente o orador. Vivas a Portugal, ao Brasil e ao Dr. António José de Almeida*).³⁹⁹

Podemos fazer uma pálida ideia, do que se passou naquela tarde, pelas fotografias do recinto completamente lotado. O Dr. António José de Almeida, falando a seguir, com os braços abertos num gigantesco amplexo, ligou portugueses e brasileiros pelos laços mais fortes que podem prender os homens: os do sangue, dos sentimentos e os do coração. As suas palavras foram mais um brilhante improviso. Não se alongou muito, mas o que disse bastou para calar fundo em todos os que o ouviram. Digamos que a sua magistral oração se pode dividir em duas partes, seguidas de um remate e em que o enfoque está no povo. A primeira parte é dirigida ao povo brasileiro: “Povo meu Amigo, povo meu Irmão! [...] ouve! [...] És a alma geradora desta grande Pátria;”⁴⁰⁰ e continua neste tom de diálogo exaltante e amistoso como só ele, o grande tribuno, sabe desenvolver. Depois dirige-se ao povo português. “Povo de Portugal, que também estás aqui, eu igualmente te saúdo neste momento, [...] Povo de Portugal, que tudo tens dado à sua história;”⁴⁰¹ e é a vez de se referir ao percurso histórico do povo português na condução e construção da Pátria. E remata desta maneira: “Ainda bem que tenho, nesta hora e neste local, a satisfação bendita de ver, bem unidas, as duas Pátrias irmãs.”⁴⁰² Ainda se demorará um minuto a conjeturar um monumento que fosse levantado àquele momento, um monumento “mais volumoso que o Pão de Açúcar, mais alto que o Corcovado”,⁴⁰³ cuja primeira pedra fosse o coração dos dois Países, monumento “representante máximo da nossa Raça - infinita no espaço, imortal no tempo! Viva o Brasil! Viva Portugal! (*Bravos! Muito bem! Palmas! O povo em delírio, saúda o ilustre Presidente Português e Brasileiro e as duas Nações Amigas*).”⁴⁰⁴

Foi um dia cheio, este 24 de setembro de 1922, para o Chefe do Estado português em terras do Brasil. De manhã tinha recebido a grande representação da colónia portuguesa de S. Paulo, à tarde teve aquele inesquecível banho de multidão, 300 mil pessoas, e à noite esteve num banquete no Clube dos Diários, um banquete para 400 talheres. Este banquete deveu-se à iniciativa da comissão representativa do comércio e indústria do Rio de Janeiro, presidida pelos Srs. Visconde de Moraes e Afonso Viseu. Estiveram presentes comerciantes e industriais portugueses e brasileiros.

É-nos difícil condensar em poucas palavras o que S. Ex.^a disse no Clube dos Diários porque S. Ex.^a superou-se. Cortar em *fatias* o seu discurso é uma hipótese, mas quebra sempre o ritmo do pensamento e da exposição. Contudo temos de correr estes riscos e tentar dar uma ideia do caudal de emoções que aí se manifestaram e das palavras sublimes que as transmitiram.

Agradece em primeiro lugar a homenagem de que está a ser alvo, posto que compreenda que ela se dirige principalmente a Portugal. Por isso se sente duplamente grato. Depois recorda a tarde que acabou de transcorrer e não pode deixar de dizer: “Houve um momento em que eu me senti como que estrangulado pela emoção.”⁴⁰⁵

399 - *Idem, Derouet, Luís, ob. cit., Na Praça da Independência*, p. 248.

400 - *Idem, Discurso do Sr. Dr. António José de Almeida*, p. 249.

401 - *Idem, Ibidem.*

402 - *Idem, Ibidem.*

403 - *Idem,* p. 250.

404 - *Idem, Ibidem.*

405 - *Idem, No Clube dos Diários, Discurso do Sr. Dr. António José de Almeida,* p. 258

Utilizando todos os seus recursos oratórios faz uma confissão que não podemos deixar de assinalar: “Mas não suponha quem me ouve que eu estou a fazer lirismo pelo prazer de me embriagar com a minha própria palavra. Sem dúvida que eu sou um velho idealista, que não desdenha, por vezes, de revestir os seus pensamentos de roupagens românticas, e, sendo um improvisador incorrigível, tenho, a cada momento, o defeito de me refugiar nas neblinas do devaneio. Mas, no fundo, eu sou um homem prático que se habituou desde novo, sacudido pelas tormentas da vida, a encarar a feição positiva das coisas. E por isso digo que a manifestação desta tarde foi o maior acto, talvez, das festas da Independência. A união, o entendimento, a amizade fraterna dos dois grandes povos que foram na História o inventor e o detentor da civilização atlântica, ficaram hoje marcados como que em bronze pelo fogo devorador das nossas almas.”⁴⁰⁶

O discurso prossegue depois para a constatação da importância, em todos os tempos, mas em especial nos tempos modernos, do comércio e da indústria. São afinal dois vetores de civilização na medida em que se adiantam muitas vezes a outras formas de contacto quer político, militar ou mesmo religioso, com povos estranhos e desconhecidos. “O Comércio e a Indústria fizeram em grande parte o Brasil, e os comerciantes e industriais que estão dentro desta sala são os descendentes diretos dos conquistadores e bandeirantes dos primeiros tempos [...] Aqui, como na África Portuguesa, outro grande teatro das impetuosas atividades lusitanas, o comerciante passou adiante do soldado, e os seus fardos de mercadorias romperam bastas vezes a virgindade selvagem do sertão, primeiro do que a bíblia dos missionários.”⁴⁰⁷

Continuando a falar da África Portuguesa lembra a posição privilegiada desta, junto a dois oceanos, onde Portugal detém os melhores portos e o avanço metódico e inteligente do litoral para o interior, construindo os primeiros caminhos de ferro como o da linha de Luanda, através do vale do Cuanza, até chegar a Ambaca. Isto não invalida que tenha havido aspetos negativos, em todo o Mundo, com o progresso do comércio e da indústria, acentua, mas trata-se de um processo inevitável em busca do equilíbrio. Quase a terminar o seu discurso, o Dr. António José de Almeida recorda o grande comerciante sertanejo que foi Silva Porto e a sua morte trágica envolto na bandeira nacional...A concluir, ergue a sua taça brindando pela felicidade de todos.

Já em vésperas de deixar o Rio de Janeiro, o nosso Presidente ainda teve tempo de corresponder a mais algumas solicitações. Visitou por isso a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro onde foi recebido com palavras de saudação e esclarecimento pelo Sr. Alexandre Herculano Rodrigues que explicou o trabalho desta instituição, nas relações comerciais entre Portugal e o Brasil, promovendo encontros e estudos para a melhor resolução dos interesses mútuos neste campo. A entrada de Portugal na guerra levou a uma importante “reunião de concórdia”⁴⁰⁸ de que resultou a “constituição da Grande Comissão Pró-Pátria e a obra de proteção aos órfãos de guerra”.⁴⁰⁹ Nesse momento estava-se a trabalhar na unificação das taxas postais entre os dois países e a prestar apoio às indústrias portuguesas presentes no Centenário.

406 - *Idem*, p. 259.

407 - *Idem, Ibidem*.

408 - *Idem, Na Câmara Portuguesa de Comércio*, p. 270.

409 - *Idem, Ibidem*.

410 - *Idem*, p. 271.

“Viu V. Ex.^a ante ontem, à noite, no solene banquete oferecido pelas classes do comércio e indústria a V. Ex.^a, quanto estamos unidos no trabalho os portugueses e os brasileiros.”⁴¹⁰ O mesmo orador ofereceu ao ilustre visitante o diploma de sócio honorário, que este agradeceu penhorado, mas em breves palavras, por motivo de escassez de tempo. No entanto ainda visitou, por ser no mesmo edifício, o jornal brasileiro, *Jornal do Comércio*, o mais antigo jornal do Rio de Janeiro, onde foi recebido com grande cordialidade e satisfação, dispensada também à sua comitiva. Mais uma vez o Sr. Dr. António José de Almeida aproveitou a ocasião para dirigir uma afetuosa saudação à Imprensa Brasileira que conta dezenas de publicações entre jornais diários, periódicos, temáticos, sem esquecer o que se publica sobre desporto em que o foot-ball merece destaque. Principalmente a imprensa de São Paulo rivaliza com a do Rio, mas todos os Estados brasileiros possuem os seus órgãos de comunicação e informação escritos.

Assim como o Presidente português esteve em contacto com os jornalistas brasileiros, assim o Presidente brasileiro fez questão de receber os seis jornalistas portugueses que acompanharam ao Brasil o Chefe de Estado de Portugal. Precisamente foi-lhes marcada uma entrevista no Palácio do Catete para o dia 26. O Dr. Epitácio Pessoa, amabilíssimo e visivelmente satisfeito, fez questão de sublinhar o amor que não só ele, como todo o Brasil, professava por Portugal. E adiantou: “Os brasileiros que julgassem servir a sua Pátria, atacando Portugal, cometeriam um erro de patriotismo”⁴¹¹.

Nós sabemos o motivo que levou S. Ex.^a a exprimir-se assim. Não queria que qualquer sombra pairasse sobre tão auspiciosa visita. Tinha havido de facto, entre brasileiros e portugueses, incidentes que se tinham agudizado nos últimos tempos: excesso de nacionalismo, nativismo, rivalidades, da parte dos brasileiros. Mas é como dizia alguém: há alguns brasileiros que não gostam de alguns portugueses, como há alguns portugueses que não gostam de alguns brasileiros.

Concretamente podemos ter uma ideia do problema a partir de um artigo de um jornal português que diz o seguinte: “*Desviar a corrente - Emigremos para África - Todos os braços disponíveis para as nossas colónias - só assim elas poderão prosperar.* - No Brasil, onde há crises periódicas de vária ordem, crises que não se manifestam somente ali, dá-se o caso desagradável dos poveiros, dão-se os conflitos sangrentos do Pará, em que os estivadores portugueses são injuriados, espancados e esfaqueados, segundo declarações de uma das vítimas, por trabalhadores brasileiros. Renova-se a campanha *nativista*, alvejando-se especialmente como sempre os homens de trabalho portugueses, os membros da colónia que fazem parte do comércio de retalho, os *varejistas*, como lá se diz...”⁴¹² E noutro número do mesmo jornal: “*Um novo rumo: O nosso emigrante. Estados Unidos / Brasil / Angola.* - Uma vez que os Estados Unidos me encolhem os ombros e que o Brasil me faz «figas»... está dito: vou com o pretinho p’ra Angola.”⁴¹³

411 - *Idem*, p. 312

412 - *Jornal O Século, Edição da Noite*, de 14 de janeiro de 1921, p. 1.

413 - *Idem*, 7 de janeiro de 1921, p.4.

É de notar que durante esta visita houve o maior cuidado em não trazer a terreiro assuntos desagradáveis e quando foram mencionados foi de molde a não provocarem qualquer perturbação. “Não houve no discurso do Sr. Dr. Epiácio Pessoa uma única palavra na qual transparecesse qualquer recordação de agravos do domínio português, como não houve no discurso do Sr. Dr. António José de Almeida uma única palavra em que se patenteasse ressentimento pelo fato da separação, que hoje só imbecis poderão julgar evitável. Nos últimos tempos um reduzido número de nativistas tem procurado empanar a amizade luso-brasileira [...] esse grupo de nativistas, se ainda existe, nada representa, realmente, na sociedade brasileira.” Opinião formulada por Mayer Garção, no jornal *O Mundo* de 22 de setembro de 1922. Referia-se aos célebres discursos ao Congresso, mas aqui, com os jornalistas portugueses, o Chefe de Estado brasileiro foi direto: “Se algumas pessoas, constituindo meros grupelhos, por vezes dão a impressão de um desamor à bela Pátria de Portugal, há que não precipitar juízos. Esses grupelhos não correspondem a nenhum pensamento nacional. Os jornalistas portugueses podem ficar disso seguros.”⁴¹⁴

Em resposta o jornalista Avelino de Almeida teceu rasgados elogios a tudo quanto lhe fora dado ver e presenciar, sentindo-se afortunado por ter integrado a comitiva presidencial de Portugal e muito grato pela maneira como foram recebidos no Brasil. Os jornalistas portugueses ficaram hospedados no Hotel Glória a convite do Governo Brasileiro.

Faltam apenas algumas horas para o Dr. António José de Almeida e a sua comitiva deixarem o Rio de Janeiro. O Presidente confessa-se cansado quando faz uma rápida passagem pela Academia Brasileira de Letras. É recebido à porta por vários académicos que o conduzem à sala das sessões. Aí toma assento para ouvir um breve discurso que lhe é dirigido pelo presidente, Sr. Carlos de Laet que, entre outros aspectos, frisou serem apenas vinte os sócios estrangeiros e desses vinte, dez serem portugueses, o que significava que “a nossa Academia divide o Mundo em duas partes: uma é Portugal e a outra é o resto do Mundo.”⁴¹⁵ O nosso Presidente, por sua vez, pronunciou algumas palavras lamentando o cansaço e o pouco tempo de que dispunha para lembrar o inestimável contributo dos homens de letras brasileiros para a cultura dos dois países. Foi depois acompanhado à porta pelo presidente e todos os académicos presentes naquele Silogeu.

Um dos elementos que mais contribuiu para o inefável prazer da comunicação e o Dr. António José de Almeida era, sem margem para dúvidas, um excelente comunicador, foi a língua comum. A língua de Camões, como era bastas vezes referida, e, por admiração sincera no Brasil, a língua de Junqueiro. Guerra Junqueiro, aliás, escreveu uma carta à Academia Brasileira de Letras lamentando não poder estar presente naquela ocasião, integrado na comitiva do Presidente, em virtude do seu estado de saúde já não lhe permitir tamanho esforço. “Ah, como eu desejaria aceitar o convite e ser, na apoteose augusta do Brasil-Irmão, um dos embaixadores de Portugal!”⁴¹⁶

Mas falávamos da língua e, a propósito, o jornal brasileiro *O Dia* insere um

414 - Derouet, Luís, ob. cit., *Dez Dias de Glória para Portugal*, nota, p. 312.

415 - *Idem*, *Na Academia Brasileira de Letras*, p. 126.

416 - *Idem*, *Uma carta de Guerra Junqueiro á Academia Brasileira de Letras*, p. 357.

interessante artigo no dia 19 de setembro de 1922, intitulado «Brasil - Portugal», que é uma análise realista desse veículo de entendimento entre os dois povos do qual, muito justamente nos envaidecemos e nos orgulhamos. Diz o articulista que, cada vez mais, e devido ao movimento migratório que se acentua, levando para dentro do Brasil os elementos mais heterogêneos, é previsível que a identidade da raça com Portugal se vá diluindo, subsistindo contudo, a *solidariedade espiritual e dinâmica da linguagem*. Mas mesmo essa vai ter que ter em conta as *peculiaridades e os traços indígenas da língua portuguesa do Brasil*. E prossegue: “se somos portugueses, somos muita coisa mais que a língua de Portugal não pode exprimir sem que se amplie o seu vocabulário com uma legião de novas palavras, inspiradas pela polifonia do meio americano, e sem que se abrandem os rigores sintáticos da língua de além-mar para acompanhar o ritmo do pensamento mais subtil da nossa cerebração de mestiços.”⁴¹⁷ Continuando a constatar a realidade o autor considera que, mesmo assim, brasileiros e portugueses ficarão sempre ligados por *essa cadeia bendita da língua forte e intensamente colorida na sua esplêndida exuberância sonora*.

Não admira pois que o Dr. António José de Almeida se tivesse dado conta da riqueza tão expressiva, aliás, da linguagem e da cultura brasileiras. Começa por dizer a propósito: “Não se calcula em Portugal, como no Rio de Janeiro e em geral em todos os Estados se fala bem a nossa língua, e lá se está acentuando o timbre amoroso de a falar cada vez melhor”...⁴¹⁸ Refere-se depois aos oradores brasileiros de grande valor, um dos quais Rui Barbosa. “Mas não é preciso ir procurar a eloquência brasileira à declamação dos oradores. Basta ouvir conversar os brasileiros, e às vezes até das camadas menos elevadas. Ela encontra-se logo. E não só nos homens mas também nas mulheres.”⁴¹⁹ Aqui, voltamos ao baile no Guanabara com o nosso presidente a lembrar:

“Logo de começo, tomei pelo braço uma gentilíssima neta do Dr. Rui Barbosa, Senhorinha Maria Augusta Rui Barbosa, e pude notar a facilidade esbelta e colorida da sua conversação, a que a pronúncia brasileira dava, como em geral acontece com todas as senhoras daquele país, um ar aveludado, com um vago sabor silvestre a bagos de romã madura.”⁴²⁰ Pensando ser um caso especial visto tratar-se de uma senhorinha educada, bastava ser neta de quem era, o nosso Presidente chegou à conclusão, depois de falar com muitas senhoras, que “a frase lhes saía dos lábios nitidamente recortada sob o ponto de vista estético e sob o ponto de vista gramatical e sempre fresca e cristalina, como um pedaço de caramelo que se fosse dissolvendo nos beijos tímidos e quentes.”⁴²¹

Compreende-se assim que, reconhecendo o Dr. António José de Almeida, a superior cultura e prosódia brasileiras e a natural exigência dos auditórios que o escutaram, diga que beneficiou do carinho, compreensão e generosidade de quem o ouviu. Mesmo assim, com toda a sua modéstia, espera ter representado bem Portugal.

Enquanto o Chefe do Estado português se desempenhava brilhantemente das suas funções diplomáticas e, podemos dizer, afetivas, os membros de sua comitiva iam estabelecendo diversos contactos a nível cultural, social e comercial para a

417 - *Idem*, *Jornal O Dia, Brasil-Portugal*, de 19 de setembro de 1922, p. 39.

418 - Derouet, Luís, ob. cit., *Prefácio do Dr. António José de Almeida*, p. X.

419 - *Idem*, p. XI.

420 - *Idem*, *Ibidem*.

421 - *Idem*, p. XII.

concretização de tratados entre os dois países, favoráveis a ambas as partes, e que possibilitassem um estreitamento de relações e a clarificação de situações nevrálgicas. Assim se acordou uma *Convenção sobre propriedade literária e artística entre o Brasil e Portugal*, uma *Convenção de emigração e trabalho entre os Estados Unidos do Brasil e Portugal*, outra *Regulando a isenção do serviço militar e a dupla nacionalidade*. Ficou por concluir um tratado sobre comércio, cujas negociações estavam já bastante adiantadas.

Foram portanto assinados três tratados, dia 26 à noite, no palácio do Itamaraty. O ato teve concretização na Sala do Império, na grande mesa oval, estando presentes o Sr. Dr. Azevedo Marques, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Sr. Dr. Barbosa de Magalhães, Ministro dos Estrangeiros de Portugal, bem como os membros da Embaixada Especial de Portugal, o Sr. Dr. Duarte Leite, embaixador permanente e altos funcionários do Itamaraty. Terminada a cerimônia solene trocaram-se cumprimentos, seguindo-se um banquete oferecido pelo ministro brasileiro ao ministro português.

Entretanto, o Sr. Dr. António José de Almeida recebera, por volta das 5h da tarde, o corpo de alunos da Escola Naval ao qual prestou homenagem. É interessante notar que, quando chegou ao Guanabara, acabado de desembarcar, o Presidente foi saudado por um jovem, Dr. Paulo de Magalhães, poeta, escritor e jornalista, que lhe dirigiu preciosas palavras em nome da mocidade do Brasil, a ele, “o venerando ancião com ímpetos juvenis.”⁴²² E agora é um grupo de jovens que praticamente dá corpo à despedida do eminente orador que, ao colocar as insígnias da Ordem da Torre e Espada na bandeira da Escola Naval, profere poucas palavras, mas tem um gesto inesperado e emotivo: ao atar a fita azul na ponta do mastro, beija o pavilhão. A numerosa e seleta assistência irrompe em aplausos, enquanto os jovens aspirantes, em formatura no jardim do Palácio Guanabara, mesmo em frente à grande fachada, apresentam armas em continência e a banda de música do Corpo de Marinheiros Nacionais executa os dois hinos nacionais.

O Dr. Veiga Miranda, Ministro da Marinha e presente a esta cerimônia, agradeceu ao Dr. António José de Almeida a honra que acabava de dar à bandeira do Batalhão da Escola Naval condecorando-o com tão alta condecoração e pronunciou um belo discurso exaltando a ligação Portugal-Brasil, o importante significado da presença do Presidente português no Brasil, considerando-a o ponto alto das comemorações do Centenário, e lembrando os dois “batedores ou éclaireurs que precedem as carruagens presidenciais, os dois mensageiros aéreos, núncios da visita querida, argonautas do azul que voaram por sobre o Atlântico para significar que nada significam as distâncias geográficas...”⁴²³

Que tenhamos conhecimento, o Dr. António José de Almeida esteve presente em todos os lugares para que foi convidado, exceto num. Desdobrando-se em comparecer, mais ou menos tempo, não lhe sobrou o ânimo para assistir ao solene Te-Deum que os católicos do Rio de Janeiro quiseram mandar celebrar em ação de _ graças e pela prosperidade da Nação Portuguesa, na magnífica igreja da Candelária, mesmo em plena baixa da cidade. Enviou em seu lugar o almirante Neuparth, acompanhado pelo capitão-tenente Taylor, que se devem ter desempenhado muito bem do seu papel. Para sermos rigorosos, temos de admitir que , não tendo o nosso Presidente o dom da ubiquidade, não podia comparecer

420 - *Idem, Ibidem*

422 - *Idem, Jornal O País, A soberania em ação*, de 22 de setembro de 1922, p. 72 .

423 - *Jornal do Comércio, A homenagem ao corpo de alunos da Escola Naval*, de 27 /9 /1922, p.142.

mesmo, porque a cerimônia teve lugar ao mesmo tempo que S. Ex.^a condecorava o Batalhão da Escola Naval. A igreja da Candelária é um templo imponente e estava festivamente engalanado para a cerimônia com colchas, sanefas, flores naturais e lindos troféus com bandeiras portuguesas e brasileiras. Esteve presente numerosa e distinta assistência , oficiaram vários sacerdotes e no coro tocou uma orquestra dirigida pelo professor João Raimundo Rodrigues e a solo estiveram os melhores professores de canto. A entidade que esteve à frente da organização desta cerimônia foi a irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.⁴²⁴

Sabemos bem o posicionamento do Presidente com respeito à religião e, nomeadamente, à Igreja Católica. Homem de consensos procurava uma ponte de relacionamento e de equilíbrio, face à lei da Separação da Igreja do Estado, ponte essa que, curiosamente, vai ser seguida pela ditadura do professor Salazar. A imposição em Portugal (1923) do barrete cardinalício ao Núncio Apostólico irá dar que falar no país. No Brasil conseguiu lidar com todas as confissões religiosas e com todas as forças políticas com bastante sucesso. No entanto, em Portugal, ainda em janeiro de 1921, no Convento das Picoas, se estava a realizar um leilão de objetos pertencentes às instituições religiosas. O Museu de Arte Antiga adquiriu alguns. Presidiu ao leilão o juiz sr. dr. Arnaldo de Almeida Vidal.⁴²⁵ Muitos dos bens imóveis da Igreja nunca foram devolvidos e neles se instalaram serviços do Estado.

Mas voltando à igreja da Candelária. Não precisamos imaginar o que aconteceu, quando o próprio homenageado nos elucidava. “Um dia, de manhã, fui visitar a célebre igreja da Candelária. Quis admirar esse templo profundamente ligado à tradição portuguesa e tão simpático na sua arquitetura airosa e acolhedora. Ao mesmo tempo, agradei a distinção que a sua irmandade tinha tido para comigo, mandando celebrar um «Te-Deum» em ação de graças pela minha chegada ao Brasil. Não tinha assistido à cerimônia religiosa, em que aliás me fiz representar, porque, sendo livre pensador, praticava, no meu entender, uma espécie de usurpação, indo receber em pessoa, eu, «pecador», uma homenagem que, penhorando-me, não me competia nem podia deixar de me constranger. E assim ofendia os crentes da religião católica, que não professo, mas devidamente respeito por muitas razões que a tornam credora das minhas homenagens de homem culto e até porque ela representa a crença da maioria dos portugueses.”⁴²⁶

Não só no campo religioso, mas também no campo político partidário, o Dr. António José de Almeida teve a satisfação de se ver compreendido e respeitado. Havia uma situação, de algum melindre, que era preciso enfrentar no Brasil: os monárquicos portugueses exilados, entre eles os monárquicos de Monsanto. Mas as coisas correram de feição uma vez que se pôs a tônica nos superiores interesses de Portugal e se fizeram apelos à concórdia entre monárquicos e republicanos. De uma maneira geral os monárquicos marcaram presença junto do Chefe do Estado Português e é interessante recordar como as consciências se pacificaram, embora

424 - Jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, *Pela prosperidade da Nação Portuguesa - Um Te-Deum solene em ação de graças*, de 27 de setembro de 1922, nota, p.329.

425 - Jornal *O Século*, *Edição da Noite*, de 9 de janeiro de 1921, p. 1 e 2.

426 - Há aqui uma diferença temporal. Pela explicação que nos é dada pelo próprio Dr. António José de Almeida no prefácio à obra de compilação efetuada pelo jornalista d'*O Mundo*, Luís Derouet, temos a ideia que o Te-Deum se celebrou dias mais cedo; quando, pela notícia do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, do dia 27 de setembro, ficamos com a informação de que a cerimónia teve lugar, dia 26 às 5,30h da tarde, altura em que, no Guanabara, estava a decorrer a cerimónia com o Batalhão da Escola Naval.

individualmente tivesse havido uma ou outra tomada de posição mais demarcada. O caso do Sr. Camelo Lampreia, por exemplo, que, na véspera da chegada do Dr. António José de Almeida ao Rio de Janeiro, se ausentou da cidade indo para Petrópolis. Mas como se pacificaram as consciências? Considerando os superiores interesses do país, como já dissemos, e considerando a pessoa do Dr. António José de Almeida que a todos soube cativar. Neste processo entrou também, sem dúvida, a tomada de posição de algumas pessoas como Carlos Malheiro Dias, o Visconde de Moraes, Alexandre de Albuquerque, José Rainho, o conde de Pinheiro Rodrigues, o Sr. Costa Pereira⁴²⁷ e muitos outros que, perante um *homem bom* de Portugal, no dizer de Rui Chianca,⁴²⁸ não tinham dúvidas em apertar-lhe a mão.

Seria de admirar que não houvesse uma voz dissonante no meio de tantas notícias francamente positivas e elogiosas. Em Lisboa alguém procurava diminuir o sucesso do nosso Presidente e da sua notável comitiva. Um jornalista jovem, monárquico, do jornal *O Dia*, o Sr. Tomás Colaço, escrevia não ser nada de especial o que se estava a passar no Brasil e que, antes da chegada do presidente português, tinham sido “presas cerca de 300 e tal pessoas, suspeitas de não «simpatizarem» com a República Portuguesa.”⁴²⁹ A ser verdade lembramos, segundo nos informa a mesma fonte, que é um procedimento normal, em ocasiões semelhantes, privar da liberdade os *indesejáveis* que possam provocar distúrbios e alterar a ordem pública. É “de todos os tempos, de todas as Repúblicas e até de todas as monarquias.”⁴³⁰ Parece que em Lisboa, no tempo da monarquia, se fazia o mesmo e enchiam-se “os calabouços, os porões dos navios e as casas matas dos fortes a título preventivo.”⁴³¹

Também o ambiente que se vivia no Brasil era propício à paz social e à reconciliação. O Sr. Dr. Epitácio Pessoa, para comemorar a todos os níveis o 1º Centenário da Independência do seu tão belo país, quis, além de o continuar a embelezar com obras de fomento e desenvolvimento, ter uma atitude de nobre patriotismo: acabar com o *banimento* da ex família imperial. Afinal, era o Presidente de *todos* os brasileiros. E nesse momento, afastados os receios políticos de cariz sebastianista, já os netos dos imperadores viviam no Brasil, respeitados e acarinhados por toda a gente. Dois anos antes dera ordens para serem trasladados os restos mortais de D. Pedro II e da imperatriz, que, como sabemos, faleceram na Europa. Entretanto, uma medida que foi proposta, no âmbito das comemorações, e por sugestão do Presidente do Paraná, foi que todos os hinos e bandeiras regionais fossem suprimidos e que passasse a haver um só hino e uma só bandeira, símbolos únicos daquele imenso território onde só uma língua é falada.⁴³²

Chegou ao fim a visita do Sr. Dr. António José de Almeida ao Brasil. Aparelham-se os barcos na baía de Guanabara e fazem-se as despedidas, mas o *Porto* não se encontra pronto. Sua Ex.^a quer partir, quer estar dia 5 de outubro em Lisboa e já se está a 27 de setembro. Sendo assim, pode haver uma solução. Tomar lugar, com a sua comitiva, no navio

da Mala Real Inglesa, o *Arlanza*, atracado na baía, pronto para levantar ferro. Além disso o *Arlanza* ainda vai tocar outros portos brasileiros,

427 - Derouet, Luís, ob. cit., p. 310. Um monárquico *vieille roche*, que ofereceu à esposa do Dr. António José de Almeida um *riquíssimo presente*. O seu sócio, Francisco Costa, ofereceu à nossa embaixada no Brasil, um *soberbo automóvel*, a única no Rio que não tinha um automóvel.

428 - *Idem*, Jornal *A Pátria*, *Dois Homens Bons*, de 18 de setembro de 1922, p. 34.

430 - *Idem*, ob. cit., nota, p. 306.

431 - *Idem*, *Ibidem*.

432 - *Idem*, *Jornal do Brasil*, *O Legado do Século*, de 24 de setembro de 1922, p. 99.

Recife e Baía. Se isso é bom por um lado, o Presidente vai estar mais tempo em contacto com o Brasil e as suas gentes; não é tão favorável por outro para as expectativas do Dr. António José de Almeida que só chega a Lisboa a 11 de outubro. Ponderados todos os aspetos do problema e como não se encontra alternativa, acabam por aceitar a ideia. Há quem pense que o Presidente sofreu com esta decisão por se tratar de um navio inglês, ele que tinha sido anti-anglicista. Pensamos que não. Os tempos tinham mudado, pelo meio surgira uma Grande Guerra que nos aproximara da Inglaterra e nos levava precisamente a apressar nos nossos portos o navio alemão que agora se chamava *Porto*. Onde o Chefe de Estado se podia sentir era não ter Portugal um navio decente para transportar o mais alto magistrado da nação e a sua importante comitiva numa viagem de tal projeção internacional.

O início da viagem de regresso foi apoteótico. Milhares de pessoas quiseram prestar homenagem ao Presidente português e a Portugal. O comércio fechou. As pessoas enchiam as avenidas e as praças no percurso do Palácio Guanabara ao cais Mauá. As janelas estavam cheias de gente e havia filas de carros abertos estacionados. Acenavam lenços e bandeiras dos dois países, cantavam os hinos e davam vivas a Portugal, ao seu presidente e também ao presidente brasileiro que acompanhava S. Ex.^a. Se dúvidas houvesse, sobre a perfeita ligação dos dois povos nessa hora, elas caíam por terra face ao impressionante espetáculo de vibração e carinho que se estava vivendo. Os ingleses do *Arlanza* deviam estar impressionados. Vieram recebê-lo, ao entrar a bordo, o embaixador da Inglaterra, Sir John Tilley e a senhora embaixatriz, o adido militar da embaixada, general Bethel, o conselheiro da embaixada Sr. Stewart, adido naval capitão Bailey, comissário geral inglês junto à nossa exposição, coronel Cole, adido militar adjunto capitão Tanceau e secretário da embaixada Sr. Leche.

Sir John Tilley disse “estar encarregado pelo Governo de Sua Majestade Britânica de saudar S. Ex.^a no momento da sua chegada a bordo de um vapor inglês e de lhe apresentar os seus melhores votos de boa viagem, ao mesmo tempo que lhe afirmava o profundo interesse com que o governo britânico via a visita do Chefe de um Estado, que é o seu mais antigo aliado, a um Estado do qual a Grã-Bretanha se desvanecia de ser o mais antigo amigo”.⁴³³ Estas palavras calaram fundo no coração do Presidente brasileiro que, ao mesmo tempo, considerou a maneira correta e cordial como a Inglaterra manifesta a amizade secular que mantém com Portugal.

Quando o Dr. António José de Almeida chegou ao Brasil e se desculpava perante o Chefe do Estado Brasileiro pelo seu atraso, quando este o foi receber a bordo do *Porto*, ouviu estas belas e reconfortantes palavras: “Chegando agora, V. Ex.^a poderá melhor considerar como provocadas pela sua honrosa presença as manifestações do povo brasileiro e avaliar toda a extensão da nossa

simpatia por Portugal.⁴³⁴ Agora, ao partir, ouve do mesmo Presidente do Brasil palavras de elevado significado: “Quero que V. Ex.^a, de regresso a Portugal, leve os melhores agradecimentos do povo do Brasil, pela honrosa visita!”⁴³⁵ O que provocou a seguinte resposta: “Levo não os agradecimentos, mas mais do que isso: levo para o meu querido Portugal o coração do povo brasileiro!”⁴³⁶ E as despedidas terminaram por um vibrante: Viva o Brasil! Soltado pelo Dr. António José de Almeida.

433 - *Idem*, Jornal *O País, Inglaterra-Portugal*, de 29 de setembro de 1922, p. 157

434 - *Idem*, Jornal *O País, A República de Portugal*, de 26 de setembro de 1922, p. 116.

435 - *Idem*, Jornal *A Pátria, O Presidente António José de Almeida*, de 28 de setembro de 1922, p.

436 - *Idem Ibidem*.

O *Arlanza* vai finalmente seguir a sua rota em direção à Europa, buscando o nordeste brasileiro. É um belo vapor, seguro, limpo e espaçoso, decorado muito ao gosto dos ingleses, com distrações a bordo que afastam dos passageiros qualquer perigo de aborrecimento. Vão ser uns dias de descanso para o Dr. António José de Almeida que ainda irá a terra na Baía e, já em águas portuguesas, no Funchal. A cidade da Baía receberá o ilustre viajante com as mesmas demonstrações de satisfação e carinho que recebera no Rio. Foram dadas as *boas vindas* no Palácio do Governo e o governador do Estado, Dr. J.J. Seabra, depois dos discursos, acompanhou S. Ex.^a a visitar os pontos mais notáveis da bela urbe brasileira. Também aqui as flores marcaram presença, porque a multidão entusiasmada achou por bem homenagear o digno visitante cobrindo-o de flores.

A comunidade portuguesa tinha planeado fazer-se representar por um sacerdote português que estava a viver na Baía desde 1910. O padre jesuíta Gonzaga Cabral, que tinha sido reitor do extinto colégio de Campolide e que era muito considerado na cidade. Não aceitou esse honroso encargo por motivos fáceis de compreender, mas congratulou-se com o êxito da viagem do Presidente português ao Brasil. Outros sacerdotes portugueses houve, no Rio de Janeiro, que tiveram posicionamentos semelhantes, como por exemplo o Sr. Padre Américo da Costa Nilo.

Apesar do muito gosto que Pernambuco teria tido em receber o Dr. António José de Almeida, não foi possível a este desembarcar no Recife por motivos de saúde. Aliás o navio só ali esteve algumas horas do dia 1 de outubro, limitando-se o Dr. António José de Almeida a trocar radiogramas com terra. Estão datados do dia 30 de setembro e são dirigidos, um ao governador e povo pernambucanos, explicando os motivos por que não pode aceitar os convites que recebeu, outro à Faculdade de Direito do Recife e um terceiro à Mocidade Portuguesa de Pernambuco.

Mas pôde sair na Ilha da Madeira, no Funchal, onde almoçou no Palácio do Governo e deu um simpático passeio nos carrinhos típicos, que deslizam amparados por madeirenses. Já estava na Pátria. Estava perto de casa...

Que preocupações terão assaltado nesta altura o grande homem de Estado, o grande tribuno, o republicano sem mácula? O país espera-o e prepara-se para o saudar. O *Diário de Lisboa*, de 9 de outubro de 1922, insere um artigo de Joaquim Manso que se intitula: «Haja juízo!» É um artigo que realça a importância de se festejarem dois acontecimentos *que a alma nacional tem de festejar com a plenitude do seu entusiasmo*: a chegada do Chefe do Estado e a chegada dos dois aviadores. Em Portugal há quem não veja isso com bons olhos, são os profetas da desgraça,

mas há que dar aos triunfos conseguidos o aplauso que eles merecem porque eles *entram no património da Raça*

O nosso Ministro na Argentina, Sr. Dr. Alberto de Oliveira, foi um dos mais entusiastas com a ida do Presidente ao Brasil e deslocou-se mesmo da Argentina ao Rio de Janeiro para cumprimentar S. Ex.^a. Ficou no Rio uns dias integrado na comitiva presidencial. Dizia com muito acerto que em Portugal se deviam fazer duas operações: “a soma dos nossos esforços, a *multiplicação* das nossas energias porque até agora não temos feito outra coisa que não seja *diminuir-nos* e *dividir-nos*.”⁴³⁷

437 - *Idem*, O que foi a obra do Chefe do Estado no Brasil, p. 308.

Ao chegar a Portugal, o Dr. António José de Almeida foi felicitado através de telegramas por muitas pessoas, das quais destacaremos as seguintes: Guerra Junqueiro, Magalhães Lima, Afonso Costa e Teixeira Gomes.

“Porto, 11. - Dou-lhe do fundo da alma as boas vindas. Executou maravilhosamente o seu programa, levou às Terras de Santa Cruz o coração de Portugal e trouxe-nos de lá, ardendo em amor, o coração fraterno do Brasil. Honrou e exaltou a Pátria. Devemos aclamá-lo. - Guerra Junqueiro.

“Lisboa, 11. - Na ausência congratulei-me publicamente pelo triunfal êxito da viagem, que foi um acontecimento nacional. - Magalhães Lima.

“Paris, 11. - Quero ser um dos primeiros a congratular-me com V. Ex.^a e a felicitá-lo com entusiasmo pelo admirável e inexcusável êxito da visita ao Brasil, acontecimento de tamanho valor que ainda engrandece a Pátria e a República e aureola o já glorioso nome de V. Ex.^a - Afonso Costa.

“Londres, 11. - Em meu nome e no do pessoal da Legação, saúdo respeitosamente V. Ex.^a com as calorosas felicitações pelo regresso à Pátria, após a brilhante jornada ao Brasil, onde o prestigioso nome de V. Ex.^a perdura como uma ligação mais entre as duas nações irmãs. - Teixeira Gomes.”⁴³⁸

Muito mais se poderia dizer sobre a visita do Sr. Dr. António José de Almeida ao Brasil, principalmente ao nível dos discursos, porque, em muitos deles, quer da autoria do ilustre visitante quer da dos seus insignes visitados, houve páginas sublimes sobre a História e a Natureza dos dois países. Na impossibilidade de dar a todos esses parágrafos o destaque que merecem vamos deixar aqui apenas uma impressão colhida do deslumbramento do nosso Presidente ao entrar na baía de Guanabara:

“O espetáculo era de tal forma surpreendente, naquela hora de sol glorificador, envolvido numa brisa que até nós trazia frescura e perfume; o enorme cais a palpitar e fremir de uma multidão intrépida, dominadora, que odeia a vassalagem e ama a glória; a baía descuidada a espreguiçar-se voluptuosamente como uma mulher de harém, entre as montanhas aveludadas que a circundam; ao fundo as vegetações do Pão de Açúcar e do Corcovado e da Tijuca, com as suas altas árvores silenciosas, entrelaçadas de cipós como monges que apertassem em volta da cinta os cordões dos seus hábitos; uma atmosfera translúcida, a um tempo estimulante e acolhedora como um abril português tudo envolvendo, tudo acariciando, tudo adoçando”...⁴³⁹

438 - *Idem, Ibidem.*

439 - *Idem*, Prefácio do Dr. António José de Almeida, p. VIII

Fontes:

- Jornal *O Século*, 1907/1908. Torre do Tombo.

- Revista, *Ilustração Portuguesa*, 1907/1908. Hemeroteca de Lisboa.

- Derouet, Luís, *Duas Pátrias. O que foi a visita do Sr. Dr. António José de Almeida ao Brasil*, Imprensa Nacional, Sociedade Editora «O Mundo», 1923.

Bibliografia:

- Alegro, José Luciano Sollari, *Para a História da Monarquia do Norte*. Lousã, Tipografia Lousanense, Lda., 1988.

- Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Lisboa, 1994.

- Bastos, Moacyr Sreder, *Somos 22 Estados e 4 Territórios*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1964.

- Blasco, Mercedes (pseud.), *Vagabunda: seguimento às memórias de uma actriz: 1908 a 1919 / Mercedes Blasco* - Lisboa: J. Rodrigues, 1920.

- Brandão, Pedro Ramos e António Chaves Fidalgo, *A Maçonaria e a implantação da República em Portugal*, Alfragide, Sociedade Editorial Lda, Oficina do Livro. 1ª edição, setembro, 2010.

- Cadaval, Diana, *Eu, Maria Pia*. Lisboa, Esfera dos Livros, 3ª edição, 2010.

- Cabral, António, *As cartas D'El-Rei D. Carlos ao sr. João Franco - Cartas D'El-Rei a José Luciano. A Dictadura. Os Adiantamentos. O Regicídio*. Portugal-Brasil, Sociedade Editora Arthur Brandão & C.ª [s. d.].

- Cabral, Francisco, *Naufrágios e Acidentes Marítimos na Costa Portuguesa (1823-1986)*, Porto, 1987. Anais do Clube Militar Naval, 1918. Marinha de Comércio.

- Chagas, Manuel Pinheiro, *As duas flores de Sangue*, Porto, Barcelos, Livraria Civilização Editora, Agosto, 1984.

- Camões, Luís, *Lusíadas, I - LIV*, Porto, Estúdio ALPHA, 1985

- Catroga, Fernando, *Ensaio Respublicano*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Fernando Catroga, setembro, 2011.

- Dicionário Enciclopédico, Koogan, Larousse, Seleções, *Santos Dumond (Alberto)*. Lisgráfica, SARL, Queluz de Baixo, 1980.

- Dionísio, Afonso Vieira, *Em defesa da Marinha Mercante, I O Caso Político do Vapor Porto*. Editor: Afonso Vieira Dionísio, Capitão da Marinha Mercante.

- Gaspar, Diogo (coord.), *Palácio da Cidadela de Cascais*, SOARTES, artes gráficas,Lda., 1ª Edição, novembro 2011.

- Gomes, Laurentino, *1808. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, S. Paulo, Editora Planeta do Brasil, Lda., 2007.

- Gomes, Laurentino, *1822. Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro, ajudaram D. Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para não resultar*. Porto. Porto Editora Lda. 2010.

- Grande, Enciclopédia Portuguesa Brasileira, *Camacho, Manuel de Brito*. Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada [s. d.].

- Junqueiro, Guerra, *Pátria*, Lisboa-Porto, Livraria Chardron de Lelo & Irmão, Lda., editores, 3ª edição, [s. d.].

- Lavarinhas, Álvaro (coordenador), Museu João de Deus - Psiquiatria e História, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009.

- Leal, Ernesto Castro, *Poder e Comemoração: Festa do Patriotismo, Festa da Pátria em Portugal (1920-1938). Separata de História das Fontes*, s.l. Edições Colibri / Câmara Municipal de Torres Vedras / Universidade de Lisboa, [s. d.].

- Leal, Ernesto Castro (coordenação), *Republicanismo, Socialismo, Democracia*. Lisboa. Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

- Lima, Sebastião de Magalhães, *Da monarquia à República, Relato do Movimento que originou a Implantação da República em Portugal*. Lisboa, Empresa de Publicações Populares, 1910.

- Marques, Rosália Augusta da Cunha, *A viagem do Presidente António José de Almeida no âmbito das relações com o Brasil no final da I República*. Porto. Mestrado em História Moderna. Seminário de História do Brasil, 1998.

- Martins Jorge, *A República e os Judeus*. Lisboa, Artipol - Artes Tipográficas Lda., 2010.

- Martins, Rocha, *D. Carlos - História do seu reinado*. Lisboa. Edição do autor, Oficina do «ABC», 1926.

- Martins, Rocha, *D. Manuel II, Memórias para a História do seu reinado*. Lisboa, Sociedade Editora «José Bastos», [s. d.].

- Martins, Rocha, *Arquivo Nacional. Arquivo de História Antiga e de Crônicas Contemporâneas*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1932/1942.

- Moraes, J. Tabner de, *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa, 1873.

- Matos, Sérgio Campos, *Consciência Histórica e Nacionalismo*. Portugal, séculos XIX e XX. Lisboa. Livros Horizonte, 2008.

- Pereira, Vasco, *A vida de João Chagas: de degredado de 1ª classe a 1º Ministro*. Lisboa, edição do autor, 1915. Cascais, Câmara Municipal e Junta de Freguesia do Estoril, edição 2006.

- Pires, Ana Paula, *António José de Almeida, O Tribuna da República*. Lisboa,

Edição Parlamento, 2011.

- Ramos, Rui (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 4ª Edição, 2009.

- REVISTA AERONÁUTICA, Órgão do Aero Clube de Portugal. Número Especial - MCMXXII. *Relatório da Viagem Aérea, Lisboa - Rio de Janeiro*. [s. d.].

- Santos, Miguel Dias, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Coleção Centenário da República, 1910-2010, nº 2. Edição Quarteto Editora. 2003.

- Serrão, Joel, *D. Carlos I, Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, Iniciativas Editoriais, volume I / A-D, 1971.

- Sousa, Manuel de, *Reis e Rainhas de Portugal*, Mem-Martins, SporPress, 2000.

- Torgal, Luís Reis, *António José de Almeida e a República. Discurso de uma vida ou a vida de um discurso*. Lisboa, Temas e Debates - Actividades Editoriais, Lda. 1ª edição. 2005.

- Vaz, Ângelo, *Bernardino Machado, sentimentos, ideias e factos do seu tempo*. Porto, Oficina Gráfica de «O Comércio do Porto», Edição do autor, 1950.

- Ventura, António (organização), *O 5 de Outubro por quem o viveu Reportagens, depoimentos e relatórios*. Lisboa. Livros Horizonte, Lda. 2010.

Índice

Capítulo I

Página 7

Portugal no início do século XX – ambiente pátrio e internacional – D. Carlos, o homem e o estadista – Convite feito a D. Carlos para visitar o Brasil nas comemorações do primeiro centenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, 1808-1908 – Morte de D. Carlos e do príncipe herdeiro D. Luís

Capítulo II

Página 37

Reações à morte de D. Carlos e do príncipe herdeiro – consternação e desencanto – A comunidade portuguesa no Brasil – O “brasileiro” – Uma família de emigrantes – António José de Almeida, vida e obra. – Brasil e Portugal: outras datas haverá para comemorar... - 1922, primeiro Centenário da Independência do Brasil – Estará Portugal presente nas comemorações? – Um presidente à altura.

Capítulo III

Página 68

Portugal e a costa marítima portuguesa, a «Costa Negra» - O mar como ligação às colónias – Portugal, o Atlântico e o Brasil – A marinha inglesa – Uma viagem curiosa – As naves do céu – Gago Coutinho e Sacadura Cabral «Os batedores do Presidente» - Viagem do Presidente da República Portuguesa, Dr. António José de Almeida, ao Brasil

Capítulo IV

Página 90

Traços Gerais – Cumprimentos – No Catete – Na Tijuca – Avenida Portugal – No Congresso – No Tribunal Federal – No Gabinete Português de Leitura – No Jardim Botânico – No chá dançante e no baile – No Jockey Clube – A Confraternização Coimbrã – Nas instituições republicanas – O Panteão – Monumento a Santos Dumond – A Medicina – A Imprensa – A manifestação popular – O Comércio – Nativismo – A Língua – Os Tratados – A Escola Naval – A Religião – Monárquicos e Republicanos – A despedida: Viva o Brasil! – Baía a Recife – Funchal e Lisboa.

Fontes e bibliografia

Página 123